



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

*MENSAGEM  
À  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

**PORTO ALEGRE**

**2000**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO  
*Olívio de Oliveira Dutra*

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO  
SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO  
*Miguel Soldatelli Rossetto*

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL  
*Flávio Koutzii*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
*Clovis Ilgenfritz da Silva*

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
*Paulo Peretti Torelly*

CHEFE DA CASA MILITAR  
*Cel. José Luiz da Silva Mafalda*

CHEFE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA  
*Guaracy de Souza Cunha*

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DO MERCOSUL  
*Renan Kurtz*

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO  
*Carlos Frederico Barcellos Guazzelli*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
*José Paulo Bisol*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA  
*Arno Hugo Augustin Filho*

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO  
*Pedro Luiz Fagundes Ruas*

SECRETÁRIO ESPECIAL DA HABITAÇÃO  
*Ary José Vanazzi*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
*José Hermeto Hoffmann*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS  
*José Luiz Vianna Moraes*

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
*Lúcia Camini*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS  
*Jorge Santos Buchabqui*

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE  
*Maria Luíza Jaeger*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
*Claudio Roberto Bertoldo Langone*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
*Tarcísio João Zimmermann*

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES  
*Luiz Roberto de Albuquerque*

SECRETÁRIA DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES  
*Dilma Vana Rousseff*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA  
*Luiz Paulo Pilla Vares*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
*Adão Roberto Rodrigues Villaverde*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO  
*Milton Sérgio Silveira Zuanazzi*

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
*Dep. Est. Ronaldo Zulke*

## I – APRESENTAÇÃO

O Artigo 82 da Constituição Estadual em seu Inciso IX indica que “Compete ao Governador, privativamente, expor, em mensagem que remeterá à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos do Governo”.

A *situação do Estado* é apresentada com um **diagnóstico** sócio-econômico, financeiro e administrativo da situação vigente no início da atual gestão seguido das **ações implementadas em 1999**, a partir das informações fornecidas pelos respectivos órgãos do Governo. A fim de cumprir esta tarefa são apresentados os principais fatos e indicadores econômicos e financeiros do período mais recente, com destaque para o último ano.

Entendendo que a análise sobre a situação do Estado não pode ser exaustiva, nem abranger período de tempo demasiadamente longo, ela se concentra no período a partir de 1995, ano no qual, no âmbito nacional, vigorou plenamente a nova política econômica federal e, no âmbito estadual foi adotado um projeto sintonizado com esta política. O destaque ao ano de 1999 busca dar maior atualidade à descrição da situação do Estado. Destaca-se também que, no início ano de 1999, ocorreram dois fatos de profunda repercussão sobre o Rio Grande do Sul: a crise cambial, no âmbito nacional, e a alteração do Governo, no âmbito estadual.

Posteriormente, são apresentados os **planos do Governo**, ressaltando-se os princípios gerais que norteiam as ações do atual Governo tanto para o próximo ano quanto para os demais anos que virão. Serão destacadas, por órgão, as linhas gerais das ações a serem realizadas no ano de 2000.

### 1- A SITUAÇÃO DO ESTADO

#### 1.1- A ECONOMIA GAÚCHA

A economia brasileira, a partir de 1994, vive sob a égide de uma nova política econômica, concebida para pôr fim ao fenômeno inflacionário. Esse Plano de Estabilização estava alicerçado na fixação da âncora cambial, abertura econômica e diminuição do Estado. Concomitantemente praticou-se a abertura e internacionalização da economia, sobrevalorização cambial e conseqüente perda de competitividade dos produtos brasileiros, elevação dos custos financeiros, recessão econômica, desemprego, concentração de renda e avanço da exclusão social.

Os reflexos dessa política foram prejudiciais a economia gaúcha, não podendo ser desprezados. A abertura da economia brasileira aos produtos estrangeiros, via quebra das barreiras alfandegárias, expôs os produtos gaúchos a uma competição desigual, na medida em que passaram a competir com produtos estrangeiros carregados de subsídios, ao passo que os produtos locais, além de não serem subsidiados, ainda arcam com pesados custos financeiros. Até mesmo o setor de alimentos passou a sofrer concorrência de produtos importados.

O ano de 1999 iniciou com a crise cambial que, a exemplo do que já havia ocorrido no México, nos Tigres Asiáticos e na Rússia, atingiu a economia brasileira. Para fazer frente a essa crise, as autoridades econômicas adotaram medidas que estabeleceram o fim da âncora cambial e introduziram as metas inflacionárias, estipuladas em acordo com o FMI - Fundo Monetário Internacional.

Essas medidas tiveram reflexo na economia gaúcha, especialmente porque a alteração da paridade cambial devolveu parte da competitividade dos produtos gaúchos, perdida com o Plano Real. Assim, após a turbulência inicial decorrente das medidas adotadas, os resultados começaram a ser notados, num primeiro momento com a substituição de produtos importados por equivalentes nacionais. Em um segundo momento, produtos gaúchos tradicionalmente exportados passaram a novamente ter colocação no mercado internacional, especialmente no que se refere a produtos agropecuários (notadamente aves e suínos).

Paralelamente, no âmbito estadual houve medidas de incentivo à atividade econômica como o apoio ao setor coureiro-calçadista e as novas linhas de crédito para o setor primário. Assim, em 1999, o Rio Grande do Sul experimentou um crescimento de seu PIB da ordem de 3,1% em relação ao ano de 1998, segundo pesquisa divulgada pela FEE, superior ao índice nacional, que alcançou 0,82%.

## 1.2- O SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Sinteticamente, pode-se dizer que, de 1995 a 1998, o instrumento de execução das ações do Governo, o aparelho estatal, estava em processo de desestruturação. Os processos de privatização, de concessão de serviços públicos, e ações como o PDV, levaram à despotencialização das ações do Estado, seja na área econômica e de infra-estrutura, seja na área social.

Neste mesmo período, a grave crise financeira pela qual passa o poder público estadual, apesar de ter sido agravada, ficou submersa pelos passageiros recursos oriundos das privatizações. ***A receita de R\$ 5 bilhões da venda do patrimônio público, equivalente a receita líquida de um ano inteiro do Estado, escondeu o déficit orçamentário*** sem gerar o equilíbrio das finanças públicas e deixando para o início de 1999 um passivo a descoberto de mais de R\$ 1,1 bilhão e uma significativa dívida pública que passou de R\$ 4,4 bilhões em 1994, para R\$ 13,4 bilhões no final de 1998.

O déficit primário seguiu o mesmo caminho: R\$ 152 milhões em 1994 para R\$ 1 bilhão em 1998. Um cenário no qual estruturalmente as despesas representam um valor superior às receitas líquidas do Estado. Enquanto o gasto com pessoal compromete mais de 80% da receita corrente líquida da administração direta, são destinados 15% para o pagamento da dívida. Uma estrutura de repartição da receita na qual o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público consomem juntos mais de 25% da receita tributária líquida. O componente de maior peso no principal item das despesas do Governo, gastos com pessoal, é sem dúvida o pagamento de inativos, representando 50% do total desses gastos, ou seja, 40% da receita corrente líquida. O Rio Grande do Sul apresenta, na comparação relativa com todas as outras unidades da federação, as maiores despesas de pessoal e com outros poderes.

Mesmo com a elevação das alíquotas do ICMS em 1998, a receita corrente foi fragilizada ao longo do período de 1995 a 1998. Medidas federais, como o Fundo de Estabilização Fiscal e a Lei Kandir, e ações estaduais de concessão de anistias e privilégios fiscais, abalaram a entrada de receitas. Neste cenário, houve uma queda da participação do Rio Grande do Sul no total do ICMS nacional de 8,3% em 1994 para 6,9% em 1998, que seria de 6,7%, caso não houvesse a elevação generalizada das alíquotas de ICMS naquele ano.

Assim, tinha-se um quadro no qual as receitas correntes apresentavam um frágil desempenho e as despesas continuavam aumentando, por conta dos passageiros recursos das privatizações. Isto representa um cenário de déficits estruturais que necessitam tempo e austeridade para serem debelados. Reverter a desestruturação financeira do Estado representa um trabalho de longo prazo que não pode ser ilusoriamente abreviado.

Mas, em 1999, em busca do saneamento administrativo e financeiro, deu-se início a uma gestão financeira eficiente que, ao lado de uma política de austeridade e corte de gastos supérfluos, permitiu reduzir o brutal déficit primário herdado de R\$ 1 bilhão para R\$ 293 milhões, pagar o décimo terceiro salário e manter a folha de pagamento em dia, sem demissões ou privatizações. Apesar dos encargos decorrentes do acordo da dívida firmado anteriormente - que representaram um aumento nominal de quase 38% nos gastos com a dívida, gerando um desembolso adicional de mais de R\$ 200 milhões – o esforço fiscal do Governo permitiu a redução de despesas em mais de 30%. Paralelamente a isto, mesmo com a redução das alíquotas do ICMS, com o quadro recessivo da economia brasileira (que deprime as receitas de impostos, como o ICMS), a desestruturação do aparelho arrecadador e a cultura de anistias e de privilégios fiscais encontrada, foram feitos esforços no lado da receita que permitiram um crescimento nominal de R\$ 50 milhões (23,7%) na cobrança da dívida ativa, de R\$ 630 milhões (460,7%) no volume de créditos encaminhados para cobrança judicial e de R\$ 430 milhões (10,2%) na arrecadação de ICMS. Mas a situação financeira está longe de ser resolvida, pois, ao contrário dos últimos três anos, nos quais o resultado orçamentário foi coberto pelas passageiras receitas de privatização, em 1999 houve um déficit total de quase R\$ 768 milhões.

A crise da economia brasileira e seus reflexos diretos, no âmbito estadual, impõe uma realidade adversa à recuperação da crise financeira do Estado. Nesse sentido, foi importante o processo de recuperação da capacidade de financiamento do Estado, através da captação de recursos internacionais que representaram uma significativa parcela no investimento do Estado, em 1999.

Paralelamente, em 1999, houve o início da reestruturação do setor público estadual com a constituição de estruturas para execução de políticas. Neste sentido, destaca-se a criação do Gabinete para o Mercosul, da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria Especial da Habitação. Simultaneamente, houve a qualificação da relação com o funcionalismo público, através da constituição de um canal aberto e permanente de diálogo, buscando a democratização das relações e da gestão dos serviços públicos. Isto se traduziu em ações concretas como a revogação da Lei do Plano de Carreira do Magistério, a criação do Quadro de Servidores de Escolas, a agilização dos processos de concessão de vantagens, a reestruturação da perícia médica e o desenvolvimento de ações de prevenção e melhoria da saúde do trabalhador.

## 2- OS PLANOS DO GOVERNO: CONSTRUINDO UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

### 2.1- O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

A estrutura social e econômica de uma região, seja ela desenvolvida ou não, é fruto de um processo marcado pelas ações dos agentes sociais, dos governos locais e também por fatores exógenos às vontades desses atores, que podem contribuir de forma negativa ou positiva para a construção de uma sociedade desenvolvida. O importante neste processo é que, mesmo não tendo o controle total dos elementos que afetam o desenvolvimento regional, os governos locais e os demais atores sociais e econômicos podem fomentar e alicerçar as bases para a construção desta sociedade desenvolvida.

Para a formulação e execução de ações neste sentido, é preciso identificar que os elementos que caracterizam e que garantem o desenvolvimento são diversos, complexos e estruturais. Por isso necessitam não só de planejamento, como também de esforço e tempo para serem construídos e solidificados.

É evidente que a definição de uma sociedade desenvolvida não é consensual. Sua caracterização será influenciada por condicionantes ideológicos e culturais. Mas, a título de simplificação, pode-se considerá-la como aquela na qual há: i) não só um elevado padrão de renda, mas também uma adequada distribuição desta renda, tanto no aspecto geográfico, quanto pessoal e funcional; ii) alto padrão de qualidade de vida, com garantia de acesso à saúde, educação, lazer e cultura; e iii) plenas condições de exercício da cidadania, com amplas camadas da população avaliando, influenciando e decidindo sobre os rumos específicos e gerais de sua sociedade.

Essa concepção, expressa em três eixos, já foi apresentada no programa de governo vitorioso no pleito de outubro de 1998 e no Plano Plurianual para o período 2000-2003. Esses eixos estavam, respectivamente, denominados como: ***Desenvolvimento de Verdade, Qualidade de Vida para Todos e Gestão Pública Democrática.***

Partindo dessa concepção de desenvolvimento não reducionista, não economicista e não imediatista, e considerando os limitantes existentes, o projeto de desenvolvimento deste Governo, ou seja, o seu plano de ação para buscar viabilizar a construção de uma sociedade desenvolvida no médio e longo prazo, tem como eixo fundamental “a mobilização da sociedade”. Assim, em todos os esforços e ações deste Governo objetiva-se mobilizar os agentes políticos, econômicos e sociais e potencializar os recursos humanos e materiais disponíveis para a construção coletiva de uma sociedade rica para seu povo e, por isso, justa e igualitária.

Nesse sentido, foi estruturada uma metodologia que permita uma abordagem de desenvolvimento estratégico, comprometida com uma visão integrada-integradora do plano de governo para o Estado, como um todo, assim como a elaboração de planos regionais de desenvolvimento que venham corrigir as desigualdades existentes.



Para a consolidação deste projeto de desenvolvimento há três vertentes de ação:

➤ *Desenvolvimento Social*: Ampliação da qualidade de vida com melhores níveis de educação e saúde, objetivando recuperar a autoestima popular e garantindo que, no futuro, haja uma nova geração das camadas populares capaz de interferir de forma qualificada nos rumos da sociedade. Ao criar uma massa crítica popular, haverá uma potencialização da capacidade de intervenção social e econômica dos cidadãos.

➤ *Desenvolvimento Político*: Fortalecimento da cidadania com a participação popular, visando trazer os excluídos para o exercício da política. A mobilização popular só ultrapassa os limites da demagogia e do populismo quando é feita de maneira radical, envolvendo amplas esferas de poder, e quando a população têm de fato condições e informação suficiente para a tomada de decisão. Isso se faz com participação popular. Por isto, é preciso manter, ampliar e implantar mecanismos que garantam a radicalização da democracia, tendo a democracia participativa, além da democracia representativa.

➤ *Desenvolvimento Econômico*: Estímulo ao desenvolvimento econômico desconcentrado, para resgatar os excluídos para a esfera produtiva. O verdadeiro desenvolvimento econômico está assentado em fatores estruturais. Para obtê-lo, é preciso assegurar a ampliação das oportunidades de trabalho e melhorar a distribuição da renda tanto no âmbito funcional, quanto regional. Com a inclusão econômica de segmentos hoje excluídos, e com a redistribuição da renda, busca-se a constituição de um mercado interno de massas, condição necessária para o crescimento econômico de longo prazo socialmente sustentável. Para que se possa obter este desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul e garantir que ele seja sustentável e harmônico, é necessário, a partir de hoje, realizar algumas ações: i) incentivar os sistemas locais de produção visando agregar valor à produção local já existente e introduzir novas oportunidades de produção e prestação de serviços; ii) garantir a infra-estrutura adequada, não só para viabilizar a produção agrária e industrial, como também para permitir o seu escoamento; iii) fomentar novos e dinâmicos setores econômicos concomitante com a recuperação do setor agrário e dos cinco grandes complexos industriais do Estado, que representam cerca de 90% do produto industrial (petroquímica, metal-mecânica coureiro-calçadista, agroalimentar e moveleiro); iv) garantir o equilíbrio ambiental, a fim de potencializar a utilização de recursos no futuro; v) aprimorar as relações econômicas internacionais, através do Mercosul e de outros mecanismos existentes, visando garantir a ampliação do mercado para nossos produtos.

A interligação dessas diretrizes é evidente: o desenvolvimento político, com a constituição de mecanismos que ampliem a participação popular, permitirá que a sociedade decida diretamente os rumos de seu desenvolvimento econômico e social. Mas isto será potencializado se, não apenas uma minoria, mas a população em geral tenha condições, de fato, de exercer esta participação. Para isto, é necessário oportunizar a inserção social e econômica, com a ampliação das oportunidades de emprego, e, paralelamente, garantir melhores condições físicas (saúde) e intelectuais (educação) à população. Assim, haverá a cidadania não só com a oportunidade de participação, mas com homens e mulheres em condições de exercê-la.

Para a execução dessas diretrizes, é fundamental garantir a mobilização social, que por si só é um instrumento potente para a alavancagem do desenvolvimento, e ter consciência que a concretização desse projeto de desenvolvimento e a obtenção de seus frutos não ocorrerá no curto prazo.

Além disso, a apresentação dos planos de ação do Governo não pode deixar de estar embasada no instrumental de ação que Estado dispõe. Isto torna-se mais significativo quando há situações como a que se enfrenta atualmente, na qual, o atual Governo estadual representa a interrupção, em escala regional, de um vigoroso projeto de ajuste neoliberal que consistia na redução da estrutura estatal, com demissão de servidores e privatização de empresas estatais. Assim um dos tópicos das ações deste Governo é reconstruir, sobre novas bases a estrutura estatal.

## 2.2- O QUE JÁ FOI FEITO

Mesmo num cenário de graves dificuldades vivido no primeiro ano de governo, com um significativo déficit herdado, um contingenciamento financeiro, uma máquina pública fragilizada, um orçamento não direcionado para as novas prioridades e a forte ação de interesses contrariados, conseguiu-se dar início à construção do novo projeto, o que pode ser sintetizado nas seguintes conquistas:

➤ Democracia participativa no Estado, expressa em ações como os Seminários Regionais de Planejamento do Desenvolvimento, a Constituinte Escolar, o fortalecimento dos Conselhos de Desenvolvimento já existentes e a criação de outros, mas, principalmente, com o **Orçamento Participativo**, no qual cerca de 190 mil cidadãos e cidadãs gaúchos(as) debateram e decidiram, de forma transparente, sobre o conjunto de despesas e receitas do Estado;

➤ Início da recuperação da qualidade dos serviços públicos prestados diretamente à população, inclusive com a garantia de aplicação de patamares constitucionais em áreas essenciais (como saúde e educação) e substancial acréscimo em outras, como a habitação. Em relação ao primeiro ano do Governo anterior, 1995, os gastos em saúde, educação e segurança cresceram, respectivamente 104,2%, 24,1% e 4,6%. Realização inicial da inversão de prioridades, a partir da implantação de projetos estratégicos, como a municipalização solidária da saúde e o movimento de alfabetização;

➤ Fomento ao Desenvolvimento Econômico, com o lançamento das bases para a futura execução de ações como o seguro agrícola e a revisão dos instrumentos de incentivo fiscal; incentivo ao setor agrário, através de ações como novas linhas de crédito, reforma agrária e extensão rural; o fomento a setores estratégicos; como o coureiro-calçadista e a informática; e o incentivo às micro e pequenas empresas, com programas como o Primeiro Emprego;

➤ Qualificação e ampliação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento, com a destinação de mais de R\$ 200 milhões para estradas, melhoria dos canais hidroviários e dos portos de Rio Grande e Porto Alegre, garantia da continuidade da construção do gasoduto, aumento da estabilidade no fornecimento de energia, com investimentos de R\$ 43 milhões que envolvem, entre outras ações, a construção de linhas de transmissão e o reforço de subestações.

Este Governo, a partir das realizações do seu primeiro ano, alicerçou as bases para a construção de um novo Estado. Não são poucas as dificuldades para traduzir publicamente e dar maior visibilidade às conquistas e realizações do Governo. Isto porque muitas das mudanças produzirão efeitos e resultados a médio e longo prazo.

### **2.3- AGENDA PARA AVANÇAR EM 2000**

No primeiro ano de Governo, firmaram-se as bases para a criação de um novo modelo de Estado, fundado na participação e na democracia popular, na garantia de direitos sociais e na recuperação da capacidade financeira para inverter prioridades. Expressam essa marca a vitória do Orçamento Participativo, o fortalecimento das instâncias de controle social, a revisão de contratos lesivos aos interesses do Estado, o fim de benefícios e privilégios fiscais, a implementação da reforma agrária, o lançamento do Programa para o setor coureiro-calçadista, a criação das Secretarias de Habitação e Meio Ambiente, a garantia dos patamares constitucionais da saúde e educação, assim como de repasses de recursos na área social, dentre outras tantas iniciativas exitosas, executadas através de um planejamento participativo.

Como já foi apresentado, tudo isso foi feito em condições desfavoráveis, inclusive sob o ponto de vista orçamentário, uma vez que o orçamento para 1999 foi formatado segundo uma lógica diferente da proposta pelo atual Governo. Para o ano 2000, em que pese a manutenção da grave crise fiscal e econômica, irá se executar pela primeira vez o Orçamento Participativo Estadual, que traduz o conjunto de compromissos deste Governo. Ter-se-ão, portanto, definições realistas a cerca de aspectos fundamentais como os programas e projetos prioritários e o padrão de financiamento de cada área governamental.

Paralelamente, é preciso qualificar a relação entre o Executivo e os outros poderes. É necessário ter claro que a mobilização social para a construção do desenvolvimento ocorrerá, mais facilmente e mais rapidamente, se a relação entre os poderes for marcada pela cooperação e pelo mútuo respeito aos seus papéis.

Nesse cenário, destacam-se alguns pontos que deverão receber atenção especial do Governo:

➤ **Gestão Governamental:** Rever as instâncias e procedimentos adotados neste primeiro ano, tornando mais satisfatória a gestão política e administrativa do conjunto do governo; dar continuidade à ampliação dos mecanismos que valorizem a construção coletiva de opiniões e decisões; continuar buscando a reversão da fragmentação e da autonomização das partes em relação ao conjunto; corrigir as distorções, como sombreamentos, superposições e indefinições institucionais, já identificadas, que geram uma grave desorganização e desarticulação entre os órgãos;

➤ **Pauta Nacional:** Garantir o debate sobre o pacto federativo envolvendo temas como dívida, desvinculação de Receitas da União, Lei Kandir, reforma tributária e lei de responsabilidade fiscal; garantir o debate relativo às políticas federais referentes à macroeconomia e às áreas sociais, que têm sido omissas, implicando em problemas sociais e econômicos para a sociedade gaúcha e brasileira;

➤ Desenvolvimento Econômico: Dar continuidade ao apoio à recuperação das cadeias produtivas do Estado; fomentar os sistemas locais de produção; aprofundar os mecanismos já existentes; ampliar o crédito e o suporte técnico, priorizando os micro, pequenos e médios empreendimentos; qualificar os mecanismos para ampliação das exportações; solidificar o apoio a novos setores econômicos, como a informática; integrar o desenvolvimento econômico com o social e político, através da mobilização social; evoluir na articulação das ações para o desenvolvimento econômico, com a definição, identificação e formatação dos meios e instrumentos para fomentar o desenvolvimento regional;

➤ Enfrentamento à Crise e à Emergência Social: Continuar agindo contra a realidade de exclusão e miséria, com a ampliação e aprimoramento de programas para setores em situação de risco, como crianças e adolescentes, e com o desencadeamento de programas de solidariedade na crise, envolvendo, nesse esforço, um conjunto de organizações da sociedade (entidades eclesiais, comunitárias, entre outras), instituições nacionais e internacionais (UNICEF, UNESCO, entre outras) e prefeituras;

➤ Projetos de Geração de Emprego/Ocupação: Além de ampliar e qualificar os programas atuais (Primeiro Emprego e Qualificar RS, por exemplo), é necessário atuar com agressividade na formulação e implantação de programas de geração de emprego/ocupação e renda, como o microcrédito, articulando entidades sindicais e patronais neste esforço;

➤ Política para o funcionalismo: Avançar nos mecanismos de valorização do trabalhador do setor público estadual como, por exemplo, na implementação de canais de participação, através do Planejamento Estratégico Participativo, envolvendo os servidores na gestão e, conseqüentemente, obtendo maior racionalidade nos processos administrativos; investir na qualificação, buscando corrigir as distorções da matriz salarial; reformular o sistema previdenciário; instituir o teto e o piso salarial; implementar mecanismos que corrijam situações inadequadas de remunerações excessivas e buscar formas de financiamento para viabilizar a recuperação salarial dos servidores.

Para que o Rio Grande do Sul consiga garantir uma sociedade desenvolvida para as próximas gerações que virão, devem-se preparar os elementos hoje. Para isso, é preciso unir esforços, respeitando as diferenças de concepção, para reverter as dificuldades sociais e econômicas do Estado, em geral, e financeiras e administrativas do setor público estadual, em particular. Se todos nós, homens públicos, dos diferentes segmentos e poderes do Setor Público Estadual e da sociedade gaúcha, de um modo geral, tivermos a sobriedade de identificar que o futuro do Rio Grande do Sul é mais relevante que os nossos interesses individuais e corporativos, teremos condições de aprovar, legitimar e implementar os ajustes financeiros e administrativos necessários para o aparato estatal. Assim iremos garantir a completa “desprivatização do Estado”, retirando-o completamente das mãos de interesses individuais e corporativos e garantindo que ele esteja a serviço dos cidadãos, para que possamos reverter a exclusão social, que envergonha a todos nós.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>I – APRESENTAÇÃO.....</b>   | <b>05</b> |
| <b>II – A SITUAÇÃO DO ESTADO.....</b>  | <b>17</b> |
| A SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA.....  | 19        |
| A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....  | 27        |
| A SITUAÇÃO DA ESTRUTURA ESTATAL.....   | 37        |
| <b>1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....</b>  | <b>37</b> |
| 1.1 – Gabinete do Governador.....  | 37        |
| 1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....           | 37        |
| 1.1.2 – Casa Civil.....  | 38        |
| 1.1.3 – Casa Militar.....  | 38        |
| 1.1.4 – Defensoria Pública do Estado - DEFPUB.....                               | 39        |
| 1.1.5 – Gabinete do Mercosul.....  | 39        |
| 1.1.6 – Procuradoria-Geral do Estado – PGE.....                                  | 39        |
| 1.1.7 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....                      | 41        |
| 1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH.....             | 44        |
| 1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....  | 47        |
| <b>2 – ÁREA ECONÔMICA.....</b>   | <b>51</b> |
| 2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....                       | 51        |
| 2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....                              | 51        |
| 2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI.....   | 54        |
| 2.4 – Secretaria do Turismo - SETUR.....   | 57        |
| <b>3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....</b>  | <b>59</b> |
| 3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....                    | 59        |
| 3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....                     | 64        |
| 3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....                                       | 66        |
| 3.4 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....                              | 69        |
| <b>4 – ÁREA SOCIAL.....</b>  | <b>71</b> |
| 4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....   | 71        |
| 4.2 – Secretaria da Educação – SE.....   | 73        |
| 4.3 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....                            | 80        |
| 4.4 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....                                    | 81        |
| 4.5 – Secretaria da Saúde – SES.....   | 83        |
| 4.6 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....        | 85        |
| <b>III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 1999.....</b>                         | <b>89</b> |
| <b>1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....</b>  | <b>91</b> |
| 1.1 – Gabinete do Governador.....  | 91        |
| 1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....           | 95        |
| 1.1.2 – Casa Civil.....  | 97        |
| 1.1.3 – Casa Militar.....  | 98        |
| 1.1.4 – Defensoria Pública do Estado – DEFPUB.....                               | 100       |
| 1.1.5 – Gabinete do Mercosul.....  | 101       |
| 1.1.6 – Procuradoria Geral do Estado – PGE.....                                  | 102       |
| 1.1.7 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....                      | 106       |
| 1.1.7.1 – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE..... | 113       |
| 1.1.7.2 – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN.....     | 114       |
| 1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH.....             | 117       |
| 1.2.1 – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.....    | 119       |
| 1.2.2 – Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH.....          | 120       |
| 1.2.3 – Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul – PROCERGS..... | 120       |
| 1.2.4 – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG.....                   | 121       |
| 1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....  | 122       |
| 1.3.1 – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.....                 | 123       |

|  |            |
|--|------------|
| 2 – ÁREA ECONÔMICA.....  | 127        |
| 2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....   | 127        |
| 2.1.1 – Instituto Rio-grandense do Arroz – IRGA.....   | 132        |
| 2.1.2 – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA.....                                  | 132        |
| 2.1.3 – Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA.....   | 132        |
| 2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....  | 133        |
| 2.2.1 – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO.....                                    | 136        |
| 2.2.2 – Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC.....  | 139        |
| 2.2.3 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.....                            | 141        |
| 2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.....                       | 142        |
| 2.3.1 – Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Rio Grande – ZOPERG ..... | 149        |
| 2.3.2 – Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento.....   | 150        |
| 2.4 – Secretaria do Turismo - SETUR.....   | 151        |
| 3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....   | 153        |
| 3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....  | 153        |
| 3.1.1 – Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.....   | 155        |
| 3.1.2 – Companhia Rio-grandense de Mineração – CRM.....  | 158        |
| 3.1.3 – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul –SULGÁS.....                                 | 159        |
| 3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....   | 160        |
| 3.2.1 – Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN.....  | 164        |
| 3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....   | 165        |
| 3.3.1 – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.....                                     | 169        |
| 3.3.2 – Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH.....  | 172        |
| 3.3.3 – Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG.....   | 173        |
| 3.4 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....  | 174        |
| 3.4.1 – Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB.....                           | 176        |
| 4 – ÁREA SOCIAL.....   | 177        |
| 4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....   | 177        |
| 4.1.1 – Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF.....                                | 178        |
| 4.1.2 – Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV.....                                | 180        |
| 4.1.3 – Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA.....                                    | 180        |
| 4.1.4 – Fundação Theatro São Pedro – FTSP.....   | 181        |
| 4.2 – Secretaria da Educação – SE.....   | 181        |
| 4.2.1 – Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS.....    | 190        |
| 4.2.2 – Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC.....                      | 192        |
| 4.3 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....  | 193        |
| 4.3.1 – Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS.....   | 200        |
| 4.4 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....  | 201        |
| 4.4.1 – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM.....                  | 202        |
| 4.4.2 – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB.....   | 203        |
| 4.5 – Secretaria da Saúde – SES.....   | 205        |
| 4.5.1 – Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.....                               | 212        |
| 4.6 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....                            | 214        |
| 4.6.1 – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.....   | 218        |
| 4.6.2 – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS.....                                       | 221        |
| <b>IV – OS PLANOS PARA 2000.....</b>   | <b>223</b> |
| 1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....   | 227        |
| 1.1 – Gabinete do Governador.....  | 227        |
| 1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....                               | 228        |
| 1.1.2 – Casa Civil.....  | 228        |
| 1.1.3 – Casa Militar.....  | 228        |
| 1.1.4 – Defensoria Pública do Estado – DEFPUB .....  | 229        |
| 1.1.5 – Gabinete do MERCOSUL.....  | 230        |
| 1.1.6 – Procuradoria-Geral do Estado – PGE.....  | 230        |
| 1.1.7 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....  | 231        |
| 1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH.....                                 | 235        |
| 1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....  | 238        |
| 2 – ÁREA ECONÔMICA.....  | 239        |
| 2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....   | 239        |
| 2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....  | 241        |

|  |     |
|--|-----|
| 2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI..... | 244 |
| 2.4 – Secretaria do Turismo - SETUR.....                                       | 247 |
| 3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....   | 249 |
| 3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....                  | 249 |
| 3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....                   | 252 |
| 3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....                                     | 254 |
| 3.4 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....                            | 256 |
| 4 – ÁREA SOCIAL.....   | 259 |
| 4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....                                       | 259 |
| 4.2 – Secretaria da Educação – SE.....   | 260 |
| 4.3 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....                          | 263 |
| 4.4 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....                                  | 265 |
| 4.5 – Secretaria da Saúde – SES.....   | 268 |
| 4.6 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....      | 271 |





## II – A SITUAÇÃO DO ESTADO



## A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

### ANÁLISE DO PERÍODO 1995 – 1998

A economia brasileira, a partir de 1994, vive sob a égide do Plano Real, concebido para pôr fim ao fenômeno inflacionário. Esse Plano de Estabilização estava alicerçado na fixação da âncora cambial, abertura econômica e diminuição do Estado. No que diz respeito à meta de combate à inflação, os resultados do Plano são consistentes. Num período de cinco anos e meio (julho/94 a dezembro/98), a inflação acumulada medida pelo Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna (IGP/DI), foi de 127,6% (média anual de 16%, baixa em comparação ao passado recente, embora ainda elevada em relação aos níveis inflacionários de países como Estados Unidos, Japão e demais países do G-7 e do Primeiro Mundo). No ano passado, a inflação recrudescceu, superando os 20%, o que pode estar indicando uma tendência de retorno do processo de elevação dos preços. O custo disso? Abertura e internacionalização da economia, sobrevalorização cambial e conseqüente perda de competitividade dos produtos brasileiros, elevação dos custos financeiros, recessão econômica, desemprego, concentração de renda e avanço da exclusão social, entre outros.

Os reflexos dessa política no Rio Grande do Sul não podem ser desprezados. A abertura da economia brasileira aos produtos estrangeiros, via quebra das barreiras alfandegárias, expôs os produtos gaúchos a uma competição desigual, na medida em que passaram a competir com produtos estrangeiros carregados de subsídios, ao passo que os produtos locais, além de não serem subsidiados, ainda arcam com pesados custos financeiros. Até mesmo o setor de alimentos passou a sofrer concorrência de produtos importados.

Como conseqüência, a economia gaúcha sofreu uma reversão de tendência no processo de crescimento econômico desde o lançamento do Programa de Estabilização Econômica. Os dados do Produto Interno Bruto regional brasileiro, referentes ao período 1985-97, recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam que o comportamento do produto gaúcho, ao final do período analisado, não conseguiu acompanhar o desempenho da economia brasileira, tendo em vista a queda expressiva da participação estadual na renda nacional a partir de 1995.

É fundamental considerar-se que a abrangência do período analisado está a demonstrar que o Rio Grande do Sul conviveu com uma participação crescente na renda nacional até 1994 e que, depois, paralelamente à criação da âncora cambial, houve uma diminuição substancial na representatividade do indicador regional sobre o produto nacional.

Em 1985, o PIB do RS representava 7,88% do Produto Nacional; esse percentual elevou-se para 8,13% em 1990 e voltou a crescer para atingir o patamar de 8,91% em 1994. No último levantamento realizado, correspondente ao exercício de 1998, a participação do PIB gaúcho no PIB brasileiro caiu para 8,02%, uma regressão ao alcançar um indicador próximo do resultado obtido em 1985. Essa queda de participação da economia estadual na nacional deveu-se ao desempenho verificado a

partir de 1995, que ficou marcado pela taxa negativa de 4,8% em 1995, tendo ocorrido uma insuficiente recuperação no biênio 1996-97.

Paralelamente ao desempenho da economia, o comportamento do mercado de trabalho regional, durante o quadriênio 1995-98, deixou um resultado sofrível para a população do Rio Grande do Sul. A reestruturação produtiva e o crescimento econômico insuficiente no Estado colocaram o desemprego em primeiro plano.

O conhecimento obtido através da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RPMA) sobre o perfil da População Economicamente Ativa (PEA) da Região e a respeito da dinâmica do mercado de mão-de-obra evidenciou um total de 1.704.000 habitantes dos quais 1.380.000 estavam ocupados e 330.000 encontravam-se desempregados em dezembro de 1998. Comparando-se os dados disponíveis, verifica-se que a taxa de desemprego total elevou-se de 10,9%, em dezembro de 1995, para o patamar de 17,3%, em dezembro de 1998.

Da mesma forma que as dificuldades com a absorção da mão-de-obra, há questões sociais emergentes. Em âmbito nacional, a década perdida de 80 gerou pobreza rural e urbana em patamares críticos, à qual devem ser acrescidos novos contingentes populacionais excluídos nos anos 90. O padrão tecnológico atual, de um lado, e a alteração do padrão demográfico brasileiro com a conseqüente mudança da pirâmide etária, de outro, estão a exigir a formulação de políticas sociais condizentes com a realidade do ano 2000.

Em termos do Rio Grande do Sul dos anos 90, a década começou com a presença de 1,5 milhão de excluídos, dos quais mais da metade viviam no campo, com rendimentos aquém daqueles necessários para a aquisição de uma cesta básica. Dispersa entre as grandes propriedades da Metade Sul e as propriedades familiares do norte do Estado, a pobreza rural está aí, inserida em uma população rural estimada em 2 milhões de habitantes no ano de 1995 e sendo submetida a uma aceleração do processo de exclusão vigente entre produtores e trabalhadores do Setor Primário.

As regiões onde se localizaram as maiores concentrações de pobreza rural foram aquelas que geraram as mais elevadas taxas de crescimento negativo da população rural. Esse fato ocorreu concomitantemente ao processo de concentração populacional em áreas urbanas, que teve início nos anos 60. Nos anos 80, o processo de desenvolvimento econômico fez com que o crescimento demográfico na Região Metropolitana de Porto Alegre e nas regiões do Vale do Caí e da Serra do Nordeste superasse a média do Estado, enquanto no Alto Uruguai - com terras menos produtivas -, na Campanha e na Lagoa dos Patos - com rentabilidade reduzida na atividade econômica -, houve redução na população rural.

A pobreza rural no Estado pode ser encontrada em sub-regiões da Metade Sul, do Norte, das Grandes Lagoas e da Depressão Central, onde houve diminuição de dois terços da população rural. Decorrente disso verifica-se uma nova tendência de movimento migratório, representado pelo deslocamento de pequenos produtores rurais que, empobrecidos e/ou endividados com instituições bancárias, vendem e, em casos extremos, abandonam suas propriedades e maquinarias, e se dirigem para as periferias das cidades mais próximas ou dos centros urbanos regionais, ao invés de

uma migração intensiva para a capital do Estado ou cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, como ocorreu na década de 70.

Atualmente, com o envelhecimento da população, as pressões por assistência, previdência e saúde devem crescer e levar o Poder Público a desenhar as novas políticas sociais que irão priorizar a atividade da esfera pública para o atendimento do novo perfil de morbidade, mais caro e, ao mesmo tempo, mais exigente em termos de infra-estrutura hospitalar.

Em 1996, o Estado apresentava uma taxa de fecundidade média de 2,23 filhos por mulher em idade fértil, e merecia destaque entre os estados brasileiros o fato de o Rio Grande do Sul ser o detentor de um indicador de esperança de vida ao nascer de 72,6 anos, o que significa a liderança em termos de País. Paralelamente, o coeficiente de mortalidade infantil, de 15,9 por 1.000 crianças nascidas vivas calculado pelo IBGE em 1997 não é uniforme no território gaúcho, com um valor mais elevado no Sul, onde o déficit nutricional é maior e a estrutura econômica é baseada na grande propriedade e na pecuária extensiva, e menor no Nordeste, onde a agricultura familiar é predominante. Quanto à longevidade da população, segundo pesquisa anual do IBGE, a população gaúcha tinha 12,1% dos seus habitantes com mais de 60 anos em 1995 contra 8,3% no Brasil.

#### **ANÁLISE SETORIAL**

A agropecuária gaúcha foi marcada, no período 1995-98, pelas medidas integrantes do Plano de Estabilização Econômica, notadamente pela âncora cambial, que manteve a moeda brasileira sobrevalorizada, retirando competitividade dos produtos gaúchos exatamente quando se abria a economia nacional às importações.

Tratou-se de um movimento orquestrado para viabilizar a obtenção da estabilidade monetária a partir da estabilidade dos preços agrícolas. Daí o paradoxo presente na agropecuária: produção nas alturas e preços em nível reduzido no começo do Plano Real para, logo a seguir, registrar-se o encolhimento da produção, afetado, em parte, pela restrição do clima vigente. Como consequência, sobrou ao produtor um entrave a sua rentabilidade e uma expansão do seu endividamento.

O resultado materializou-se no comportamento do índice do volume do valor adicionado a preço básico para a agropecuária do Rio Grande do Sul, que permaneceu estagnado durante o período 1995-97, conforme se pode verificar nas Contas Regionais do Brasil, recentemente divulgadas pelo IBGE.

Tomando-se como base o ano de 1985, em que o índice do volume do valor adicionado a preço básico para a agropecuária era igual a 100, verificou-se que, após uma década, em 1995, esse indicador ocupava o patamar de 108,97. Para avaliar o comportamento do Setor Primário estadual nos dois anos seguintes, em 1996 e em 1997, buscou-se o valor do índice do volume do valor adicionado para esses dois exercícios. Os valores encontrados, de 105,51 para 1996, de 109,97 para 1997 e 114,04 para 1998, evidenciam que não houve melhora significativa na agropecuária, quando comparados os valores do triênio ao índice de 108,97, referente a 1995.

Lamentavelmente, os abandonos da lavoura e da pecuária repercutiram na relação da agropecuária gaúcha com o total do valor adicionado bruto estadual a preço

básico: no triênio 1995-97, a participação do Setor Primário no total caiu de 14,22% em 1995 para 13,75% em 1996 e para 12,30% em 1997. Essa mesma conclusão pode ser obtida em termos de Produto, ou seja, para o mesmo período, 1995-97, a participação da agropecuária no PIB gaúcho diminuiu de 12,31% para 11,23% e, deste último, para 10,42%. Apenas em 1998 houve uma pequena recuperação para 13,53, mais em função do decréscimo da indústria.

No período 1995-98, as variações do PIB da lavoura oscilaram entre dois extremos: um incremento de 4,5% em 1995 e uma queda de 14,4% em 1996; em 1997 e em 1998, ocorreram pequenos acréscimos de 2,6% e de 3,4% respectivamente. No último ano do período analisado, o incremento de 38,5% na produção de soja e o aumento de 5,9% na produção de milho, acompanhados das quedas em outros três produtos, o arroz, o trigo e o fumo, da ordem de 12,1%, 7,1% e 17,9% respectivamente, foram os principais responsáveis pelo patamar alcançado pelo PIB da lavoura em 1998. Complementando a descrição do comportamento do Setor Primário gaúcho no exercício passado, cabe o registro de que o subsetor pecuária avançou 5,4% durante o exercício; a queda na produção de bovinos, da ordem de 6,8%, foi compensada pelo incremento do processo produtivo de suínos em 14,1%, de aves em 15,1% e de leite em 2,2%.

A indústria do Rio Grande do Sul, também atingida pelas medidas do Plano de Estabilização, não consegue, há um decênio, apresentar taxas de crescimento condizentes com as expectativas da sociedade gaúcha. No quadriênio 1995-98, o desempenho setorial atingiu o irrisório incremento médio de 1,6% ao ano. Dentro do Setor Secundário, o perfil tecnológico da Indústria da Transformação não permitiu que a indústria gaúcha concorresse com produtos importados, mantendo, assim, três variações negativas entre quatro taxas existentes no período; apenas em 1997, o Estado mostrou alguma recuperação, porém, logo a seguir, em 1998, mais uma vez o subsetor caiu, 5,4% desta vez. Em nível de gêneros, as maiores quedas aconteceram junto ao fumo, a vestuário e calçados, a bebidas, e a material elétrico e de comunicações.

O setor serviços vem mantendo a sua participação em torno de 47% a 48% do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul desde 1995. A educação, a saúde e os serviços sociais têm-se mantido entre 2,5% e 2,6% do PIB gaúcho, enquanto a administração pública, a defesa e a seguridade social têm contribuído com 7,5% e 8% do produto estadual.

Por último, a relação da economia gaúcha com o Exterior - tradicionalmente superavitária, em patamares em torno de US\$ 3 bilhões até 1994, e ainda mantendo essa condição, embora em nível próximo a US\$ 2 bilhões entre 1995 e 1997 -, apresentou uma queda para US\$ 1,2 bilhão em 1998. Essa mudança na relação do Rio Grande do Sul com o Exterior deve ser visualizada como a consequência de uma alteração maior em âmbito federal: até 1994, também o País mantinha saldos positivos na sua balança comercial, atingindo valores superiores a US\$ 10 bilhões anualmente; depois, com a criação da âncora cambial, houve reversão no resultado, a balança comercial nacional tornou-se deficitária e criou uma série de dificuldades que ocasionaram a alteração na política cambial em 1999.

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tradicionalmente, as análises das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul têm dividido o território gaúcho em três grandes regiões: a Sul, com formação predominantemente agrária, baseada em grandes propriedades, basicamente ocupadas com o cultivo de arroz e a pecuária; a Norte, também agrária, caracterizada por pequenas e médias propriedades de produção bastante diversificada, com ênfase, nas últimas décadas, para as culturas do trigo e da soja; e a Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e seu entorno, caracterizada por um parque industrial diversificado, predominante na economia local. Ressalte-se que, com exceção desse eixo de desenvolvimento tipicamente industrial, o restante da Região Nordeste do Estado guarda semelhança com a Região Norte.

Desde 1940, período a partir do qual se dispõe de dados de censos demográficos e econômicos, é possível perceber que ocorreram significativas mudanças espaciais na distribuição do Produto Interno do Rio Grande do Sul, com apreciável concentração na Região Nordeste, fruto do processo de industrialização do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Tal fenômeno fica evidente no quadro a seguir:

Distribuição do Produto Interno por regiões do RS (%) - 1940 e 1997

| Região   | 1940  | 1997  |
|----------|-------|-------|
| Nordeste | 33,03 | 56,30 |
| Norte    | 28,64 | 26,30 |
| Sul      | 38,33 | 17,40 |

Fonte: FEE.

Na Região Nordeste, verifica-se uma grande diversificação dos segmentos industriais nos municípios contíguos a Porto Alegre; uma especialização nos segmentos industriais ligados à indústria do calçado, no Vale do Sinos; bem como uma concentração nos gêneros mobiliário e bebidas, nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores da Cunha, na Serra.

Na Região Norte, devido à atividade agrícola bastante diversificada, a agroindústria a ela ligada mostrou-se dinâmica, destacando-se os gêneros de indústrias alimentícias e de bebidas, implementos agrícolas e fumo.

Já a Região Sul apresenta uma estrutura econômica mais simples, baseada na exploração de potencialidades regionais menos dinâmicas, ligadas à orizicultura, pecuária de corte e produção de conservas.

No que tange à Região Nordeste, o crescimento urbano desordenado do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, decorrente de sua industrialização, tende a se colocar como entrave à continuidade do seu crescimento.

A Região Norte terá de enfrentar o desafio de competir com o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste e Norte do Brasil, que vêm se transformando nos grandes produtores de grãos do País.

É a Região Sul, entretanto, que apresenta uma problemática de crescimento de mais difícil solução, que parece estar ligada à reduzida capacidade dos agentes locais para identificar e explorar oportunidades de diversificação econômica, à sua estrutura fundiária e à concorrência de produtos de países vizinhos.

As atividades econômicas nas quais a região está centrada, além de exigirem áreas de tamanho médio a grande para manter a produtividade compatível com a economicidade e com o uso de técnicas tradicionais, também não geraram empregos suficientes para ocupar a mão-de-obra. A concentração de renda disto decorrente dificultou o desenvolvimento de atividades locais ligadas ao comércio e à indústria. A especialização da produção primária constituiu uma dificuldade a mais para a instalação de outras atividades industriais, devido à pouca variedade de matérias-primas para serem processadas na região. Disso resultaram os centros urbanos esparsos e a reduzida densidade da população rural.

Essa realidade aparece de forma clara na tabela a seguir, onde está discriminada a distribuição da população do Rio Grande do Sul, por regiões, no período 1970-97. Pelos dados, constata-se que a distribuição da população rio-grandense acompanhou o comportamento do PIB, com forte concentração na região Nordeste e uma considerável perda populacional na região Sul, e, especialmente, na região Norte.

Distribuição da população por regiões do RS (%) - 1970 a 1997

| Região   | 1970  | 1980  | 1997 |
|----------|-------|-------|------|
| Nordeste | 34,28 | 40,21 | 46,5 |
| Norte    | 37,17 | 33,48 | 28,6 |
| Sul      | 28,54 | 26,31 | 24,9 |

Fonte: FEE.

A problemática dos desequilíbrios de crescimento regional no Rio Grande do Sul requer uma ação concreta com o objetivo de promover uma expansão do desenvolvimento de forma mais equânime no território gaúcho e a identificação e exploração de novas capacitações locais de desenvolvimento.

Em termos mais específicos, uma política de desenvolvimento regional deverá estar alicerçada na complementaridade entre as regiões e na gestão do território de forma a reforçar a estrutura urbana das cidades médias, desconcentrar serviços e valorizar as potencialidades regionais, evitando a concorrência entre as regiões.

### **ANÁLISE DO ANO DE 1999**

O ano de 1999 iniciou com a crise cambial que, a exemplo do que já havia ocorrido no México, nos Tigres Asiáticos e na Rússia, atingiu a economia brasileira. Para fazer frente a essa crise, as autoridades econômicas adotaram medidas que estabeleceram o fim da âncora cambial e introduziram as metas inflacionárias, estipuladas em acordo com o FMI - Fundo Monetário Internacional.



Essas medidas tiveram reflexo na economia gaúcha, especialmente porque a alteração da paridade cambial devolveu parte da competitividade dos produtos gaúchos perdida com o Plano Real. Assim, após a turbulência inicial decorrente das medidas adotadas, os resultados começaram a ser notados, num primeiro momento com a substituição de produtos importados por equivalentes nacionais. Em um segundo momento, produtos gaúchos tradicionalmente exportados passaram a novamente ter colocação no mercado internacional, especialmente no que se refere a produtos agropecuários (notadamente aves e suínos).

Em conseqüência disso, o Rio Grande do Sul experimentou um crescimento de seu PIB da ordem de 3,1% em relação ao ano de 1998, segundo pesquisa divulgada pela FEE, superior ao índice nacional, que alcançou 0,82%.

Permaneceram, entretanto, condicionantes negativos que impediram um melhor desempenho da economia gaúcha. Os juros continuaram como fator impeditivo a empreendimentos, pois as melhores promessas de redução das taxas não se realizaram, continuando o Brasil a disputar a liderança mundial de juros altos.

Conhecido o ritmo de crescimento da economia, a análise volta-se para o mercado de trabalho, onde o indicador utilizado é dado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação de Economia e Estatística e pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social com apoio do FAT/Mtb, o Fundo de Amparo do Trabalhador. Em dezembro de 1998, às vésperas da mudança na política cambial, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) era de 17,3%; os números para o ano de 1999 acusam um aumento da taxa de desemprego para 19,4% em novembro.

As informações de novembro de 1999 divulgadas pela PED evidenciam que, para uma população total de 3.600.000 habitantes na RMPA, a População Economicamente Ativa era de 1.794.000, dos quais 1.446.000 estavam ocupados e 348.000 eram considerados desempregados.

Para encerrar esta análise global, é importante avaliar o relacionamento da economia gaúcha com o Exterior, através dos dados divulgados para as exportações brasileiras em níveis de estados, por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No período jan-set./99, o Rio Grande do Sul exportou o equivalente a US\$ FOB 4,5 bilhões, valor que representa 10,46% das exportações brasileiras; no mesmo período do ano de 1998, o Estado havia exportado US\$ FOB 5,2 bilhões, uma quantia um pouco maior do que a de 1999, o equivalente a 11,05% das exportações nacionais. Essa queda nas exportações gaúchas de 1998 para 1999 reflete o momento de crise que o Brasil atravessa associado à demanda mundial reprimida a partir da crise da Ásia.

#### **ANÁLISE SETORIAL**

Segundo pesquisa da FEE, relativa ao PIB do Rio Grande do Sul, a agropecuária experimentou crescimento de 11% no ano de 1999, ao passo que a indústria cresceu 0,9% e o setor de serviços 2,5%.

No setor primário, tanto a lavoura como a pecuária mostraram crescimento: 12,4% a primeira e 3,5% a segunda respectivamente. Na lavoura, o arroz, com um

incremento de 56,6%, o trigo, com aumento de 40%, e o fumo, com 29,8%, contribuíram para que o setor registrasse um avanço de 11%; o aumento só não foi maior porque houve queda nas safras de soja e de milho, da ordem de 32,1% e de 27,8% respectivamente. De outro lado, na pecuária, o incremento de 3,5% na produção animal resultou de avanços na produção de 7% em suínos e de 11% em aves, que compensaram a redução de 7,1% na produção de bovinos.

A indústria geral gaúcha teve o seu desempenho determinado pelo comportamento da indústria de transformação, que acumulou uma variação positiva de 1,5% em 1999; no mesmo período, a indústria extrativa registrou um avanço significativo de 17,1%, embora esse subsetor tenha uma participação muito pequena na estrutura do setor. A taxa global foi reduzida em função do mau desempenho da construção, que caiu 4,8%, embora o outro segmento responsável pela infra-estrutura, eletricidade, gás e água tenha crescido 5,4%.

Em termos de gêneros, as bebidas mostraram um crescimento de 30,1% em 1999; também os gêneros fumo, perfumaria, sabões e velas, produtos de matéria plástica e borrachas tiveram avanços significativos, de 26,7%, 18,3%, 11,6% e 10,9% respectivamente. No outro extremo, agindo como freio para um melhor desempenho da indústria, podem ser identificadas as ações dos gêneros mecânica, com queda de 10,1%, couros e peles, com redução de 6,2%, e mobiliário, com diminuição de 8,7% na produção correspondente ao ano de 1999.

Por fim, é importante registrar o desempenho dos serviços, responsáveis por quase metade do PIB gaúcho, com um crescimento de 2,5%. As atividades de transporte e armazenagem e comunicações foram as que mais cresceram, 8,3 e 23,7% respectivamente, impulsionadas pelo desempenho agrícola e pela expansão da telefonia móvel. Cabe salientar o desempenho negativo do comércio, -0,7%, com um peso grande no setor.

Os resultados do ano mostram, de forma positiva, a contribuição da agricultura familiar à economia do Estado (exceto arroz), pois é desse setor que saem as culturas que mais cresceram. Ao mesmo tempo, mostra a contribuição negativa das atividades ligadas à pecuária de corte e às lavouras empresariais que, com exceção do arroz, tiveram mau desempenho em razão de sua vulnerabilidade às variações climáticas, sinal de insuficiente desenvolvimento técnico. Por seu turno, as atividades urbanas que dependem da renda dos trabalhadores (indústria da alimentação, do mobiliário e comércio), da demanda de investimentos agrícolas (minerais não metálicos, mecânica) e a construção sofreram os efeitos do desemprego e do ambiente recessivo gerado pela política econômica federal.

## **A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

### **O PACTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Depois do período de centralismo político e administrativo herdado da ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 consagrou a Federação brasileira, promovendo a descentralização dos encargos e das receitas da União em favor de Estados e Municípios e preservando a autonomia dessas esferas de governo.

Posteriormente, contínuas alterações na legislação federal ensejaram uma fissura no pacto federativo firmado com a referida carta constitucional. Essas medidas geraram, de um lado, a reconcentração das receitas em favor do Governo federal e, de outro, a ampliação de encargos para estados e municípios. A reconcentração das receitas tem seus exemplos no crescimento dos tributos cumulativos, na Lei Kandir e no Fundo de Estabilização Fiscal – FEF.

Os tributos cumulativos, como a COFINS, a CPMF e o PIS/PASEP, incidem nas sucessivas fases da atividade econômica, sendo, portanto, responsáveis pela elevação dos custos empresariais e conseqüente processo de recessão, falências e desemprego. Independente dos custos econômicos e sociais dessas medidas, para a União torna-se interessante elevar suas receitas através do incremento dessas contribuições pois, ao contrário dos impostos federais (IPI e IR por exemplo), não precisam ser compartilhadas com estados e municípios. Só em 1999, enquanto a arrecadação da COFINS cresceu 53,23%, gerando uma receita de R\$ 34,7 milhões, a arrecadação do IPI teve uma queda de 9,3%.

Paralelamente, foram aprovadas legislações que retiraram recursos de estados ou transferiram para a União. Enquanto o FEF transfere R\$ 1,5 bilhão por ano de estados e municípios para o Governo federal, a Lei Kandir, segundo estimativas do Governo federal, retira deles mais R\$ 4 bilhões, que não são compensados integralmente.

Esse avanço do Governo federal sobre as rendas dos demais entes da federação fica mais evidente quando se observa o montante das receitas disponíveis da União, estados e municípios, após as transferências constitucionais, com relação ao Produto Interno Bruto, no decorrer da década de 90. Em 1997, a União detinha uma receita que representava 15,7% do PIB, enquanto que, em 1991, perfazia 12,9%. Isto significou um crescimento de 21,4%. Os municípios tiveram alterada sua participação de 3,4% para 4,6%, entre 1991 e 1997. Já o conjunto dos estados teve sua receita diminuída na proporção com o PIB nacional de 8,1%, em 1991, para 7,7%, em 1997.

De outro lado, o aprofundamento na descentralização dos encargos ocorre no repasse para as esferas subnacionais de governo da responsabilidade pela assistência social, pela saúde, pela educação, pelo trânsito, entre outras, seja por imposição legal, seja pela proximidade com os problemas sociais.

Neste cenário pode-se salientar que o ajuste das finanças públicas federais têm sido encaminhado às custas de estados e municípios, que passaram a ter menos recursos e mais obrigações.

## GUERRA FISCAL

Paralelamente à ausência da atuação do Governo federal na construção e implementação de uma política industrial e de desenvolvimento regional, que traga crescimento econômico e justiça social para o conjunto dos estados, houve estímulo a chamada guerra fiscal entre os estados. Essa guerra não só está sendo tolerada, como também incentivada pelo Governo federal. Os lamentáveis episódios envolvendo a entrega, pelos estados, de dinheiro público para atrair empresas, têm agora a participação da própria União, que abre mão da condição de neutralidade e intervém ativamente, com recursos de todos os brasileiros, para privilegiar um estado em detrimento de outro.

A manutenção da guerra fiscal têm trazido conseqüências negativas ao desenvolvimento e às finanças públicas. Ela contribui para a desestruturação das cadeias produtivas, instala uma concorrência desleal entre as empresas, provoca redução nas receitas públicas e diminui a capacidade do setor público de investir nos programas necessários para estimular o desenvolvimento econômico.

## AS FINANÇAS DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ 1998

Na última gestão, a Administração do Estado do Rio Grande do Sul, vendeu mais de R\$ 5 bilhões do patrimônio estadual, demitiu 15 mil funcionários através do Programa de Demissão Voluntária, tomou medidas que representaram a desestruturação administrativa do Estado e acompanhou o crescimento assustador da Dívida Pública. Após todas essas e outras ações que objetivavam equilibrar as finanças públicas, o resultado foi um déficit público ainda maior.

Em 31 de dezembro de 1998, o total do passivo a descoberto, ou seja, das dívidas do Estado para as quais não existiam recursos para pagamento, totalizavam R\$ 1,173 bilhão. Entre os débitos não pagos encontravam-se, por exemplo, R\$ 130 milhões de precatórios e R\$ 136 milhões em despesas com pessoal. Além disso, o montante das dívidas com fornecedores, obrigações sociais e encargos, não pagos no exercício de 1998, registravam R\$ 849 milhões.

Mais do que uma situação conjuntural, o desequilíbrio das finanças públicas estaduais é um problema estrutural. No quadro seguinte, pode ser visto que, muito embora as execuções orçamentárias recentes tenham se revestido de um aparente equilíbrio, os Resultados Primário e Orçamentário, quando expurgadas as privatizações, permitem identificar a realidade financeira do Estado.

### EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS FISCAIS

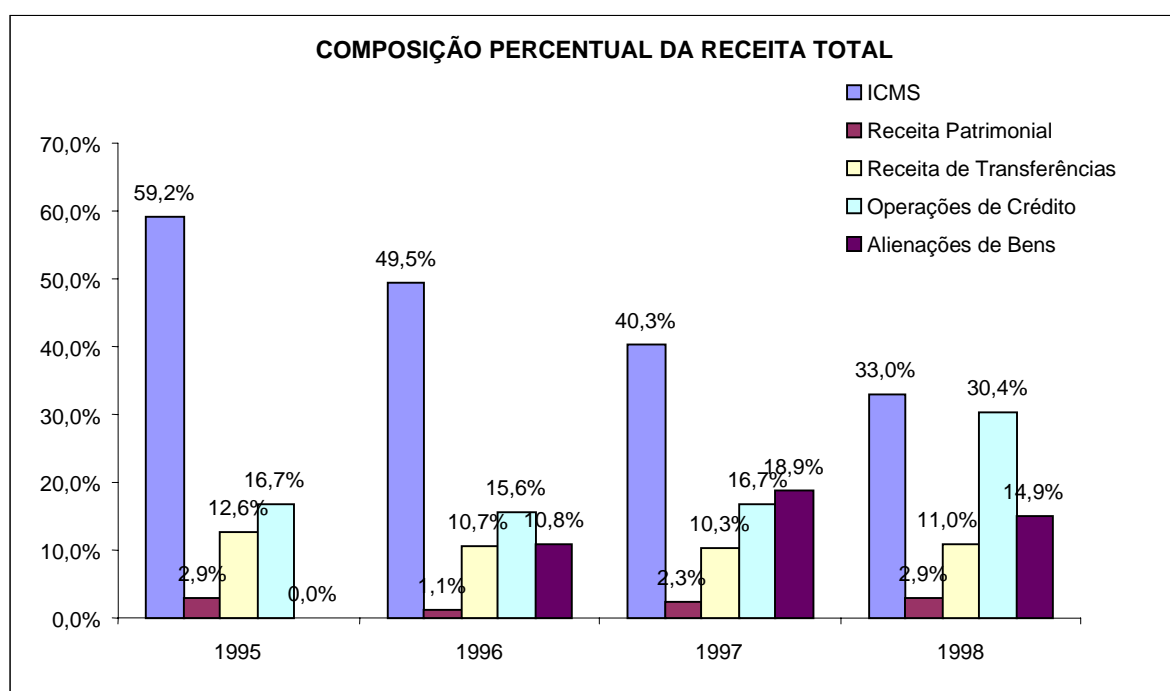
| Especificação                 | Em R\$ milhões nominais |              |              |                |
|-------------------------------|-------------------------|--------------|--------------|----------------|
|                               | 1995                    | 1996         | 1997         | 1998           |
| <b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b> |                         |              |              |                |
| Com Privatizações             | (498)                   | 34           | 433          | 374            |
| Receita de Privatizações      | 0                       | 850          | 1.810        | 1.851          |
| Sem Privatizações             | (498)                   | (816)        | (1.377)      | (1.477)        |
| <b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>     | <b>(405)</b>            | <b>(618)</b> | <b>(767)</b> | <b>(1.032)</b> |

Fonte: Secretaria da Fazenda

Como se observa, o Resultado Primário, que retira todos os componentes financeiros e as alienações de bens, demonstra resultados negativos e crescentes. Se, em 1994, esse resultado era deficitário em R\$ 405 milhões, no ano de 1998, o déficit encontrado já passava de R\$ 1 bilhão.

Ao se observar o Resultado Orçamentário, percebe-se que, se não houvessem ocorrido entradas maciças de recursos provenientes das privatizações, esse seria crescentemente negativo ao longo do período, encerrando o exercício de 1998 com um déficit de R\$ 1,477 bilhão.

Essa forma perversa de financiamento do Setor Público reflete-se na evolução da composição dos principais itens da receita estadual, como se demonstra no gráfico abaixo:



Fonte: Secretaria da Fazenda

Conforme se verifica, as receitas decorrentes de alienações de bens e operações de crédito crescem sua participação, evoluindo de 16,7%, em 1995, para 45,3%, em 1998. Enquanto isso, no mesmo período, o ICMS tributo (que não contempla receitas de correção monetária, juros, multas e a cobrança da dívida ativa), que representava 59,2% da arrecadação total do Estado, em 1995, perdeu paulatinamente sua participação, em apenas três anos, chegando a 33% da Receita Total, em 1998.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, principal item da Receita Tributária, está apresentada na tabela abaixo:

EVOLUÇÃO DO ICMS DE 1994 A 1998\*

| em R\$ milhões |          |                |
|----------------|----------|----------------|
| Período        | ICMS**   | Variação anual |
| 1994           | 4.173,77 |                |
| 1995           | 4.395,04 | 5,3%           |
| 1996           | 4.523,79 | 2,9%           |
| 1997           | 4.189,92 | -7,4%          |
| 1998           | 4.258,43 | 1,6%           |

\* inclui dívida ativa, multas, juros e correção monetária

\*\* a preços de dezembro/98, corrigido pelo IGP-DI

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nessa tabela, destacam-se as variações anuais de crescimento do ICMS, partindo-se dos valores atualizados de sua arrecadação. Fica demonstrada uma taxa anual real de 5,3% em 1995, 2,9% em 1996, 7,4% em 1997 e 1,6% em 1998. É bom lembrar que, nesse último ano, as alíquotas básicas do ICMS no Rio Grande do Sul foram majoradas em 1 ponto percentual, medida que deveria ter produzido um impacto positivo de aproximadamente 4% na arrecadação. Depreende-se daí que, constatado o fraco desempenho do ICMS em 1998, a arrecadação do tributo foi bastante inferior ao que se poderia esperar.

Essa evolução foi determinante na perda de posição relativa do Rio Grande do Sul no agregado da arrecadação nacional do ICMS. De uma participação de 8,3% sobre a arrecadação do conjunto dos estados, em 1994, passa-se para 6,7% em 1997. Em 1998, a participação do Rio Grande do Sul cresce para 6,9%. Porém, expurgando-se o diferencial de arrecadação decorrente da elevação das alíquotas, esta permaneceria em posição idêntica a do ano anterior, 6,7%.

De outra parte, as constantes operações de crédito interno, realizadas no processo de rolagem da dívida pública, concorreram para aprofundar a crise financeira do Estado, na medida em que foram responsáveis pelo descontrole absoluto de seu estoque e dos dispêndios anuais dele decorrentes. A dívida pública triplicou, passando de R\$ 4,4 bilhões em dezembro de 1994 para 13,4 bilhões em dezembro de 1998. A relação entre o estoque da dívida e a Receita Líquida Real evoluiu de 1,03 em 1994 para 2,56 em 1998.

O quadro a seguir identifica a evolução da dívida, apontando o grande peso da dívida mobiliária na sua composição total e no seu vertiginoso crescimento. Esse fenômeno foi causado essencialmente pelas elevadas taxas de juros praticadas pelo Governo federal, em sua política de sustentação do Plano Real, que chegaram a atingir níveis superiores a 60% ao ano nos períodos mais críticos.

## EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL (EXCETO ESTATAIS)

|                                | Em R\$               |                      |                      |                       |                       |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                | 1994                 | 1995                 | 1996                 | 1997                  | 1998                  |
| <b>DÍV FUNDADA INTERNA</b>     | <b>4.154.715.092</b> | <b>6.834.162.716</b> | <b>8.714.916.284</b> | <b>10.761.095.824</b> | <b>13.008.479.055</b> |
| Débitos Parcelados             | -                    | 6.590.270            | 16.897.951           | 8.060.783             | 25.774.919            |
| Mobiliária                     | 3.354.475.351        | 5.137.866.177        | 6.543.120.901        | 8.144.172.568         | 33.269.494            |
| Contratual                     | 800.239.741          | 1.577.282.738        | 1.688.045.890        | 2.607.674.352         | 12.948.131.409        |
| Em Renegociação                |                      | 112.423.531          | 466.851.542          | 1.188.121             | 1.303.233             |
| <b>DÍV FUNDADA EXTERNA *</b>   | <b>244.721.326</b>   | <b>167.137.450</b>   | <b>158.433.539</b>   | <b>252.274.513</b>    | <b>407.605.211</b>    |
| Contratual                     | 244.721.326          | 167.137.450          | 158.433.539          | 252.274.513           | 407.605.211           |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA FUNDADA</b> | <b>4.399.436.418</b> | <b>7.001.300.166</b> | <b>8.873.349.823</b> | <b>11.013.370.337</b> | <b>13.416.084.266</b> |
| <b>DÍVIDA/RLR ***</b>          | <b>1,03</b>          | <b>1,82</b>          | <b>1,98</b>          | <b>2,35</b>           | <b>2,56</b>           |

\* Inclui Contratos em Renegociação

\*\* Inclui Serviços da Dívida a Pagar

\*\*\* Receita líquida Real-RLR

Fonte: Secretaria da Fazenda

A quase totalidade dessa dívida mobiliária foi renegociada com o Governo federal e transformada em dívida contratual em abril de 1998. Os termos deste contrato prevêem um crescimento do comprometimento efetivo, que era de 5% e agora será de mais de 15% da Receita Líquida Real para os próximos anos, no conceito intra e extra-limite. Além disso, não cumprida a determinação da cláusula do acordo que determina a privatização do BANRISUL, cláusula esta que desrespeita o pacto federativo, haverá ainda a elevação desse comprometimento em mais 3%.

Assim, podemos concluir que o quadro de extrema instabilidade das finanças públicas estaduais ao final de 1998 resultava: (I) da elevação para excessivos patamares do dispêndio com o pagamento de juros e amortizações, decorrente da renegociação da dívida pública estadual com o Governo federal; (II) do descaso com a arrecadação e da política de concessão de benefícios fiscais implementados anteriormente, que afetaram negativamente o desempenho da arrecadação tributária; (III) da política econômica do Governo federal, que, de um lado, gerou recessão e conseqüente fragilização da arrecadação de impostos e, de outro, retirou diretamente parte das receitas estaduais com mecanismos como a Lei Kandir e o Fundo de Estabilização Fiscal; e (IV) de uma matriz salarial distorcida.

## RECUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A grave crise financeira do Setor Público Estadual implica em restrições e dificuldades para a consecução das políticas sociais. A administração direta do Estado compromete mais de 80% da sua Receita Corrente Líquida com pessoal, 15% com o pagamento da dívida e são necessários mais do que os 5% restantes para custear a máquina pública e para realizar os investimentos demandados pela população.

Para reverter esse quadro, há um esforço prioritário sendo desenvolvido a fim de dotar o Estado do Rio Grande do Sul das condições necessárias para a satisfação das necessidades do conjunto da sociedade gaúcha. Durante o ano de 1999, esse esforço concentrou-se, de um lado, na busca da reversão das perdas projetadas na arrecadação, por conta da diminuição em um ponto percentual das alíquotas do ICMS e das enormes renúncias fiscais concedidas. De outro lado, o empenho no controle e redirecionamento das despesas, cortando gastos supérfluos e

revertendo os desvios. Os desempenhos da Receita e da Despesa Públicas e seus resultados são analisados a seguir.

## A RECEITA PÚBLICA

O Governo estadual realizou, neste primeiro ano, ações no sentido de otimizar a receita pública a partir de uma legislação tributária aprovada no ano anterior. Assim, o ICMS teve as alíquotas reduzidas em um ponto percentual no ano de 1999, com o fim da majoração vigente no exercício anterior. Portanto, o desempenho da arrecadação desse tributo, comparada com o ano anterior, deve, necessariamente, levar em conta o impacto negativo dessa diminuição de alíquotas, calculado em 4,06%.

Acresce-se a isso o resultado dos incentivos fiscais que, só via FUNDOPEM, no início de 1998, significavam uma renúncia média mensal de R\$ 12 milhões, chegando a R\$ 25 milhões, em dezembro de 1998. Essa renúncia, transportada para 1999, resulta num efeito negativo de aproximadamente 6% sobre o ICMS arrecadado no ano.

Nas tabelas abaixo, apresenta-se a variação das principais receitas do Estado em 1999, em comparação com o ano anterior.

| DEMONSTRATIVOS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA                               |           |           |         |
|--|-----------|-----------|---------|
| Valores em R\$ a preços de dezembro de 1999 – IPCA/IBGE e IGP-DI/FGV |           |           |         |
| RECEITA  | IPCA/IBGE |           |         |
|  | 1998      | 1999      | %       |
| Receita Corrente   | 7.305.048 | 7.364.697 | 0,8%    |
| ICMS   | 4.608.324 | 4.841.658 | 5,1%    |
| IPVA   | 356.701   | 355.763   | -0,3%   |
| Transf. da União   | 1.421.839 | 1.384.007 | -2,6%   |
| Receita de Capital   | 2.348.142 | 246.284   | -89,5%  |
| Alienação de bens (1)  | 2.007.142 | 253       | -100,0% |

| RECEITA               | IGP-DI/FGV |           |         |
|-----------------------|------------|-----------|---------|
|                       | 1998       | 1999      | %       |
| Receita Corrente      | 8.092.040  | 7.679.394 | -5,1%   |
| ICMS                  | 5.104.977  | 5.048.969 | -1,1%   |
| IPVA                  | 395.177    | 376.559   | -4,7%   |
| Transf. da União      | 1.575.431  | 1.442.377 | -8,5%   |
| Receita de Capital    | 2.605.784  | 256.151   | -90,2%  |
| Alienação de bens (1) | 2.228.330  | 266       | -100,0% |

(1) Inclui receitas financeiras.

Fonte: Secretaria da Fazenda

Para avaliar com mais clareza o desempenho real das receitas e despesas do Governo do Estado no ano de 1999, fez-se necessária a utilização de mais de um índice de inflação. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) calculado pela Fundação Getúlio Vargas mostrou, em 1999, uma evolução dos preços de 19,98%, duas vezes maior que a medida pelos demais índices. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo IBGE, por exemplo, resultou em 8,94%, no mesmo período. Em razão desse movimento atípico e divergente constatado entre os indicadores, apresentam-se as variações reais no ano de 1999, utilizando dois índices, o IGP-DI/FGV e o IPCA/IBGE.



Qualquer que seja o índice usado para deflacionar a arrecadação do ICMS, fica evidente que o efeito negativo da redução da alíquota, previsto na receita desse tributo, foi totalmente anulado pelas ações desenvolvidas pelo Governo do Estado em 1999. Descontado o efeito da inflação, medida pelo IGP-DI, o ICMS apresentou uma queda de apenas 1%, e, retirando a inflação medida pelo IPCA, um crescimento positivo de 5%.

Foram concentrados esforços na melhoria da matriz tributária do ICMS, na revisão de benefícios fiscais, no alargamento de sua base de arrecadação e na coibição de práticas de sonegação fiscal através da revisão de procedimentos e formas de fiscalização e arrecadação deste e dos demais tributos.

Nesse sentido, com base no princípio da seletividade, foram revisadas as renúncias fiscais para mercadorias e serviços. São exemplos disso, as mudanças relativas à cerveja e aos serviços de TV por assinatura.

Foram, ainda, adotadas medidas de fiscalização de benefícios fiscais condicionados. Da mesma forma, houve um amplo investimento em tecnologia da informação, com vistas a permitir maior controle do fisco sobre as operações sujeitas à tributação, agilizando suas ações e dotando-o de melhores condições.

Ainda do lado da receita, destaca-se o desempenho da cobrança da dívida, que, em 1999, apresentou resultados bastante positivos, como se verifica na tabela abaixo:

| DESEMPENHO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA  |             |             |       |
|---|-------------|-------------|-------|
| Valores nominais em R\$ a preços de dezembro de 1999 – IPCA/IBGE e IGP-DI/FGV |             |             |       |
|   | 1998*       | 1999        | %     |
| NOMINAL   | 204.963.592 | 253.469.174 | 23,7% |
| IPCA  | 223.240.892 | 262.828.811 | 17,7% |
| IGP-DI  | 247.391.132 | 273.921.588 | 10,7% |

OBS.: Inclui cobrança de dívidas antes da sua inscrição em Dívida Ativa.

\* Inclui R\$ 9.871.790,34 pagos pela Rede Ferroviária por ocasião da aquisição de um imóvel da RFFSA pelo Estado na mesma data.

Fonte: Secretaria da Fazenda

Considerando que, durante o ano de 1998, a cobrança da dívida ativa contou com o ingresso de receitas decorrentes da anistia então vigente, o desempenho positivo da cobrança da dívida ativa em 1999, com um crescimento nominal de 23,7% torna-se ainda mais significativo.

Por fim, do lado da receita, pode-se destacar o crescimento nominal de 460,7% no volume de créditos encaminhados para cobrança judicial, que corresponde a um valor de R\$ 630 milhões superior ao de 1998.

## A DESPESA PÚBLICA

A situação financeira em que foi encontrado o Estado exigiu, além dos esforços para aumentar a arrecadação, uma criteriosa contenção e um significativo redirecionamento dos gastos. Demonstra-se abaixo, o desempenho de alguns itens da despesa, comparando-os com 1998:

DEMONSTRATIVOS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
Valores em R\$ a preços de dezembro de 1999 – IPCA/IBGE e IGP-DI/FGV

| DESPESA                  | IPCA/IBGE |         |         |
|--------------------------|-----------|---------|---------|
|                          | 1998      | 1999    | %       |
| Custeio                  | 916.674   | 724.092 | -21,0%  |
| Municipalização da Saúde | -         | 40.746  | -       |
| Despesa de Capital       | 1.131.864 | 427.537 | -62,2%  |
| Empréstimos em Geral     | 334.238   | -       | -100,0% |
| Dívida Pública           | 596.569   | 783.201 | 31,3%   |

| DESPESA                  | IGP-DI/FGV |         |         |
|--------------------------|------------|---------|---------|
|                          | 1998       | 1999    | %       |
| Custeio                  | 1.014.855  | 746.386 | -26,5%  |
| Municipalização da Saúde | -          | 41.857  | -       |
| Despesa de Capital       | 1.254.934  | 435.629 | -65,3%  |
| Empréstimos em Geral     | 370.151    | -       | -100,0% |
| Dívida Pública           | 660.995    | 817.946 | 23,7%   |

Fonte: Secretaria da Fazenda

As despesas de custeio diminuíram significativamente. Mesmo considerando o IPCA, houve uma queda real de 21% do montante dessas despesas em relação ao ano anterior, sem que tenha havido queda na qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

Cabe ressaltar que os repasses para a Municipalização Solidária da Saúde, que somam R\$ 41,85 milhões e estão incluídos nas despesas de custeio, constituem-se numa importante iniciativa do Governo estadual de redirecionamento de recursos no ano de 1999. Esse projeto destinou recursos a todos os municípios que compõem o Estado e tem o controle da destinação dos recursos realizado pelos Conselhos Municipais de Saúde.

A dívida pública comprometeu, nesse período, em valores nominais, R\$ 753,3 milhões, correspondentes a 13,5% da Receita Corrente Líquida. Os desembolsos do Estado foram menores do que o previsto, por conta dos resultados positivos nas negociações com a União, realizadas pela atual Administração. Nessas negociações, foram revisados os cálculos da Receita Líquida Real, as compensações da Lei Kandir e foi aberta uma linha de crédito a ser compensada pelos ressarcimentos futuros das perdas. Esses avanços fizeram com que o tesouro do Estado dispendesse 2% a menos com a dívida em 1999, representando uma diminuição nominal de R\$ 108,6 milhões nos pagamentos para a União. Assim, se não houvesse a renegociação em 1999, o gasto com a dívida, atualizado pelo IPCA, seria R\$ 895,8 milhões e, pelo IGP-DI, R\$ 935,6 milhões. Isso representaria um acréscimo real de 50,2% em relação a 1998, em termos de IPCA e de 41,5%, em termos de IGP-DI. Porém, o crescimento do dispêndio com a dívida, mesmo que menor, ainda se encontra em patamares demasiadamente elevados.

Os gastos com pessoal continuaram a representar um importante dispêndio para o Estado. Em 1999, tais gastos com recursos do Tesouro, em relação a receita

corrente líquida, foram de 81,79%, contra 81,82% no ano anterior. Ainda neste último ano, o alto comprometimento das finanças estaduais em gastos com pessoal foi agravado com a incorporação, aos gastos já existentes, do pagamento dos funcionários da extinta Caixa Econômica Estadual, que significaram um acréscimo de R\$ 126,54 milhões em 1999.

### GASTOS SOCIAIS

Ainda em relação à despesa, já no primeiro ano, a nova Administração redirecionou os recursos públicos para as áreas sociais, com resultados significativos, como mostra a tabela abaixo:

GASTOS SOCIAIS POR FUNÇÃO – 1999 e 1995  
Valores em R\$ a preços de dezembro de 1999 - IPCA/IBGE e IGP-DI/FGV

| Função      | 1995        | 1999          | IPCA/IBGE |
|-------------|-------------|---------------|-----------|
| SAÚDE       | 205.733.991 | 442.923.682   | 115,30%   |
| EDUCAÇÃO    | 937.594.957 | 1.212.813.104 | 29,40%    |
| AGRICULTURA | 107.057.106 | 145.418.677   | 35,80%    |
| TRANSPORTE  | 287.072.613 | 315.815.989   | 10,00%    |
| SEGURANÇA   | 551.955.529 | 601.105.276   | 8,90%     |

| Função      | 1995          | 1999          | IGP-DI/FGV |
|-------------|---------------|---------------|------------|
| SAÚDE       | 220.669.210   | 440.535.490   | 104,20%    |
| EDUCAÇÃO    | 1.001.702.743 | 1.242.652.200 | 24,10%     |
| AGRICULTURA | 114.404.477   | 148.100.754   | 29,50%     |
| TRANSPORTE  | 307.654.310   | 322.665.582   | 4,90%      |
| SEGURANÇA   | 589.651.456   | 616.579.893   | 4,60%      |

Fonte: Secretaria da Fazenda

A tabela permite visualizar a evolução dos gastos por função em relação a 1995. A comparação com este ano deve-se a duas razões. A primeira, e mais óbvia, decorre do irrealismo dos gastos de 1998, na medida em que contavam com as receitas extraordinárias das privatizações, por natureza disponíveis uma só vez. E a segunda, por representar uma comparação com o primeiro ano da Administração anterior, que, lembre-se, recebera o Tesouro com uma relação entre a arrecadação e o PIB superior à atual.

Os dados revelam, em relação a 1995, um crescimento em todas as funções selecionadas, principalmente em saúde e saneamento. É o espelho da reversão de prioridades no gasto. Ainda, destaca-se que no ano de 1999, pela primeira vez, foram aplicados 35% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público e 10% da receita tributária líquida na saúde, como prevê o mandamento constitucional.

**Os RESULTADOS**

Conforme a tabela a seguir, a tendência de crescimento dos déficits fiscais, resultado das políticas anteriormente adotadas, começou a ser revertida. Junto a isso, foram cumpridas todas as obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, arcou-se com o aumento do dispêndio com a dívida pública no exercício de 1999, pagou-se integralmente, e em dia, os salários dos servidores públicos, inclusive o décimo-terceiro. Da mesma forma, importantes e necessárias reduções nas despesas foram alcançadas, preservando-se a prestação dos serviços essenciais, assim como foi iniciada a recuperação das perdas previstas na arrecadação do ICMS.

| COMPARATIVO DOS RESULTADOS FISCAIS 1999/1998 |                |              |
|--|----------------|--------------|
| Em R\$ milhões nominais                      |                |              |
| Especificação                                | 1998           | 1999         |
| <b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>                |                |              |
| Com Privatizações                            | 374            | (768)        |
| Privatizações                                | 1.851          | 0            |
| Sem Privatizações                            | (1.477)        | (768)        |
| <b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>                    | <b>(1.032)</b> | <b>(293)</b> |

Fonte: Secretaria da Fazenda

O Resultado Primário apresentou uma melhora significativa. O déficit encontrado ao final de 1998 foi reduzido a menos de um terço em 1999, atingindo R\$ 293 milhões. Sua relação com a Receita Corrente Líquida caiu acentuadamente, passando de 19,5%, em 1998, para 5,5%, em 1999. A inflexão do Resultado Primário, que não considera os componentes financeiros, demonstra o processo de recuperação do financiamento dos gastos públicos pelas receitas próprias do Estado.

Em que pese o Resultado Orçamentário (diferença entre receitas e despesas totais) ter sido, em 1999, de R\$ 767,6 milhões negativo, se forem excluídas as receitas extraordinárias da alienação de bens públicos, notar-se-á também a reversão de uma tendência que, como já demonstrado anteriormente, era crescentemente negativa.

A construção do equilíbrio e a recuperação da capacidade financeira do Estado são processos já iniciados em 1999. Tem-se clareza de que honestidade e capacidade de gerenciamento não bastam, mas é necessário avançar e radicalizar a democratização do Estado. O direcionamento dos recursos estaduais para o atendimento das reais necessidades da maioria da população – inversão de prioridades – e a recuperação da qualidade dos serviços públicos e da capacidade de arrecadação passam pela construção de um Estado democrático, no qual a participação da população e dos servidores públicos, juntamente com o Governo, são os elementos construtores do aumento da eficiência e da eficácia das ações públicas.

## **A SITUAÇÃO DA ESTRUTURA ESTATAL**

### **1- ÁREA ADMINISTRATIVA**

#### **1.1- GABINETE DO GOVERNADOR**

O Gabinete do Governador, composto pelo Gabinete da Primeira Dama, Gabinete do Vice-Governador, Casa Civil, Casa Militar, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria-Geral de Governo, Secretaria da Coordenação e Planejamento e Assessoria de Imprensa, órgão de coordenação político-administrativa das ações do Governo, pautou suas ações no exercício de 1999 pela busca da racionalização e reorganização administrativa do Estado.

**Gabinete da Primeira Dama** - O início das atividades, em 1999, no que diz respeito ao Gabinete da Primeira Dama, ocorreu com algumas dificuldades, no sentido de que as informações encontradas eram escassas e difusas.

O papel desempenhado pelo Gabinete da Primeira Dama, no Governo anterior, se caracterizou pela prestação de atendimentos assistenciais, clientelistas e individuais.

Com relação aos recursos humanos, a situação encontrada era a seguinte: havia dez funcionários nele lotados e mais seis no Programa SOS.

#### **1.1.1- GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO - SGG**

A Secretaria-Geral de Governo - SGG foi criada pela Lei n.º 10.729/96, durante a Administração anterior, tendo por atribuições básicas a coordenação e assessoramento especial em assuntos que envolvam os diversos setores de atuação da Administração Estadual.

Assim, atendendo as orientações da Administração anterior, à SGG incumbiam as atividades de sistematização de informações e de coordenação do relacionamento dos órgãos do Estado, bem como as afetas ao controle físico-financeiro de projetos que envolvam as áreas fim e meio do Poder Executivo do Estado. Além disso, a SGG incumbia-se diretamente das atividades de Publicidade e Relações Públicas, assim como da coordenação dos seguintes programas: Programa do Leite, Programa Prá-Mamãe, Programa do Idoso e PIÁ 2000.

Para tanto, a Secretaria utilizava espaço físico localizado no Centro Administrativo – CAFF e dispunha de um efetivo de 41 (quarenta e um) servidores, no final de 1998.

Sob o aspecto financeiro, no final de 1998, restaram dívidas correspondentes a contratos, não empenhadas, no valor de R\$ 248,3 mil.

Esta foi a situação encontrada no início da atual administração, o que condicionou a atuação da Secretaria no ano de 1999.

### **1.1.2- CASA CIVIL**

Muitas dificuldades foram encontradas pela nova Administração, mesmo numa área de representação administrativa, como é o caso da Casa Civil, cuja situação identificada foi a seguinte:

1. Dotação orçamentária aquém das necessidades, com previsão inferior ao empenhado em 1998, tendo-se encontrado uma despesa do exercício anterior em torno de R\$ 1,7 milhão, representando cerca de 57% da verba empenhada em outras despesas correntes. Foi observado que a despesa citada se encontrava dependendo de empenho, tratando-se de dívida com prestadores de serviços, como Xerox do Brasil, PROCERGS, CRT e Telefônica Celular, dentre outros.

2. No relatório de bens patrimoniais, foi constatada a existência de cerca de 3200 itens, não localizados.

3. No tocante ao controle de materiais, os estoques encontrados apontavam para uma não racionalização de compras, ou seja, itens com estoque para vários exercícios e outros sem sequer estoque mínimo.

### **1.1.3- CASA MILITAR**

A Casa Militar, em janeiro de 1999, através de suas divisões (Divisão de Convênios da Subchefia de Defesa Civil, Divisão de Prevenção de Eventos Adversos, Divisão de Apoio Técnico, Divisão de Assistência às Comunidades Atingidas e da Divisão de Comunicação Social) encontrou as seguintes situações:

Na Divisão de Convênios da Subchefia de Defesa Civil, foram encontrados 55 municípios em situação de emergência, homologados desde 1998, 70 municípios em situação de emergência devido à estiagem e 52 Decretos Municipais de Situação de Emergência, também face à estiagem, pendentes, aguardando vistoria "*in loco*", por equipe da Defesa Civil.

Quanto à Divisão de Prevenção de Eventos Adversos, o Sistema de Acompanhamento de Dados Hidrológicos estava desativado, nenhum projeto preventivo em andamento e, aproximadamente, 70 municípios encontravam-se em situação de emergência à espera de vistoria.

Na Divisão de Apoio Técnico, não havia projeto em andamento, além dos recursos materiais existentes serem insuficientes para o desenvolvimento das atividades do órgão. A fiscalização do CODESUL também encontrava-se atrasada.

A Divisão de Assistência às Comunidades Atingidas foi encontrada com suas atividades em dia, mas apoiando as outras divisões em algumas vistorias que ainda não haviam sido realizadas pelo Governo anterior.

Já na Divisão de Comunicação Social, não foi encontrado nenhum trabalho e/ou projeto em andamento.

#### **1.1.4- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DEFPUB**

A Defensoria Pública do Estado é órgão constitucionalmente voltado à assistência jurídica e judiciária aos necessitados no Estado, em todos os graus. Deve, assim, a rigor estar presente onde quer que se encontre cidadão buscando o acesso à justiça. A maior dificuldade encontrada foi quanto ao efetivo de agentes em atividade, eis que em menos de 3 anos mais de 80 agentes se retiraram para a inatividade, requerendo aposentadoria integral ou proporcional, temerosos de perderem tal direito devido às reformas administrativa e previdenciária encetadas pelo Governo Federal.

Afora a escassez de recursos humanos, é de salientar a carência de bens móveis e equipamentos eletro-eletrônicos; paga-se aluguel e todas as despesas para a manutenção dos locais onde está instalada a Defensoria Pública por todo o Estado, como na própria Capital. Outro problema a ser enfrentado consiste em que a maior parte dos servidores da Defensoria é formado por cargos em comissão, uma vez que esta Instituição não possui quadro de assistentes administrativos próprio, além de servidores cedidos de outros órgãos. No futuro, esta situação deverá ser contornada com a criação, por via legislativa, do quadro próprio de servidores administrativos do órgão.

#### **1.1.5- GABINETE DO MERCOSUL**

No início do atual Governo, as atribuições referentes ao relacionamento do Estado com o MERCOSUL estavam dispersas em diversos órgãos, com uma concentração maior na Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.

Em conseqüência, os assuntos referentes ao MERCOSUL não tinham uma coordenação específica, acarretando perdas para a economia gaúcha, pelo não aproveitamento de oportunidades oferecidas pelo bloco econômico.

Visando suprir esta carência de coordenação, foi criado o Gabinete do MERCOSUL, que passou a operar em abril de 1999, tendo iniciado, a partir de então, a implantação de um processo articulado e institucionalizado de relacionamento do Rio Grande do Sul com o MERCOSUL, caracterizando-se o Gabinete como meio para encaminhamento de soluções de diversos problemas e, também, como promotor de oportunidades de negócios, em benefício, principalmente, das micro, pequenas e médias empresas, assim como do cidadão comum.

#### **1.1.6- PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE**

No que diz respeito a pessoal, apesar de a PGE possuir um quadro de 189 cargos de provimento efetivo, com carreiras organizadas, constatou-se que apenas 58 destes cargos estavam preenchidos, restando a expressiva quantidade de 131 cargos vagos. Registrou-se a necessidade da nomeação dos aprovados em concurso realizado anteriormente.

Por outro lado, complementava-se a força de trabalho através de 59 cargos em comissão, nas mais diversas funções, além do aproveitamento de uma grande quantidade de servidores da extinta Caixa Econômica Estadual, além de servidores cedidos de outras esferas da Administração Pública, totalizando 95 servidores. Contava ainda a PGE com um quadro de 125 estagiários, cujo sistema de recrutamento se dava através de indicações pessoais.

Registra-se que haviam sido constituídos três grupos de Procuradores os quais, além das atividades prestadas junto às unidades de lotação, atuavam prestando assessoramento ao gabinete do Procurador-Geral, à área jurídica da CEE e atuavam em ações do IPERGS, percebendo gratificações de função para tanto, apesar de tais tarefas constituírem atribuições da carreira de Procurador do Estado.

No tocante às finanças, constatou-se que, na área da execução financeira e orçamentária, não havia utilização de instrumentos estatísticos de gestão financeira e orçamentária. As solicitações da liberação de recursos orçamentários não era precedida de planejamento, realizando-se pontualmente, na medida das necessidades.

Em decorrência, no início do atual Governo, quando a Secretaria da Fazenda adotou o sistema de planejamento trimestral das despesas, a PGE não dispunha de nenhum elemento no qual pudesse se basear para projetá-las, aspecto que gerou sucessivas dificuldades administrativas, notadamente no primeiro semestre.

Quanto aos recursos, importa salientar que a PGE tem suas despesas de manutenção praticamente custeadas pelo Fundo de Reaparelhamento da PGE, o qual custeou, em 1999, cerca de 75% dos recursos para a manutenção do órgão, sendo o restante suportado pelo Tesouro do Estado. Entenda-se por recursos para manutenção todos aqueles necessários ao funcionamento do órgão, excluídas as despesas com pessoal.

No que concerne à administração de material, havia o lançamento, em fichas manuais, do movimento de estoques, mas tais lançamentos não geravam relatórios que permitissem a apuração do consumo médio mensal dos itens em estoque. Em decorrência, não havia o estabelecimento do ponto mínimo de reposição para cada item, e as compras eram disparadas através de um controle no mais das vezes visual, quando isto era permitido.

Por outro lado, como não havia estatísticas que apontassem o consumo médio mensal, as compras eram feitas por estimativa empírica, resultando que itens muito importantes, de consumo intenso, faltavam constantemente, enquanto que outros permaneciam longos anos estocados e até mesmo deteriorando-se, em evidente afronta aos princípios da anualidade orçamentária e da economicidade.

Por fim, constatou-se a falta de padronização de diversos materiais, alguns deles constando há bastante tempo sem movimentação.

Na área de controle patrimonial, constatou-se que, igualmente, existe um sistema de fichas manuais, mas pouco confiável. Segundo a última inspeção do Tribunal de Contas do Estado, há três anos a PGE não realiza inventário patrimonial, resultando descontrole quanto aos bens alocados a serviço do órgão.



Por outro lado, havia grande demanda reprimida de bens permanentes de uso no serviço em geral (mesas, cadeiras, armários, arquivos, prateleiras, etc.).

A área destinada aos serviços da PGE revelava-se absolutamente insuficiente para a demanda do órgão, tanto na Sede, como nas 19 Procuradorias Regionais localizadas no interior do Estado. Atuando em cerca de 120.000 processos judiciais, bem como na consultoria jurídica da Administração Centralizada, Autarquias e Fundações, mobilizam-se 524 pessoas entre procuradores, servidores e estagiários no atendimento destas atribuições.

Devido à situação da área de serviços gerais, totalmente absorvida na busca e entrega diária de processos judiciais nas mais diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, constatou-se uma grande dificuldade para a solução de problemas de infraestrutura do dia-a-dia, tais como os consertos, movimentação de móveis, bem como do atendimento de demandas nas Procuradorias Regionais. Não havia setor que centralizasse tais encargos, resultando na demora do atendimento de pleitos desta natureza, com evidente prejuízo para a Administração.

### **1.1.7- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – SCP**

Ao se iniciar a atual gestão, constatou-se que a SCP carecia de ações modificadoras de ordem política e institucional, pois, no Governo anterior, sua atuação assentava-se em uma carteira de projetos financiados ou custeados com recursos externos, em detrimento à sua atribuição básica: o Planejamento Governamental. Isso veio comprometer a ação do Estado, de forma estrutural, sendo que ações como as privatizações e o Plano de Demissões Voluntárias- PDV foram as prioridades.

As funções Coordenação e Gestão do Governo não eram executadas de forma satisfatória, enquanto que o planejamento de ações estratégicas ocorria paralelamente em outros fóruns, mormente em órgãos ligados ao Gabinete do Governador ou por ele privilegiados.

Além do esvaziamento de áreas típicas do planejamento governamental, como a avaliação e acompanhamento do desempenho do setor público, ocorreu uma superposição de funções, com a priorização de projetos do interesse dos administradores de então.

Internamente, ocorreu uma superposição de algumas áreas/funções para privilegiar a elaboração de projetos, tendo a Direção Geral assumido a coordenação da área de projetos especiais, com ênfase no Programa PRÓ-GUAÍBA, passando a Secretaria a depender, em muito, do aporte de recursos materiais desse Programa para a execução de suas ações, numa clara distorção de suas finalidades.

É de ressaltar, também, que a contratação de consultorias (terceirização) para elaboração de projetos foi uma característica marcante da SCP, no Governo anterior.

O planejamento de médio prazo estava sendo consubstanciado através do Projeto RS 2010, o qual teve suas partes finais impressas apenas em janeiro de 1999, como estava previsto. Esse Projeto, no qual foi elaborado um diagnóstico sócio-econômico do RS, elencava opções estratégicas nas quais se traduziam os conteúdos

políticos e ideológicos do Governo anterior, passível, portanto, de profundas modificações a partir do novo Governo.

A questão do desenvolvimento regional não contava sequer com uma metodologia de planejamento e as relações comunitárias se mostraram insuficientes para ações efetivas de alavancagem e progresso regional.

Os programas e projetos especiais em andamento estavam a merecer tratamento gerencial no sentido de adequar a sua execução com as obrigações contratuais, particularmente no que tange à proporção dos investimentos advindos dos empréstimos e a alocação de recursos de contrapartida. A alocação de recursos internacionais não vinha sendo efetuada em ritmo e volume adequados. O *pari passu* do PRÓ-GUAIBA estava defasado.

No que diz respeito ao Programa Mar-de-Dentro, cuja área de abrangência é parte da Região Hidrográfica Litorânea, o convênio assinado com a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, centralizava no Governo do Estado a responsabilidade dos dispêndios financeiros com o Programa.

O Projeto Linha Rápida não deslanchou em razão da falta de projeto operacional básico, para a coordenação de sua execução.

O Pró-Rural 2000, por ocasião da visita do Banco Mundial, em fevereiro de 1999, sofreu a ameaça de ser cortado, uma vez que não possuía informações suficientes das aplicações realizadas e seu cronograma estava defasado.

Já o Programa Integrado de Melhorias Sociais – PIMES não tinha integração com a Política de desenvolvimento estadual, ocasionada em grande parte pela lacuna existente na Administração superior, que oportunizou a execução do Programa de forma isolada, sem prever a necessária articulação das intervenções previstas.

A Central de Serviço do Cidadão – Tudo Fácil, estava implantada de fato, mas não de direito.

No final de 1998, a SCP contava com 183 servidores, tendo sido nomeados, em dezembro daquele ano, 25 Técnicos em Planejamento aprovados em concurso público, o que não amenizou a necessidade de recursos humanos na Secretaria, uma vez que esta contava com a presença de 34 pessoas cedidas de outros órgãos.

## **Economia e Estatística**

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) tem, por disposição estatutária, a atribuição de realizar estudos, pesquisas e análises sobre a economia do Estado, bem como, de elaborar estatísticas, funcionando como órgão de apoio ao planejamento estadual. Este comprometimento da FEE com a tarefa de analisar a realidade sócio-econômica regional e nacional vem sendo mantido e renovado desde sua criação em 1973. A Direção que assumiu em 1999 encontrou a Instituição em boas condições para o desempenho de sua missão. Em termos dos recursos humanos, a FEE conta atualmente com 198 servidores, havendo ainda outros 44 cedidos a diversos órgãos. Existem também 11 técnicos cedidos para a FEE, majoritariamente alocados na Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Dos funcionários lotados em sua sede, 106 são técnicos - entre os quais há 6 doutores e 40 mestres - e 92 são auxiliares. Trata-se, portanto, de um corpo funcional bastante qualificado, em especial nas áreas de economia e sociologia. Ainda assim, existe uma insuficiência de servidores ou problemas de qualificação em áreas determinadas:

a) na das estatísticas sócio-econômicas, onde há carência de técnicos (observe-se, por exemplo, que a FEE conta com apenas dois estatísticos) - e também insuficiente formação especializada dos servidores envolvidos com a questão;

b) na área de informática (análise de sistemas, programação, instalação e manutenção de redes, etc.), há tanto necessidade de qualificar a mão-de-obra existente como de reforçar o quadro técnico com novas contratações, para o que seria necessária a realização de um concurso público.

Outro aspecto dessa problemática das informações estatísticas reporta-se ao banco de dados sócio-econômicos da FEE que - não tendo tido a necessária manutenção e atualização ao longo dos anos - definhou a ponto de deixar de ser operacional.

Considerando-se a questão material na FEE, é preciso dizer que a situação encontrada é bastante favorável. A FEE dispõe de um prédio próprio, em boas condições de conservação, o que proporciona um ambiente de trabalho satisfatório. Da mesma forma, em termos de equipamentos, dispõe de uma rede interna com 120 microcomputadores (inclusive com acesso à *internet* em todas as máquinas), que atende as necessidades básicas dos pesquisadores. Como a obsolescência nesse domínio é muito acelerada, há necessidade de praticar uma política de renovação e de expansão do parque instalado. O maior desafio constatado, todavia, refere-se à própria rede interna, que não atende aos modernos parâmetros exigidos.

Examinando agora os aspectos financeiros da Instituição, deve-se dizer que o saldo da conta corrente da FEE em 31/12/1998 era de R\$ 74,8 mil e o dos convênios, R\$ 911,5 mil. No tocante aos fornecedores, os pagamentos pendentes somavam R\$ 65,0 mil.

Quanto ao passivo trabalhista, o montante atingia R\$ 25,9 milhões, sendo R\$ 17,2 milhões referentes ao ano de 1996 e R\$ 8,7 milhões relativos a 1997. No decorrer de 1999, foram quitados os precatórios de 1996.

No que se refere ao orçamento da FEE correspondente ao ano em curso, foram efetuadas Despesas Correntes de R\$ 11,6 milhões até 31.10.1999, prevendo-se que, até o final do ano, este montante seja aumentado em mais R\$ 2,9 milhões. Entre os problemas financeiros encontrados, cabe referir o fato de a FEE, há muito tempo, não estar recebendo recursos do Tesouro do Estado para pagamento de despesas de custeio. Observe-se que, no orçamento do ano 2.000, estão incluídos recursos vinculados a tais pagamentos.

### **Planejamento Metropolitano**

A METROPLAN, em janeiro de 1999, possuía um quadro funcional desmotivado e desestruturado organizacionalmente pela ausência de um plano de trabalho global para a instituição.

Havia um precário controle administrativo e financeiro, falta de recursos para finalizar obras iniciadas e para o pagamento de obras concluídas no Governo anterior, bem como um elevado número de causas trabalhistas.

As relações de diálogo e articulação com as prefeituras da RMPA e aglomerações urbanas eram esporádicas ou inexistentes. Com as comunidades, as relações dependiam do esforço e interesse dos servidores, não havendo canais formais de acolhimento e encaminhamento de demandas.

A estrutura organizacional era inadequada à viabilização das funções do órgão. Não havia estrutura técnica e diretrizes políticas para a implantação da Lei nº 11.127/98, datada de 09/02/98, que conferia à METROPLAN a responsabilidade legal de planejar, coordenar, fiscalizar e gerir o Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros – SETM das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas.

Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 39.185, de 28 de dezembro de 1998, e deveria ter entrado em vigor em 09.02.99.

## **1.2- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SARH**

A nova gestão administrativa encontrou a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos com um quadro que se caracterizava por: esvaziamento das funções técnicas da Secretaria; falta ou deficiência dos sistemas de controle e informações; efetivo de 547 servidores, sendo que, entre estes, apenas 30 técnicos, o que caracteriza a insuficiência de equipes técnicas, e, conseqüentemente, desmotivação dos servidores.

As instalações e equipamentos apresentavam uma situação não muito diferenciada, ou seja, problemática, havendo alguns setores bem equipados e com boas instalações, enquanto outros com insuficiência de espaço físico e de equipamentos, principalmente os de informática. Nessa segunda situação, sobressai o Departamento de Perícia Médica (DEPME), possuidor de uma estrutura de equipamentos muito aquém da necessária para a implementação de uma política de atenção à saúde do trabalhador.

Quanto aos sistemas de informática, destaca-se o Banco de Dados de Pessoal - BDP (registros funcionais), sistema antigo, superado, que não propicia a flexibilidade, a agilidade na análise de dados e informações gerenciais; e os sistemas de apoio operacional (acompanhamento de processos, controles de material, por exemplo) que, na sua maioria, se encontram ultrapassados, incapazes de fornecer informações gerenciais.

### **Previdência do Estado**

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul ao longo dos seus 67 anos de criação vem enfrentando sua pior crise financeira. Essa situação é fruto de ações desenvolvidas no passado, principalmente, oriundas das mudanças ocorridas na legislação e que não tiveram sua problemática atacada.

Analisando o caso das pensões integrais, mantida a situação vigente, o desequilíbrio no fluxo de caixa avança cada vez mais rápido, afetando a viabilidade financeira da instituição. No exercício de 1998, no mês de janeiro, foram pagas 314 pensionistas no valor de R\$ 344,6 mil. Em setembro de 1999, como resultado de ações judiciais, já foram pagas 9.238 no montante de R\$ 5,4 milhões. Para cada real que ingressa nos cofres do Instituto, deverão sair três reais.

Em 1998, as receitas totais do Instituto atingiram o montante de R\$ 631,5 milhões, enquanto as despesas somaram R\$ 670,1 milhões, apresentando um déficit no exercício de R\$ 38,6 milhões.

Nas décadas de 1940/60, o Instituto aplicou grande parte de suas reservas, cujo retorno não vem sendo satisfatório. A maioria dos imóveis destinados a renda são bastante antigos, apresentando baixo potencial de rentabilidade.

Na década de 1960, foi firmado convênio, para o financiamento de imóveis com recursos do BNH. Já, na década de 1980, o sistema habitacional do IPE entrou em colapso, dentre as causas identificadas destaca-se a má gestão dos recursos destinados à habitação.

No tocante ao quadro funcional do Instituto, a idade média é de 42 anos, e o tempo de serviço bastante elevado (nos próximos dois anos, 25% dos servidores estarão aposentados). O número de recursos humanos, cerca de 850 servidores, é insuficiente em relação à atual demanda.

### **Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Diagnosticada, na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, quando no início da nova gestão, a existência de estrutura organizacional comprometida pela fragmentação de ações, caracterizando: (a) área administrativa com problemas estruturais, físicos, organizacionais e de pessoal, e (b) área contábil-financeira desaparelhada, apresentando crônico processo de irregularidade dos registros e conciliações.

Constatada, da mesma forma, a inexistência de rotinas internas; descumprimento e inobservância dos apontamentos rotineiros da CAGE e Tribunal de Contas do Estado; ausência de registros confiáveis na área administrativo-financeira; falta de recursos humanos em todas as áreas; desorientação técnico-política das áreas fins, com muitas atividades descaracterizadas, mal focalizadas e em dessintonia com as atividades típicas do desenvolvimento de recursos humanos.

A FDRH, no tocante a pessoal, possuía em seus quadros, em 01.01.99, o total de 72 servidores, suplementados por 72 estagiários.

### **Processamento de Dados**

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS estava com suas ações orientadas para viabilizar o processo de abertura de capital (privatização parcial). Desta forma, foi introduzido o conceito de empresa autônoma das funções de Estado, devendo atender ou não às necessidades

dos órgãos em conformidade com as relações comerciais e não se preocupando com nenhuma política social do Governo. Internamente, a Empresa passou a adotar padrões da iniciativa privada, onde o lucro era o objetivo a ser perseguido. O processo de comprar se afastou dos padrões do serviço público, que tem na Lei 8666 seus critérios e regras estabelecidos.

A situação financeira da Companhia, durante o ano de 1999, passou por um processo de acúmulo de débitos com fornecedores, pois em dezembro de 1998 foram assinados 13 contratos que incrementaram a despesa, sem o correspondente aumento da receita. Outrossim, a Empresa foi recebida com um saldo positivo de R\$ 6,2 milhões, contudo, com compromissos imediatos a saldar na ordem de R\$ 6,1 milhões.

O treinamento foi orientado para as áreas de marketing, em detrimento do conhecimento tecnológico. Dos 1.200 empregados da Empresa em 1995, permaneceram apenas 810, tendo sido contratados serviços de terceiros, com custos mais elevados, envolvendo perto de 500 pessoas.

A terceirização da PROCERGS se deu em todas as áreas, inclusive nas essenciais. No Setor de Desenvolvimento, há duzentos trabalhadores de empresas terceirizadas, fazendo todo tipo de prestação de serviços, abrangendo a manutenção de sistemas críticos para o Estado.

Por parte dos órgãos do Governo do Estado existia uma contratação indiscriminada de serviços informacionais, sem qualquer orientação, permitindo superposição de trabalho e soluções. Diante desse quadro, o Estado ficou com grande heterogeneidade no processo de informatização da administração pública. Enquanto alguns órgãos apresentam um alto grau de informatização, outros apresentam enormes carências em termos de aplicações e equipamentos. Tal situação decorre da falta de coordenação do processo de informatização e da definição de prioridades baseadas em critérios puramente econômico-financeiros, nos quais os órgãos com maiores recursos alcançaram melhores resultados. Esta visão individualista, em contraposição a uma visão de Governo, vinha gerando um enorme desperdício de recursos públicos que poderiam ser melhor aproveitados através do compartilhamento das tecnologias de informática e telecomunicações pelos diversos órgãos do Estado, reduzindo custos, minimizando as desigualdades setoriais e beneficiando, principalmente, os órgãos com menos recursos para investimentos (mas não necessariamente menos importantes).

Ressaltam-se, do mesmo modo, as deficiências atuais na infra-estrutura básica de informática e telecomunicações, integrada por uma rede de baixa velocidade e um grande número de equipamentos obsoletos, os quais não suportam o uso das modernas tecnologias de informática.

### **Artes Gráficas**

A Empresa Pública, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, encontrava-se, em janeiro de 1999, nas seguintes condições:

- (a) jornada de trabalho de 30 horas semanais, lesiva ao interesse público e inviável para a excelência da produção;
- (b) máquinas e equipamentos do parque gráfico em condições operacionais aquém da necessidade de demanda do Estado em relação aos serviços gráficos;

(c) concessão de horas-extras em quantidades extremamente comprometedoras em relação às finanças da empresa (conforme relatório CAGE);

(d) doações de serviços e produtos, constituindo cortesia com recursos públicos, questionadas pela CAGE e pelo Tribunal de Contas (conforme relatório CAGE);

(e) contratação de mão-de-obra para as áreas industrial e administrativa/financeira, num claro flagrante de desrespeito às normas constitucionais e mais especificamente às regras do concurso público para ingresso na administração pública;

(f) locação de máquinas e equipamentos com base em avaliações superestimadas de produção; e,

(g) concessão de funções gratificadas sem critérios e contemplando, muitas vezes, tarefas e pessoas sem a devida contrapartida.

Por fim, a CORAG foi recebida com 193 servidores e com um saldo total financeiro, referente ao exercício de 1998, de R\$ 3,2 milhões.

### **1.3- SECRETARIA DA FAZENDA – SEFA**

O quadro das finanças públicas do Estado, durante os três últimos anos da gestão anterior, foi agravando-se cada vez mais. De um lado, o Estado perdeu receitas e comprometeu despesas futuras em decorrência da política econômica implementada pelo Governo Federal, e, de outro, a administração financeira estadual comprometeu as receitas, pela sua renúncia, e elevou os gastos nas áreas não sociais, através de mecanismos que favoreceram às grandes empresas privadas.

Como forma de atenuar os desequilíbrios das finanças públicas e promover o desenvolvimento do Estado, o Governo anterior optou pela venda do patrimônio público estadual, ou seja, das duas maiores empresas estatais: a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações e a Companhia Estadual de Energia Elétrica, cujo montante de recursos foi da ordem de R\$ 5 bilhões.

No entanto, uma pequena parte do volume destes recursos foi utilizada para investimentos ou para abater o estoque da dívida pública, e outra serviu para cobrir insuficiências apresentadas pelo caixa do Tesouro, ou seja, despesas referentes a pessoal e custeio, portanto não atendendo o propósito original da Lei n.º 10.607/95, que instituiu o Fundo de Reforma do Estado.

As conseqüências das políticas públicas adotadas pelo Governo anterior, ficaram evidenciadas pelo resultado apresentado pelos dois principais componentes das receitas públicas estaduais: o ICMS, e as Receitas de Capital.

O ICMS, que representava quase 60% da arrecadação do Estado, foi reduzindo-se gradativamente para um patamar de 33% ao final de três anos, ao passo que as Receitas de Capital, através da alienação de bens tiveram uma evolução de 17% para 45% no mesmo período.

Isto reflete que a política de financiamento do setor público privilegiou as Receitas de Capital em detrimento das Receitas Tributárias, mais precisamente em relação ao ICMS que é, sem dúvida, a essência para o financiamento do setor público

a longo prazo, uma vez que seu desempenho, nos últimos anos, vem apresentando resultados bastante insatisfatórios.

Em relação à Despesa Pública, a situação encontrada foi a seguinte, levando-se em conta os agregados que a compõe: Pessoal, Manutenção, Investimentos e Dívida Pública.

O montante da despesa com pessoal, durante o ano de 1998, incluindo a Administração Direta e os repasses à Administração Indireta, atingiu o percentual de 80,9% da Receita Corrente Líquida (RCL), representando um acréscimo, em termos reais, de 4,9% em relação ao ano anterior. Mesmo com a implementação de algumas políticas de redução de gastos, como, por exemplo, o Programa de Demissão Voluntária – PDV e da revisão da política de incorporações entre outras, não houve uma desaceleração dos gastos, mas sim um crescimento, em média de 3,5% nos últimos três anos.

Já os gastos de Manutenção apresentaram, em 1998, um acréscimo de 12,4% em relação ao ano anterior, acumulando um crescimento de 46% nos últimos três anos. Em relação à RCL, esses gastos representaram 17%, enquanto que em 1995 apenas 13%.

Os Investimentos totalizaram, durante 1998, recursos da ordem de R\$ 3,7 bilhões, sendo que deste total R\$ 2,3 bilhões referem-se ao PROES, recursos estes destinados ao saneamento e reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, e R\$ 414,2 milhões a empréstimos. No total do quadriênio 1995-98, o volume de recursos atingiu R\$ 6,6 bilhões.

Com relação à Dívida Pública, em 1998, um novo acordo foi celebrado, determinando que 13% da receita líquida real fosse destinada para o pagamento da dívida, podendo o percentual chegar a 17%, o que inviabilizaria totalmente a capacidade do Estado investir e prestar serviços, representando o estrangulamento do futuro governo.

Apesar do ingresso de recursos provenientes do processo de privatizações, o atual Governo encontrou as finanças públicas bastante deterioradas, apresentando um déficit financeiro em torno de R\$ 1,2 bilhão, resultado do desempenho negativo das finanças nos últimos quatro anos.

### **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL**

No que diz respeito ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL, empresa vinculada à SEFA, pode-se destacar o seguinte:

Destaque-se, inicialmente, que a atual Diretoria do BANRISUL, indicada por este Governo, tomou posse em abril de 1999, conduzindo a partir de então os destinos do Banco, em acordo com as Diretrizes da nova Administração do Estado. Por esta razão, o diagnóstico apresentado refere-se à data de posse da nova diretoria do Banco.

Com o saneamento do Bannisul, engendrado pelos recursos do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, que capitalizaram a Instituição, o Governo do Estado firmou o "Termo de Compromisso de



Gestão" em 31/03/98 com o Banco Central, pelo qual se estabeleceu um vasto elenco de medidas a serem adotadas pelo Banrisul com o objetivo de garantir a sua saúde econômico-financeira. Vale lembrar que este processo já foi deflagrado e deverá proporcionar a sustentação da Empresa para que ela possa prosseguir sua contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Por outro lado, a acentuada desvalorização do Real, a introdução da livre flutuação da taxa de câmbio, a significativa perda de divisas, a elevação dos juros e o aprofundamento do ajuste fiscal foram fatores que agravaram a desaceleração econômica, provocando o aumento dos índices de desemprego e inadimplência, o que marcou os primeiros meses de 1999. Passada a fase mais crítica, a interrupção da desvalorização cambial abrandou o processo de aceleração inflacionária, iniciando um período de redução de juros e recuperação da confiança dos investidores estrangeiros. Neste cenário, o Banrisul registrou R\$ 5,2 milhões de captação de recursos em março/99, com expansão de 26% sobre março/98. Entretanto, no primeiro trimestre de 1999, a captação total e os depósitos à vista decresceram 3,9% e 16,4% respectivamente em relação a dezembro/98. Entre os depósitos remunerados, os Fundos de Investimento reduziram-se em 9,7%, os depósitos a prazo mantiveram-se estáveis em relação ao final de 1998 e os depósitos de poupança expandiram-se em 2,9%. Ao final de março/99, as operações de crédito somaram R\$ 1,8 milhão, com redução de 5,7% sobre dezembro/98 e crescimento de 8,9% nos últimos 12 meses. Fruto da desvalorização cambial e das altas taxas de juros, a Instituição registrou um lucro líquido de R\$ 40,2 milhões no 1º trimestre de 1999. Quanto ao corpo funcional, o Banco mantinha 8.011 funcionários no princípio de janeiro/99, reduzindo seu quadro para 7.901 ao final do primeiro semestre de 1999.



## **2- ÁREA ECONÔMICA**

### **2.1- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA**

A agropecuária, no período anterior à posse do atual Governo, encontrava-se em crise, com queda contínua de sua participação no PIB do Rio Grande do Sul, com as conseqüências inerentes a este processo de empobrecimento da economia rural no Estado. Ampliou-se a “*pobreza rural*”, uma chaga social geradora de inúmeros conflitos, tanto no que diz respeito a questões fundiárias, como no que se refere às conseqüências do êxodo rural.

A estrutura pública gestora dos assuntos da agricultura estava voltada aos interesses do latifúndio e da agricultura empresarial, descurando das questões relativas à agricultura familiar, tida até então como responsável por uma produção marginal e não como modelo de desenvolvimento rural.

As questões fundiárias e a reforma agrária não eram alvo de um programa específico do Governo do Estado, capaz de encarar de frente um grave problema social do campo gaúcho. Mais, a Reforma Agrária não era vista como fator de desenvolvimento rural.

A par disso, o atual Governo, quando assumiu, encontrou a SAA desestruturada, duramente atingida pelo esvaziamento do seu quadro técnico, quer pela implementação do Plano de Demissões Voluntárias – PDV, quer pelas aposentadorias. Havia poucos registros dos programas, projetos e atividades da Secretaria. Além disso, dos 54 programas ditos como “em andamento”, 90% sequer haviam saído do papel.

### **2.2 – SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT**

A Secretaria da Ciência e Tecnologia é o órgão executivo do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, que é constituído pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO e pela Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, que são institutos de pesquisa vinculados a essa Secretaria e responsáveis pelas ações institucionais ligadas à ciência e tecnologia.

As ações operadas diretamente pela Secretaria da Ciência e Tecnologia estavam reunidas em três programas: Pólos de Modernização Tecnológica, Ilhas de Excelência (Química, Biotecnologia e Informática) e Rede Tchê. Outras ações eram realizadas, mas sem constituírem programas. Neste caso, encontram-se muitas iniciativas de cooperação internacional, que sempre foram objeto de intervenção da Secretaria.

A intervenção institucional para inserção nas ações de cooperação, nas ações para a integração regional e nacional, nas ações relativas ao desenvolvimento, meio ambiente e gestão das políticas públicas era débil, inexistindo um acúmulo político e de conhecimento que oferecesse consistência às intervenções propostas. O

Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia estava inserido neste quadro, daí decorrendo a sua inação.

Sobre o desempenho dos três programas, já existiam informações suficientes para que se promovessem alterações, buscando uma maior eficácia dos mesmos para o desenvolvimento.

Foi identificada a sobreposição do Programa Ilhas de Excelência, concorrendo pelos recursos com o Programa de Pólos de Modernização Tecnológica, ficando evidenciado que este tinha atributos diferenciais, pois era ação consolidada desde 1989, articulava todas as instituições de ensino superior do Estado nas ações de Ciência e Tecnologia, tendo construído relações institucionais, estando consolidado como estrutura de Ciência e Tecnologia, enquanto aquele apresentava desvantagem em todos esses aspectos e ainda tinha a fragilidade de inexistirem programas setoriais que sustentassem as áreas para as quais estava direcionado.

Mesmo com qualidades, o Programa de Pólos de Modernização Tecnológica apresentava problemas como a falta de metodologia para a proposição dos projetos e deficiências de informações sobre as ações realizadas.

Já a Rede Tchê apresentava dois impasses; um político, pois os recursos previstos não haviam sido liberados, e outro tecnológico, estando pendentes as definições sobre a Rede Nacional de Pesquisa, por parte do Governo Federal, situação que persistiu inalterada durante o ano de 1999, não inibindo, no entanto, o empenho da Secretaria para a manutenção e ampliação do programa.

Outro problema importante era o comprometimento de 70% dos recursos da Secretaria com as propostas aprovadas na Consulta Popular de 1998. As rubricas orçamentárias eram incompatíveis com as ações administrativas necessárias, e a falta de projetos não permitia a efetivação das propostas, não havendo, também, definição sobre quem se responsabilizaria pela elaboração e execução dos mesmos. A aceitação pelos agentes políticos dos Pólos de Modernização Tecnológica como responsáveis por essa tarefa foi importante, demonstrando a força do programa que, assim, impediu uma dispersão na utilização dos recursos.

### **Pesquisa Agropecuária**

A FEPAGRO desenvolve, prioritariamente, atividades de pesquisa e experimentação, realizando, complementarmente, prestação de serviços e difusão de tecnologias, relacionadas, direta ou indiretamente, com o setor agropecuário do Rio Grande do Sul. No início deste Governo, a FEPAGRO acumulava problemas históricos, para os quais o Governo anterior não dispensou a devida atenção.

Quando da sua criação, em 1994, os servidores que faziam parte do Quadro Especial, em extinção, que desenvolviam atividades na área da pesquisa agropecuária, foram cedidos à FEPAGRO.

Através do Programa de Demissões Voluntárias, instituído pelo Governo anterior, foram demitidos 115 servidores, chegando-se, em dezembro de 1998, com o número total de 533 pessoas. A redução do quadro se intensificou no último período por vários fatores, mas decorre fundamentalmente das mais de duas décadas sem

haver ingresso de novos servidores, o que ocasionou a redução do quadro, em função da aceleração do acesso à aposentadoria.

Em decorrência desse processo, já se podia vislumbrar o acirramento que, no ano de 1999, o efetivo da Fundação seria reduzido para 238 servidores. Isto demonstra claramente a política que vinha sendo implementada em relação à pesquisa, ou seja, de total esvaziamento.

Tal processo comprometeu profundamente o andamento de trabalhos de essencial importância e reduziu a capacidade de contratação de novos projetos de pesquisa, de honrar os compromissos já existentes, bem como desencadear as ações necessárias para o atendimento das novas demandas postas pelas políticas do atual Governo.

As próprias linhas de pesquisa não derivavam de debates profundos, ficando basicamente ligadas à estrutura do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. Pesquisas de interesse popular vinham sendo relegadas a segundo plano, com o argumento de que a produção em grande escala seria técnica e economicamente superior, contradizendo o papel primordial da pesquisa estadual que deve ser o de gerar emprego e renda, garantir a segurança alimentar e preservar o meio ambiente.

Do ponto de vista técnico, foi encontrada uma carência geral de procedimentos com relação aos projetos de pesquisa. O Conselho de Pesquisa não estava formado, parte dos projetos nem sequer constavam de forma documental nos arquivos da Divisão de Pesquisa, os fluxos de entrada e de execução das pesquisas eram bastante aleatórios e não havia um conjunto de critérios técnicos e sociais que pudessem estabelecer prioridade para a aprovação de novos projetos.

De forma geral, os projetos de pesquisa estavam pouco centrados nos interesses dos agricultores familiares. Da mesma maneira, as pesquisas orientadas a resolver os problemas de sustentabilidade ambiental ainda estavam pouco presentes. Tais constatações ficavam ainda mais agravadas quando se soma que a FEPAGRO não vinha participando dos maiores programas do Governo Estadual que têm relação com a agricultura, como é o caso do Pró-Rural 2000, PRÓ-GUAÍBA, Mar de Dentro, política de assentamentos e a campanha do Estado livre de transgênicos.

## **Ciência e Tecnologia**

A Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC apresentava muitas dificuldades, mesmo cumprindo todas as metas de um Contrato de Gestão.

A Fundação apresentava carência de recursos humanos, necessitando de uma reestruturação para melhor atender a demanda de serviços com o quadro de funcionários disponíveis. Alguns setores internos estavam no limite para atendimento das solicitações de serviços e o plano de pessoal revelou-se inadequado, impossibilitando remanejamentos para o melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Os fatores que condicionaram as ações em 1999 estavam relacionados a estruturação das atividades contempladas pelas diretrizes de Governo, da Direção da CIENTEC e as constantes no Orçamento vigente, bem como investimentos em novos equipamentos para a área produtiva, foi aberto o Edital de Concorrência, em novembro

de 1999, para aquisição de 42 equipamentos importados, ampliando significativamente a capacidade técnica dos laboratórios.

### **Amparo à Pesquisa**

A FAPERGS, agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia, de acordo com a Constituição de 1989, tem direito a 1,5% da receita líquida do Estado, algo em torno de R\$ 56 milhões anuais, para incrementar o desenvolvimento da área.

Para o pleno entendimento da situação da FAPERGS, deve ser considerado que há um estoque de dívida acumulada pela contratação de projetos oriundos dos diversos programas lançados em exercícios anteriores, os quais se encontram em regime de liberação de recursos. Assim, parte dos recursos repassados mensalmente à FAPERGS para a sua operacionalização é destinada para dar andamento aos projetos já contratados e em desenvolvimento.

Essa situação condicionou o desempenho da FAPERGS em 1999 e condicionará para o ano 2000, uma vez que parte importante dos seus recursos se destina ao pagamento de dívidas relativas a projetos iniciados em exercícios anteriores. O restante se destina ao pagamento de projetos do atual Governo, estando assim em acordo com suas políticas no campo da ciência e tecnologia.

### **2.3- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI**

A posse do Governador, em janeiro de 1999, determinou a mudança de diretrizes na área correspondente à atuação da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, pela opção por um modelo de desenvolvimento baseado no incentivo aos pequenos e médios empreendedores, ao contrário da política até então adotada, de privilegiamento dos grandes empreendimentos, via incentivos de natureza fiscal e financeira.

A estrutura da SEDAI foi encontrada em situação bastante aquém do desejável, em termos operacionais, financeiros, humanos e materiais, dificultando a implantação dos projetos prioritários do atual Governo.

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, as dificuldades se concentraram na inovação dos projetos do novo Governo, derivando problemas de liberação de recursos, inclusive os destinados à cobertura das despesas básicas, como a manutenção da Secretaria. Estes recursos se encontravam subestimados, com valores orçados correspondentes a três meses de funcionamento do órgão, observando-se ainda que aproximadamente 65% do orçamento referia-se ao Fundo de Reforma do Estado, receita não realizada em função do fim do programa de venda do patrimônio público estadual. A estrutura orçamentária para 1999 tornou-se, assim, completamente incompatível com as novas necessidades ditadas pelas diretrizes do atual Governo.

Com relação aos recursos humanos, foi encontrada uma situação de absoluta falta de pessoal, com uma composição do quadro funcional baseada em CCs – Cargos em Comissão, CCEx – Cargos em Comissão Extraordinários e estagiários, e poucos funcionários do quadro pessoal do Estado.

A composição era a seguinte: 52 CCs; 50 CCEX; 29 funcionários do quadro; 24 adidos; 15 reintegrados (ex-CEDIC) e 36 estagiários, sendo que:

- CCs: houve uma contingência de governo em 20% destes cargos;
- CCEX: o prazo de validade dos mesmos expirou em abril/99, tendo sido prorrogado somente por um ano, o que coloca absoluto grau de incerteza e intranquilidade junto ao corpo técnico (alguns dos mais experientes da Secretaria) e o próprio conjunto da SEDAI. O futuro destes ainda está indefinido;
- Adidos: na sua maioria oriundos da antiga Caixa Estadual, cuja qualificação e aptidão técnica distam muito das necessidades da SEDAI.

Este quadro coloca a necessidade de buscar a urgente ampliação de recursos humanos, bem como a requalificação dos técnicos atuais para capacitá-los a executar os novos programas da SEDAI.

Quanto aos recursos materiais encontrados, a situação era de falta de veículos para o desenvolvimento das atividades internas e externas da Secretaria, poucos equipamentos de informática e, conseqüentemente, baixo índice de informatização das atividades. Na verdade, havia um sucateamento geral dos equipamentos e máquinas decorrente da falta de manutenção.

Evidentemente todos esses fatores condicionaram as ações desenvolvidas durante o exercício de 1999. A falta de recursos dificultou a mobilidade das equipes, interpondo obstáculos à presença da SEDAI junto à sociedade, de modo a difundir os novos conceitos de desenvolvimento em implantação pelo atual Governo.

Devido à importância e representatividade dos programas Incubadoras Empresariais e SEADAP (Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas), detalha-se a seguir a situação encontrada.

O Governo atual comprometeu-se em seu Programa Geração de Emprego com a implantação, no Estado do Rio Grande do Sul, de um programa de incubadoras de negócios. Foi considerado como ponto de partida adequado para a execução desse projeto a transformação do Projeto de Condomínios Industriais, em andamento.

Os condomínios industriais previam um sistema de apoio às pequenas empresas limitado à disponibilização de espaço físico. Entretanto, nem essa intenção chegou a ser concretizada. O potencial dos prédios construídos não foi explorado em sua totalidade, apresentando uma taxa de ociosidade de cerca de 30%, representando importante desperdício de oportunidades de criação de novas empresas e empregos.

Tornou-se, portanto, necessário realizar uma avaliação do programa em si, (relacionamento SEDAI/Prefeituras Municipais, funcionamento dos condomínios, número de empresas criadas e número de empregos gerados, forma e eficácia do acompanhamento) e também dos condomínios já implantados.

Um dos mais importantes programas destinados a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, o Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas – SEADAP apresentava sérias deficiências estruturais. As instalações físicas mostravam-se insuficientes para o adequado desempenho de suas funções técnicas e para a recepção de investidores. Não contava

sequer com uma sala de reuniões apropriada.

Administrando em torno de 650 processos de incentivos financeiros (Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM/RS e seus programas especiais, setoriais e regionais, Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN/RS, Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR/RS, - Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul - FITEC) e apresentando em estoque outros 639 processos abertos em andamento, o setor também não contava com sistemática adequada de guarda dos processos. Com dezessete funcionários - quatro na área administrativa e treze técnicos - apenas três detinham noções de microinformática.

Também em equipamentos, o setor estava deficiente: apenas dois microcomputadores e duas impressoras a jato de tinta e alguns equipamentos de escritório.

Caracterização das deficiências e potencialidades mais significativas:

*Deficiências:*

- Baixo nível de informatização dos processos de controle;
- Baixo nível de informatização do processo de análise dos incentivos;
- Fluxo operacional complexo em decorrência das peculiaridades dos programas administrados;
- Treinamento insatisfatório na área de análise econômico-financeira de projeto por parte de alguns dos técnicos;
- Ausência de pessoal qualificado para as funções de acompanhamento a campo dos projetos aprovados ;
- Nível insuficiente de entrosamento com outros órgãos do Executivo Estadual envolvidos nas atividades do setor.

*Potencialidades:*

- Entrosamento com a comunidade empresária;
- Disposição para o trabalho por parte da maioria dos funcionários;
- Conhecimento dos programas sob administração do SEADAP por parte da equipe;
- Grande campo de trabalho por desenvolver no acompanhamento dos projetos aprovados.

### **Agência de Fomento**

Muito embora tenha sido legalmente criada, em 27.05.97 - Lei Estadual nº 10.959, a Caixa Estadual S.A - Agência de Fomento (AD) apenas foi constituída em 20.05.98, com a integralização de seu capital no montante de R\$ 4 milhões.

Em 24.02.99, quando os diretores indicados pelo atual Governo foram eleitos, pouco tinha avançado a AD no sentido de vir a dispor de uma estrutura compatível com as finalidades para as quais foi criada. Nessa data, a AD limitava-se a um grupo de direção que estava, ligado à Secretaria da Coordenação e Planejamento.



Encontravam-se pendentes de encaminhamento as seguintes questões:

- Transferência do patrimônio da extinta Caixa Econômica Estadual;
- Definição do quadro de pessoal da Agência;
- Regularização da posse e administração do Edifício Negrinho do Pastoreio, destinado para ser a sede da Agência.

Além destes aspectos administrativos, encontrava-se inconcluso e paralisado o processo que visava à liberação dos recursos devidos pela União para permitir o início de suas atividades operacionais.

## **2.4– SECRETARIA DO TURISMO – SETUR**

Na avaliação procedida, foi diagnosticada a inexistência de uma cultura turística, tanto no Estado como no País, o que se constitui em um primeiro desafio a ser superado pelo poder público, ao buscar implantar uma política efetiva para o setor.

De um modo geral, a atividade turística tem sido, historicamente, conduzida de forma amadorística e paroquial, apresentando um grau insuficiente de ações vinculadas entre os diversos agentes públicos e privados atuantes na área. Não há no setor o entendimento do turismo como uma atividade de grande alcance social e econômico, cujo potencial de crescimento está associado ao aumento do nível de emprego, da produção, da renda e da arrecadação pública.

Uma outra constatação diz respeito à existência de um número significativo de atrativos turísticos sem a devida contrapartida de oferta de produtos turísticos, o que representa um gargalo importante para a comercialização no setor, situação esta que decorre principalmente da frágil estrutura existente, em termos de empresas que atuam com o turismo receptivo no Rio Grande do Sul.

Em termos da Secretaria, a inexistência de um banco de dados do setor constituiu um dos principais entraves para a implantação de um sistema de informações turísticas, que corresponda às exigências básicas dos usuários internos e externos. O não dimensionamento estatístico confiável dos dados sobre turismo dificultou uma avaliação real da importância do setor em termos econômicos e financeiros, dificultando fortemente a implantação de instrumentos mais eficazes para o seu desenvolvimento.



### **3- ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA**

#### **3.1- SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES - SEMC**

A ênfase dada pelo Governo anterior aos processos de privatização resultou na integral abdicação do principal papel da Secretaria, qual seja o de formular políticas para as suas áreas de atuação - energia, mineração e telecomunicações.

A Secretaria foi submetida a um processo de perda dos mecanismos internos de planejamento estratégico e de supervisão das empresas vinculadas. Em decorrência dessa situação, a SEMC encontrava-se totalmente desestruturada, o que evidenciava um deliberado processo de esvaziamento que culminaria, mantida aquela política, em sua extinção. Servem como exemplo dessa prática tanto a inexistência de projetos de energia e mineração, como o abandono e o descaso pela política de telecomunicações e, ainda, a falta de um quadro de pessoal próprio ou mesmo de funcionários do quadro geral (funcionários estáveis).

A SEMC contava apenas com cargos em comissão, cedências temporárias ou estagiários. Essa situação conduziu à descontinuidade administrativa e, por conseqüência, eliminou o acervo e destruiu a memória da Secretaria.

Na verdade, a gestão anterior tinha como projeto a “Reforma do Estado”, cuja ação prioritária estava sintetizada na privatização de empresas públicas, o que resultou na transformação da SEMC em um verdadeiro “balcão de negócios”.

Neste quadro, as principais ações levadas a efeito foram a venda total da Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, a cisão e posterior venda de dois terços da área de distribuição da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e um conjunto de providências objetivas para a privatização da Companhia Riograndense de Mineração – CRM e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS.

#### **Privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT**

Em 17 de dezembro de 1996, de acordo com as diretrizes do Programa de Reforma do Estado que definiu que 35% de suas ações ordinárias nominativas de propriedade do Estado fossem leiloadas, tendo sido adquiridas pelo consórcio composto pelas empresas RBS Participações S/A – Líder, T.I. – Telefónica Internacional de Espanha S/A, Telefónica de Argentina S/A, Companhia de Telecomunicações de Chile e CITICORP, pelo valor de R\$ 681 milhões.

Em 1998, dando continuidade ao processo de privatização, foram leiloadas as ações ordinárias nominativas restantes. O leilão ocorreu em julho de 1998 e o Grupo vencedor foi o Consórcio Telefónica do Brasil Holding, cujo lance foi de R\$1,17 bilhão, correspondendo a um ágio de 26,92% sobre o preço mínimo.

#### **Privatização Parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica– CEEE**

Em 1996, através da Lei 10.900, foi instituída a nova modelagem do setor de energia elétrica, que passou a ser operado por seis novas empresas. Sob o comando acionário do Estado do Rio Grande do Sul, através da Holding Companhia Estadual de

Energia Elétrica, ficaram três delas, nas áreas de geração, transmissão e de distribuição.

MODELAGEM DO SETOR ELÉTRICO

| GERAÇÃO                                       | TRANSMISSÃO                                | DISTRIBUIÇÃO   |
|---|--|--|
| ♦ Cia. De Geração Hídrica de Energia Elétrica | ♦ Cia. de Transmissora de Energia Elétrica | ♦ Cia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica    |
| ♦ Cia. De Geração Térmica de Energia Elétrica |  | ♦ Cia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica   |
|   |  | ♦ Cia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica |

Fonte: CEEE

Em outubro de 1997, foi vendida a participação acionária da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica S/A, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão, com um ágio de 82,62% sobre o preço mínimo de venda. A participação foi adquirida pelo Consórcio Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa/Community Energy Alternatives. Também foi negociada a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica S/A por R\$ 1,5 bilhão, sendo o ágio de 93,44% sobre o preço mínimo, adquirida pelo Consórcio AES Corporation, operadora norte-americana de energia.

Já a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, foi repassada à União, no ano de 1998.

A CEEE antes da privatização e federalização era responsável pela concessão de energia elétrica na totalidade dos municípios do Estado, abastecendo 89% deles de forma direta e fornecendo energia às demais localidades através de cooperativas e pequenas concessionárias.

A atividade de distribuição de energia elétrica a esses municípios era realizada por 31 gerências regionais, atingindo 2.779.935 consumidores. Em um mercado de energia de 17 GWh em 1995, a CEEE supria 1/3, adquirindo do Sistema Interligado o restante. O faturamento anual da empresa em 1996 era de R\$1,8 bilhão.

Após a privatização parcial, em dezembro de 1998, a CEEE atendia a 982.287 consumidores de energia no segmento residencial urbano, 48.114 no segmento rural, 96.215 no comercial, 11.086 no industrial e 6.000 no segmento público que tem suas atividades e sua qualidade de vida intrinsecamente ligados à qualidade dos serviços que a empresa oferece.

Em um processo estratégico de resgate do crescimento econômico e desenvolvimento do Estado, a garantia do suporte energético é essencial para viabilizar novos investimentos. A missão da CEEE, mesmo sob as limitações resultantes das políticas de privatização e transferência de ativos e pela chamada reforma do Estado, é oferecer serviços de qualidade, preservar e desenvolver a capacidade estratégica da empresa em um processo de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e capaz de abrir novas perspectivas para os gaúchos. Para isso, a gestão e o controle públicos

da empresa devem possibilitar não só sua abertura ao conhecimento e participação cidadã, como a agilidade necessária para enfrentar a grave crise que a afeta.

A reestruturação da empresa – privatização e federalização – resultou na transferência de R\$ 2,7 bilhões para o governo do Estado sem que houvesse qualquer benefício no sentido de saneamento; ao contrário, a perda de 54% da receita e manutenção com o segmento estatal da empresa de 88% do passivo anterior significam um mergulho na crise econômico-financeira que o Governo e a direção da CEEE anteriores alegavam combater.

Na atividade de geração, a CEEE em 1998 obteve um crescimento de 29,63% em relação a 1997, suprimindo a Distribuidora Sul-Sudeste e demais concessionárias no montante de 5.674 GWh, sendo o restante ofertado ao Sistema Interligado.

Também na atividade de transmissão, a Companhia obteve um crescimento de 3%, transportando 19.107 GWh em 1998. A distribuição obteve, no mesmo ano, uma taxa de atendimento de 99,2% dos domicílios urbanos e 84% dos rurais em sua área de abrangência, 8 municípios da área da Região Sul-Sudeste do Estado com 73 mil km<sup>2</sup>, atingindo mais de um milhão de consumidores e 5.513.628 MWh.

Esses resultados operacionais demonstram a vitalidade da empresa e a competência de seu corpo técnico. Eles apontam uma relação histórica de desempenhos positivos no acesso e qualidade de serviços ao consumidor gaúcho e expressaram-se em índices de aprovação em pesquisas de opinião com resultados de mais de 70% de ótimo/bom. Este desempenho encontra obstáculos técnicos em que se destacam as perdas elétricas que chegaram a 14% em 1998, frente a uma média histórica de 12%, pela carência de investimentos nos sistemas de transmissão e de distribuição.

É inegável o desequilíbrio financeiro desencadeado a partir da reestruturação da CEEE. Em junho de 1998, o patrimônio líquido da empresa foi reduzido em R\$ 420 milhões. A relação entre a receita e o passivo, que havia alcançado o índice de 2,34 em dezembro de 1997, baixou para 1,36 em dezembro de 1998. O grau de endividamento, que era de 1,23 em dezembro de 1996, aumentou para 2,45 em novembro de 1998.

A situação da empresa até 1996 era de déficit operacional devido, fundamentalmente, a uma política de fixação de tarifas em patamares inferiores ao valor mínimo recomendado pelo Banco Mundial (US\$ 67/MWh), contabilizando uma perda de receita em torno de US\$ 2 bilhões, valor de uma grandeza tal que superava, em 1996, o faturamento anual da empresa de US\$1,7 bilhão.

A partir de 1994, visando à privatização, foi feito um processo de recomposição de tarifas pelos órgãos reguladores federais, alcançando patamares médios de US\$ 85/MWh.

Projeções relativas ao desempenho da empresa neste período, demonstram sua viabilidade dentro dessa nova política tarifária, não fossem as políticas adotadas pelo Governo do Estado e direção da Companhia. De outro lado, logo após a privatização, a empresa exibiu balanços positivos originados na contabilização de

valores relativos à venda de patrimônio. Isto repercutiu em números positivos, fartamente divulgados pelo Governo, mas que escondiam a verdadeira situação. Dos R\$ 3,14 bilhões oriundos da privatização, foram aplicados na CEEE apenas R\$ 1,5 bilhão. Este valor rendeu R\$ 280 milhões até 31 de dezembro de 1998. No entanto, o saldo resultante em janeiro de 1999 era de R\$ 393 milhões. Foram deduzidos de R\$1,79 bilhão: R\$ 435 milhões em déficit de caixa; R\$ 455 milhões de redução de capital e juros para o Estado e demais acionistas; R\$ 396 milhões em amortização extraordinária de dívidas; R\$ 107 milhões em depósitos referentes à Usina Termelétrica de Candiota III, como caução judicial e R\$ 3 milhões em CPMF.

No relatório da administração de 1997, a direção da empresa aponta como objetivo da reestruturação o equilíbrio econômico-financeiro da CEEE. Este objetivo, no entanto, não foi alcançado. Os resultados positivos de 1997 e 1998 decorrem da contabilização dos recursos das vendas, ou seja, de fonte exaurível.

Frente ao desequilíbrio entre a receita – sensivelmente reduzida pela transferência de patrimônio e venda- e a despesa – em que pese um passivo de 88% daquele anterior à privatização – está colocada a situação de crise econômico-financeira, com contorno de médio prazo.

Perda de faturamento – a venda das áreas de distribuição Norte-Nordeste e Centro-Oeste e a entrega para a União da empresa de geração térmica – resultaram em uma redução estimada em 54% do faturamento da antiga CEEE e uma perda anual de receita estimada em R\$ 1,1 bilhão.

Passivo trabalhista – uma das políticas de viabilização da privatização adotadas pela gestão anterior foi manter sob responsabilidade da CEEE o passivo constituído por ações judiciais ajuizadas até 11.08.97, aposentadorias precoces suplementadas e a dívida dos aposentados ex-autárquicos.

A CEEE, que possuía 8 mil empregados e passou a 2.011 após a privatização, assumiu a complementação dos vencimentos de 3.845 funcionários até completarem 55 anos de idade, significando um comprometimento de receita projetado em R\$ 339 milhões. Essas aposentadorias representaram um desaparecimento técnico da empresa, levando ao aumento da contratação de serviços terceirizados.

A dívida dos aposentados ex-autárquicos é estimada em R\$ 500 milhões e os passivos judiciais trabalhistas encontram-se provisionados em R\$ 167 milhões, mas seu valor estimado está em torno de R\$ 500 milhões.

Esse quadro implica a acumulação de déficits operacionais. A conta SIAC – especial para cobertura de fluxo de caixa – apresentou resultado negativo médio de R\$ 29 milhões, representando 46% da receita líquida e o seu saldo em 31 de dezembro de 1998 ficou reduzido a R\$ 393 milhões.

O enfrentamento ao desequilíbrio financeiro exige medidas de curto prazo, dentro do objetivo de reverter o déficit operacional mensal de R\$ 29 milhões.

## **Companhia Rio-grandense de Mineração – CRM**

Em 1996, o Governo estadual promoveu uma reestruturação societária na CRM, criando a Companhia Operadora de Mineração. Essa subsidiária é destinada à exploração, pesquisa, lavra e comercialização de minérios e conta com ativos operacionais das minas existentes, sendo que as competências de fomento e controle continuam com a CRM.

O passivo gerado por antigas minerações realizadas pela CRM, sem os devidos cuidados no aspecto ambiental, acumulou nas várias unidades da Empresa o montante de R\$ 8,2 milhões até 1998. Contingências trabalhistas e cíveis da CRM geradas ao longo do tempo, acumuladas até 1998, totalizaram R\$ 4,2 milhões.

No balanço da Empresa de 1998, nos itens Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo, consta uma dívida de R\$ 115 milhões, sendo que o principal credor é o Governo do Estado. Neste valor estão incluídas, além da dívida com o Governo, as contingências trabalhistas e cíveis.

A dívida com o Governo é originária de avais honrados pelo Estado, como avalista de empréstimos tomados pela CRM para investimentos em três grandes projetos de mineração de carvão vinculados ao planejamento nacional para o setor, na década de 80, abandonados por mudanças conjunturais. Também estão incluídos os investimentos na manutenção operacional das unidades mineiras, fortemente represados pelo estado de pré-privatização que a CRM vivenciou em 1998. Este quadro legou à atual gestão a necessidade da retomada urgente dos investimentos operacionais para que a produção não fosse comprometida.

O nível de produção estagnado estava condicionado ao consumo de carvão mineral pelas usinas termelétricas de Candiota e São Jerônimo que, no exercício de 1998, totalizaram 1.623.877,32 toneladas.

Os principais indicadores da empresa, como a produtividade e a razão operacional, apurados através da relação toneladas de carvão produzidas/homem/dia (PCV) e a relação das despesas operacionais/receita (ROP), registraram, respectivamente, no ano de 1998, 17,43 t/h/dia e 84,59%.

O prejuízo operacional na Mina do Leão I ditado por vários fatores, como tecnologia e escala de produção inadequados frente ao mercado existente, colaboram para que o custo operacional da unidade não fosse compatível com a produção. O prejuízo da Mina, em 1998, atingiu R\$ 2,9 milhões.

## **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande Do Sul – SULGÁS**

A SULGÁS estava operando uma rede de dutos de aproximadamente 16 km pela qual é distribuído gás de refinaria para seis indústrias localizadas no eixo Canoas-Sapuçaia do Sul.

A Companhia vendia cerca de 36 mil m<sup>3</sup>/dia do gás de refinaria e contabilizava um déficit operacional mensal de R\$ 40 mil.

Face à intenção do Governo anterior de privatizá-la, a SULGÁS não contava com quadro de funcionários. Assim, inexistia assessoramento jurídico próprio, os serviços contábeis eram terceirizados, a área técnica estava sendo atendida unicamente por adidos da Petrobrás e as demais atividades eram executadas por comissionários e/ou estagiários.

Não havia recursos para investimentos na rede de distribuição para atender ao contrato de 1,2 bilhão de m<sup>3</sup>/dia de gás boliviano.

### **3.2- SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS**

A Secretaria das Obras Públicas e Saneamento é o órgão estadual que compartilha com a Secretaria do Meio Ambiente o gerenciamento e execução da política de recursos hídricos.

Dos 23 Comitês de Bacias Hidrográficas previstos em legislação, somente 4 estavam instalados, estando contratados os estudos de verificação de capacidade do potencial hídrico do Estado e a demanda existente.

Em relação ao saneamento, a SOPS gerencia a execução de dois programas que são: Programa de Ação Social em Saneamento – PASS (recurso federal); e o Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades (recurso do Estado), que objetiva a construção de sistemas simplificados de saneamento, direcionados principalmente para a zona rural. Com relação ao PASS, em dezembro de 1998 encontravam-se pendentes de liberação mais de 90% dos valores conveniados em 1997 e 1998.

O Departamento de Assuntos Metropolitanos - DEAME da Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, até o final da década de 80, respondia pelas políticas públicas pertinentes à Região Metropolitana de Porto Alegre, realizando um trabalho de assessoria técnica aos municípios. A partir desse período ocorreu o desmonte de sua estrutura, passando a ter uma atuação insignificante no conjunto da pasta, desprovido de tarefas relevantes e de seu quadro técnico, tendo inclusive a sua atuação deslocada para outra Secretaria.

A reestruturação do Departamento teve por finalidade permitir a potencialização na implementação das políticas públicas na região. Para tanto, objetivou não só disponibilizar os dados e informações de interesse desta Secretaria no que tange a Região Metropolitana, mas, sobretudo, realizar a interlocução com a sociedade civil e o Poder Público Municipal, através de uma equipe multidisciplinar de quadros políticos e técnicos que elaborou a Cartilha da Região Metropolitana.

Os Departamentos Administrativo e de Obras atuaram visando atender as demandas de obras (projeto, orçamentação e fiscalização), principalmente, da Secretaria da Educação, que responde por 90% das obras públicas da Secretaria, tendo em vista a pressão oriunda dos excedentes no ensino público estadual constatada no ano anterior. Por outro lado, no que tange às atividades de custeio da Secretaria, houve uma contenção de 32% das despesas em relação a 1998, sem comprometer a qualidade e quantidade dos serviços prestados.



O Departamento de Assuntos do Interior iniciou suas atividades neste exercício de 1999 com reduzida equipe de trabalho para serviços de topografia, contando com somente um topógrafo de campo. Os mesmos são solicitados, principalmente, pela Secretaria da Educação, PGE, SUSEPE, Secretaria da Saúde e Prefeituras Municipais, integrando a ação central do Departamento que é a perfuração de poços profundos para abastecimento de água potável à população rural. Para atender as demandas foi necessária a recomposição das equipes de trabalho e a aquisição de equipamentos para se obterem ganhos em produtividade.

Vinculado à Secretaria das Obras Públicas e Saneamento o Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO tem por objetivo apoiar as Prefeituras Municipais na execução de projetos de bem-estar social, infra-estrutura nas zonas urbanas e em pequenas comunidades rurais. Os recursos são provenientes do Tesouro do Estado, cuja lei de criação vincula a destinação de 5% do FPE (Fundo de Participação do Estado) a esse fundo.

No início de 1999, o FUNDURBANO contava com 109 contratos em andamento (em fase de repasse de recursos), destes 64 são relativos a contratos firmados nos anos de 1995 e 1996 e 45 firmados em 1998, os quais têm recursos comprometidos na ordem de R\$ 1,1 milhão.

Além disso, foram encontrados 72 contratos assinados e publicados no ano de 1998, porém com cláusula que condicionava sua eficácia à aprovação do Banco Central do Brasil – BACEN, sem a devida liberação de recursos. Encontraram-se, ainda, 229 pleitos já aprovados pelo Conselho Diretor do FUNDURBANO.

### **Companhia Rio-Grandense de Saneamento – CORSAN**

Quanto ao serviço de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário a CORSAN, órgão vinculado à SOPS, em janeiro de 1999 apresentava um déficit financeiro de R\$ 50,7 milhões. Se houvesse uma continuidade no programa de trabalho e na forma de gestão da Companhia, haveria um incremento anual do déficit em torno de R\$ 54,5 milhões, gerando um provável déficit acumulado de R\$ 105,2 milhões apenas no biênio 1998/1999.

Os investimentos realizados pelos Governos anteriores terão o pico de desembolso do serviço da dívida na gestão atual. Muitas destas obras não significam agregação de valor ambiental, social ou econômico, são obras caras, estanques e focais. Exemplificando: complexo turístico do lago dourado em Santa Cruz do Sul; ampliação do sistema de abastecimento de água em Frederico Westphalen; obras de esgotamento sanitário em Rio Grande; obras do PRÓ-GUAIBA ( as ligações não foram realizadas, no entanto, a inauguração da obra se deu no dia 23.12.98).

Outro aspecto relevante foi a retomada da concessão dos serviços de abastecimento de água pelo município de Novo Hamburgo, ocorrida no mês de dezembro de 1998, o que representou uma perda de faturamento de aproximadamente 3% (menos de 66 mil economias).

Em relação à estrutura tarifária, não se operava com o conceito de tarifa mínima (mais o volume consumido acima da mesma), e sim com o de custo de serviço

básico (mais o total de volume consumido). Essa estrutura formal gera uma grave distorção na distribuição dos custos no universo de usuários, isto é, injustiça tarifária.

Dada a realidade das casas de uso transitório (casas de veraneio no litoral ou de inverno na serra) tem-se que essas, quando desocupadas, não pagam a tarifa mínima, mas apenas o custo do serviço básico, que equivale, aproximadamente, a um terço da tarifa mínima. Ocorre que essa camada minoritária de usuários, relativamente privilegiados, dispõem não apenas do equipamento instalado durante todo o ano, mas da quantidade, pressão e qualidade adequadas da água. Assim sendo, há uma “transferência de renda” da maioria dos usuários, que suportam também os custos das casas de recreio e da subutilização dos sistemas de água e esgotos a disposição das mesmas.

### **3.3- SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST**

A Secretaria dos Transportes foi recebida com uma estrutura organizacional inadequada e desbalanceada, com excessiva terceirização de atividades-fim (projetos e assessoramento técnico), resultando num corpo funcional desmotivado, desprestigiado e destreinado, bem como a falta de meios físicos, especialmente equipamentos de informática e treinamento de pessoal, o que dificultou o intercâmbio com outros órgãos da Administração Pública. Também, observou-se a falta de estratégia global da Secretaria com as vinculadas (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem-DAER, Superintendência do Porto de Rio Grande-SUPRG e Superintendência de Portos e Hidrovias-SPH).

Os convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais para administração dos aeroportos regionais estavam vencidos. Verificou-se que nenhum dos aeroportos regionais tinha plano de emergência, nem treinamento para os bombeiros locais administrarem uma situação de acidente no aeroporto.

No tocante aos aeroportos regionais, sob administração do Estado, vários encontravam-se com deficiências:

➤ CAXIAS DO SUL: necessidade de equipamentos de auxílio à navegação e procedimentos para proteção contra incêndios; adequação do terminal de passageiros às demandas do tráfego; realocação de hangares e localização de estacionamento para automóveis; adequação dos procedimentos na Estação Permissionária de Telecomunicações Aeronáuticas-EPTA;

➤ PASSO FUNDO: necessidade de recuperação da infra-estrutura e melhoria no equipamento de auxílio à navegação; adequação no acesso ao terminal de passageiros e proteção contra incêndio;

➤ SANTO ÂNGELO: necessidade de ampliação do terminal de passageiros e da pista para operar vôos internacionais.

É importante salientar que o projeto do acesso ao novo terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho, responsabilidade do Governo do Estado, no convênio firmado com a INFRAERO, estava atrasado e sem definição técnica.

No que tange ao modal ferroviário, com a privatização do setor, foram desativados alguns ramais importantes e estratégicos, reduzindo a oferta de transporte ferroviário.

O modal hidroviário apresentava baixo índice de utilização, devido às péssimas condições de navegabilidade das hidrovias, dos canais e dos terminais portuários.

Quanto ao modal rodoviário, este Governo recebeu como herança 474 contratos de obras, muitos deles sem início efetivo ou recém-iniciados, inviabilizando a execução de obras prioritárias.

Por fim, é de salientar a falta de definição e aplicação de política para a realização de intermodalidade de transporte.

### **Rodovias**

O inventário das obras contratadas registrou um elenco de 474 contratos, em estágios iniciais, sendo que em torno de 300 deles contratados em julho/1998, envolvendo um valor de R\$ 1,4 bilhão e uma dívida com empreiteiras de aproximadamente R\$ 100 milhões, decorrentes de obras executadas. Registrou-se, também, a desativação das fábricas de sinalização e de pontes pré-moldadas, o recolhimento de caminhões, motoniveladoras, tratores e outros equipamentos aos pátios das unidades do interior, para venda.

Na área de concessões de rodovias à iniciativa privada, havia em andamento um programa que instituiu, em 1998, 7 (sete) pólos rodoviários totalizando 27 praças de pedágio em operação com altas tarifas e dois pólos ainda a serem implantados. Através deste programa, foram recebidos da União 3.500 km de estradas federais, sendo 2.000 km destinados à formação dos pólos, juntamente com 850 km de rodovias estaduais. Os 1.500 km restantes ficaram sob responsabilidade do Estado, ampliando a necessidade de trabalhos de conservação sem que houvesse recursos financeiros para isso.

Foi assumido um passivo de cerca de 50.000 recursos de multas, aplicadas por controladores eletrônicos de velocidade e Polícia Rodoviária Estadual nas rodovias gaúchas, para serem julgados por apenas uma única Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).

No quadro de pessoal, verificou-se a dispensa de 1.400 servidores através do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) e de incentivo à aposentadoria proporcional, bem como a contratação de cerca de 1.000 funcionários de empresas de consultoria para executarem as mesmas atividades dos demissionários, a um custo de R\$ 5 milhões. Este valor é equivalente a toda a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Departamento, que contabiliza aproximadamente 6.000 pessoas. Deste contingente de contratados através de consultoria foram mantidos apenas os indispensáveis. Ademais, o DAER nomeou 40 técnicos que foram aprovados em concurso público.

Referentemente a malha rodoviária existente, tanto a pavimentada como a revestida, estavam sem um programa de manutenção que atingisse a sua totalidade.

A política de gestão aplicada no DAER pelo Governo anterior deixou clara a intenção de desestruturar a Autarquia, visando não apenas a privatização das rodovias, mas também o fim do gerenciamento e planejamento do poder público na área.

### **Hidroviias e Portos Interiores**

O setor de hidroviias e portos é, também, um exemplo de má gestão, desorganização administrativa, registros financeiros e contábeis falhos, que resultaram em débitos não cobrados ou sequer inscritos como dívida ativa (R\$ 7 milhões) mais de 2.000 pendências trabalhistas, e no não empenho e pagamento dos precatórios do triênio 1996/98, no montante de 70 milhões.

O Plano de Demissões Voluntárias, aplicado sem critérios e prévia avaliação, agravou ainda mais os problemas existentes, falta de pessoal em atividades fim (oficinas por exemplo), inventário de bens móveis e imóveis desatualizado são exemplos, sendo os serviços ainda prejudicados por sistemas de telefonia e informática deficientes. Existiam, o que é muito grave, contratos irregulares de fornecimento de mão-de-obra.

A falta de controle na gestão deste setor ainda pode ser evidenciada ao se constatar a existência de mais de 2.000 veículos estranhos no setor portuário.

Na área de portos, detectou-se completo abandono nas instalações e equipamentos, com armazéns, rebocador, guindastes e veículos em péssimo estado de conservação.

Na área hidroviária, foram encontrados, também, equipamentos em precárias condições, com dragas e rebocadores necessários à realização dos serviços de manutenção dos canais fora de operação; quanto aos canais de navegação, havia vários pontos críticos, com assoreamento e presença de obstáculos (calões) nas vias navegáveis, o que acarretava sérios riscos à segurança da navegação.

### **Porto de Rio Grande**

A privatização dos serviços portuários, com a implantação da Lei 8630/93, a saída da administração portuária do serviço de capatazia, a aplicação de dois programas de demissões voluntárias, passando o quadro funcional de 1.300 para 280 servidores, alteraram o perfil, a estrutura jurídica e operacional Superintendência do Porto de Rio Grande, com o fortalecimento da iniciativa privada, através de seus terminais especializados. Ocorreram, também, alterações na armação internacional, com a criação de “*joint-ventures*” que, com a globalização econômica e a instabilidade cambial da política federal, transformaram significativamente o setor portuário.

O Órgão foi recebido com grandes deficiências estruturais, funcionais e administrativas. A SUPRG não possui quadro próprio, sendo seus servidores cedidos pela Secretaria dos Transportes, apresentando deficiências nas áreas de embarcações e administrativa.

Quanto às operações, o porto foi recebido com péssimo estado de infraestrutura de acostagem e terrestre, bem como de equipamentos e aparelhos portuários.

O Porto Novo foi recebido com insuficiência de calado e inexistência de carreiras (plano inclinado), para reparo das embarcações, pois as instalações, outrora operativas, passaram às mãos da Marinha do Brasil.

No que concerne ao gerenciamento, a administração portuária desconhecia os custos externos nas operações com navios, pois a realização destas atividades estão com os operadores portuários privados.

### **3.4- SECRETARIA ESPECIAL DA HABITAÇÃO – SEHAB**

Ao iniciar o Governo, em 1999, encontrou-se a área habitacional resumida apenas a um Departamento de Habitação, ligado à Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação, a COHAB-RS em processo de liquidação e um déficit habitacional de, no mínimo, 450.000 famílias, distribuídas na faixa de renda de 0 a 6 salários mínimos. Na Administração anterior, a política habitacional do Estado foi conduzida através do Departamento de Habitação acima referido, cujas atribuições eram de basicamente hierarquizar recursos do FGTS (Programa PRÓ-MORADIA que está contingenciado desde 1998) e intermediar verbas do Orçamento Geral da União (Programa HABITAR-BRASIL), conveniando com municípios. Com recursos do Tesouro, o Governo anterior fez apenas o lançamento do Programa Especial do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em 1997, e que só agora está sendo executado.

A condução e gestão das políticas habitacionais foram realizadas através da estrutura da Secretaria Especial da Região Metropolitana, composta por 23 servidores CC`s, mais 15 estagiários, com o apoio do grupo de 48 servidores CC-EX (transferidos da COHAB-RS "em liquidação") ligados ao Departamento de Habitação da SOPSH.

Em relação à Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, em processo de liquidação, foi encontrado um quadro de pessoal com 65 servidores, locados na capital e em cidades do interior.

Os recursos financeiros importavam no montante de R\$ 869,2 mil, relativo ao saldo bancário e R\$ 2,8 milhões, depositados no caixa único do Estado, sistema SIAC.

Constatou-se também, como compromisso principal uma provisão de R\$ 4,5 milhões, referente a reclamações trabalhistas e cíveis.



## **4- ÁREA SOCIAL**

### **4.1- SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC**

A Secretaria da Cultura - SEDAC possui uma variada e diferenciada gama de ações culturais desenvolvidas através de mais de quarenta (40) equipamentos e instituições, tais como: salas de cinema, de teatro, de concertos, museus, bibliotecas, institutos, além de quatro (4) fundações vinculadas. A falta de uma política cultural esboçada pela direção da Secretaria e assumida pela coletividade de servidores, assim como a ausência de supervisão e coordenação, permitia que cada equipamento e fundação agisse com total independência.

Outro aspecto diagnosticado é a significativa carência de recursos humanos permanentes, tanto técnicos quanto administrativos. Na gestão anterior, cerca de 30% dos servidores efetivos deixaram a SEDAC em decorrência do PDV e de aposentadorias. No início da atual gestão, dos 345 servidores existentes, tão somente 47,25% eram servidores efetivos.

No que concerne aos recursos financeiros, a SEDAC teve uma das menores dotações do orçamento de 1999, ou seja, 0,13% do total previsto para a Administração Direta ou, em números absolutos, R\$ 9,7 milhões. No exercício anterior, a dotação inicial foi de R\$ 11,2 milhões. No mesmo exercício, os gastos em cultura via Lei de Incentivo à Cultura (LIC) chegaram a R\$ 28,7 milhões, o que significou uma renúncia fiscal por parte do Estado da ordem de R\$ 21,5 milhões.

Reduzindo, o orçamento da SEDAC para o exercício de 1999, em pouco mais de 13%, relativamente ao de 1998, a administração anterior pretendia entregar a cultura aos interesses do mercado.

O Governo findo não alocou nem comprometeu recursos que permitissem atividades culturais nos primeiros meses do ano de 1999, nem mesmo algumas que, amparadas na legislação, dependiam de publicação de edital. A saída do Gabinete do Secretário, de suas Assessorias, Departamento Administrativo e Institutos, entre outros, do prédio da Casa de Cultura Mário Quintana é a necessidade material mais urgente. Em segundo lugar, está a informatização dos equipamentos da Cultura e sua interligação em rede.

### **Tradição e Folclore**

Encontrado o setor voltado para tradição e folclore do Estado com completa desmotivação de seus servidores, falta de técnicos na Biblioteca, Museu e Pesquisa.

O Quadro de Pessoal da Fundação Instituto de Tradição e Folclore - FIGTF é um quadro em extinção, criado por resolução governamental que conta hoje com, aproximadamente, metade dos servidores da época da criação.

No que tange às questões de ordem financeira, não havia nada previsto para pesquisa, divulgação e cultivo das tradições gaúchas e do folclore. A previsão de investimentos era de R\$ 334 mil destinados ao projeto "RS - Ontem, Hoje e Sempre", que é impraticável. O restante do orçamento era para pagamento de pessoal e

manutenção da FIGTF, sendo que cerca de 50% do valor total de custeio era destinado para pagamento de estagiários.

A precariedade dos equipamentos e materiais encontrados ficou evidenciada. Basta observar, por exemplo, que tanto a pesquisa quanto a divulgação estavam carentes de equipamentos, estúdio para gravação, local apropriado para apresentação e armazenamento dos produtos concebidos. No museu, só existem as peças. Inexiste local para guarda, conservação e apresentação ao público destas peças.

Diante disso, o trabalho que a nova gestão se propôs foi prejudicado em razão da escassez de verbas e de pessoal habilitado.

### **Cultural Piratini**

Em janeiro/99, a Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão foi recebida com deficiências no seu quadro funcional em virtude do Plano de Demissão Voluntária (PDV) executado pelo Governo anterior, no qual funções de vital importância para a execução da programação da televisão e rádio não vinham sendo preenchidas.

Deficiências também foram diagnosticadas na área de equipamentos existentes para programação, jornalismo, técnica e na Rádio FM Cultura.

Em termos financeiros, a Fundação contabilizava o seguinte quadro: todos os contratos de apoio cultural (recursos próprios) se encerraram em 31.12.98. Com isso, a Fundação ficou dependendo dos repasses financeiros da Secretaria da Fazenda para custear as suas despesas. Não houve condições de renovar os contratos em razão de a maioria dos apoiadores serem órgãos estatais que dependem da ação do governo para contratação de agências de publicidade. O saldo da Fundação proveniente de contratos anteriores, especialmente do PRÓ-GUAIBA, era de R\$ 364 mil, encerrado em 31.12.98 e que não foi renovado, acrescido de R\$ 99 mil referente ao Projeto do Inventário da Cultura Gaúcha.

### **Orquestra Sinfônica**

O órgão, Fundação Orquestra Sinfônica, foi encontrado em situação precária em seus aspectos administrativo e financeiro. Imprescindível a renovação da equipe do setor de Contabilidade, Direção Artística, Assessoria Jurídica, Coordenação do Teatro e Gabinete da Presidência. Havia um ambiente de desmotivação entre os músicos, causado pela falta de interesse da gestão anterior em atrair mais público para os concertos.

A renovação de certos setores, como o jurídico, tornou-se necessária ante a existência de diversos contratos de prestação de serviços, com prazo de vigência já vencidos; 26 ações trabalhistas contra a FOSPA, sendo sete de servidores da Fundação e dezenove dos chamados prestadores de serviços, ou seja, pessoas que trabalhavam todos os dias, com o vínculo de emprego evidente e que tiveram desrespeitados seus direitos trabalhistas. Igualmente, foi constatada a existência de irregularidades na abertura dos processos administrativos, em especial, nos que envolviam dispensa e inexigibilidade de licitação. Assim como em outros setores do Governo, encontrou-se a área de finanças com informações distorcidas.



Na área artística, não havia nenhum tipo de programação agendada para o ano de 1999. O Teatro da OSPA praticamente não mais atraía nenhum espetáculo. A Escola da OSPA estava, para todos os fins práticos, esquecida; há mais de dois anos não se inscreviam novos alunos. Herdou-se, portanto, uma OSPA elitista e distante da sociedade.

Esse quadro de inércia, inépcia administrativa e ausência de vontade criativa exigiu um grande esforço da nova equipe, para reverter a situação encontrada. A extensão da gratuidade a idosos e a estudantes universitários nos concertos oficiais e a democratização interna da orquestra foram medidas vitais para o início de um novo tempo nessa Fundação.

### **Theatro São Pedro**

A Fundação Theatro São Pedro - FTSP , em janeiro de 1999, possuía um quadro de servidores com acúmulo de funções, constituído de 11 servidores efetivos, sendo 02 com funções gratificadas e 05 cargos em comissão, bem como sem nenhum incremento em materiais necessários para desempenhar, com qualidade, as funções administrativas e operacionais.

Na área de recursos humanos, a nova gestão encontrou a Fundação com ausência de plano de cargos e salários. Essa entidade, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem quadro de pessoal próprio, regido exclusivamente pela Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, o plano de cargos e salários, autorizado pelo Governador do Estado em 25.02.86, não foi homologado até a presente data.

A área de materiais apresentava as seguintes dificuldades: inexistência de pessoal tecnicamente preparado para controle e análise de contratos diversos; contratos vencidos, inclusive os de locação de equipamentos; equipamentos obsoletos, gerando constantes manutenções e acréscimos de materiais, somados a equipamentos ineficientes e insuficientes para o grau de exigência que as tarefas demandam.

Do ponto de vista financeiro, a FTSP vinha contabilizando, principalmente, receitas próprias com base na venda diária, antes da realização da Receita de Serviços, que somente se dá no dia do efetivo serviço. Constatou-se, ainda, a inexistência de inventário físico dos bens e de avaliação de valor contábil do prédio que abriga a Fundação.

## **4.2- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SE**

No exercício de 1999, o primeiro da Gestão deste Governo, a Secretaria da Educação deparou-se com limites e estrangulamentos em seu Orçamento, quais sejam:

(a) 82,15% estão comprometidos com a folha de pagamento de pessoal, muito embora exista defasagem nos vencimentos dos trabalhadores em educação;

(b) Dívidas herdadas da gestão anterior correspondentes a dívidas empenhadas e não pagas: faturas de serviços prestados pela EMBRATEL, CORAG, FAURGS; repasses trimestrais de 1998 às escolas estaduais, visando a sua

manutenção, em atraso: Escolas de Ensino Médio - 4 meses; escolas de Ensino Fundamental - 3 meses; escolas de Ensino Supletivo e Infantil - 4 meses; pagamento do 13º salário/98 e rescisões contratuais de trabalhadores em Educação, em exercício nas escolas estaduais, admitidos através do acordo PRADEM com as Prefeituras Municipais; obras empenhadas, em dezembro/98, sem prévia aquisição de terreno para a construção de escolas;

(c) Dívidas sem empenho: obras licitadas e/ou contratadas; Serviços prestados pela CORSAN correspondentes ao 2º semestre do ano de 98;

(d) Erros no Censo Escolar de 1998, que ocasionaram uma perda do Estado para os municípios até outubro de 1999 de aproximadamente R\$ 4,2 milhões do FUNDEF e de R\$ 390,4 mil do Salário Educação, devido ao lançamento de 82 escolas estaduais, totalizando 7.067 alunos que, equivocadamente, constaram como sendo da rede municipal de ensino;

(e) Perda do Estado para os municípios de aproximadamente R\$ 74 milhões correspondentes a retenção no FUNDEF;

(f) Um déficit de R\$ 93,7 milhões de rendimentos previstos a partir de aplicações financeiras dos R\$ 500 milhões do FEDUC/98, que não foram depositados no respectivo Fundo, e que se destinavam ao pagamento de pessoal inativo;

(g) Contratos do Programa de Crédito Educativo – PROCRED firmados com Instituições de Ensino Superior em 1997 e 1998 que, embora empenhados, estavam pendentes de pagamento.

Ao longo das gestões anteriores, a destinação de recursos de investimentos no Orçamento anual da Educação para obras, equipamentos e material permanente ficava a mercê de interesses políticos-partidários de maior expressão regional ou municipal.

Embora a Consulta Popular/98 tenha garantido recursos para todas as regiões dos COREDEs, observou-se nem sempre ter havido critérios na distribuição de recursos, pois, em grande parte dos projetos, os recursos simplesmente eram rateados entre as municipalidades, o que, sem dúvida, compromete a justiça do processo, pois trata de forma igualitária as necessidades diferenciadas. Além disso, na Consulta Popular, não era o cidadão que, democraticamente, e de forma universal, apresentava e defendia a sua proposta. Restava-lhe, apenas, escolher 5 demandas entre aquelas já identificadas e eleitas por um grupo restrito dos COREDEs.

O Processo Educativo desenvolvido pela Rede Estadual de Ensino apresentou-se no início da Gestão deste Governo com: - uma educação a serviço de um projeto de desenvolvimento excludente, preocupado com o educar para a competitividade, direcionada ao setor urbano-industrial, contribuindo, e muito, para a concentração/exclusão, inclusive das organizações sociais populares da escola; - uma ação focalizada, voltada a: cinco centros de excelência/referência de Escolas Técnicas, 44 municípios para a execução do Projeto Piá 2000, Educação Ambiental desenvolvida em 14 escolas pólo, um Padrão Referencial de Currículo restrito a alguns professores e escolas, o Rio Grande do Sul, sendo um laboratório de projetos pedagógicos externos, e altos índices de evasão; - a organização do ensino seriado, disciplinar, com uma escola engessada, não permitindo estudar a realidade local ou regional com reflexão sobre as práticas aplicadas, sendo o educando tão somente um reprodutor de informações, tolhido da construção do seu aprender; - a Secretaria da Educação e as Delegacias Regionais, com estruturas hierarquizadas e fragmentadas, com o fazer pedagógico a reboque das questões burocráticas/administrativas, sendo mais espaços

de agenciamentos de projetos do que de apoio pedagógico; - a relação com os Trabalhadores em Educação em descaso, com as promoções do Plano de Carreira do Magistério atrasadas, falta de um programa de formação inicial do profissional, bem como de formação em serviço, políticas de provimento de recursos humanos através de contratos e convocações precários e a falta de uma verdadeira política salarial; - a não garantia do acesso à educação à totalidade da população escolarizável em sua respectiva faixa etária e/ou fora dela.

Dos 1.569 estabelecimentos da Rede Pública Estadual que atendem à educação infantil, 433 não possuíam autorização para realizar tal atendimento e, ainda, os poucos dados apurados demonstram que menos da metade das crianças de 4 a 6 anos estão sendo atendidas no Estado.

A taxa líquida de escolarização do ensino fundamental, em 1998, de 92,32%, mostrou que 103.627 crianças e adolescentes ficaram fora de salas de aula.

A exigência por parte do mercado de trabalho, a procura de vagas nas escolas públicas por alunos egressos de escolas particulares e a ampliação de ofertas no ensino fundamental, ocasionaram um crescimento de 38.238 matrículas no Ensino Médio de 1998 para 1999, sendo que, em 1998, a taxa líquida de escolarização do ensino médio era de 42,77%, com 332.293 jovens de 15 a 17 anos da população economicamente ativa - PEA, fora da escola. O grande desafio será criar as condições necessárias para oportunizar a esses jovens o direito de freqüentar uma escola pública de ensino médio.

A educação de jovens e adultos era centrada nos Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo - NOES, Centros Rurais do Ensino Supletivo - CRES, e Centro Estadual de Ensino Supletivo - CES e restrita à forma de suplência. Além de um grande número da população com 25 anos ou mais não possuir ensino fundamental completo, o mais dramático é que, segundo dados do IBGE, 656.000 cidadãos, com 15 anos ou mais, não são alfabetizados.

A concepção de Educação Profissional que se efetivava na gestão anterior era orientada, fundamentalmente, para o mercado de trabalho. Essa orientação tinha a função de regular as ações escolares em relação às demandas e necessidades de uma concepção neoliberal de educação e trabalho e subordinada a um discurso da globalização da livre iniciativa. Essa concepção tinha o objetivo primordial de formar indivíduos tecnicamente habilitados para ingressar no mercado de trabalho.

Os recursos humanos eram qualificados tecnicamente e identificados com o projeto neoliberal de sociedade, em consonância com as diretrizes e determinações do MEC, não existindo uma postura crítica em relação à situação da educação brasileira.

A destinação dos recursos financeiros era realizada de forma centralizadora, onde os critérios não eram discutidos com a totalidade da comunidade escolar. Visavam, preferencialmente, atender a objetivos externos, ou seja, a viabilidade de grandes obras e projetos onde a comunidade era parcialmente atendida.

O Processo de Avaliação Externa das Escolas Estaduais, conforme prevê a Lei nº 10.576/95 e o Decreto 86.893/96 foi suspenso considerando que:

➤ os resultados das avaliações externas anuais realizadas nos anos de 1996, 1997 e 1998 não atenderam o que a própria legislação estadual estabelece, ou seja, "a possibilidade que os estudos avaliativos ensejam no sentido de informar a própria escola sobre seu desempenho, subsidiando o processo interno de tomada de decisões";

➤ o alto custo operacional dessa avaliação que, em 1998, representou R\$ 1,3 milhão;

➤ em nenhum dos anos referidos, houve algum tipo de ação político-pedagógica desta Secretaria, a partir dos dados de avaliação externa das escolas.

Há que se considerar, ainda, que os relatórios da avaliação externa/96, por Escola, apresentaram tantos equívocos que os técnicos da própria Secretaria consideraram prejudicado o referido trabalho.

As políticas do Desporto encontradas no início da gestão eram tradicionais, verticais, populistas e clientelistas com relação às Federações Desportivas Gaúchas, para as quais eram canalizados, como forma de terceirização, todos os investimentos do Departamento, tendo-se como exemplo, o Desporto de Alto Rendimento e o projeto de Bolsas Olímpicas que privilegiavam uma minoria de atletas do desporto gaúcho, contemplados sem nenhum critério de seleção.

Os espaços físicos destinados ao desporto apresentaram-se com uma série de irregularidades: o Centro Estadual de Treinamento Desportivo - CETE, com uma pista em nível Internacional, cercada de prédios interditados, trazendo sérios riscos de contaminação por zoonozes aos usuários dos espaços. A obra da pista foi entregue à comunidade em dezembro/98 inacabada, apresentando dificuldades para a sua conclusão, sob a responsabilidade da firma RECOMA. Também encontrou-se o Parque Náutico desviado da sua real função, uma vez que era ocupado pelo Batalhão Ambiental da Brigada Militar.

No início da gestão, verificou-se que as distorções no Quadro de Carreira do Magistério eram agudas e históricas, como: os baixos salários, o desvio de função, o fato de que o quadro do magistério possui um número bastante alto de professores em vias de aposentadoria e o alto índice de afastamento do trabalhador-professor por motivo de saúde, sendo que a falta de participação na definição do modelo político-pedagógico e a de políticas de atenção à saúde deste profissional agravam a situação.

Soma-se a este cenário, o absoluto descontrole político-administrativo na Gestão de Recursos Humanos. Não existiam bancos de informações para os serviços prestados no Departamento de Recursos Humanos - DRH. Os existentes não eram utilizados como base única de informação, gerando uma total inconsistência nos dados, pela sua desatualização.

O Programa de Gerenciamento de Recursos Humanos do Sistema de Informação Escolar – SIE estava desatualizado, principalmente no que se refere às atividades dos professores na Escola, não permitindo a sua visualização na saída de dados.

Entre abril de 1996 e dezembro de 1998, houve uma redução de 12.133 matrículas de professores (ou seja, no início da atual Administração havia de 84 mil matrículas). Por outro lado, de março de 1998 a março de 1999, foi verificado um

aumento da demanda pelo ensino médio, superior a 11%.

O Serviço de Acompanhamento Funcional para aqueles trabalhadores que desenvolveram algum tipo de doença no trabalho ocorria de maneira desvinculada de uma visão mais completa desse processo e de ações preventivas. A contratação de estagiários, onde não existia um serviço construído do ponto de vista da preparação para o trabalho destes novos profissionais, funcionava, em muitos casos, exclusivamente como mão-de-obra barata.

As promoções do Magistério estavam atrasadas referentes aos períodos 10/93 a 10/94, 10/94 a 10/95, 10/95 a 10/96, 10/96 a 10/97 e 10/97 a 10/98, sendo que as promoções do quadro geral e de técnicos-científicos estavam atrasadas desde 1992. Os cargos de merendeira e servente não foram distribuídos nas demais classes (B, C e D), permanecendo estes servidores na classe A, desde a criação destes cargos, em 1985.

Não havia noção de quantos professores estavam em estágio probatório, por total falta de controle deste processo.

Em relação às licenças-prêmio, há muito tempo não eram concedidas, exceto por autorização do Governador. Quanto à aposentadoria, existiam processos de 1997, os quais aguardavam para serem trabalhados.

A situação encontrada era similar em todos os Departamentos desta Secretaria. A Administração era feita de forma verticalizada e centralizada. Algumas pessoas detinham o controle absoluto das situações, enquanto muitas outras eram apenas executoras. As pessoas desconheciam o conjunto das atividades realizadas na Secretaria e, inclusive nos Departamentos e Divisões que estabelecem interfaces direta com o seu. A cultura do medo em ousar, inovar estava disseminada. As decisões estavam centralizadas na figura dos Diretores de Departamentos. Todas as chefias, inclusive as que compunham o gabinete de departamento, eram desprovidas de autonomia.

Os fluxos e procedimentos de trabalho eram burocratizados e sobrepostos. As definições e deliberações político-administrativas eram tratadas individualmente, caso a caso, como se fossem "um balcão de negócio". Desburocratizá-los e propor alternativas de superação para aproximar o serviço público a seus usuários, com qualidade, agilidade, eficiência e transparência, efetivamente é o nosso grande desafio.

No Departamento Administrativo, não havia banco de dados gerenciais para controle da frota de veículos, sendo extremamente deficiente o do almoxarifado.

O Governo anterior trabalhava com a lógica de municipalização das escolas da rede pública estadual. Como conseqüência, ao longo daquela gestão, os investimentos feitos serviram somente para atendimento de pequenas reformas ou ampliações, de caráter paliativo, não resolvendo as demandas existentes.

No Departamento das Coordenadorias Regionais, o problema mais evidente pode ser definido como um problema de escala, pois a sua atuação deveria acontecer em duas frentes: uma regional, como DE de Porto Alegre, e outra estadual, articulando e coordenando o conjunto das Delegacias de Educação. Ao analisar-se a ação

regional, deparou-se com uma “Delegacia” incompleta, sem todos os setores necessários para atender um universo de mais de 250 escolas. Devido a essa demanda, a atuação estadual, principal foco de ação do Departamento, estava relegada a um segundo plano.

As ações desenvolvidas pela Diretoria Geral - DG, são voltadas, basicamente, para efetivar as relações internas e externas da Secretaria da Educação. Na área externa, as suas ações concentram-se, prioritariamente, na relação com os municípios. No início de 1999, a situação era a seguinte:

(a) Salário Educação/Quota Municipal – A transferência do Salário-Educação /Quota Municipal foi regulamentada através da Lei Estadual n.º 11.126/98, DO 10/02/98, embora a liberação da 1ª parcela dos recursos às prefeituras municipais só tenha sido efetivada em junho daquele ano.

(b) Transporte Escolar - Embora a maioria dos municípios tenha assumido o transporte de alunos para escolas da rede estadual de ensino, especialmente a partir do programa de nucleação de escolas municipais, historicamente, os Governos anteriores não financiaram e/ou subsidiaram o transporte escolar desses alunos.

(c) Merenda Escolar - No orçamento de 1999 não havia previsão de recursos para merenda escolar. O financiamento da merenda escolar dependia exclusivamente dos recursos provenientes do FNDE/MEC. Apesar do Governo anterior haver firmado convênio com as prefeituras, onde a merenda escolar era municipalizada, os recursos referentes à contrapartida dos 30% do Estado não foram repassados em 1998.

(d) Municipalização do Ensino - A atual gestão administrativa, ao assumir a Secretaria da Educação, diagnosticou que 131 municípios que municipalizaram escolas do ensino fundamental encontravam-se em situação irregular, uma vez que os convênios firmados não atendem às exigências da Lei n.º 11.126/98.

(e) Convênio PRADEM – No início da atual Administração, havia 4.818 professores e 5.967 funcionários contratados através do convênio PRADEM, havendo pendências de pagamentos.

### **Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado**

Criada pela Lei n.º 6.616, em 23 de outubro de 1973, como FAERS e posteriormente alterada pelas Leis n.º 8.535, de 21 de janeiro de 1988 e 9.040, de 08 de fevereiro de 1990, a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS reproduz em seus pressupostos, postulados e competências legais o entendimento de que a questão de deficiência é restrita a uma ou poucas áreas de atuação do Estado.

Esta postura se evidencia tanto na estrutura organizacional da Fundação quanto na composição dos seus Conselhos Consultivo e Deliberativo, formados, majoritariamente, por representantes de instituições, entidades e órgãos de governo ligados às áreas médicas, educacionais e assistenciais. Entretanto, a atuação da FADERS não se restringe à área da educação. Assim, ações terapêuticas, de assistência social, de preparação para o trabalho, educativas, entre outras, que, para a população em geral, são atribuições das respectivas Secretarias de Estado, para as Pessoas Portadoras de Deficiências - PPDs e Pessoas Portadoras de Altas

Habilidades - PPAHs, são atribuições da FADERS, numa lógica que estimula e reforça a situação de exclusão e segregação em que encontra este setor da sociedade.

A FADERS não tem dado conta do atendimento a que se propõe, devido a uma estrutura física precária – restrita à Porto Alegre – e pela falta de recursos humanos, carecendo, ainda, de diretriz política, de planejamento integrado entre área administrativa e técnica, entre unidades e setores e de racionalidade no aproveitamento dos poucos recursos materiais e de pessoal. A Fundação, quando do início da nova gestão, contava com 220 servidores, dos quais apenas 70% constituem-se servidores do quadro funcional. Internamente, a Fundação foi encontrada em uma situação de sucateamento e desestruturação administrativa. Externamente, a realidade é de ausência de um papel político definido no âmbito do Governo.

Com relação ao patrimônio herdado, pode-se dizer que a situação é de prédios e salas em situação de abandono, e inadequadas ao uso por PPDs. O próprio prédio da sede da Fundação não tem rampas ou elevador que possam garantir o acesso aos andares superiores. No que tange aos recursos públicos disponíveis pelo Tesouro do Estado para a FADERS, basta dizer que 80% está comprometido com a folha de pessoal e nem mesmo o fato de ter a menor matriz salarial do Estado altera este quadro. De outra parte, os 20% restantes são gastos com prestações de serviços, vigilância para os prédios, com estagiários, com material pedagógico e de limpeza e com custeio geral.

Outro aspecto diagnosticado se refere a recursos financeiros da FADERS, em 31.12.98, R\$ 61,1 mil de Despesas de Capital, e R\$ 540,3 mil de Despesa Corrente. Além disso houver repasses do Tesouro na ordem de R\$ 2,6 milhões para Despesas Correntes e R\$ 3,3 mil para Despesas de Capital.

### **Ensino Técnico de Nível Médio para o Setor Secundário da Economia – Fundação Escola Técnica Liberato S. V. Da Cunha.**

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizada na Região do Vale do Sinos, é encarregada de formar técnicos de nível médio para o setor secundário da economia. Os cursos lá ministrados funcionam nos turnos diurno (Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química) e noturno: (Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química, Segurança do Trabalho e Curso de Extensão de Mecânica Automotiva).

A nova gestão recebeu a Fundação, em janeiro de 1999, com uma força de trabalho de 228 servidores.

Outro aspecto diagnosticado é a quantidade de alunos matriculados que, no ano de 1998, foi de 2.510, e já sob a nova gestão atingiu 2.735.

Por sua vez, no que diz respeito aos recursos financeiros, a FETLSVC, no exercício de 1998, apresentou os seguintes resultados: Despesas Correntes: R\$ 8,8 milhões; Despesas de Capital – R\$ 82,1 mil. Além disso, houve repasses do Tesouro de R\$ 7,8 milhões para Despesas Correntes e R\$ 84,8 mil para Despesas de Capital.

Estava em tramitação, processo de solicitação de recursos para reforma e construção de prédio que permita a expansão das atividades. A implementação da

nova LDB (9.394/96) necessita de estudos e decisões, visando à elaboração do projeto político-pedagógico e Regimento Escolar. A necessidade de manter e atender os convênios em vigor, com diversas empresas, visando aos estágios curriculares dos alunos, prestação de serviços, intercâmbio educacional e outros. Está em andamento, no Conselho Estadual de Educação, processo de autorização de cursos de nível superior na área tecnológica.

#### **4.3- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS**

A Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), até o início desta Gestão, estava restrita a um órgão gerenciador dos conflitos entre os órgãos executivos, especialmente Brigada Militar e Polícia Civil. As políticas de segurança ficavam restritas a ações pontuais, sem uma visão de conjunto.

Em janeiro de 1999, a atual gestão recebeu a Secretaria da Justiça e da Segurança com a seguinte força de trabalho: Efetivo da Brigada Militar - 24.721; Polícia Civil - 5.706; SUSEPE - 1.618; IGP – 468. A SJS tem apenas um servidor lotado na sua estrutura. O restante dos servidores ou são cedidos dos órgãos executivos ou são Cargos em Comissão - 104; Funções Gratificadas - 57; Assessorias - 05; Cargos do FESP - 08.

No que concerne aos recursos financeiros, a nova gestão recebeu a SJS, com recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública, na ordem de R\$ 23,4 milhões (empenhados) e saldo bancário de R\$ 42,1 milhões. Apresentando como dívidas substanciais o Projeto Taí, valor contratado sem empenho R\$ 3,8 milhões; dívida da SJS com a PROCERGS por volta de R\$ 12 milhões; dívida da Secretaria da Fazenda com a SJS/FESP/Polícia Civil de R\$ 31,8 milhões, oriunda de valores não repassados do antigo DETRAN. Por outro lado, quanto a obras prisionais/ Fundo Penitenciário - havia um saldo de R\$ 5,1 milhões contratados e não empenhados, e também R\$ 561 mil de exercícios anteriores. Outrossim, existiam dívidas com servidores não saldadas em exercícios anteriores, como ajudas de custo da Brigada Militar dos exercícios de 1995, 1996 e 1997 no valor de R\$ 142,3 mil; diárias da Polícia Civil do exercício de 1998 – R\$ 37,1 mil e ajudas de custo da Polícia Civil de 1998 – R\$ 30,6 mil.

Inexistia controle da capacidade instalada existente, assim como era desconhecido o número exato de veículos existentes no âmbito das Polícias Civil e Militar, a totalidade de prédios locados, cedidos, a necessidade real de combustível, de munições, material de expediente, entre outros.

#### **DETRAN**

O DETRAN/RS, autarquia criada por lei, cuja finalidade é gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito, nos termos da legislação própria, tem os seus serviços prestados por terceiros, através dos Centros de Formação de Condutores (CFC), Centro de Registro de Veículos Automotores (CCVA).

A Autarquia foi encontrada, em janeiro de 1999, com um quadro de 99 servidores, executando suas tarefas diante de dificuldades, como o atendimento centralizado aos usuários nas dependências do DETRAN, gerando longas filas e



conseqüente descontentamento dos mesmos.

#### **4.4- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

As questões relacionadas ao meio ambiente eram tratadas, até o Governo anterior, pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Röessler – FEPAM, órgão vinculado à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, o que dificultava a definição de políticas ambientais no Estado. Por esta razão, a atual administração propôs a criação da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, de modo a conferir-lhe *status* funcional adequado a sua importância para a sociedade.

##### **Meio Ambiente**

Em relação aos recursos humanos, a FEPAM, embora possua um quadro funcional com alto nível técnico e com padrão de responsabilidade elevado, tem um número reduzido de servidores, situação agravada pelo Programa de Demissão Voluntária, implementado pelo Governo anterior. Com o apoio do Programa PRÓ-GUAÍBA, que arcaria com os custos da folha, foi realizado concurso público em 1994, o qual previa a contratação de 177 servidores. Destes foi autorizado o preenchimento de 75 cargos, mas efetivamente foram contratados 54. No PDV, saíram 25 técnicos, resultando, assim, um incremento de apenas 29 servidores. Esta situação torna-se insustentável pela crescente demanda provocada pela consciência ecológica, por um lado, e, por outro, pelo aperfeiçoamento da legislação ambiental e conseqüente responsabilidade técnica da Fundação. A necessidade de pessoal não pode, como vinha sendo feito, ser contornada por estagiários ou terceirizações de serviços.

Além da deficiência numérica do quadro funcional encontrou-se uma situação de direitos dos servidores, previstos no Plano de Cargos e Salários, não cumpridos: as promoções por merecimento e antigüidade atrasadas desde 1997 e situações de férias não encaminhadas adequadamente.

No que concerne aos recursos financeiros, verificou-se uma situação em que a peça orçamentária refletia apenas uma visão da burocracia contábil e financeira. O contrato de gestão do Governo anterior reduziu o processo de licenciamento a um mero instrumento de arrecadação, sem portanto, relacioná-lo à gestão ambiental, objetivo fim da FEPAM. Constatou-se uma situação de superávit financeiro, sem a definição dos programas, projetos e atividades necessários à efetiva aplicação do fruto da arrecadação, geradora do superávit.

No que tange às questões materiais observaram-se deficiências nas instalações dos laboratórios, o que inviabilizava as ações de análise das amostras colhidas. O sucateamento dos laboratórios, no caso da FEPAM, inviabilizava a atuação do poder público no monitoramento das condições em que as Licenças Ambientais são concedidas.

## **Serviços Zoobotânicos do Estado**

A Fundação Zoobotânica, em 1974, contava com um quadro de 210 servidores, passando por um período de pico em 1980, com 361. A partir daí, seguiu num ritmo de decréscimo, até 1987, quando chegou a 288 servidores. Desde então, alterna períodos de ascensão e declínio, cujo marco referencial da diminuição foi em 1994, ano em que possuía 357 pessoas no seu quadro, declinando até os 204 servidores, em face de aposentadorias e como consequência do PDV, que representam uma redução de 49% do número previsto, ocasionando ausência de pessoal técnico e administrativo em áreas específicas e fundamentais.

A última promoção concedida aos servidores foi em 1993 e não existe plano de cargos e salários estruturado, assim como o controle quanto ao cumprimento do horário de trabalho. Havia um excessivo número de atrasos e saídas antecipadas de forma continuada, acarretando prejuízo nas horas trabalhadas, ao mesmo tempo que cresciam o número de horas extras, e também, um número significativo de ações trabalhistas chegando ao montante de R\$ 1,3 milhão em precatórios, pois desde 1997, não são pagos.

Quanto a divulgação de atividades há uma carência de instrumentos de informação ao público visitante (folders, folhetos, cartazes, placas de sinalização do parque, placas de identificações de coleções e de espécies), não existindo local apropriado para realização de eventos, exposições e outras atividades culturais.

A FZB registra inexistência de plano estratégico, definindo objetivos e metas institucionais, havendo, também, descontinuidade nas publicações de divulgação científica.

O Jardim Botânico apresentava péssima situação no que se refere a manutenção e paisagismo e há dificuldade na realização de expedições de exploração e coleta, dificultando a pesquisa e reprodução no Jardim Botânico. Os níveis de produção e comercialização de mudas são baixos, bem como não existe política e ação integrada nas atividades de educação ambiental.

O acervo das coleções científicas ressentia-se de falta de informatização, o que dificulta a obtenção de informações para pesquisa e gestão ambiental. A Biblioteca estava em situação precária sem informatização e atualização do acervo.

O Parque Zoológico não apresentava tratamento das águas dos lagos e a destinação do lixo era inadequada, assim como os recintos que colocavam em risco os servidores e visitantes, prejudicando inclusive a reprodução dos animais. Inexistia plano de manejo e plano diretor no Parque Zoológico.

A estrutura física do prédio e das salas de coleções apresentava graves problemas, estando obsoletas a redes elétrica e hidráulica. A infra-estrutura para montagem de exposições e eventos mostrava-se deficiente e a bilheteria precária e rudimentar no Parque Zoológico.

Os concessionários, fonte fundamental de recursos para a FZB, encontravam-se com problemas em todos os processos licitatórios, com contratos vencidos na administração passada e os novos processos licitatórios, devido a

sucessivas impugnações e mandados de segurança, demorando mais do que o habitual, geraram situações irregulares.

O Parque Zoológico, o Jardim Botânico e o Parque Estadual Delta do Jacuí são alvo de ocupações irregulares com características próprias. Há contratos de locação, firmados em administrações anteriores, entre servidores do Parque Zoológico e a FZB. As ocupações foram aumentando, de forma significativa em função do déficit habitacional que assola o Estado. No Jardim Botânico, a Vila Juliano Moreira ocupa irregularmente suas áreas, existindo há cerca de 40 anos.

No Parque Estadual Delta do Jacuí, há ocupações e construções irregulares. Encontram-se na área residências que demonstram elevado poder aquisitivo, bem como em terrenos invadidos. O Parque ainda depende de desapropriações. Estas ocupações irregulares contrariam o Decreto que regulamenta os usos e o tipo de construção prevista para a área. Porém, os responsáveis, em sua maioria são legítimos proprietários dos imóveis.

No Programa PRÓ-GUAÍBA, a FZB participa em dois projetos: Sistemas de Parques e Reservas e Estudo para Implantação de Novas Áreas.

O projeto de Parques e Reservas já estava em fase adiantada, quanto às obras de infra-estrutura nas três unidades de conservação sob a responsabilidade da Fundação Zoobotânica: Parque Estadual Delta do Jacuí, Parque Zoológico e Jardim Botânico. Alguns contratos de obras e serviços encontram-se em vigor.

#### **4.5- SECRETARIA DA SAÚDE – SES**

A política adotada na Secretaria da Saúde (anteriormente denominada Secretaria da Saúde e Meio Ambiente) em outras gestões, ocasionou uma saúde pública, em âmbito estadual, com estrutura verticalizada, fragmentação das áreas técnicas, centralização autoritária do processo decisório e da coordenação das ações e serviços de saúde.

A municipalização burocrática dos serviços, por sua vez, produziu ações com baixa resolutividade e descontínuas, sobrecarregando municípios maiores com infra-estrutura mais organizada. Além disso, com o nível regional sucateado, apenas direcionado para funções administrativas, acarretou esvaziamento de qualquer autonomia na gestão regional do SUS. Acrescenta-se a esse quadro a transferência aos municípios, sem critérios técnicos, dos recursos financeiros. A falta de critérios na distribuição destes recursos inviabilizaram a hierarquização, a regionalização das ações e serviços de saúde, e dificultaram a implementação do SUS estadual. Constatou-se, do mesmo modo, a ausência de uma política de assistência farmacêutica organizada ou articulada com os demais setores da Secretaria, com distribuições de medicamentos em ações pontuais, assim como em quantidades e periodicidade irregulares.

Foi diagnosticada, na área de recursos humanos, a implementação de uma política de desvalorização do trabalhador da área de saúde, acrescida de uma significativa carência de pessoal, tanto técnico quanto administrativo. Em 01 de janeiro

de 1999, a atual gestão recebeu a Secretaria da Saúde - SES com uma força de trabalho de cerca de 8.525 servidores, sendo apenas 75% próprios do órgão.

No que concerne a recursos financeiros, no fim do exercício anterior, a dotação da Secretaria foi de R\$ 191,4 milhões (corrente) e R\$ 3,2 milhões (capital), e, os recursos do Fundo Estadual de Saúde chegaram a R\$ 33,5 milhões (corrente) e R\$ 15,9 (capital).

Frente a essa realidade, não houve de fato a implantação do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul, eis que o Estado não demonstrou a devida habilitação para qualquer das modalidades de gestão previstas nos SUS.

### **Produção e Pesquisa em Saúde**

Na área de pesquisa e produção em saúde, que envolve especificamente a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS, a última administração foi executada distanciada da SES, sem planejamento integrado com as ações de saúde, salvo algumas situações pontuais por iniciativa dos técnicos. Prevaleceu a visão economicista para o desenvolvimento de suas atividades, como demonstra o contrato de gestão, e assim mesmo contemplando apenas a produção de medicamentos de alto interesse político, em detrimento ao conteúdo de amplo impacto social que envolve suas atividades.

Registre-se também a ausência de critérios técnicos na distribuição de medicamentos, tanto os recebidos do Ministério da Saúde (Programa de Farmácia Básica), como os produzidos na FEPPS. Há indicativos de clientelismo político-partidário e favoritismos pessoais na dispensação de medicamentos na última administração, tendo sido doada 97% da produção em 1998. Igualmente, foi constatada a duplicidade de informação quanto à produção de medicamentos, com indicativos de que o registro de produção era computado de forma a favorecer os quantitativos artificialmente, estimando-se uma variação da ordem de 20% a mais da produção real.

A atual gestão recebeu a Fundação, em janeiro de 1999, com uma força de trabalho de cerca de 424 servidores, sendo que desses, nenhum pertencente aos quadros da Fundação, que permanece, desde a sua instituição, sem a definição de um quadro funcional.

Em relação ao grupo técnico lá existente, este se afina com o SUS e com a visão de um modelo assistencial epidemiológico, integral, sem restrição tecnológica e com a visão de missão social da FEPPS. Quanto à experiência de trabalho sob controle social, não havia muita vivência, sendo necessário gerenciar no sentido de estimular a compreensão do seu real significado e prática. Entretanto, os servidores têm presente o potencial de captação de recursos existentes, quando configurada a autonomia para tanto. Esse potencial refere-se à venda de medicamentos e outros insumos e serviços laboratoriais faturados pelo SUS, como também à pesquisa e desenvolvimento de novos insumos e metodologias de diagnóstico, linhas básicas de pesquisa na FEPPS, que garantem sua auto-sustentação, com exceção da folha de pagamento.

Quanto à qualidade dos produtos e serviços, o grupo técnico em geral apresenta bom desempenho dentro de suas atribuições, necessitando, entretanto, de investimento em atualização e trabalho de motivação.

Uma questão grave ocorrida em dezembro de 1998, foi a inspeção realizada na planta de produção de medicamentos, pelo Programa Nacional de Inspeção da Indústria Farmacêutica Farmoquímica (PNIFF), do Ministério da Saúde, que habilita para o registro dos produtos, cuja avaliação foi insatisfatória, com problemas apontados especialmente no almoxarifado. Em vista disso, não é descartado o fechamento de linhas de produção até a adequação técnica da área industrial, para encaminhamento dos processos de registros dos medicamentos produzidos.

#### **4.6- SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - STCAS**

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS, atua nas áreas respectivas, através de uma estrutura composta por duas fundações, FGTAS e FEBEM e quatro departamentos.

A área do Trabalho, na Secretaria, coordena as ações e programas voltados para esse fim. Sua estrutura administrativa e atribuições explicitam um diagnóstico de sobreposição entre o Departamento do Trabalho e a FGTAS no que diz respeito à execução de políticas dentro do Sistema Público de Emprego. O departamento é composto por três divisões. A de Acesso ao Mercado de Trabalho que, embora institucionalmente vinculada ao Departamento de Trabalho, tem suas funções executadas e coordenadas pela FGTAS. A Divisão de Formação/Qualificação do Trabalhador, que vem executando prioritariamente o Programa QUALIFICAR/RS, conta no seu quadro com uma equipe técnica formada por treze servidoras, cedidas pela FGTAS, que se dividem nas seções de saúde e segurança do Trabalhador e de Qualificação do Trabalhador. Por sua vez, a Divisão de Geração de Emprego e Renda atualmente acompanha técnica e operacionalmente o PROGER no Rio Grande do Sul, conta com um quadro de cinco técnicas cedidas pela FGTAS.

No orçamento para o ano de 1999, havia recursos apenas para contrapartidas a projetos/programas oriundos de convênios com o Governo Federal. Esse foi um fator importante na construção de ações na área do trabalho.

A partir do desmembramento das áreas da Justiça e Segurança das do Trabalho e Cidadania, durante o Governo Collares, é que se tem uma nova concepção de um Departamento de Cidadania, caracterizado pela garantia da afirmação de direitos dos setores excluídos e discriminados, dos direitos humanos e dos direitos difusos.

O desenho do Departamento de Cidadania firmou-se basicamente no seu vínculo com os Conselhos de Direitos criados a partir daquele período, sendo eles: Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Encontram-se desativados os Conselhos da Juventude e de Defesa do Consumidor.

É necessário salientar a ausência de memória documental dos projetos e atividades desenvolvidos pelo Departamento, durante o último Governo. É possível detectar, pelas rotinas de trabalho e poucos documentos encontrados, a utilização do Departamento com objetivos clientelistas, assistencialistas (registro de entidades, Programa Mãos Dadas, setor de pleitos, outros).

A STCAS, no que concerne às questões de cunho administrativo, apresentava o seguinte quadro: - recursos humanos com 207 servidores, desses apenas 09 efetivos, 48 cargos em comissão, 148 provenientes de outros órgãos (adidos) e 02 cedidos, e, fechando o exercício financeiro de 1998 com recursos de R\$ 29,6 milhões ( gastos correntes) e R\$ 53,5 mil (investimentos). Não integram esses valores os montantes destinados ao Fundo da Criança e Adolescente - R\$ 364,5 mil e ao Fundo Estadual de Assistência Social - R\$ 17,6 milhões. Outrossim, no Fundo de Defesa do Consumidor nada foi aplicado. Outro dado importante são os recursos destinados ao Projeto Piá 2000, que na STCAS, recebeu em 1998, R\$ 3,5 milhões.

### **Política de Bem-Estar do Menor**

A Fundação Estadual do Bem-estar do Menor tem uma existência de 30 anos. Contava, em janeiro de 1999, com 58 unidades em Porto Alegre e interior do Estado, para um atendimento de 2.178 crianças e adolescentes (966 abrigados, 558 em meio aberto e 654 na área infracional). Este atendimento funciona 24 horas, com cerca de 2.200 servidores (sendo que menos de 150 se encontram na área administrativa e os demais nas duas áreas de atendimento - abrigos e internação de adolescentes em conflito com a lei), acrescidos de aproximadamente 140 estagiários remunerados, 93 cargos em comissão e 47 servidores cedidos a outros órgãos.

Do ponto de vista administrativo, a nova administração foi surpreendida com a situação geral de precariedade, da qual cabe destacar: (a) prédios deteriorados (especialmente nas unidades do interior do Estado); (b) áreas físicas mal cuidadas e muitas vezes insalubres, por exemplo, foram retirados 60 caçambas de lixo no mutirão de limpeza da sede da FEBEM; (c) veículos em precário estado de conservação; (d) descontrole administrativo: cerca de 60 cedências irregulares de servidores, média de 60 mil horas-extra/mês, diferentes turnos de trabalho para as unidades de atendimento; (e) 2000 causas trabalhistas, R\$ 23 mil de gastos mensais com escritórios terceirizados de advocacia; (f) dívida de R\$ 10 milhões em precatórios, (g) custo per capita de atendimento variando de R\$ 2 a R\$ 7 mil/mês, (h) desperdício no uso de recursos, centenas de posseiros nas áreas da FEBEM, falta de contratos imobiliários, falta de documentação; (i) ausência de uma política de pessoal, basicamente centrada na administração de pessoal ou oferta de cursos; desconsiderando a qualidade de vida no trabalho, com uma desqualificação do quadro médio funcional e de áreas de apoio; falta de acompanhamento sistemático das equipes; desativação de vários recursos (como biblioteca, refeitório para servidores e perícia médica própria). Todo esse contingente de informações, envolvendo principalmente a área financeira da entidade, conduziu para que, no exercício de 1998, o resultado final dos recursos financeiros da FEBEM atingissem a R\$ 58,7 milhões de despesas correntes e capital.

Do ponto de vista técnico, cabe ressaltar que, a par da forte presença da cultura assistencialista ou custodial na Fundação, vários avanços aconteceram nas gestões anteriores no que diz respeito ao reordenamento institucional, visando a sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Destaca-se, na área de proteção especial, a desmontagem dos grandes internatos de abrigamento (transformando-os em abrigos residenciais), a definição de uma política de atendimento aos abrigados portadores de necessidades especiais e o início do processo de municipalização. Embora as unidades residenciais apresentem nítidos indicadores de melhor qualidade de vida e de convivência comunitária, tais abrigos ainda se constituem de ação continuada ou longa permanência. Por outro lado, a avaliação das municipalizações efetuadas demonstram a precariedade das negociações.

Na área de medidas sócio-educativas, salienta-se a regionalização do atendimento (com a implantação de Centros da Juventude em 06 pólos regionais), a quase superação dos problemas de superlotação, os investimentos em capacitação de pessoal e as tentativas de enfrentamento da questão da violação de direitos humanos nas unidades. Contudo, "a herança recebida" contém também alguns impasses com os novos equipamentos, como a reprodução da cultura prisional no projeto arquitetônico, a fragilidade do material de construção utilizado, a falta de acompanhamento e de um processo de educação continuada dos novos concursados, a indefinição do perfil profissional adequado para o trabalho na área, o trabalho isolado das unidades nas regiões e a quase inexistência de programas regionalizados.

Por outro lado, tanto nos novos equipamentos quanto nos grandes institutos de Porto Alegre se observa um certo retraimento na construção de propostas sócio-educativas para lidar com a dependência de drogas, baixa escolaridade e estigmas sociais.

### **Trabalho e Ação Social**

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS - tem responsabilidade de coordenar uma estrutura político-administrativa que engloba 104 postos do SINE em 98 municípios, o Parque de Recreação do Trabalhador - PRT, localizado em São Leopoldo, a Casa do Artesão (POA), o Centro VIDA (POA) e o Espaço Social Comunitário -ESC -(POA).

O quadro de pessoal da FGTAS é composto por servidores oriundos da extinção de outras estruturas, FGT e FUNDASUL, que convivem com um plano de classificação de cargos e salários inadequado, contando ainda, com um número significativo de servidores cedidos, basicamente à STCAS. Política dos governos anteriores, que apontavam para o esvaziamento e extinção da FGTAS, procuraram caracterizar essa entidade como desorganizada, mal dimensionada, com programas esvaziados, inoperantes e um quadro funcional bastante desmobilizado.

No que concerne aos Postos do SINE, espalhados por diversos municípios do Estado, encontravam-se isolados e, na grande maioria, em situações precárias de trabalho e atendimento ao público, bem como exercendo suas atividades de intermediação de forma muito burocrática. As principais atribuições dessas unidades são a intermediação de mão-de-obra, encaminhamento ao seguro desemprego e confecção de Carteiras do Trabalho.

O Parque de Recreação do Trabalhador, parque voltado às atividades de esporte e lazer, localizado em São Leopoldo, foi recebido completamente sucateado, estando em péssimas condições para a utilização pela comunidade do Vale do Rio do

Sinos. O ESC – Espaço Social Comunitário, localizado na Vila Farrapos em Porto Alegre, destinado às atividades ocupacionais e de recreação para crianças, foi encontrado em condições que dificultavam o seu desenvolvimento.

O Centro Humanístico Vida, localizado na Zona Norte de Porto Alegre, possui atividades voltadas à assistência social através de três programas principais: o Serviço de Apoio Sócio-Educativo, Programa de atendimento a terceira idade e o Atendimento a Soro-Positivos. Sua estrutura foi encontrada em situação bastante precária, causando dificuldades no atendimento dos seus usuários.

Encontrado o quadro de servidores composto por 664 servidores, em Regime Celetista, sendo que desses 164 estavam cedidos, 10 estavam com seus contratos suspensos e 12 em licença saúde, além de 141 cargos de confiança e 6 servidores adidos.

O Orçamento para 1999 indicava três fontes de recursos: Próprios R\$ 136,1 mil, Tesouro-Livres R\$ 19,4 milhões e Convênios R\$ 1,4 milhão.



### III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 1999



## **1- ÁREA ADMINISTRATIVA**

### **1.1- GABINETE DO GOVERNADOR**

Reforçar os mecanismos de participação popular e exercício da cidadania, fortalecer o serviço público, implantar uma política de austeridade nos gastos públicos, lutar por um verdadeiro pacto federativo no âmbito nacional e qualificar as relações com os municípios gaúchos foram as cinco prioridades desenvolvidas pelo Gabinete do Governador durante o ano de 1999. Estas preocupações ocuparam a maior parte da agenda do governador, com ênfase para as discussões regionais do Orçamento do Estado para o Ano 2000, a recepção ao movimento do Trabalhadores Sem Terra e aos povos indígenas, a criação das secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, a instalação da Coordenadoria da Mulher e da Ouvidoria da Secretaria da Justiça e da Segurança, o lançamento do programa para o setor coureiro-calçadista, o Primeiro Emprego, o Qualificar RS e a Reforma Agrária.

Na defesa do pacto federativo, o Governo promoveu e participou de encontros nacionais de governadores e reuniões com o Governo Federal, buscando a renegociação da dívida, buscando recuperar os prejuízos decorrentes da Lei Kandir e da prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira (FEF), enfrentando a Guerra Fiscal e combatendo a proposta de Reforma Tributária prejudicial aos estados e municípios.

A defesa de um autêntico pacto federativo se traduziu também em políticas de valorização dos municípios, implementando políticas descentralizadoras em todas as secretarias de estado. O Governo implantou a Municipalização Solidária da Saúde, repassando recursos para qualificar o atendimento em todos os municípios, assumiu sua responsabilidade com o Transporte Escolar, iniciou o projeto das incubadoras empresariais e assinou convênios de repasse de verbas através do FUNDOPIMES, dos projetos de moradia popular, do RS Rural, do Troca-troca e da eletrificação rural. As demandas municipais são avaliadas de forma criteriosa, sem privilégios.

A austeridade nos gastos foi uma marca deste primeiro ano de Governo. Buscou-se uso eficiente dos recursos disponíveis. No item sobre viagens para fora do Estado houve uma redução de 45% em todo o Governo, ou seja de 14.262,5 diárias em 1998 para 7.803 em 1999; nas despesas com viagens do Governador, Vice-Governador e Primeira Dama, 76%; nas despesas com o cerimonial, 50%, e nas despesas com locação de aeronaves e veículos, a redução chegou a 99%, ou seja, um total de R\$ 5,2 mil, em 1999, contra R\$ 2,9 milhões, em 1998.

Para encaminhar estas prioridades, o Gabinete do Governador conta com uma estrutura da qual fazem parte, formalmente, o Gabinete do Vice-Governador, também responsável pela Secretaria-Geral de Governo; a Casa Civil, a Casa Militar, a Procuradoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública do Estado, a Secretaria da Coordenação e Planejamento, a Assessoria de Imprensa, o Gabinete do Mercosul e o Gabinete da Primeira-Dama.

**Orçamento Participativo – OP** - A construção das políticas públicas do Governo do Estado se baseia na participação popular, na democracia, na transparência, na inversão de prioridades, na solidariedade, na busca de equidade e na socialização do conhecimento e da informação.

A principal diretriz do Governo é a Gestão Democrática do Estado. Nesse sentido, o Orçamento Participativo – OP é uma ferramenta fundamental tanto na distribuição dos recursos quanto na reconstrução financeira. Essa compreensão também é a do povo do Estado do Rio Grande do Sul que, em nome de seu direito constitucional de petição e reunião, promoveu várias reuniões para dar seguimento ao orçamento participativo.

No primeiro ano de implantação o OP mobilizou em todos os municípios do Rio Grande cerca de 190 mil gaúchos e gaúchas que construíram o orçamento para o ano 2000. Ao todo foram 622 Assembléias Públicas Municipais e 22 Assembléias Temáticas. As Assembléias Públicas Municipais definiram como prioridade para o ano 2000: agricultura, educação e saúde.

**O Departamento de Programação Orçamentária - Gabinete de Orçamento e Finanças - DPO-GOF** - A implantação do Orçamento Participativo representa uma nova concepção de orçamentação, baseada na participação popular tanto na distribuição de recursos, quanto na reconstrução financeira do Estado.

Durante o ano de 1999, o DPO-GOF participou da elaboração do Plano Plurianual - PPA 2000-2003, de forma conjunta com o Departamento de Planejamento Estratégico – DEPLAN da Secretaria da Coordenação e Planejamento - SCP, tendo acompanhado a fase legislativa do documento.

Em atendimento à Portaria Federal nº 117/98 do Ministério de Planejamento e Orçamento, foram elaborados os conceitos dos programas orçamentários, que passaram a vigorar para o novo Plano Plurianual e Orçamento do Estado.

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, esta foi elaborada e acompanhada na fase legislativa.

O DPO-GOF procedeu a organização do manual de orientação da elaboração do orçamento 2000 para os órgãos do Governo. A definição e elaboração da matriz orçamentária conjuntamente com os órgãos da administração direta e indireta e dos outros poderes, a partir do Programa de Governo expresso no Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Assembléia Legislativa e das prioridades definidas no Orçamento Participativo.

Dando continuidade a este processo, foi elaborado o projeto de Lei Orçamentária, com o respectivo acompanhamento da fase legislativa do Orçamento 2000 e a elaboração do Plano de Investimento 2000.

No que diz respeito às demandas da consulta popular de 1998, esta foi detalhada em conjunto com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs e órgãos do Governo para sua execução.

**O Gabinete de Relações Comunitárias - GRC** - Responsável, no âmbito do Gabinete do Sr. Governador do Estado, por disseminar a concepção de participação

dos cidadãos no Governo do Estado e promover a articulação de todos os órgãos da administração Direta e Indireta para este fim, durante o ano de 1999, acompanhou, por solicitação das comunidades, as reuniões do Conselho do Orçamento.

O Gabinete de Relações Comunitárias foi estruturado com a implementação de 22 Coordenadorias Regionais de Relações Comunitárias e do Gabinete Central de modo a atingir toda a população do Estado, realizando atividades afetas ao seu fim.

**Gabinete da Primeira Dama** - O Gabinete da Primeira Dama, integrante do Gabinete do Governador, tem como atribuição implementar ações voltadas ao atendimento de questões sociais. Suas ações foram ampliadas, visando atender às situações emergenciais e auxiliar na implementação de políticas sociais realmente efetivas nos municípios mais carentes.

As finanças do Gabinete da Primeira Dama são administradas pelo Gabinete do Governador, devido a seu vínculo, exceto no caso de campanhas gerenciadas por aquele Gabinete em que são obtidos patrocínios e doações.

Neste sentido, dentre as ações desenvolvidas pelo Gabinete da Primeira Dama, em 1999, destacam-se as seguintes:

➤ *Campanha do Agasalho 99* – Foram atendidos 80 municípios, ou seja, aqueles com o menor índice de desenvolvimento social, com a distribuição de 110 mil peças de vestuário para seus moradores. Também foram distribuídos cerca de 12 mil quilos de alimentos não perecíveis às populações de comunidades em situação de emergência ou calamidade pública;

➤ *Comunidades Indígenas* – O Gabinete, durante o ano de 1999, incorporou em sua rotina de atendimentos o auxílio a comunidades indígenas, além de prestar apoio ao Conselho Estadual do Índio. Neste sentido, foram repassados alimentos, agasalhos, cobertores e brinquedos para as áreas mais necessitadas, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento que por sua vez procurou orientar as comunidades na implantação de programas de auto-sustentação;

➤ *Fórum Permanente das Primeiras Damas* – O fórum visa ampliar e qualificar o processo de debates, estimulando uma maior participação das primeiras damas municipais no sentido de identificar as maiores dificuldades dos municípios quanto à assistência na implementação dos conselhos municipais de direito, conselhos tutelares, entre outros.

Entre as demais ações realizadas, o gabinete auxiliou o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA) na estruturação da II Conferência Estadual da Criança e do Adolescente e distribuiu, em 1999, brinquedos e kits natalinos para as creches comunitárias dos 80 municípios mais carentes do Estado.

**Coordenadoria Estadual da Mulher** - Afirmando o compromisso do Governo Estadual com as mulheres gaúchas foi criada, em 1999, a Coordenadoria Estadual da Mulher, que tem por objetivo propor, incidir e coordenar as políticas públicas de gênero no Estado, garantindo a promoção da cidadania feminina.

Assim, dentre às ações que foram implementadas, ao longo de 1999, destacam-se as seguintes:

- Fórum de Gênero Intersecretarias – O fórum foi criado com o intuito de promover a discussão, elaboração e implementação das políticas públicas de gênero, buscando com isto dar maior visibilidade da situação de discriminação da mulher de forma a estimular uma mudança de cultura nos órgãos públicos estaduais;
- Fóruns Regionais de Mulheres – Com o objetivo de estimular a auto-organização das mulheres e para que seus problemas pudessem ser debatidos, foram organizados dois encontros; um na região norte do Estado, envolvendo as organizações de mulheres de diversos segmentos sociais e outro na região nordeste que contou com a participação de, aproximadamente 200 mulheres;
- Reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – Foi nomeada uma Comissão, pelo Governador do Estado, e sob a coordenação da Coordenadoria da Mulher foram realizados diversos encontros para discutir a estrutura do Conselho, até então vigente, de maneira a intensificar o processo de participação do movimento de mulheres na busca de uma proposta mais democrática de composição e funcionamento. A nova estrutura do Conselho contará com a participação de 18 representantes da sociedade civil e 09 representantes do Governo do Estado;
- Seminário Preparatório para a Conferência Estadual de Habitação no Olhar de Gênero, Raça e Etnia – Foi realizado um seminário preparativo no qual foram apontadas as demandas das mulheres gaúchas para as questões de moradia e, também, elaboradas as propostas para a I Conferência Estadual da Habitação. Neste seminário, participaram representantes de diferentes segmentos sociais do Estado;
- Projeto Casas de Apoio e Abrigo às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência – Este projeto, elaborado pela Coordenadoria, dentro do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher do Ministério da Justiça, busca ampliar à rede de atendimento às vítimas de violência que se encontram em situação de risco não possuindo local de abrigamento segura. A instalação das Casa de Apoio e Abrigo conta com a parceria das Secretarias do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Justiça e Segurança, Saúde, CEDICA, Prefeituras Municipais e Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher;
- Política de Gênero no Sistema Público de Emprego e Renda – O objetivo desta ação é de desenvolver e criar condições efetivas para a promoção da igualdade de reconhecimento e oportunidade entre homens e mulheres no sistema público de emprego. Através desta iniciativa tem-se como benefício a ampliação e qualificação do atendimento às mulheres em todos os postos do Sistema Nacional de Emprego – SINE em substituição ao SINE-MULHER, que realizava captação de vagas somente no âmbito do trabalho doméstico;
- Política Estadual de Controle da Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias – A Coordenadoria participou, em conjunto com a Secretaria da Saúde, na elaboração da Política Estadual de Controle da Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias - PECAF, instituída pelo Decreto n.º 39.860, de 08 de dezembro de 1999. A PECAF, tem como objetivo identificar os portadores da doença, neste caso a

população afrodescendente, oferecendo assistência médica e psicossocial, medicamentos e imunobiológicos necessários;

➤ Projeto de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural – Lançado em 1999, o projeto tem como objetivo promover o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através da conscientização de seus direitos, bem como da viabilização de seus documentos (Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Cadastro no INSS e Bloco do Produtor Rural). A implementação deste projeto contou com a participação das Secretarias da Agricultura e Abastecimento, Justiça e Segurança, Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Fazenda, FGTAS-SINE, EMATER, PROCERGS, INSS, Receita Federal e prefeituras municipais. Foram beneficiadas, em 1999, 6.000 trabalhadoras rurais;

➤ Participação no Curso de Formação da Academia da Polícia Civil – A participação da Coordenadoria no curso de Formação da Academia da Polícia Civil, ministrando aulas na disciplina de Direitos Humanos para 150 delegadas(os) em formação teve como objetivo sensibilizar e discutir as relações de gênero na sociedade, de maneira a subsidiar uma ação não discriminatória.

#### **1.1.1- GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG**

A SGG foi criada pela Gestão anterior com o intuito de coordenar e prestar assessoramento especial em assuntos que envolvessem os diversos setores da Administração estadual. Incumbiam-lhe atividades de sistematização de informações, coordenação do relacionamento dos órgãos do Estado, assim como aquelas atividades oriundas do controle físico-financeiro de projetos que envolvessem as áreas fim e meio do Poder Executivo.

A partir da assunção dos novos gestores da Administração Pública Estadual em janeiro de 1999, a Secretaria-Geral de Governo passou a desempenhar as funções de coordenação, assessoria especial, supervisão e acompanhamento na condução das ações de Governo, transferindo a execução direta da prestação de serviços à população para as secretarias-fim e afetas às suas áreas de atuação. Esta alteração processou-se de forma gradativa, sem traumas, não prejudicando a normalidade e a fluidez dos serviços públicos ofertados, sem deixar, inclusive, de cumprir com as suas funções estabelecidas legalmente. Assim sendo, buscou-se desde os primeiros atos da atual gestão, a redução nos custos, adequação da estrutura física, racionalidade no desempenho de funções, buscando o melhor atendimento das demandas existentes.

**Transferências de Atividades** - Neste aspecto, destaca-se, em especial, a transferência da execução direta de alguns projetos, tais como Programa do Leite, Programa Pré-mamãe, Programa do Idoso e PIA 2000, entre outros, que passaram a ser executados diretamente pelas secretarias de Estado afetas a sua área de competência.

**Adequação do Quadro de Pessoal** - Com relação a este tópico, houve um decréscimo no número total de servidores em atividade na ordem de 44%, o que representa uma economia mensal na folha de pagamento em torno de 21%. Reduziu-se, portanto, de 41 servidores no final do ano de 1998, para 23 atualmente em

exercício. Houve, ainda, uma reavaliação geral dos estagiários, resultando em uma redução da ordem de 73%.

**Adequação da Estrutura Física** - Com referência à adequação da estrutura, houve a mudança da localização física da Secretaria, passando do Centro Administrativo do Estado para o anexo ao Palácio Piratini (casa rosa), resultando em sensível ganho de produtividade, já que passou a exercer com mais ênfase a atividade de coordenar e assessorar os diversos setores de atuação da Administração Estadual. Houve, ainda, uma alteração legal ocorrida através da Lei nº 11.323, de 12 de maio de 1999, em que o Departamento de Publicidade e Relações Públicas deixou de integrar a Secretaria-Geral de Governo, passando para a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador do Estado.

**Adequação Orçamentária e Redução de Custos** - A administração da Secretaria-Geral de Governo recebeu da administração anterior uma dívida de R\$ 248,3 mil, não empenhada, decorrente de contratos celebrados com a empresa Xerox do Brasil e CRT, entre outros. Em função disso, a SGG obrigou-se a um contingenciamento de gastos. Adequando-se à nova estrutura e proposta da Secretaria, houve uma redução mensal de custos administrativos em torno de R\$ 5 mil, decorrentes de rescisões de contratos, devolução de equipamentos, entre outros.

**Coordenação de Projetos Especiais** – A Secretaria, dentro da orientação ditada pela nova Administração, exerceu a coordenação e prestou assessoramento em projetos especiais implementados no âmbito do Governo do Estado, merecendo destaque os seguintes:

- Fórum de Discussão da Infância e Adolescência, através da participação em seminários e debates com representantes de Universidades, Organizações Não Governamentais (ONG) e instituições internacionais;
- Enfrentamento das questões relativas ao tráfico de mulheres, inclusive participando da realização de dois seminários sobre o tema, um de caráter regional e outro internacional;
- Definição de uma política estadual em relação às drogas, em conjunto com a comunidade gaúcha e criação de um Grupo de Trabalho com a participação das Secretarias do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, da Saúde, da Educação, da Cultura e da Justiça e Segurança, resultando em uma mudança de concepção relativa ao tema, baseada em três aspectos principais: a prevenção, a assistência ao usuário e enfrentamento ao tráfico;
- Elaboração do Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, através de Grupo de Trabalho integrado também pelas Secretarias da Saúde, da Educação, do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e pela Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul- FADERS;
- Equacionamento das questões referentes à ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho;
- Realização de eventos especiais: Palestra sobre Lei de Responsabilidade Fiscal; Solenidade de Comemoração dos 20 Anos de Conquista da Anistia e Seminário Internacional do Fórum da Solidariedade;
- Levantamento da situação dos recursos humanos dos órgãos estaduais extintos ou em fase de extinção;
- Realização de fóruns temáticos entre diversos órgãos da administração pública estadual;



- Estudos visando estabelecer metodologia para o monitoramento de projetos estratégicos e indicadores de gestão;
- Análise e avaliação do Programa de Demissão Voluntária – PDV, instituído pela Lei Complementar nº 10.727/96, através de Grupo de Trabalho integrado também pelas Secretarias da Administração e dos Recursos Humanos, da Fazenda e pela Procuradoria-Geral do Estado;
- Organizar e propor as atividades governamentais durante a temporada de veraneio (Verão com Vida 2000), através de Grupo de Trabalho integrado também pelas Secretarias do Turismo, da Coordenação e Planejamento e pela Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador.

**Convênios do Estado com a União** – A SGG realizou trabalhos de coordenação e supervisão da execução dos convênios mantidos entre órgãos da Administração Estadual e Ministérios correspondentes na Administração Federal.

**Avaliação dos Projetos Prioritários da Administração Anterior** – A SGG coordenou um processo de avaliação de projetos implementados pelo Governo anterior (tais como PIA-2000, PEAI, Programa do Leite e Programa do Idoso), através de Grupos de Trabalho integrados pela SGG e as correspondentes Secretarias.

#### **1.1.2- CASA CIVIL**

A Casa Civil, órgão cuja finalidade é assessorar e apoiar direta e imediatamente o Governador do Estado em assuntos de natureza política, jurídica, legislativa, administrativa de apoio aos municípios e representar civilmente o Governador do Estado, buscou inicialmente, a modificação na estrutura, visando um melhor atendimento das demandas e ainda a redução dos custos e de pessoal.

Suas atividades estão diretamente relacionadas com pessoal, orçamento, material, patrimônio, informática e serviços gerais, inerentes à Casa Civil e Chefia do Gabinete do Governador, incluindo ainda o Gabinete das Relações Comunitárias, o Conselho Estadual da Mulher, o Gabinete da 1ª Dama, Gabinete do Mercosul, Cerimonial, Assessoria de Imprensa, Secretaria-Geral de Governo e Representação em Brasília.

Dentre as ações precípuas do Órgão, foram realizadas as seguintes, ao longo de 1999:

**Assessoramento e Assistência Técnica ao Governador do Estado em Assuntos de Matéria Jurídica e Legislativa** - Foram elaboradas e/ou analisadas as seguintes matérias: 807 atos, 19 ordens de serviço, 87 projetos de lei sancionados, dos quais 30 de origem do Poder Executivo, 562 decretos, pareceres relativos a 23 vetos, bem como enviados à Assembléia Legislativa 907 convênios, de um total de 1755. Dentre os decretos destacamos os que dispõem sobre: Municipalização Solidária da Saúde; criação do Comitê de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas; criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária; criação da Comissão Especial para avaliação da aquisição de terras com vista à Reforma Agrária; criação do Programa de Incubadoras Empresarias para micro e pequenas empresas; instituição de ações de políticas públicas dirigidas às pessoas portadoras de deficiências e de altas habilidades.

**Assessoramento na Orientação e Coordenação das Atividades de Relacionamento do Governo do Estado com os Municípios** - Destaca-se a promoção de encontros do Governador com os prefeitos dos municípios gaúchos, a criação de banco de dados referentes aos municípios, cujo objetivo é subsidiar as atividades do Governo do Estado, principalmente para as Secretarias de Habitação, de Educação, da Fazenda, do Trabalho, de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Gabinete das Relações Comunitárias e Barrisul. Foram concedidas em torno de 200 audiências a prefeitos e outras autoridades municipais e elaborados relatórios de viagens a 201 municípios. Foram implementados, em conjunto com outras Secretarias, políticas sociais municipais, destacando-se que, por ter sido efetuada avaliação das demandas municipais de forma criteriosa, os resultados dos municípios têm se mostrado positivos. Não há critério partidário ( conforme demonstram os exemplos da tabela abaixo), uma vez que o projeto de desenvolvimento estabelecido valoriza a matriz econômica histórica do Estado.

| Partido que Administra o município | FUNDOPIMES    |      | Poços e Açudes |      |       |     | Conv. Assist. Social |      | Convênios Saúde |     | Primeiro Emprego |      |
|------------------------------------|---------------|------|----------------|------|-------|-----|----------------------|------|-----------------|-----|------------------|------|
|                                    | Nº Municípios | %    | Nº Municípios  | %    | Poços | %   | Nº Municípios        | %    | Nº Municípios   | %   | Nº Municípios    | %    |
| PPB                                | 36            | 39,1 | 52             | 29,7 | 134   | 25  | 116                  | 32,6 | 7               | 28  | 35               | 35,4 |
| PMDB                               | 31            | 33,7 | 45             | 25,7 | 147   | 27  | 117                  | 32,9 | 11              | 44  | 25               | 25,3 |
| PTB                                | 5             | 5,43 | 9              | 5,14 | 23    | 4,3 | 19                   | 5,3  | 0               | 0   | 7                | 7,07 |
| PDT                                | 10            | 10,9 | 43             | 24,6 | 137   | 25  | 57                   | 16   | 5               | 20  | 21               | 21,2 |
| PT                                 | 3             | 3,26 | 16             | 9,14 | 74    | 14  | 18                   | 5,1  | 1               | 4   | 7                | 7,07 |
| PFL                                | 5             | 5,43 | 7              | 4    | 19    | 3,5 | 20                   | 5,6  | 0               | 0   | 2                | 2,02 |
| PSDB                               | 1             | 1,09 | 2              | 1,14 | 12    | 2,2 | 7                    | 2    | 1               | 4   | 2                | 2,02 |
| PSB                                | 1             | 1,09 | 1              | 0,57 | 5     | 0,9 | 1                    | 0,3  |                 | 0   | 0                | 0    |
| PT do B                            |               | 0    |                | 0    |       | 0   | 1                    | 0,3  |                 | 0   |                  | 0    |
|                                    | 92            | 100  | 175            |      | 551   |     | 356                  |      | 25              | 100 | 99               | 100  |

Municipalização Solidária - o programa atendeu 448 municípios que tiveram a saúde municipalizada, adotando o critério populacional de R\$ 3,10 per capita/anual

Os repasses ocorreram a partir da habilitação de cada Município e foram proporcionais ao tempo de habilitação.

**Controle** – Entre as ações desenvolvidas nesta área destacam-se: aprimoramento do controle dos bens patrimoniais e racionalização de estoques, compras e consumo com vista a uma racionalização do uso dos bens existentes e, ainda, efetuar compras de modo a dar o suporte necessário ao funcionamento dos órgãos, sem desperdício. Nomeou-se comissão especial com o objetivo de efetuar o levantamento patrimonial.

Cabe destacar, também, o estabelecimento de controle objetivando o acompanhamento da execução orçamentária, implementando a racionalização de despesas, com vistas à redução de custos.

### 1.1.3- CASA MILITAR

Dentre as atribuições da Casa Militar, as referentes à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, merecem destaque especial. Neste sentido, durante o ano de 1999, a Casa Militar, através de sua estrutura, desenvolveu as seguintes ações principais, sempre visando como resultado a minimização dos efeitos de eventos adversos, quer pela atuação nas emergências, quer como decorrência das ações

preventivas, beneficiando as populações sujeitas à ocorrência de desastres naturais ou não. A seguir, estão listadas as principais ações desenvolvidas:

➤ Homologação de 226 processos de decretação de situação de emergência, encaminhados pelos municípios, após a necessária vistoria técnica;

➤ Visando minimizar os efeitos da estiagem, foram firmados convênios com 44 municípios, para instalação de 116 sistemas hidráulicos simplificados (poços artesianos), tendo sido repassados R\$ 655 mil, correspondentes a 70% do montante necessário para a execução das obras, cabendo às prefeituras o aporte do montante complementar, bem como a execução das obras;

➤ No que tange à prevenção de eventos adversos, teve continuidade o Programa de Prevenção de Enchentes, mediante o desenvolvimento de ações de orientação e incentivo aos municípios na elaboração de projetos que revertam para a eliminação ou minimização dos efeitos de eventos adversos, peculiares a cada região. Foi efetuado também o tabulamento diário dos dados hidrológicos enviados pela Rede de Emergência, referentes ao nível dos principais rios do Estado. Foram distribuídos, ainda, para as Prefeituras Municipais, os alertas meteorológicos recebidos do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), com orientações preventivas (por exemplo: limpeza de bueiros, dragagem de canais, entre outras);

➤ Reativação, também, do Sistema de Acompanhamento de Dados Hidrológicos das principais bacias hidrográficas do Estado, tendo sido iniciado o trabalho na Bacia do Rio Uruguai e Vale Taquari, além de levantamento fotográfico, filmagem e reconhecimento dos locais potencialmente atingíveis por cheias. A ação preventiva, através da ativação da Rede de Rádio da Defesa Civil, foi necessária para a completa reativação do sistema;

➤ Reestruturação do Sistema Estadual de Defesa Civil, com a criação e instalação das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) em diversos municípios, bem como reativação de Comissões que se encontravam desativadas;

➤ Foi confeccionado e distribuído manual informativo e educacional, contendo todas as informações referentes à Defesa Civil, no Estado do Rio Grande do Sul;

➤ Tiveram continuidade, no ano de 1999, as ações relativas ao Programa de Fiscalização e Pesquisa do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, de fundamental importância, tanto no que se refere à proteção e preservação do meio ambiente, como também à prevenção de desastres, tendo sido realizadas ações de coordenação junto aos órgãos participantes do Programa, assim como feitas vistorias nos principais trechos rodoviários utilizados para o transporte de cargas perigosas;

➤ Foram ainda desenvolvidas ações de socorro imediato a comunidades atingidas por eventos adversos, incluindo doação de alimentos, agasalhos e medicamentos, além do repasse dos recursos no montante de R\$ 129,3 mil para aquisição de telhas, tijolos, cimento, lonas plásticas e cestas básicas.

**1.1.4- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DEFPUB**

Em decorrência da situação encontrada, principalmente no que concerne à escassez de pessoal e a estrutura do Órgão, a atual Administração reestruturou a Defensoria Pública, concentrando os recursos humanos nos setores mais solicitados e necessitados, bem como deu início ao primeiro concurso para o ingresso na carreira de Defensor Público. O ingresso de novos Defensores objetiva proporcionar o acesso da população carente à Justiça em mais de cem comarcas do Rio Grande do Sul. Além disso, foram desenvolvidas as seguintes ações no exercício de 1999:

**Projeto Zero** – A Defensoria inovou seu atendimento com a implantação deste Projeto que visa agilizar processos criminais paralisados em comarcas nas quais o serviço prestado pela Instituição era inexistente.

**Projeto Sem Fila** – Novo serviço implantado pela Defensoria consiste na organização e agilização do atendimento na Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento. O Projeto, no ano de 1999, atendendo demanda da população carente, esteve voltado principalmente para a área da saúde, permitindo o acesso a medicamentos, próteses e internações hospitalares, mediante a interposição de ações judiciais.

**Assistência Jurídica e Judiciária aos Necessitados** - A assistência jurídica e judiciária desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado, à população carente, na esfera de 2º grau de jurisdição (cível e crime), apresentou as seguintes demandas:

| <b>AÇÕES</b>                   | <b>QUANTIDADE</b> |
|--------------------------------|-------------------|
| Recursos julgados              | 1896              |
| Recursos providos              | 615               |
| Recursos improvidos            | 687               |
| Recursos parcialmente providos | 476               |
| Recursos anulados              | 44                |
| Recursos prescritos            | 55                |

Fonte: DEFPUB

As demandas de assistência jurídica e judiciária na esfera de 1º grau, desenvolvidas pelos núcleos da Defensoria Pública do Estado foram as seguintes:

| <b>AÇÕES</b>                              | <b>QUANTIDADE</b> |
|---|-------------------|
| Atendimentos à população carente          | 304.882           |
| Ajuizamentos                              | 62.587            |
| Audiências                                | 79.070            |
| Contestações                              | 8.669             |
| Júris                                     | 582               |
| Processos em andamento                    | 176.381           |
| Processos iniciados                       | 13.557            |
| Petições                                  | 11.880            |
| Flagrantes Assistidos                     | 1.736             |
| Estabelecimentos atendidos                | 108               |
| Comarcas atendidas pela equipe itinerante | 14                |
| Pedidos apresentados                      | 11.597            |

Fonte: DEFPUB

### **1.1.5- GABINETE DO MERCOSUL**

Em 1999, após a sua criação, a par de se estruturar administrativamente, o Gabinete do MERCOSUL tratou de adotar medidas que pudessem agilizar o processo de integração do Rio Grande do Sul com os países integrantes desse bloco econômico.

As principais ações realizadas são a seguir apresentadas, destacando-se o caráter geral de implementação de uma nova política de integração com MERCOSUL.

**Conselho de Coordenação das Ações do Estado** - Foi constituído o Conselho de Coordenação das Ações do Estado com vistas ao Mercosul, composto por representantes de todos os órgãos do Estado, objetivando a integração de todos os órgãos do Estado no estabelecimento de políticas do RS para o Mercosul.

Através dos 95 representantes de secretarias, fundações e instituições estatais, a temática de estudo e pesquisa no Gabinete do Mercosul referenda-se no aproveitamento de recursos humanos e ações já efetivados pelo Governo.

**Integração RS x Argentina x Uruguai x Paraguai** - O processo de aproximação entre o Estado e os países do Prata teve como objetivo levantar disponibilidades de integração, detectando áreas de carência que viabilizassem uma significativa ação de câmbio de exportação e importação para pequenas e médias empresas.

Desta forma ampliaram-se as possibilidades de integração comercial, com vistas ao desenvolvimento econômico e o aumento de produção das empresas gaúchas.

**Integração RS X Bolívia** - A aproximação do RS com a Bolívia, na condição de país em fase de adesão ao MERCOSUL, através de visitas recíprocas durante os meses de julho e novembro, intensificaram as atividades econômicas, em especial pela chegada do gás boliviano, abrangendo áreas como agricultura, indústria, transporte, microempresas, ciência e tecnologia e cultura.

Até o final de 1999, foram obtidos os seguintes resultados:

- Interesse na instalação, pela iniciativa privada, da Casa do Rio Grande em La Paz;
- Anúncio da instalação de Consulado da Bolívia no Estado;
- Fomento às atividades comerciais por ação das federações privadas.

**Programa UNIMERCO** - Programa que integra o Governo do Estado e as instituições de ensino superior do RS tem como objetivo estabelecer convênios específicos, de forma regionalizada, entre as universidades e/ou faculdades para desenvolverem pesquisas e alternativas de desenvolvimento do Estado para o Mercosul.

Foram visitadas, individualmente, 39 instituições, entre universidades e faculdades para o levantamento de suas potencialidades e, na sua totalidade, houve o interesse de participarem nas ações do Estado para o Mercosul. Das 39 unidades

integradas 5 são federais, 12 são comunitárias e 22 são faculdades com uma clientela discente em torno de 200 mil.

Este interesse foi efetivado através de Protocolo de Intenções e da discussão em 5 regiões do Rio Grande do Sul, nas quais estão localizadas estas instituições.

**Programa MercoFÁCIL** - O Programa diz respeito à otimização de procedimentos burocráticos no âmbito do MERCOSUL, tendo como objetivo democratizar as oportunidades do novo mercado para a pequena e média empresas, e para o cidadão comum, em particular nas zonas de fronteira.

Com relação aos resultados obtidos até o final de 1999, destacaram-se os seguintes:

- Redução do tempo de entrega de correspondência dos Correios na zona de fronteira;
- Agilização nos trâmites aduaneiros para exportação de mercadorias;
- Viabilização do acesso ao Aeroporto de Rivera por pequenas aeronaves brasileiras;
- Intensificação do controle ao abigeato, com instalação de sistema policial de controle em Livramento.

**Programa MercoPRÊMIO** - O Programa visa à implementação de um concurso de monografia com vistas a transformar a contribuição do cidadão em solução para os problemas do MERCOSUL, mediante a premiação das cinco melhores idéias nas áreas de trabalho, saúde, legislação, educação e cultura e meio ambiente, contando com apoio governamental.

Até o final de 1999, foi assinado o acordo com os patrocinadores, BANRISUL e FIERGS, com adesão das 14 universidades públicas do Grupo Montevideo.

#### **1.1.6- PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE**

De acordo com a Carta Estadual de 1989, compete à Procuradoria-Geral do Estado, com exclusividade, a representação judicial do Estado do Rio Grande do Sul e a consultoria jurídica à Administração Direta e Indireta.

A Procuradoria-Geral do Estado teve intensa atuação na defesa dos princípios constitucionais, no controle da legalidade, na defesa da probidade administrativa do patrimônio público, incluindo-se aí o incremento na cobrança da dívida ativa e no assessoramento jurídico à implementação das políticas públicas do novo Governo. Para tanto, o ano de 1999, foi pautado pelo desenvolvimento de ações envolvendo dívida com a União Federal; benefícios fiscais concedidos por outros Estados em desacordo com a Constituição Federal; na defesa dos interesses dos consumidores gaúchos e do patrimônio público; administração da AGERGS e adequação das competências da aludida Autarquia à Constituição Federal; pedágios, Secretaria da Justiça, ações da CRT; Orçamento Participativo, Diário Oficial do Estado, Informe Direto; contenção da despesa pública mediante a suspensão do pagamento da

verba de representação aos Magistrados, Promotores de Justiça, Conselheiros do Tribunal de Contas; e apuração de atos de improbidade administrativa e ajuizamento das ações respectivas contra os responsáveis.

Cumpre ainda destacar, as atividades mais relevantes em razão da matéria, desenvolvidas pelas Procuradorias Especializadas:

**Execuções e Precatórios** – Houve vitória em ação rescisória promovida em ação ajuizada por funcionários da CEEE que representa economia de R\$ 2 milhões para a aludida Companhia, bem como se obteve redução de valores devidos pelo Estado em ações ajuizadas por servidores – R\$ 32 milhões, podendo tal redução chegar a R\$ 500 milhões, caso confirmados os outros cálculos já apresentados em ações rescisórias.

**Domínio Público Estadual** - Atuação na área de consultoria com vistas ao fornecimento de suporte jurídico às políticas públicas a serem desenvolvidas nas mais diversas áreas do Governo e na esfera judicial, com importantes vitórias, tais como:

- Reconhecimento da nulidade de termo aditivo contratual que imputava à CEEE custos na implantação do reservatório da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Tal parecer ensejou a transferência de responsabilidades às demais empresas consorciadas, diminuindo o custo para a CEEE, sem prejuízo do andamento das obras;
- Definição dos procedimentos a serem adotados no Programa Qualificar/RS;
- Convênio firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul com o INCRA e o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, com o objetivo de aprimorar e agilizar a reforma agrária e a implementação de políticas fundiárias no âmbito estadual, com a utilização de recursos do FUNTERRA/RS;
- Soluções para a concessão da rodoviária de Novo Hamburgo/RS;
- Exame e informação sobre os contratos de renovação das concessões de serviços de geração e distribuição de energia elétrica para a CEEE;
- Habitação popular;
- Orientação à Administração Pública acerca dos procedimentos a serem adotados para a efetivação da transferência do patrimônio da extinta COORLAC ao Estado do Rio Grande do Sul;
- Exame dos contratos de renovação das concessões de serviços de geração e distribuição de energia elétrica para a CEEE.

**Consultoria em Matéria de Pessoal** - No tocante à matéria de pessoal, foi prestada consultoria e emitidos os seguintes pareceres:

- Interpretação das normas constitucionais introduzidas pelas Emendas Constitucionais n°s 19 e 20;
- Ilegalidade da complementação da aposentadoria dos funcionários celetistas da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA;
- Êxito nas ações em que os titulares dos cartórios extrajudiciais postulam o afastamento da aposentadoria compulsória;
- Defesa contra a pretensão dos servidores militares à revisão de suas aposentadorias, visando à graduação superior, com base na alteração da carreira da Brigada Militar, propiciada pela Lei nº 10.990/97;
- Vitória no Supremo Tribunal Federal – STF quanto à alegação de

inconstitucionalidade da vinculação do soldo básico ao salário mínimo;

- Decisões judiciais negando o direito das filhas solteiras perceberem pensão integral do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS;
- Afastamento da responsabilidade do Estado relativamente aos empregados contratados por Círculos de Pais e Mestres;
- Negativa de incorporação de gratificações de função suprimidas após longo exercício no Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA;
- Reconhecimento da legalidade no restabelecimento da jornada contratual, após longos períodos de prática de jornada reduzida com autorização dos administradores;
- Reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo contratação emergencial temporária autorizada por Lei Estadual;
- Limitação das condenações trabalhistas até 31.12.93, relativamente aos empregados transpostos para o Regime Único;
- Reconhecimento das prerrogativas processuais pelo Decreto-Lei nº 779/69 e o pagamento por precatório às fundações privadas mantidas pelo Estado;
- Autorização para retenção das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre os valores pagos em condenações trabalhistas;
- Reconhecimento de que a atualização monetária do FGTS deve ser calculada de acordo com os critérios do órgão gestor;
- Reconhecimento da nulidade das relações de trabalho iniciadas sem prévio concurso público, com indenização restrita ao saldo de salários;
- Reconhecimento da inexigibilidade de indenização de vale-transporte, sem prévio requerimento escrito do empregado.

**Probidade Administrativa e Processo Disciplinar** – No que concerne à realização de sindicâncias em razão de ilegalidades/irregularidades, bem como referente a processos administrativos, podemos destacar a realização de sindicância que concluiu pela ilegalidade da compra de aeronave por desvio de finalidade e superfaturamento, bem como a constatação de irregularidades envolvendo a aquisição de carne destinada à SUSEPE e Secretaria da Saúde, questões essas que ensejaram o ajuizamento de ação por improbidade administrativa. Por sua vez, na realização de sindicância a cerca de obras realizadas no Governo anterior denominadas Portais do Rio Grande, foram constatadas ilegalidades nos procedimentos licitatórios e na execução dos mesmos. O ajuizamento da ação judicial por ato de improbidade administrativa envolvendo essas obras depende de realização de perícia pela Secretaria das Obras Públicas e Saneamento para apuração do montante do dano.

Estão em fase de conclusão outras três sindicâncias, também presididas por Procuradores do Estado, nas quais se investigam compra de semente de arroz pelo IRGA no âmbito do Programa Troca-Troca; transferência de bens imóveis da CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica à subsidiária privatizada Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia e venda de aeronave de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Houve, ainda, o ajuizamento de ação judicial contra a A. G. SIMPSON USIMINAS, na qual se obteve antecipação de tutela jurisdicional, tendo sido depositado em favor do Estado do Rio Grande do Sul o montante de R\$ 17 milhões.

**Fazenda Pública Estadual** - Nas questões envolvendo à Fazenda Pública Estadual foi priorizada a revisão da Súmula de nº 16 do E. TJRS - Essa súmula permitia a atualização de saldos credores dos contribuintes no período anterior a 01.01.94, causando enormes prejuízos ao erário público. Do mesmo modo, foram



priorizadas ações envolvendo a guerra fiscal entre os estados, bem como liberação de recursos retidos pela União pelo não recolhimento do PASEP. A PGE assessorou, ainda, a revisão dos contratos do FUNDOPEM.

**Procuradoria do Interior** - A PGE, no interior, obteve acréscimo substancial do estoque de processos judiciais, com o incremento percentual de trabalho da ordem de 23%, contabilizando-se uma média superior a 800 processos aos encargos de cada Procurador do Estado atuante nas Procuradorias Regionais. Principalmente, em razão do patrocínio das ações que envolvem a extinta Caixa Econômica Estadual e a melhoria no desempenho da cobrança judicial da dívida ativa. Prova desse último fato são os dados constantes dos três últimos relatórios recebidos da Secretaria da Fazenda (agosto, setembro e outubro), que indicam uma redução no estoque acumulado da dívida ativa judicial no importe de R\$ 29,6 milhões, sendo de responsabilidade do interior uma redução de R\$ 23,3 milhões. Esses dados sinalizam uma redução total anual ao redor de R\$ 118,5 milhões, sendo as Procuradorias Regionais responsáveis por 7% desta projeção.

Além disso, houve atuação judicial decisiva das Procuradorias Regionais em questões de interesse e repercussão para o Estado, como no caso da Dell Computer, da General Motors e pedágios, assim como acompanhamento diferenciado dos precatórios do Parque da Guarita de Torres, o que já redundou na desistência de muitas execuções contra o Estado, com significativa vantagem financeira daí advinda.

**Reorganização Administrativa e Institucional** - No âmbito interno, destaca-se o aperfeiçoamento institucional com a criação da Equipe de Probidade Administrativa, a instituição da Coordenação das Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta, da Comissão de Direitos Humanos junto ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado, a democratização do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de Procuradoria voltada ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

Foram, ainda, desconstituídos os três grupos de Procuradores os quais, além das atividades prestadas junto às unidades de lotação, prestavam assessoramento ao Gabinete do Procurador-Geral, à área jurídica da CEE e atuavam em ações do IPERGS, percebendo gratificações de função para tanto, apesar de tais tarefas constituírem atribuições da carreira de Procurador do Estado.

No tocante às finanças, foram desenvolvidos instrumentos estatísticos de acompanhamento da evolução de todas as despesas da PGE, permitindo a avaliação, a qualquer momento, da pressão de qualquer item componente do custeio da Casa sobre o orçamento, facilitando a tomada de decisões, seja no sentido de buscar-se a redução da despesa, sua realização de forma alternativa, com menores custos ou, ainda, caso se confirme a tendência de crescimento, de planejar-se com espaço suficiente a busca de recursos adicionais para a sua realização. Já na área de administração de materiais, foi desenvolvido instrumento estatístico de controle de estoques, apontando consumo médio mensal, estoque mínimo, ponto de reposição e custo médio para cada item, permitindo assim o planejamento das compras e evitando-se a falta de materiais.

Saliente-se que este trabalho conjuga-se com a obtenção dos recursos necessários para o atendimento das necessidades, agora tecnicamente apuradas, estimando-se a sua plena eficácia já a partir do início do próximo exercício.

**Patrimônio** - No aspecto patrimonial, está sendo ultimada junto à PROCERGS a contratação do fornecimento de programa de controle, bem como paralelamente prepara-se a realização de um inventário geral da PGE, inclusive junto às procuradorias regionais.

Quanto aos serviços gerais, a solução definitiva passa pelo aumento da quantidade de servidores da equipe. Provisoriamente, busca-se racionalizar os serviços com vistas ao seu melhor aproveitamento, estando em curso a realização de reuniões com as unidades com vistas à uniformização dos procedimentos adotados.

### 1.1.7- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SCP

**Planejamento Participativo** – Instituiu-se, desde de janeiro de 1999, um processo de trabalho no sentido da construção do Planejamento Participativo, somando-se a isso as ações de democratização do Estado, consubstanciada na discussão do Orçamento com a população – Orçamento Participativo.

**Saneamento Financeiro e Administrativo** – O saneamento financeiro e administrativo do Estado teve por parte da Secretaria da Coordenação e Planejamento um grande envolvimento no ano de 1999, tendo-se buscado, através da reformulação dos projetos existentes, redirecionar os recursos segundo a visão estratégica do atual Governo.

**Financiamentos das Ações do Setor Público** – Os projetos em andamento, dependentes de financiamentos, em especial internacionais, foram reestruturados orientando-os para as novas diretrizes de Governo, com exceção do Programa de Reforma do Estado, suspenso pelo banco financiador, em função de exigências de seus conteúdos de caráter privatizante. Além dos projetos em andamento (PRÓ-GAÚIBA, PRÓ-RURAL 2000, Malha Rodoviária – PNMRE, Corredores de Transporte – Exportação e Linha Rápida), foram produzidos e/ou implantados trabalhos na busca de financiamento, alguns já em fase adiantada, tais como: PRODETUR-SUL, Mar de Dentro, Microcrédito e nas áreas de educação e reforma agrária.

**Planejamento Estratégico** - No ano de 1999, foram coordenadas e executadas várias ações voltadas ao planejamento estratégico para o Estado do Rio Grande do Sul, resultando na elaboração do Plano Plurianual do Estado 2000 – 2003, na análise e acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União (OGU) 1999, bem como na coordenação da elaboração de emendas para o Plano Plurianual 2000-2003, da União, e Orçamento Geral da União para 2000.

Do mesmo modo, foram efetuadas análises das políticas, prioridades de governo e diretrizes do Plano Plurianual do Estado frente ao Plano Plurianual da União e OGU 2000, envolvendo estudos sobre a identificação de oportunidades de investimentos. Além disso, foi coordenada a elaboração da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.

**Política de Desenvolvimento Regional** - Foi elaborada uma metodologia para reformulação da Política de Desenvolvimento Regional, em conjunto com vários órgãos do Governo. Essa metodologia tem o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento então vigente, caracterizado pelo aumento das desigualdades regionais. A nova metodologia fundamenta-se na democratização da gestão, ampliação da participação popular no planejamento territorial do Estado, na integração das políticas e ações do Governo, a partir de critérios e parâmetros que visem à redução das desigualdades, na estruturação de um sistema de informações que dê suporte ao Planejamento Regional e Urbano e na criação, adoção e reformulação de instrumentos de gestão e de fomento, para a implantação dessa Política.

A primeira etapa de implantação da metodologia deu suporte às discussões nos Seminários de Desenvolvimento Regional, ocorridos nas 22 regiões dos COREDEs, nos quais se debateu a situação de desigualdades existentes no Estado, bem como se buscou identificar os principais limites, potencialidades e alternativas de cada uma das 22 regiões.

**Acompanhamento dos Trabalhos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento- COREDEs** – A Secretaria, durante o ano de 1999, acompanhou e promoveu, juntamente com os COREDEs, várias ações, tais como:

- realização de um seminário de sistematização das demandas priorizadas nas 22 regiões, para a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003;
- acompanhamento do processo de discussão e elaboração do Orçamento 2000, a partir do Protocolo de Intenções assinado entre o Governo do Estado e o Fórum dos COREDEs;
- realização de 22 Seminários de Desenvolvimento Regional, juntamente com o Gabinete de Relações Comunitárias, nos quais coube aos COREDEs mobilizar as entidades e promover a infra-estrutura necessária para os mesmos;
- repasse das verbas para manutenção das atividades dos Conselhos, atendendo ao estabelecido nos Decretos de n°s 35.764/94 e 37.558/97.

**Conselho de Desenvolvimento do Sul – CODESUL** - Foi dado apoio técnico ao Grupo de Integração Temática (GIT) "Aspectos Institucionais e Planejamento", para a montagem de uma proposta de ações de caráter regional, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e seu encaminhamento aos Ministérios da União, objetivando a sua inclusão no Plano Plurianual 2000 - 2003 e Orçamento Geral da União 2000.

**PRÓ-GUAÍBA** - Esse Programa, coordenado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, possui vários subprogramas e projetos, cuja execução é realizada por diversos órgãos públicos estaduais e municipais, como a Secretaria da Educação, Secretaria do Meio Ambiente, CORSAN, EMATER, Fundação Zoobotânica, Fundação Estadual de Proteção Ambiental, DMAE, DMLU e Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR da SAA. Foram, no ano de 1999, realizadas as seguintes ações:

- Plano de Comunicação - Secretaria Executiva/SCP – Foi criado o Núcleo de Comunicação da Secretaria Executiva do PRÓ-GUAÍBA, que está sistematizando as ações realizadas durante o Módulo I, e também executando vários projetos, entre eles

um informativo eletrônico semanal;

➤ Fortalecimento Institucional - SCP – Nessa ação, houve a implantação de uma visão sistêmica para utilização dos recursos e ações integradas para os vários co-executores, bem como a integração das políticas públicas. Foram realizados investimentos em equipamentos, veículos e pessoas, nos vários órgãos co-executores;

➤ Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental - SCP – Está sendo elaborado o Plano Diretor baseado em um diagnóstico ambiental consolidado da Região Hidrográfica do Guaíba, identificando e priorizando os projetos e ações que constituirão os módulos sucessivos do Programa, envolvendo, também, a preparação do módulo II, o qual já foi solicitado, através de carta consulta e enviado ao BID e à COFLEX/MOG;

➤ Sistema de Informações Geográficas - SCP – Essa ação tem por objetivo a criação de um sistema de informações geográficas, através da instrumentalização das instituições co-executoras, com recursos de bases de dados espaciais e descritivas, *hardware* e *software*, visando apoiar o planejamento e o gerenciamento ambiental da Região, possibilitando inúmeras análises envolvendo informações ambientais, topográficas e sócio-econômicas. Está em reavaliação a base cartográfica digital 1:50.000, bem como a estrutura do banco de dados e a atualização do uso e cobertura do solo;

➤ Carta – Consulta - SCP – Foi elaborada, e encaminhada ao Ministério de Planejamento e Orçamento e ao BID, carta-consulta para a obtenção de recursos para financiamento das ações previstas no Módulo II do Programa, no montante de US\$ 500 milhões;

➤ Sistema de Parques e Reservas Naturais - FZB e DRNR – Consiste na recuperação, reequipamento, execução de infra-estrutura civil e de serviços ao público e para fins de pesquisa nos parques Botânico, Zoológico, Delta do Jacuí e de Itapuã. No que diz respeito à regularização fundiária e fortalecimento institucional, foram feitos investimentos em infra-estrutura no Parque Estadual de Itapuã, possibilitando a devolução desse à população até o final do Módulo I. Em relação ao Parque Estadual do Delta do Jacuí, estão em andamento as obras de recuperação e adequação do Parque à nova proposta de governo, a ser discutida com a sociedade. Está sendo executada a modernização e adequação do Parque Zoológico, visando ao seu melhor funcionamento;

➤ Educação Ambiental – A Secretaria da Educação promoveu a realização do curso Formação Estratégica em Educação Ambiental III, oferecido às equipes de coordenação das escolas-pólo do Programa e para sua equipe técnica. Foram realizadas visitas às escolas-pólo e reuniões com as respectivas equipes de coordenação, assim como a distribuição do livro “Experiências em Educação Ambiental- Pressupostos Orientadores”;

➤ Rede de Monitoramento Ambiental - FEPAM, CORSAN, DMAE, DRH – Foram adquiridas sete estações de monitoramento do ar, o que colocará o Estado numa posição privilegiada em termos de controle das condições ambientais. Quanto ao monitoramento dos recursos hídricos, atualmente estão sendo monitorados os rios Gravataí, Sinos, Caí e Taquari- Antas;

➤ Plano de Ações para o Controle da Poluição Industrial – FEPAM - Esse Projeto consiste na elaboração do diagnóstico de poluição da Região Hidrográfica e o enquadramento das fontes da poluição, conforme legislação vigente, dividida em quatro subprojetos: levantamento das fontes, cadastramento, classificação e elaboração de plano de ação. Além disso, houve a conclusão do cadastramento das atividades industriais da região. Serão enquadradas, inicialmente, as 500 indústrias de maior impacto ambiental;

➤ Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos - EMATER: Foi implantada a mudança de concepção do modelo de controle de agrotóxicos para uma política de agroecologia, bem como iniciadas as negociações para a inclusão dos assentamentos rurais nesse Projeto. Também foi implantada uma nova linha de atuação, incluindo como componente o reflorestamento, unindo todos os órgãos públicos afins, bem como prefeituras, escolas e ONG's;

➤ Plano Diretor de Resíduos Sólidos para Região Metropolitana – METROPLAN – Concluído o Plano Diretor, o qual inclui o diagnóstico dos componentes do processo de limpeza urbana, a seleção das principais variáveis por componente, a definição de indicadores de situações críticas e priorização de locais de atendimento, as alternativas de soluções conjuntas, a análise custo-efetividade de cada alternativa e a análise ambiental de cada alternativa envolvendo impactos positivos e negativos;

➤ Coleta e Tratamento dos Esgotos Domésticos em Porto Alegre – DMAE – O projeto compreende a execução da ETE São João-Navegantes e do Sistema Zona Sul, que envolve 112 km de redes coletoras de esgoto sanitário e cinco estações de bombeamento. Foi construído 65% da rede de esgoto da Zona Sul que deverá beneficiar aproximadamente 120.000 habitantes. Estão em andamento as obras da Estação de Tratamento de Esgotos São João-Navegantes. Para finalizá-la, foram adquiridos equipamentos eletro-mecânicos;

➤ Coleta e Tratamento de Esgotos em Cachoeirinha e Gravataí (CORSAN) – Esse projeto tem por objetivo a coleta, tratamento e destinação dos esgotos domésticos de 280.000 habitantes. Foi realizada a repavimentação do sistema viário onde foi instalada a rede de esgoto, a conclusão da Estação de Bombeamento II e o teste de declividade das redes, bem como o encaminhamento para contratação das ligações domiciliares;

➤ Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre - DMLU – Foi implantada a política de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos. Foram adquiridos equipamentos de transporte e reciclagem, concluídos dois galpões de reciclagem na Lomba do Pinheiro e Vila Pinto e a Capatazia do Bairro Humaitá.

**Pró - Mar de Dentro** - As ações do Programa foram reestruturadas e descentralizadas, visando ao planejamento governamental, com ênfase no desenvolvimento ecologicamente sustentável. Para atingir esse objetivo, foi redefinida a área de abrangência para 50 municípios, ampliadas as entidades cooperantes para mais de 30, publicadas as ações do Programa, descentralizadas as suas atividades e ampliada a área de estudo, englobando, de fato, a Bacia Mirim/São Gonçalo, através de um convênio com o Ministério do Meio Ambiente e com o Governo do Uruguai.

O Convênio do Estado do Rio Grande do Sul com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA foi renegociado, tendo o Japão doado US\$ 140 mil, redistribuindo, assim, o ônus para o andamento do convênio, uma vez que a grande carga de obrigações recaía sobre o Governo do Estado. Os recursos obtidos junto à JICA foram integralmente aplicados em ações anteriormente realizadas pelo Governo estadual, entre elas a realização de 4 Seminários Regionais.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos, foi realizado o Projeto Piloto de Educação Ambiental nas cidades de Pelotas (Colônia Z3) e Rio Grande (Vila São Miguel), nas comunidades de pescadores. Para tanto, foram produzidos vídeo, livretos e painéis e realizadas diversas atividades com a população, beneficiando diretamente cerca de 10.000 habitantes da Colônia Z3 e Vila São Miguel.

Para realizar o diagnóstico e o monitoramento da qualidade da água foram efetuadas 12 campanhas de coletas mensais em 13 locais, para avaliar 33 parâmetros químico-físicos e biológicos na Laguna dos Patos, no Rio Camaquã, canal São Gonçalo, Arroio Velhaco, Arroio Turuçu, Arroio Pepino, Arroio Santa Bárbara, Arroio São Lourenço, Arroio Pelotas, Arroio Fragata, Arroio Dilúvio e Salso.

Foram realizados estudos, pesquisas e levantamentos aéreos de biodiversidade, (botânica e zoologia), de unidades de conservação, de erosão, de uso dos solos e de toxicologia, para subsidiar o diagnóstico sócio-ambiental da área.

Esse Programa beneficiará a população dos 50 municípios integrantes da região abrangida, ou seja, aproximadamente 1.000.000 habitantes.

**RS Rural** – Inicialmente conhecido como Pró-Rural 2000, estruturou suas ações, através de uma participação efetiva da Secretaria, tendo incluído um tratamento diferenciado para agricultores assentados, comunidades indígenas e pescadores artesanais, aumentando o limite de financiamento de R\$ 4 mil para R\$ 6 mil, pelo período de seis anos. Na linha de Geração de Renda Sem Retorno, aumentou o limite de R\$ 300,00 para R\$ 450,00, por seis anos.

**PRODETUR** – A SCP desenvolveu ações junto com a Secretaria do Turismo, no sentido de remeter o projeto do Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Básica de Turismo na Região Sul e Mato Grosso do Sul, para análise junto ao BID. O objetivo é de captar recursos na ordem de US\$ 150 milhões para investimento em infra-estrutura turística.

**PIMES - Programa Integrado de Melhoria Social** – A Secretaria, coordenadora do Programa, promoveu alterações das diretrizes do mesmo com o objetivo de tornar mais transparentes os critérios de acesso, melhorar as condições de aplicação dos recursos, universalizar o acesso aos municípios e redirecionar as ações aos objetivos iniciais, para beneficiar a população de baixa renda e propiciar investimentos na área habitacional. Através do FUNDOPIMES, foram assinados, com 129 municípios, 140 contratos de financiamentos, com investimento total de R\$ 155,4 milhões. Os investimentos aprovados e contratados se destinaram a apoiar as seguintes ações:

- pavimentação de 2.050 ruas- extensão de 624,8 km;
- iluminação pública de 421 ruas- extensão 301,2 km;

- microdrenagem de 1.056 ruas- extensão 457,4 km;
- macrodrenagem de 25,6 km;
- construção e equipamentos para 17 creches e 13 postos de saúde;
- financiamento de 146 máquinas rodoviárias.

**Linha Rápida** - Durante o ano de 1999, o projeto foi ampliado para abranger: (i) obras de arte; (ii) malha viária de apoio na influência direta das intersecções do corredor; (iii) a extensão de 1,5 km de corredor - da parada 52 a 58 - em Alvorada; e (iv) a extensão de 1 km de corredor na Av. Sertório, entre as avenidas Assis Brasil e Joaquim Silveira.

Foram concluídos os Projetos Finais de Engenharia nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, e licitados os projetos arquitetônico e final de engenharia para o Terminal Metropolitano Mauá, no centro de Porto Alegre.

Para licitação, foram encaminhados os seguintes projetos: circulação, tráfego e final de engenharia, para o viaduto da Av. Manoel Elias com Baltazar de Oliveira Garcia e para o viaduto da Av. Sertório com Av. Assis Brasil, em Porto Alegre, e o projeto final de engenharia para a malha viária de apoio na influência direta nas intersecções do Corredor Nordeste.

Estão em fase de discussão com as prefeituras os projetos complementares e o projeto operacional.

A Secretaria realizou, ainda, o 1º Seminário de Transporte Metropolitano - Integrado e Sustentável.

O Linha Rápida beneficiará, nos eixos Norte e Nordeste, cerca de 331.100 passageiros/dia, representando aproximadamente 52,89 % do total do transporte público de passageiros na Região Metropolitana de Porto Alegre.

**Central de Serviços ao Cidadão – Tudofácil** - Durante o ano de 1999, foi institucionalizada a Central, através do Decreto n.º 39.592/99. Foi expandida a área de atendimento do DETRAN, sendo criadas mais 6 unidades. Os serviços do SINE foram articulados com os da Caixa Econômica Federal, tornando disponíveis, aos que buscam a Carteira de Trabalho, as informações necessárias sobre o PIS. Foram efetivados 1.200.000 atendimentos na Tudofácil como um todo, considerando seus 11 Órgãos prestadores de serviços e os 80 serviços prestados, beneficiando a população de Porto Alegre e Região Metropolitana.

Em 1999, a Secretaria realizou o Seminário de Regionalização da Prestação de Serviços Públicos, no qual se discutiu com a comunidade a ampliação da rede Tudofácil e a desconcentração do atendimento aos Governos Municipais, ora centralizado em Porto Alegre.

**Metade Sul** - Diversas ações de articulação foram realizadas, tais como:

- aperfeiçoamento do banco de dados com vistas à elaboração de um inventário das desigualdades sociais;

- apoio ao desenvolvimento da propriedade rural familiar e à micro e pequena agroindústria, com destaque à produção de leite, à fruticultura e ao florestamento;
- instituição do Grupo de Trabalho sobre Rochas Ornamentais, visando à construção de uma política de atração de investimentos para o setor;
- fortalecimento do setor pesqueiro e da aquicultura, compreendendo o apoio a projetos de piscicultura, elaborados por empreendedores locais, bem como debates e formulação de propostas para o setor de pesca artesanal, regulamentação e controle da pesca na zona costeira marítima e em águas interiores;
- fortalecimento da infra-estrutura de transporte intermodal na região, incluindo particularmente o potencial dos portos e hidrovias;
- avaliação e alteração do Programa Reconversul, no sentido de ampliar sua implantação, assim como atender prioritariamente a pequenos e médios produtores do campo e da cidade. Foram realizados 16 Seminários regionais de divulgação do programa; apoio à instalação de novos empreendimentos na região, a saber: Exploração de Pedras em Capão do Leão; Lã em Livramento; Banco de Sementes em Canguçu; Ampliação da Cooperativa de Leite Cosulati em Canguçu; Paranapanema em São José do Norte; Fibra Ótica em São Lourenço do Sul; fábrica de medicamentos em Pelotas; Materiais Eletrônicos em Rosário do Sul; Citricultura em Rosário do Sul, Cacequi e São Gabriel; Industrialização de Água Mineral e Fábrica de Refrigerantes em Pelotas, Morro Redondo e Capão do Leão;
- incorporação da Metade Sul na nova sistemática do FUNDOPEM, contribuindo para a atração de novos empreendimentos e diversificação da matriz produtiva da região.

**Aplicação do Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos** - O Código foi aplicado nos setores da saúde, segurança e educação e foi iniciada a sua aplicação nos setores de abastecimento de água, esgotos sanitários e energia elétrica. O Cadastro de Usuários foi ampliado, passando de cerca de 2.000 usuários para cerca de 5.000, a partir da participação da comunidade nas Assembleias do Orçamento Participativo.

**Coordenação do Programa VERÃO COM VIDA 2000** - A Secretaria coordenou, juntamente com a Secretaria do Turismo e outros órgãos do Gabinete do Governador, essa ação, que veio a substituir a "Operação Verão". O "Verão Com Vida 2000" envolveu 16 Secretarias do Estado, cada uma com seus projetos e atividades. No total, foram previstas 91 atividades a serem realizadas pelos diversos órgãos, reforçando as ações nos meses do verão, para suprir o aumento da demanda que tradicionalmente acontece nesse período. A Secretaria participou da coordenação e assessoramento aos órgãos prestadores de serviço, viabilizando a realização das ações planejadas, acompanhando o seu desenvolvimento e elaborando relatórios. Foi viabilizada, ainda, pela SCP, a instalação de uma Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Fácil, junto à Casa de Governo, em Capão da Canoa, estendendo à comunidade do litoral a prestação de serviços oferecidos na Central de Porto Alegre.

**Microcrédito** - Foi elaborada uma proposta preliminar para implantação de um sistema de financiamento nos moldes do Projeto Porto-Sol da Prefeitura de Porto Alegre que objetiva viabilizar crédito para microempreendedores em cidades do interior do Estado. O Projeto já conta com apoio de bancos internacionais, via BNDES.



**Prestação de Contas do Primeiro Ano de Governo do Rio Grande do Sul à Comunidade Gaúcha** – Ao final do primeiro ano de Governo, foi elaborado, em conjunto com a SGG, Casa Civil, Assessoria de Imprensa, GOF e GRC, um balanço das realizações de 1999 – Prestação de Contas do Governo do RS/1999. O documento consagra-se como uma afirmação do projeto deste Governo de transformar o Estado, tendo como alicerce a participação decisiva do cidadão, bem como resgatar o espírito público do RS, submetendo à apreciação popular os atos já implementados.

#### **1.1.7.1- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE**

Em que pese a carência de técnicos nas áreas de estatística e de informática, foi criado o Centro de Informações Estatísticas, de modo a fortalecer a área econômica, e está em discussão a criação do Sistema de Informações FEE, com a remontagem do banco de dados institucional, assim como sua infra-estrutura tecnológica com a aquisição de novos servidores de rede e atualização dos *software*.

As informações estatísticas e as análises sobre a realidade gaúcha produzidas pela FEE subsidiam a ação governamental, em especial a formulação de políticas públicas sendo também utilizadas por diferentes segmentos da sociedade civil.

As pesquisas realizadas pela FEE cobrem as áreas definidas como prioritárias pelo Governo Estadual: agricultura, indústria, emprego e trabalho, finanças públicas e indicadores sociais, e também, a questão urbana e regional e condições de vida, entre outros.

Foram desenvolvidos estudos sobre a realidade sócio-econômica gaúcha; operação do sistema de contas regionais; acompanhamento da conjuntura estadual e nacional; coleta e processamento, classificação e divulgação de dados estatísticos do Estado; publicação das análises e dados estatísticos em livros, relatórios e *cd-rom*.

A elaboração do sistema de contas regionais calcula os principais agregados macroeconômicos da economia do RS, por setor e subsetor de atividade. Divulga os dados do PIB anual, PIB trimestral e PIB municipal.

No que diz respeito a Matriz de Insumo-Produto do RS, esta calcula as relações de compra e venda entre os diversos setores da economia gaúcha para avaliar seus impactos sobre a economia estadual.

A FEE está implantando a avaliação sócio-econômica do Projeto de Conservação de Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural, através da Geração de Renda e da Promoção Social - Pró-Rural 2000, por meio de um sistema de monitoramento e elaboração de indicadores sócio-econômicos.

O estudo dos impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no RS, analisa as relações entre as atividades industriais, a organização do trabalho, a organização do território e as condições de vida da população. Concluído em 1999, resultou na publicação de 10 relatórios setoriais e um livro.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA, realizada em parceria com o SINE e convênio com DIEESE/FGTAS/SEADE, levanta dados qualitativos e quantitativos sobre o emprego, desemprego e a renda da população economicamente

ativa dessa região. Divulga os resultados desta análise através do Informe PED, mensal.

A FEE, ainda, colabora com a administração pública estadual na execução do planejamento setorial, através da cedência de pessoal especializado em diversas áreas de atuação.

#### **1.1.7.2- Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN**

Objetivando eliminar pontos de estrangulamento do órgão, foi implementado processo interno com participação dos servidores na redefinição da estrutura organizacional, tendo-se estabelecido processo contínuo de planejamento coletivo, que definiu as prioridades do órgão e seus programas de ação.

**Planejamento e Ordenação do Espaço Metropolitano** - Foram sistematizados dados sobre comercialização do período 1993 até 1997; atendendo às seguintes demandas: a) COREDE Hortênsias; b) Plano Diretor de Gravataí; c) COREDE Vale do Rio Pardo; d) Bacia do Gravataí; e) Região Metropolitana de Porto Alegre -RMPA; f) Vale do Paranhana; g) São Jerônimo. Estudo sobre o Abastecimento de Produtos Hortigrangeiros na RMPA.

A Fundação elaborou o Projeto Indicadores para reestruturação espacial da RMPA e deu assessoramento à reavaliação e elaboração do Plano Diretor do Município de Montenegro, e a caracterização do Município no contexto sócio-econômico da RMPA.

**Planejamento e Programação de Assuntos Metropolitanos** - Através do estudo das principais receitas e despesas dos Municípios da RMPA foram sistematizadas informações para análise das receitas e despesas por funções da RMPA nos anos de 1995, 1996 e 1997, e as informações para análise das finanças municipais da Bacia da Gravataí e Bacia do Sinos e elaborado Banco de Dados sobre finanças municipais da RMPA.

Identificadas na RMPA áreas com população de baixa renda e com serviços públicos deficitários. A definição de Áreas Emergenciais da RMPA apontou 56 Unidades Espaciais de Informação - UEIs, das 321 que compõem a região.

No Planejamento Regional, foi realizado levantamento e análise de subsídios (estudos/relatórios), para elaboração de critérios para programação de projetos de infra-estrutura.

Através de um estudo, a Fundação fez o acompanhamento da repercussão do projeto General Motors do Brasil - GM nas finanças do Município de Gravataí e o comportamento das variáveis população e emprego da RMPA.

No que diz respeito ao uso do solo urbano, foram fornecidos 184 Termos de Anuência Prévia ao Parcelamento do Solo na RMPA.

**Ordenamento Territorial do Estado** – Elaborado estudo para o estabelecimento de critérios para definição da composição da RMPA e aglomerações urbanas e elaboração de critérios sócio-econômicos e indicadores para a inclusão de

novos municípios. Realizado, também, assessoramento à elaboração do Plano Diretor do Município de Terra de Areia, conforme Convênio de Cooperação Técnica.

**Planejamento Regional e Urbano** - Elaborado e apresentado trabalho sobre a significação do COREDE Hortênsias/Planalto das Araucárias, na comercialização de hortigranjeiros e estudo para o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região e de Diretrizes para o Plano Estratégico do Município de Esteio.

Visando ao desenvolvimento de medidas e ações conjuntas para fomentar e apoiar iniciativas municipais que adotem práticas formais de elaboração de projetos de desenvolvimento local integrado, notadamente os de urbanização em áreas de subabitação, por processos participativos, foi assinado Convênio de Cooperação Técnica entre a METROPLAN, Secretarias da Coordenação e Planejamento e Secretaria Especial da Habitação, a Caixa Econômica Federal e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ. O convênio teve como alvo a população da Vila Recanto da Lagoa, Município de Viamão. Foi elaborada ainda, proposta de atuação junto à Comissão Técnica dos Municípios da Aglomeração Urbana da Região Nordeste.

**Projeto PRORENDA Urbano/RS** – Este Projeto foi indicado pela Comissão Internacional de Seleção de Projetos da EXPO 2000, em Hanover-Alemanha, como Projeto de Referência Internacional. No ano de 1999, a Fundação desenvolveu processo de capacitação de todos os envolvidos no Processo PRORENDA para a preparação de equipes técnicas municipais, estaduais e federais. Este Projeto desenvolve-se através de Convênio entre a METROPLAN e a Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ e outras entidades do setor público e privado objetivando o assessoramento municipal.

No Município de Rio Pardo, o convênio também incluiu a Universidade de Santa Cruz do Sul visando à implementação do Projeto de elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDL, constituído do Plano Urbanístico e do Plano de Desenvolvimento Social, e assessoramento e capacitação das comunidades, em conjunto com a UNISC os beneficiários são as populações das Vilas do Asseio, Vilas Praça da Ponte, dos Anjos e Esperança. Neste sentido, foram disponibilizadas informações sobre finanças municipais do período 1995-1997.

Em Pelotas foi elaborado Plano de Desenvolvimento Integrado - PDLI, constituído pelo Plano Urbanístico e pelo Plano de Desenvolvimento Social beneficiando a população do Loteamento Dunas. Em Caxias do Sul foram beneficiadas as população das Vilas Canyon, Região Jardelino Ramos, Vila COOESP, em Viamão as Vilas Paraíso e Meneghini, em Alvorada a em elaboração da Vila Intersul.

**Sistema de Informações Georreferenciadas do Planejamento Metropolitano e Regional** – Foi promovida à qualificação e ampliação da rede local de computadores para implantação institucional de geoprocessamento e concluído estudo sobre os indicadores e análises do desenvolvimento urbano.

Também foram concluídos o acompanhamento do levantamento e análise da cartografia da Região Serra Mar, do Projeto Zoneamento Ecológico Econômico da Região Serramar, e a respectiva implantação do Banco de Dados, estando os resultados disponíveis. Este Banco de Dados contém dados sócio-econômicos de todo

o Estado. Esta região possui 32 municípios das Regiões do Litoral Norte, Serra e da Aglomeração Urbana do Nordeste.

**Planejamento e Gestão Ambiental** – A Fundação participou na elaboração do relatório preliminar - Análise Sócio - Econômico das Ilhas do Delta do Jacuí, com dados do DEMHA e deu apoio técnico à definição de Diretrizes do Plano para gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio Gravataí, com a definição de tendências e expectativas da população da área e configuração do cenário. A população atingida é de aproximadamente 1.144.015 habitantes.

Foi dado apoio técnico ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí – sua instalação, na Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas, e aos Comitês da Bacias da Região Hidrográfica do Guaíba, incluindo a elaboração de subsídios e publicação de documentos técnicos dos Comitês: Sinos, Gravataí, Caí, Lago Guaíba.

No Programa de Defesa Contra Inundações em Áreas Urbanas na RMPA - Programa de Drenagem – foram concluídas 3.116 metros de dragagem e canalização nos seguintes municípios: Alvorada (1.437m); Guaíba (1.000m); Gravataí (679m) estando em fase de conclusão: Alvorada (02 pontilhões em alvenaria sobre o arroio Formosa); Viamão (1.250m de dragagem e 250m de alvenaria em gabiões no Arroio Feijó), beneficiando 400.000 pessoas dessas comunidades.

**Sistema de Transportes Metropolitano** - Foram concluídas 46 ruas na RMPA integrantes do Programa de Asfaltamento de Ruas onde passam Transporte Coletivo, com pavimentação e drenagem, numa extensão total de 25.019,49 metros, nos seguintes municípios: Alvorada (09 ruas); Charqueadas (04 ruas); Gravataí (26 ruas); São Leopoldo (01 rua); Viamão (06 ruas).

A regulamentação e fiscalização dos serviços de fretamento privados executados pelas empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do SETM, foi implantada conforme art. 11, Parágrafo Único, do Decreto Estadual n.º 39.185, de 28 de dezembro de 1998.

Realizada transição de jurisdição do DAER para METROPLAN, conforme determina a Lei n.º 11.127, de 09 de fevereiro de 1998 que instituiu Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros – SETM. A transição acarretou a implantação do planejamento, controle e fiscalização da operação do serviço de transporte metropolitano coletivo de passageiros, suas variantes, rotas e linhas de integração.

Os beneficiários iniciais foram os do transporte coletivo metropolitano da Região Metropolitana de Porto Alegre e Aglomerações Urbanas do Nordeste e de Pelotas com a implantação da Política Tarifária dos Serviços de Transportes Metropolitano e das Linhas de Integração do SETM, conforme art. 68, inciso VII, do Decreto Estadual n.º 39.185, de 28 de dezembro de 1998, Houve ainda, a implantação do Serviço de Apoio e Atendimento à Comunidade para receber as reclamações e sugestões.

**Saneamento Municipal** - Galpões de Reciclagem de Lixo – estão em fase de licitação junto à CELIC os seguintes galpões: ALVORADA (construção de 01 galpão

de reciclagem de lixo com área de 570,52 m<sup>2</sup>); CACHOEIRINHA (construção de 01 galpão de reciclagem de lixo com área de 570,52m<sup>2</sup>); GRAVATAÍ (construção de 01 galpão de reciclagem de lixo com área de 570,52m<sup>2</sup>); PORTO ALEGRE (construção de local para reaproveitamento de plásticos com área de 1.830,07m<sup>2</sup>); TRIUNFO (construção de 01 galpão de reciclagem de lixo com área de 476,08m<sup>2</sup>) e VIAMÃO (construção de 02 galpões de reciclagem de lixo com área de 520,00m<sup>2</sup> e 444,55m<sup>2</sup>). Trabalharão em cada Galpão em torno de 40 catadores.

## **1.2- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SARH**

Na Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, foram desenvolvidas ações no intuito de solucionar diversos dos problemas encontrados na Pasta, como os que envolviam, essencialmente, a desmotivação dos servidores, a política de atenção à saúde do servidor público, a readequação dos sistemas de informática, o gerenciamento da frota de veículos, os imóveis foreiros do Estado e a situação das locações de imóveis efetuadas pelo Estado.

**Qualificação do Processo de Gerenciamento da Frota de Veículos** - Foi proposta a adequação da cota, próxima à real necessidade de consumo dos órgãos, tendo sido obtida redução média de 36,5% no cotamento de combustíveis, comparando-se o quarto trimestre de 1998 com o primeiro trimestre de 1999, e redução de custos com aquisição de combustíveis. Essa ação objetiva, ainda, estabelecer, coordenar e fiscalizar as normas da política oficial de transportes da Administração Estadual, bem como propor medidas de racionalização do uso e manutenção da frota de veículos oficiais.

**Arquivo Público** – Objetivando o fortalecimento de uma política de gestão documental, foi promovida a ampliação das instalações do Arquivo Público, através da retomada e ocupação do prédio ocupado pela Junta Comercial até junho de 1999. Com essa ocupação, amplas instalações foram conquistadas, possibilitando melhores acomodações para a comunidade atendida e para os servidores, maiores e melhores condições físicas para o atendimento ao público e para os pesquisadores. Por sua vez, os servidores ganharam salas de trabalho, deixando de trabalhar em meio ao acervo, onde as condições eram um tanto insalubres.

**Ampliação do Processo de Informatização** – Através da implantação do *site* da SARH na *Internet*, obtiveram-se melhorias no acesso do cidadão e servidores às informações sobre processos, aposentadorias, concursos, licitações, conferindo maior agilidade, transparência no fornecimento de dados e atendimento à cidadania.

**Planejamento Organizacional** – Na área de qualificação de processos e de estruturas organizacionais e funcionais da Administração Pública Estadual, foram desenvolvidas ações voltadas para o planejamento, normatização, orientação e avaliação de ações relativas à organização funcional e estrutural dos órgãos e sistemas da administração pública estadual. O desenvolvimento dessas ações, no ano de 1999, propiciou a adequação da estrutura e do corpo organizacional às necessidades do Estado e às prioridades do plano de ação do Governo.

**Imóveis Foreiros do Estado** – No que concerne à qualificação das informações referentes aos imóveis foreiros do Estado, no ano de 1999, houve a

preocupação com o desenvolvimento de um sistema que favorecesse o recadastramento dos 322 imóveis foreiros e a atualização monetária dos valores do foro anual, assim como a notificação e distribuição de guias de arrecadação.

O conhecimento, por parte do Estado, da real situação dos imóveis foreiros trouxe, como resultado, o incremento nas receitas dos pagamentos dos foros anuais e o efetivo controle destes imóveis.

**Imóveis Locados** – A SARH promoveu a reestruturação da sistemática de administração dos imóveis locados pelo Estado. Para tanto, efetivou o controle de todos os processos de locação, atualizando cadastros e acompanhando o mercado de locações

Essa reestruturação, necessária, pois há muito era ignorada a situação dos imóveis locados pelo Estado, efetivamente ocasionou, de imediato, redução de despesas de locações na média de 20% em relação a janeiro de 1999.

**Procedimentos Licitatórios** – A busca da qualificação dos procedimentos de licitação, impulsionada desde o início dessa gestão administrativa, com vistas a aumentar a eficiência, racionalidade, economia e demais princípios administrativos (legalidade, publicidade, moralidade.) resultou na ampliação do número de fornecedores; racionalização das compras; maior economia; implementação dos princípios norteadores da gestão pública e a obtenção de padrões de qualidade.

**Gerenciamento de Recursos Humanos** – Promovida a qualificação dos procedimentos/processos de gerenciamento de recursos humanos (RH) mediante a criação e a implantação de programa para controle da movimentação dos cargos em comissão e funções gratificadas, acompanhado da instituição de critérios objetivos de respeito à ordem cronológica de entrada dos processos na SARH, sem interferência política para análise e solução dos mesmos. O atingimento desta qualificação acarretou a racionalização e agilização dos processos administrativos.

**Criação do Colegiado dos Setoriais** – Com o objetivo de uniformizar procedimentos, troca de informações e propostas para a administração dos recursos humanos do Estado, foi instituído o colegiado dos setoriais, ou seja, dos órgãos responsáveis por recursos humanos nas várias secretarias.

Essas duas ações: gerenciamento de recursos humanos e criação do colegiado dos setoriais, também estão voltadas para o estabelecimento da política de apoio ao servidor da administração direta e indireta, definição de normas de recrutamento e provimento de pessoal civil, registro e divulgação das modificações funcionais dos servidores da administração centralizada, elaboração de estudos e programas relativos à classificação de cargos e funções, assim como apreciação da concessão de vantagens e acompanhamento de programas relativos à avaliação e aperfeiçoamento de pessoal. Cabe salientar que a instituição desse colegiado propiciou maior integração, maior transparência de procedimentos e encaminhamentos, e agilização dos processos, beneficiando todos os servidores e serviços do Estado.

**Atenção à Saúde do Servidor Público** – A preocupação com a saúde do servidor público direcionou a atual gestão a elaborar e implantar um programa voltado para esse fim. O Programa de Atenção à Saúde do Servidor Público terá um enfoque

educativo e uma metodologia de ação participativa, visando à melhoria das condições ambientais, rotinas e relações de trabalho, tendo por fim reduzir os fatores de sofrimento e agravo à saúde e qualificar a gestão dos recursos humanos.

Na criação de condições para a implantação do Programa, foram desenvolvidas três ações: (1) unificação das estruturas do Departamento de Perícia Médica, órgão que realiza os exames de saúde dos servidores para ingresso, licenças de saúde, aposentadoria, com a Seção de Infortunistica e Medicina Ocupacional e Readaptação (SIMOR), órgão que realiza as avaliações dos ambientes de trabalho para concessão de adicionais de insalubridade, dando origem ao Departamento de Perícia Médica e Saúde do Servidor; (2) transferência do Departamento de Perícia Médica para as novas instalações, no CAFF, objetivando qualificar as avaliações de saúde (exames médicos) e dos ambientes de trabalho (avaliações técnicas).

A instituição desse Programa motivou alterações substanciais no Departamento de Perícia Médica (agora Departamento de Perícia Médica e Saúde do Servidor) permitindo que o mesmo possa analisar, mais globalmente, a saúde e os ambientes de trabalho. Possibilitou, igualmente, o estabelecimento do nexo causal entre a situação de saúde do servidor e os fatores de adoecimento encontrados nos ambientes de trabalho, favorecendo a geração de intervenções resolutivas.

#### **1.2.1- Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS**

O Instituto de Previdência do Estado, no ano de 1999, operacionalizou diversas ações no sentido de facilitar o atendimento aos segurados, assim como buscar a viabilização financeira da instituição.

Primeiramente, visando incentivar o funcionalismo municipal, estadual e setores da comunidade a integrar a discussão sobre as perspectivas, dificuldades e desafios que se apresentam ao sistema previdenciário gaúcho, o IPERGS promoveu os I e II Fóruns de Previdência Pública. A discussão, de forma transparente, possibilitou aos servidores públicos e suas entidades representativas acumularem conhecimentos sobre a nova legislação previdenciária, a atual situação do IPERGS e as perspectivas de ações necessárias para viabilizar a nova previdência estadual.

Na área da previdência, o Instituto intensificou o controle sobre o pagamento das pensões, vinculando este pagamento à necessidade de atualização da CIS - Carteira de Identidade Social. O bloqueio automático do pagamento das pensões atingiu aqueles pensionistas que se encontravam com a Carteira de Identificação Social vencida há mais de dois anos. Além disso, avançou na implantação de nova sistemática de estrutura de provas para habilitação de dependentes, assim como instituiu a área de Serviço Social, pretendendo estreitar as relações entre o Instituto e os seus segurados. Do mesmo modo, no ano que passou, foi enviado pelo Governo do Estado projeto de lei à Assembléia Legislativa com o objetivo de extinguir o pagamento de pensões às filhas solteiras de servidores públicos estaduais, obedecidos certos critérios.

Ainda na área de previdência, o problema que mais aflige o IPERGS consiste no pagamento da integralidade das pensões, oriundo de decisões judiciais. Mensalmente, a instituição vem dispendendo mais R\$ 4,5 milhões para esse fim.

**Assistência Médica ao Servidor Público** – Objetivando uma melhor qualificação no atendimento da assistência médica ao servidor público, beneficiários e prefeituras conveniadas, o Instituto firmou Termo Aditivo com os hospitais conveniados, incluindo a anestesia e a analgesia obstétrica junto aos seus planos de assistência, abrangendo todos os 960 mil beneficiários da Autarquia.

**Central de Atendimento ao Segurado** – A unidade facilitadora do atendimento ao segurado passou a atender doze horas diárias, implementando uma nova sistemática de administrar. Atualmente, a Central de Atendimento do Instituto atende 1.000 beneficiários diariamente, envolvendo atividades voltadas às áreas de previdência, médica, administrativa e financeira. A função básica da Central consiste em facilitar ao segurado a satisfação de sua necessidade, sem deslocamentos desnecessários e sem perda de tempo e, ao mesmo tempo, dispor de um período maior de atendimento.

### **1.2.2- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH**

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, no início da nova gestão, apresentava uma série de distorções de cunho administrativo-financeiro, tais como problemas estruturais, físicos e irregularidades nos registros contábeis. Questões essas que contribuíram para a desorientação técnico-política das áreas fins, com muitas atividades completamente descaracterizadas da visão de desenvolvimento de recursos humanos.

**Ensino Superior** – A FDRH, buscando retomar o desenvolvimento para os recursos humanos do Estado, promoveu cursos voltados para o ensino superior, destinados a servidores públicos, como, por exemplo, curso de desenvolvimento gerencial, curso de especialização em recursos humanos e consultorias de recursos humanos.

**Ensino Supletivo** – No intuito de prestar apoio técnico à administração pública direta e indireta, foram realizados concursos públicos, administração de estagiários, assessoramentos e consultorias.

**Desenvolvimento de RH no Setor Público** – O desenvolvimento de recursos humanos para o setor público abrangeu, igualmente, no exercício de 1999, a efetivação do Fórum de Desenvolvimento do Setor Público; cursos de capacitação em parceria com a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), cursos de treinamento e capacitação vinculados ao Programa PRÓ-GUAÍBA, cursos de treinamento e capacitação vinculados ao Programa Pró-Rural 2000.

### **1.2.3- Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS**

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, durante a gestão 95/98, estava sendo encaminhada para o processo de abertura de capital (privatização parcial), tendo sido nela introduzidos os preceitos da iniciativa privada. Esse quadro encontrado reflete, claramente, as dificuldades que a Empresa passou neste primeiro ano para implantar sua política de Governo. Contudo, inúmeras ações foram executadas. São elas:



**Auto-Atendimento da Secretaria da Fazenda** – Através da implantação de um Sistema de Auto-Atendimento da Secretaria da Fazenda, os contribuintes conseguem através da Internet realizar alguns serviços da área fazendária, ficando acessível a todos os cidadãos gaúchos.

**Site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na Internet** – O cidadão, após o desenvolvimento do *Site* do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na *Internet*, passará a ter acesso a todos os órgãos do Governo e aos serviços prestados. O desenvolvimento do *site* ainda não está concluído.

**Ciência e Tecnologia** – Na área de ciência e tecnologia, está sendo implementado em conjunto com a SCT, SEDAI e as entidades representativas do setor (Softsul, Assespro e Seprors) a Fábrica Gaúcha de *software*. Esse projeto, em fase de desenvolvimento, objetiva atingir todos os empreendedores do setor de informática do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **1.2.4- Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG**

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG realizou, em 1999, investimentos na área industrial/comercial a fim de cumprir com os objetivos estabelecidos pela nova gestão administrativa. Dentre eles, podemos destacar a contratação de empresa, através de licitação pública, para executar serviços de recuperação de créditos tributários pagos a maior ou indevidamente.

Na área de pré-impressão, foram investidos cerca de R\$ 90 mil em novas tecnologias. A implantação de nova rede de dados e a aquisição de novos *softwares* e computadores de última geração proporcionaram aprimoramento dos níveis de qualidade, rapidez e segurança de transmissão das informações, diminuindo os custos da produção.

No Programa de Modernização do Parque Gráfico, foram investidos em torno de R\$ 536 mil na aquisição de uma máquina impressora *off-set* plana bicolor, marca Hildelberg, modelo SM-74, com impressão frente e verso, e promovida uma reforma geral em uma impressora *off-set* marca Roland. Além disso, foram agregadas novas tecnologias a fim de proporcionar melhor qualidade de impressão e redução dos custos do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo, foram realizados investimentos nos recursos humanos da Empresa com a Convenção Coletiva de Trabalho, protocolada na DRT em 21 de maio de 1999, e ajustada com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Porto Alegre e o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, no tocante a investimentos em recursos humanos, foi ajustada a efetivação de eleição de delegado sindical para a CORAG, direito ao trabalho durante um ano, jornada de trabalho de 40 horas semanais, vale-alimentação, dentre outros, e assinado um contrato com a Comunidade Terapêutica Fazenda Renascer de Novo Hamburgo para atendimento do Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas no Trabalho e na Família.

Esse primeiro ano também priorizou a implantação de ações destinadas a obter redução de custos nas questões de cunho administrativo, dentre elas: redução das horas-extra com encargos sociais, obtida uma economia de R\$ 1 milhão; e, redução de funções gratificadas, economia de R\$ 114,8 mil com encargos sociais.

A CORAG cumprindo com sua missão de empresa pública e atendendo sua função social, assinou convênio com STCAS, FEBEM e SENAI para execução de programa de qualificação profissional dirigida a jovens em situação de risco social, preferencialmente os vinculados à FEBEM, com vistas à sua inserção no Programa Primeiro Emprego. Esse trabalho tem a finalidade de estabelecer parcerias e desenvolver cursos de qualificação profissional dirigidos a jovens em situação de risco social, tendo sido beneficiados, no exercício de 1999, 56 jovens da FEBEM nos cursos de *Off-set*, Editoração Eletrônica, Marcenaria e Serigrafia. Os jovens recebem ajuda de custo de meio salário mínimo, vale-transporte, vale-refeição, lanche, uniformes e equipamentos de proteção individual e assistem palestras de cidadania e direitos humanos.

### **1.3- SECRETARIA DA FAZENDA - SEFA**

No ano de 1999, a Secretaria da Fazenda pautou sua atuação na implementação de ações tendentes à recuperação das finanças do Estado, tanto do lado da despesa, através da adoção de medidas de racionalização, quanto do lado da receita, via incremento das ações de aumento das receitas estaduais. Implementou, também, ações visando aprimorar o relacionamento com os contribuintes, e participou das ações do Governo do Estado na defesa da construção de um pacto federativo justo.

Quanto à racionalização de despesas, podem ser destacadas as seguintes ações:

- Implantação dos novos sistemas de gerenciamento: dívida pública, verificação de óbitos de servidores públicos estaduais aposentados e contratos dos serviços;
- Renegociação da dívida, com redução já obtida na base de cálculo das parcelas mensais, busca da compensação das perdas provocadas pela Lei Kandir e pelo FEF e a cobrança dos créditos do RS junto à União;
- Execução de cruzamentos de informações de outras fontes pagadoras, a fim de verificar situações de acúmulos irregulares de cargos públicos;
- Implantação do Cadastro Geral de Contratos Administrativos (módulo de obras, locações e prestações de serviços).

Já no que diz respeito ao incremento de receitas, merecem citação:

- A instituição de controles para a apuração e o recolhimento do ICMS, bem como das informações declaradas relativas ao imposto, tais como a guia de informação dos contribuintes substitutos tributários localizados em outros estados e controle dos pagamentos relativos ao comércio exterior;
- O programa de monitoramento setorial dos maiores contribuintes;
- A revisão de benefícios fiscais através da alteração das alíquotas de mercadorias que estavam destoando no que tange à seletividade da incidência que caracteriza este tributo, como é o exemplo da cerveja e da TV por assinatura;
- O programa de fiscalização e controle das renúncias fiscais condicionadas, especialmente aquelas vinculadas ao FUNDOPEM;
- O programa de acompanhamento ao contribuinte, ampliando os controles

do fisco através do cruzamento das informações das GIAS;

- Programa de fiscalização setorial, implementando metodologia de fiscalização dos segmentos mais representativos da economia gaúcha e da arrecadação do ICMS, com a utilização mais intensa de recursos de informática;
- A realização de operações especiais de fiscalização no trânsito de mercadorias, tais como operação litoral e operação safra;
- A instituição de sistema de pagamento do imposto na entrada do Estado (postos fiscais) para mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, quando não comercializadas nessa sistemática, e com tratamento tributário privilegiado em outros estados, com vistas à proteção da economia gaúcha.

A SEFA, valorizando o relacionamento com o contribuinte, adotou medidas que buscam agilizar e facilitar essa relação:

- Disponibilização aos municípios através da *Internet* de estimativas das principais transferências constitucionais e legais (ICMS, IPVA, FPM, IPI/EXP, FUNDEF, Salário Educação e Lei Kandir);
- Disponibilização aos cidadãos, via *Internet*, da série: "Finanças do Estado", publicação anual que reproduz o desempenho das finanças públicas estaduais do ano anterior e o "Boletim Informativo de Pessoal" que contém informações sobre despesas com servidores da administração direta e indireta;
- Implantação do Programa de Informação sobre as Finanças do Estado: o *Finanças on Line*, que disponibiliza, através da *Internet*, informações sobre quanto o Estado arrecada e como investe os recursos, assim como todos os dados que fazem parte da contabilidade do Estado;
- Implementação do Auto-Atendimento Eletrônico, disponibilizando atendimento aos contribuintes e ao público em geral via *internet*, com vistas a agilizar e facilitar os relacionamentos com a sociedade.

Finalmente, a SEFA foi portadora das posições do Governo do Estado no que diz respeito à defesa de um modelo federativo justo, destacando-se a defesa de uma reforma tributária que contemple o modelo federativo, corrija os desequilíbrios entre as três esferas de Governo e devolva a autonomia a estados e municípios; assim com o combate à guerra fiscal, tanto no âmbito do CONFAZ quanto no judiciário, evitando redução da atividade econômica no Rio Grande do Sul, com sua conseqüente perda de receita tributária.

### **1.3.1- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL**

A partir de abril/1999, quando se deu a posse à atual diretoria do Banrisul, priorizaram-se as ações voltadas à recuperação e cobrança de créditos inadimplentes, manutenção de política conservadora de provisionamento contábil e definição de projetos capazes de preparar a instituição para operar com maior agilidade, eficiência e segurança.

**Alterações Estruturais** – Em 1999, o Banco efetuou uma série de alterações estruturais e de procedimentos, visando ao aperfeiçoamento operacional da instituição, de modo a oferecer melhores serviços aos clientes, destaca-se as diversas modalidades de auto-atendimento cuja utilização foi intensificada ao longo de 1999, como por exemplo a Agência Virtual que permite a utilização de serviços via Internet e o BanriCompras que permite transferência eletrônica de recursos para pagamentos

com o cartão do BANRISUL.

O envolvimento do quadro no planejamento do futuro da Instituição constitui-se em traço relevante do processo de reestruturação. Em 27/11/99, cerca de 3.500 empregados assistiram ao seminário “BANRISUL Desafios e Mudanças”, oportunizado com a finalidade de apreciação das tendências que se colocam à Instituição. No mês de dezembro, 120 empregados, dos quais 65 eleitos como representantes do quadro funcional, reuniram-se para o estabelecimento das estratégias e metas para 2000. A disseminação da informação, transparência e confiança nos empregados tendem a ampliar o seu grau de comprometimento na busca dos resultados desejados.

**Oferta de Produtos Financeiros** - A política mercadológica priorizou a disponibilização de produtos financeiros compatíveis com as mudanças na legislação. No segmento de fundos de investimento, o Banrisul lançou três novos produtos - FIF Banrisul Super, FIF Banrisul Vip I e o FIF Banrisul Master DI, que privilegiam a liquidez e segmentam-se em função do volume de aplicação. Os depósitos a prazo, pré e pós-fixados, passaram a ter liquidez e rentabilidade diárias nas modalidades CDB Pré, CDB Selic e CDB DI, enquanto os produtos CDB TR e CDB TBF são oferecidos com prazos mínimos de um a dois meses respectivamente. Complementando os novos produtos, o Open Market Banrisul foi desenvolvido como uma alternativa de aplicação a grandes investidores, especialmente os institucionais.

**Linhas de Crédito** – Com relação à concessão de empréstimos, reorientado para as funções de banco público, o Banrisul operacionalizou importantes linhas de financiamento. O Programa de Recuperação do Setor Coureiro-calçadista, com recursos do BNDES e FINAME, lançado em 07/07/99, destinado a financiar capital de giro e investimentos às micro e pequenas empresas e cooperativas do segmento, alcançou cerca de 64 operações, totalizando aproximadamente R\$ 3,7 milhões entre operações de curto e longo prazos até outubro deste ano. Já o Programa de Saneamento Financeiro dos Hospitais, implementado em 01/09/99, visa à recuperação financeira de hospitais públicos e privados conveniados ao SUS, tendo sido contratadas 65 operações, somando R\$ 13 milhões.

Como agente financeiro do BNDES em outros programas sociais, o Banrisul apoiou diversos segmentos, tais como avicultura, citricultura, fumageiro, laticínios, vitivinicultura, eletrificação rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. De magnitude considerável, o PRONAF – Investimento Especial, que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e às que lhes são análogas, mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, beneficiou 7.727 famílias totalizando R\$ 15,3 milhões.

A participação do Banrisul na Expointer de 1999 também merece destaque. Foram oferecidas linhas de financiamento ao setor primário nas modalidades bovino de leite e de corte, suínos, ovinos e para a aquisição de pequenos equipamentos agrícolas, além de serem firmados 28 convênios com empresas fabricantes de máquinas e equipamentos, ocasião em que foram efetivadas 337 operações, perfazendo um montante financiado de R\$ 576 mil.

Em 30 de setembro de 1999, a Carteira de Desenvolvimento e Investimento – DESIN – apresentou um saldo de R\$ 661,9 milhões (repasses BNDES) aplicados na indústria, comércio e serviços, enquanto o setor primário, por sua vez, absorveu

recursos da ordem de R\$ 229,3 milhões.

No setor habitacional, o Banrisul realizou 8 operações com construtoras, que resultaram em 268 unidades habitacionais financiadas ao valor total de R\$ 12 milhões entre abril e outubro de 1999. Em relação às operações realizadas diretamente com clientes, o Banco financiou cerca de 510 unidades habitacionais que somaram R\$ 18 milhões, redundando, portanto, em 778 unidades ao valor global de R\$ 30 milhões no mesmo período. Assim, a Carteira Imobiliária do Banrisul atingiu um saldo de R\$ 304 milhões em 30/09/99, incluindo financiamentos de infra-estrutura.

Também foram disponibilizadas 2 novas linhas de crédito comercial: o CPB 13º Salário, destinado a clientes que recebem folha de pagamento pelo Banco, constitui-se numa alternativa de crédito às pessoas físicas, cuja liberação a partir de 01/09/99 já totalizou 359 operações até outubro de 1999, e o CPB Aposentados, que visa ao adiantamento de benefícios a clientes que recebem proventos através do Banrisul, com prazo, taxas e tarifas diferenciados, o qual registrou 80 operações em setembro, quando foi instituído.



## **2- ÁREA ECONÔMICA**

### **2.1- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA**

No ano de 1999, a SAA dedicou-se, fundamentalmente, a adequar a estrutura para implementar as novas políticas para o setor agrícola no Rio Grande do Sul, considerando ainda o quadro de dificuldades ditado pela crise econômica vivenciada no País. Neste sentido, as ações desenvolvidas em 1999 são o testemunho da “inversão de prioridades” que marca um governo democrático e popular. Houve avanços consideráveis no tocante ao tratamento dispensado à agricultura familiar, pelo incremento, principalmente, da assistência técnica. Mudou o posicionamento do Governo do Estado sobre as questões fundiárias, estabelecendo-se um efetivo compromisso com a implantação da reforma agrária. Por fim, receberam a devida importância as questões ligadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Democracia e inversão de prioridades. Esses são os dois principais aspectos da atuação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas (EMATER, CEASA, CESA, IRGA, FEPAGRO que ainda está ligada formalmente à Secretaria da Ciência e Tecnologia) durante o ano de 1999.

Compartilhando as decisões sobre os novos programas e a qualificação dos já existentes, teve início o processo de construção coletiva de um novo projeto de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul. O resultado é que, já em 1999, foram implementados programas voltados ao meio rural gaúcho, com prioridade para o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

O processo de participação dos agricultores e da sociedade civil como um todo na construção e implementação de ações da SAA deu-se das mais diversas formas. Nos novos programas, como o Seguro Agrícola e a Reforma Agrária, foram constituídos conselhos, compostos pelo Governo e representações dos agricultores. Já nos programas existentes, como é o caso do Pró-Rural, foi ampliada a participação das entidades e movimentos no Conselho do Programa.

A EXPOINTER 99, foi marcada por mudanças significativas que afirmaram o Parque Assis Brasil como um espaço público e democrático, consolidando a política de valorização do setor primário. Da mesma forma, a EXPOINTER 99, obedecendo as diretrizes do Governo do Estado de inversão de prioridades e democratização de suas ações contou com a participação inédita dos agricultores familiares e dos produtos dos assentamentos de reforma agrária numa ação conjunta de seus representantes (Federação dos Trabalhadores Agrícolas - FETAG, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS). Por outro lado o preço médio do ingresso caiu de R\$ 5,85 para R\$ 2,97, a arrecadação total aumentou em mais de 250%, tendo atingido o montante de R\$ 1,8 milhão.

Porém, de todas as ações desenvolvidas buscando a democratização das relações com os atores sociais do campo, a mais expressiva deu-se na discussão do Orçamento do Estado, na qual mais de 190 mil pessoas definiram como prioridade para o ano 2000 a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, tanto nas assembleias públicas municipais e regionais, quanto na Plenária Temática " Desenvolvimento do RS ".

A democratização das decisões e a inversão de prioridades materializaram-se ao longo do ano nas mais diversas ações da Secretaria, como é o caso do Programa Reforma Agrária, que promoveu o assentamento de 777 famílias com recursos do orçamento de 1999. Também o Programa de Agroindústria Familiar e as ações de crédito desenvolvidas conjuntamente pela SAA e Bannisul voltadas ao crédito rural, com destaque à aplicação de recursos próprios do banco no custeio agrícola com taxas mais baixas para a agricultura familiar, e a operação do "Pronafinho Investimento" que, com R\$ 17,9 milhões, atendeu mais de 9 mil famílias de agricultores, muitos das quais nunca tiveram acesso a crédito anteriormente.

Além disso, a recuperação da CESA como instrumento público de armazenagem, a ampliação da atuação do IRGA, voltando-se também para os pequenos produtores de arroz e o processo de humanização e qualificação da CEASA são iniciativas que visam colocar equipamentos públicos a serviço do conjunto dos beneficiários, revertendo uma lógica de sucateamento e abandono destes importantes instrumentos para o desenvolvimento do setor primário. Mudou o enfoque da assistência técnica e extensão rural, priorizando a agricultura familiar e a reforma agrária, fomentando a adoção de práticas agroecológicas, propiciando assim as condições para que chegue ao campo, de forma qualificada, a inversão de prioridades propugnada pelo Governo.

Contudo, a completa desestruturação da Secretaria, a falta de coerência dos inúmeros programas do Governo anterior que, na maioria, não passaram da fase embrionária, a falta de controle do funcionamento da máquina (sobretudo de pessoal e patrimônio) e a quase completa inexistência de memória e registro dos programas e ações da Secretaria interferiram sobremaneira no desempenho e na implantação do Plano de Governo para o Desenvolvimento Rural do Estado.

A opção clara de priorizar a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária trouxe a necessidade da constituição de novos instrumentos, que não existiam no Governo anterior, e uma nova postura de interlocução com a sociedade. O processo de construção e formatação dos vários programas da Secretaria concentrou grande parte dos esforços durante o ano de 1999, em função do novo Plano de Desenvolvimento Rural do Governo atual, totalmente distinto da administração passada.

Porém, muitas modificações já ocorreram e estão ocorrendo no meio rural do RS, as quais se materializam nas três linhas de atuação que permeiam e conduzem o Plano de Desenvolvimento Rural do Estado, dentro das quais podem ser visualizadas as grandes ações ao longo do ano, quais sejam:

**Reforma Agrária** – No ano de 1999, o Governo iniciou o processo de democratização do acesso à terra e aos serviços sociais básicos pelas comunidades rurais pobres, através de um conjunto de medidas compatíveis com os compromissos deste Governo, entre as quais podem ser destacadas:

- Fortalecimento institucional, através da criação e estruturação de departamento responsável pelas ações de Reforma Agrária;
- Construção da política de assentamento com discussão conjunta entre os movimentos sociais e os diversos órgãos do Governo envolvidos com a questão, resultando no Plano de Reforma Agrária para o Estado;
- Tratamento diferenciado nas ocupações de terra que aconteceram ao



longo de 1999, as quais deixaram de ser tratadas como caso de polícia;

➤ Democratização da política de Reforma Agrária através da criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária e renovação do Conselho do FUNTERRA que se reúne periodicamente para deliberar sobre aquisição de terras;

➤ Desenvolvimento de uma política de Reforma Agrária integrada com o Governo Federal, através de convênio com o Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA;

➤ Diagnóstico de todas as áreas indígenas existentes no RS, num total de 4.000 famílias de Kaingangues e Guaranis, e início da elaboração de um conjunto de projetos de desenvolvimento e auto-sustentação agrícola com as comunidades indígenas. Além disso, as comunidades indígenas participaram pela primeira vez do Programa Troca-Troca de Sementes de Milho, recebendo 90 toneladas de semente de milho e feijão e 3.250 feixes de rama de mandioca para a produção de alimentos;

➤ Repasse, através do Programa Troca-Troca de Sementes, de 17 toneladas de semente de milho variedade para diversas cooperativas regionais de assentados. Além disso, foi criado o Programa Troca-Troca de Sementes de Arroz, com juro subsidiado em conjunto com o IRGA e o BANRISUL, que beneficiou 650 famílias de assentados e ainda foram distribuídos 700.000 mudas de árvores nativas, exóticas e frutíferas para todos os assentamentos do Estado.

➤ Distribuição de cestas básicas em conjunto com o INCRA para 4.500 famílias nos acampamentos e assentamentos novos para garantia de alimentação das famílias;

➤ Elaboração de projetos de desenvolvimento para grupos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, juventude rural e cooperativas de pequenos agricultores;

➤ Apoio técnico no acesso ao crédito para 25.000 famílias de pequenos agricultores e 4.500 famílias assentadas;

➤ Identificação de áreas públicas e privadas para aquisição pelo Governo do Estado para fins de reforma agrária, sendo que 03 áreas foram aprovadas pelo Conselho para assentar 67 famílias em mais de 2.000 hectares;

➤ Realização de censo dos assentamentos do Estado e início das obras de infra-estrutura e regularização da documentação de áreas de 1.885 famílias;

➤ Realização de vistorias em mais de 100 áreas para assentamentos, das quais foram aprovadas 30, que foram adquiridas para assentamento de 800 famílias de sem-terra e reassentamento de 200 famílias de agricultores das áreas indígenas e atingidos pela Barragem de Dona Francisca, num total de 25.000 hectares;

➤ Ações de assistência técnica e extensão rural, através da EMATER, em 80 assentamentos do Estado, beneficiando 2.500 famílias.

**Geração de Renda** – Foram implementadas ações de fomento à geração e aumento da renda, através de política integrada de crédito rural, do incentivo à produção e comercialização, do estímulo à cooperação agrícola, visando ao fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido, salientam-se as seguintes ações:

➤ Criação e estruturação do Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização, dedicado, prioritariamente, ao apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar através de pequenas agroindústrias;

➤ Regulamentação e normatização da nova lei de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Lei esta que redefine a competência do Estado e dos municípios na fiscalização destes produtos e adequa as exigências legais à realidade dos produtores,

umentando a produção e a qualidade dos produtos;

➤ Criação e implantação do Programa de Agroindústria Familiar que atende os agricultores familiares que pretendem processar produtos agropecuários. Para isso, o Programa financia equipamentos e infra-estrutura, atua na organização de grupos e na assessoria à formulação e gerenciamento de projetos, sendo que em 1999 já foram organizados 200 grupos de produtores e elaborados 30 projetos de agroindústrias;

➤ Viabilização do sistema COORLAC, através da articulação entre as cooperativas singulares (de produtores e trabalhadores da indústria) e a Central e através da agilização do processo de repasse dos bens da extinta CORLAC (Companhia Estatal), para nova central de cooperativas, a finalização do processo de liquidação da estatal e o fortalecimento do sistema cooperativista;

➤ Implantação do Programa de Desenvolvimento da Atividade Leiteira, através dos recursos da consulta popular de 1998;

➤ Democratização e potencialização do uso do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, através da participação dos pequenos agricultores representados pela FETAG, CUT, MPA e COCEARGS na Expointer 99, e da ampliação das suas atividades;

➤ Renegociação das dívidas dos produtores rurais em relação aos condomínios rurais, ao Programa Troca-Troca de Sementes e ao Fundo Estadual de Emergência da Agricultura Familiar (conhecido como "cheque-seca");

➤ Fornecimento de sementes de milho aos agricultores familiares, através do Programa Troca-Troca e da viabilização de semente de milho variedade.

**Desenvolvimento Rural Sustentável** – Durante o ano de 1999, teve especial tratamento, por parte da SAA, o desenvolvimento da agricultura baseada na produção de alimentos e matérias-primas sustentada na utilização dos recursos naturais renováveis, localmente disponíveis, que utilize tecnologias ambiental e culturalmente apropriadas, de modo a garantir o acesso de alimentos de qualidade e em quantidade à toda população do Estado. Merecem destaque as ações a seguir:

➤ Diversificação e desenvolvimento da produção animal através da transferência de tecnologia zootécnica e distribuição de sêmen bovino aos produtores rurais do Estado;

➤ Articulação com entidades representativas de produtores rurais e indústrias envolvidas na produção de carne e leite para criação de um fundo e/ou linha de crédito para indenização/reposição de animais afetados por doenças que a legislação preconiza o abate;

➤ Elaboração do Regulamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal, através da articulação da Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal com outros setores envolvidos com a questão;

➤ Elaboração de plano de trabalho e formação técnica dos funcionários do Departamento de Produção Animal;

➤ Execução de ações de diagnósticos de enfermidades sob controle do Estado nos animais transacionados nos Programas Pró-Rural e Pronaf;

➤ Ações de defesa sanitária animal, através de vacinações, testes diagnósticos, vigilância de enfermidades nas propriedades rurais, orientação técnica de produtores, emissão de documentos para trânsito animal e inspeção de produtos de origem animal;

➤ Implementação e estabelecimento de uma zona livre de transgênicos no RS, em função das implicações que os transgênicos representam à soberania nacional, à dependência da agricultura familiar, à saúde e ao meio ambiente, além dos prejuízos econômicos e comerciais para o Estado, promovendo desta forma, o aumento auto-

sustentado da produtividade agrícola e a defesa dos interesses dos consumidores e dos produtores, garantindo a melhoria da produção e o desenvolvimento rural sustentável do Estado. Isto se efetivou através de ações de conscientização, campanhas de esclarecimento, palestras, eventos, recepção de comitivas e viagens ao exterior e, finalmente, com ações de inspeção e fiscalização de experimentos, testes, ensaios e/ou cultivos ilegais de transgênicos;

- Desenvolvimento, aprovação e início da implementação de uma política vitivinícola para o Estado, garantindo a qualidade e a genuinidade do vinho gaúcho, da uva e derivados da uva e do vinho, a qualidade de vida e aumento de renda de todos os envolvidos na cadeia vitivinícola;

- Elaboração do Programa de Desenvolvimento da Produção Florestal do RS;

- Reestruturação do Departamento de Produção Vegetal, visando à criação da Divisão de Fomento;

- Desenvolvimento e implantação do Programa Manejo Ecológico do Solo, que incentiva a adoção de práticas conservacionistas de solo, visando à adoção progressiva de sistemas ecológicos integrados;

- Viabilização do acesso à energia elétrica, com subsídio na taxa de juros para os agricultores familiares, através do Programa Pró-Luz II;

- Elaboração de diagnóstico técnico e econômico do Departamento de Comandos Mecanizados (DCM) e levantamento do estado de conservação de todos os equipamentos. Recolhimento de diversas máquinas que estão sendo recuperadas, visando ao atendimento às pequenas propriedades rurais e os assentamentos agrários, com obras de infra-estrutura básica;

- Implementação de campanha contra estiagem, através da perfuração de poços tubulares profundos, a fim de dotar as propriedades rurais de água potável para consumo humano e animal, e construção de açudes para formar reservas hídricas para dessedentação animal, irrigação e piscicultura;

- Formulação e implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, com a articulação entre os parceiros governamentais e com organizações da sociedade civil e a organização e co-promoção de conferências regionais e estadual de segurança alimentar;

**Programa Pró-Rural** – A SAA adotou uma nova postura com relação ao Programa Pró-Rural, democratizando-o através de sua abertura à sociedade civil, alterando a constituição do Conselho Municipal do Pró-Rural. Destacam-se, ainda, as seguintes ações referentes ao Programa:

- Avaliação do Programa Pró-Rural através de realização de 08 seminários regionais, contando com a presença de técnicos da EMATER, representantes das prefeituras, representantes do público beneficiário e ainda através do Seminário Estadual de Avaliação, com a participação de mais de 1.000 pessoas;

- Tratamento diferenciado para o "público especial" do Programa Pró-Rural, constituído pelos agricultores assentados, pescadores artesanais e comunidades indígenas, que anteriormente não participavam do Programa;

- Implantação do Sistema de Informação e Monitoramento do Programa Pró-Rural, que visa estabelecer controles administrativos e financeiros que não existiam até então;

- Aumento do limite de financiamento dos beneficiários do Programa Pró-Rural que passou de R\$ 4 mil para R\$ 6 mil e de R\$ 300 para R\$ 450, no caso do componente geração de renda sem retorno;

➤ Diminuição da necessidade de contrapartida das prefeituras no Programa Pró-Rural de 25% para 15% do valor dos projetos;

➤ Implementação do Pró-Rural, através da EMATER, com ações de organização dos beneficiários, elaboração de projetos, assistência técnica, implantação das redes de referência e formação de agricultores. Em 1999, foram assistidos na implantação 127 projetos municipais, contratados no ano de 1999, no valor de R\$ 7,1 milhões, relativos a 8.451 famílias, beneficiando 32.105 pessoas e contemplando os componentes de infra-estrutura social básica, geração de renda, manejo e conservação dos recursos naturais. Foram assistidos ainda os projetos elaborados e contratados durante 1998. Foram realizados 102 cursos de formação para 1.351 agricultores familiares, principalmente nos 09 centros de treinamento apoiados, técnica e financeiramente pelo Programa. Foi realizado o trabalho de regionalização e identificação do sistema de produção, com tipificação de público, objetivando a instalação do primeiro pólo de rede de referência, no município de Caçapava do Sul;

➤ Co-execução do PRÓ-GUAÍBA pela implementação do subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos, envolvendo o planejamento em microbacias hidrográficas ( 111 microbacias em 99 municípios), treinamento de pessoal (100 técnicos em agroecologia) e elaboração de planos de aplicação (412 planos no valor de R\$ 1,7 milhão).

### **2.1.1- Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA**

No IRGA, destacam-se as ações voltadas à integração e democratização de suas atividades, através de reuniões regionais com os funcionários e os produtores, as quais serviram para discutir o plano de atuação do Instituto. Tal atuação, no ano de 1999, traduziu-se nas seguintes ações principais:

➤ Geração e difusão de tecnologia pelo IRGA, através da ampliação do número de projetos de pesquisa;

➤ Lançamento de 03 novas cultivares de arroz;

➤ Consolidação do programa de produção e distribuição de 40.000 sacas de sementes básicas de arroz;

➤ Implementação de 43 unidades de demonstração de tecnologia para safra 1999/2000.

### **2.1.2- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA**

Na CEASA foi implementado um processo de humanização de seu funcionamento, mediante a mudança de seu horário de atendimento, o que possibilitou o combate ao mercado clandestino, o aumento das vendas, o aumento da segurança dos usuários e a melhoria da qualidade dos produtos. Para isso contribuíram também as obras de reforma dos pavilhões e a informatização do complexo.

É de destacar também a implantação do "Banco de Alimentos", programa de assistência alimentar que, através da coleta de doativos, fornece alimentos que não são comercializados na Central para entidades assistenciais cadastradas junto à CEASA.

### **2.1.3- Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA**

A CESA, em consonância com as diretrizes ditadas pelo programa de

Governo, manteve e potencializou as atividades da Companhia, através do aumento das operações no ano de 1999, desenvolvendo uma política de apoio à comercialização com operações de compra e venda de grãos, garantindo o incremento de receita da Companhia e sua viabilização econômica, interrompendo o processo de desmantelamento e privatização da Companhia. Neste sentido, os serviços da CESA foram readequados às características atuais do mercado, atendendo as necessidades dos agricultores, cooperativas e empresas de agronegócios no Rio Grande do Sul.

A potencialização das atividades da CESA deveu-se fundamentalmente a ações saneadoras promovidas em 1999, entre as quais o pagamento de dívidas e acerto de contas dos débitos da Companhia Estadual de Silos e Armazéns junto aos Ministérios da Fazenda e da Previdência, que vinham sendo acumulados desde 1992.

Em consequência do pagamento dessas dívidas, foi possível promover o credenciamento da CESA junto à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, viabilizado com o pagamento da dívida de R\$ 2,3 milhões pelo Governo do Estado no dia 17 de setembro de 1999, dívida esta que a Companhia Estadual acumulou nos últimos sete anos.

## **2.2- SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT**

Durante o ano de 1999, foram desempenhadas diversas ações, objetivando promover e assegurar o desenvolvimento das áreas científica e tecnológica, necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e nesse sentido destacam-se as seguintes:

**Fórum dos Centros de Pesquisa** - A Secretaria da Ciência e Tecnologia empenhou-se na constituição do Fórum dos Centros de Pesquisa do Estado, com o objetivo primeiro de construir uma relação que possibilitasse a sua ação conjunta para reverter a situação de abandono a que estavam relegados, além de conceituar e propor modelos de relações, funcionamento e estrutura que permitissem a esses centros assumirem um papel ativo na gestão tecnológica das suas áreas temáticas. Finalmente, para se transformar, no futuro, numa instância para o planejamento e gestão conjunta da Ciência e Tecnologia voltados às políticas públicas, o primeiro objetivo já foi cumprido.

**Sistema de Ciência e Tecnologia** - A definição dos conceitos, as mudanças metodológicas, o estabelecimento das regras, a escolha de indicadores, a discussão e a elaboração de políticas e outros encaminhamentos e providências foram desenvolvidas pela Secretaria em conjunto com outras áreas do Governo, tendo como resultados:

- o "Relatório Técnico Gerencial";
- a "Matriz de Projetos e Atividades";
- os "Conceitos da Política de Ciência e Tecnologia";
- as contribuições para Política Setorial de Informática e para a instalação do Fórum Permanente da Política de Informática;
- a instalação do Comitê Setorial da Ciência e Tecnologia para a Rede de Governo;
- a ativação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia;

➤ o esforço para viabilizar o projeto Sistema de Coleta de Dados Meteorológicos do RS - SICODAM;

➤ a interação da Secretaria com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais para a definição de políticas para incubadoras e tecnópolis e "Projetos Especiais" para organizar ações voltadas para necessidades, potencialidades e oportunidades setoriais e temáticas com demanda intensiva de ciência e tecnologia.

**Orientação da Rede Tchê para o Desenvolvimento** - A diretriz de incorporar às ações atuais a preocupação crescente com o conteúdo das informações e com os processos de coleta, produção e difusão de informações, dentro do conceito que se denominou Tecnologia da Informação, está sendo aplicada para uma revisão do Programa Rede Tchê, assegurando-lhe maior funcionalidade e identificação com a necessidade de suporte para o desenvolvimento do Estado. Neste particular, os projetos de Sistema de Informações Geográficas e de Laboratórios de Cartografia nas instituições, apoiados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, estão sendo orientados para integrarem o Sistema de Informações Geográficas do Estado de maneira a manter também uma forte relação com os projetos do Programa da Rede Tchê.

**Aporte de Ciência e Tecnologia para as Políticas Públicas** - A Secretaria da Ciência e Tecnologia, estando orientada para fazer correções na forma de participação do Sistema de Ciência e Tecnologia no planejamento e na execução das políticas públicas estaduais, buscou estar integrada nas seguintes ações:

- garantir a "Zona Livre de Transgênicos" no Rio Grande do Sul;
- assegurar um programa de qualidade para as obras rodoviárias, viabilizando atribuições da CIENTEC que nunca foram priorizadas;
- assegurar um programa de qualidade para produtos de grande consumo, que articule a Rede Metrológica do Rio Grande do Sul com a CIENTEC, prestando colaboração junto ao PROCON;
- estruturar os diversos programas para agroindústrias voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a segurança alimentar da população, especialmente dos mais pobres, merecendo destaque, neste particular, a orientação da FAPERGS para atendimento de projetos de interesse das políticas públicas e para atendimento das vocações regionais.

Com relação à fase II do PRÓ-GUAÍBA, a Secretaria programou-se para ter um papel ativo não só com relação a este programa estadual, mas também em outros com as mesmas características.

**Definição do Novo Papel para a Cooperação Internacional** - A cooperação tecnológica é outro dos aspectos priorizados pela SCT, no ano de 1999. No âmbito do MERCOSUL, com a Argentina surgiu a perspectiva para a área de Sistema de Informações em Ciência e Tecnologia para o Mercosul e América Latina e, com Uruguai, na área de vitivinicultura.

A Secretaria integrou a missão que esteve na Comunidade Européia, com os seguintes destaques:

- Na Alemanha: Tecnologias Limpas e Desenvolvimento da Indústria;
- França e Espanha: Tecnópoles e arranjos institucionais para o desenvolvimento do parque produtivo.

A Alemanha retribuiu com a vinda de uma delegação ao Rio Grande do Sul. Neste sentido, também foi desenvolvido um trabalho integrado com outros órgãos da Administração Pública estadual para a identificação de oportunidades de cooperação e a estruturação das ações para efetivá-las.

**Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia** - A presidência do Fórum esteve com o Rio Grande do Sul, tendo sido desenvolvidas ações para solucionar restrições materiais e políticas, impostas pelos cortes orçamentários em nível federal, para o ensino superior e para a pesquisa no ano de 1999. Essas ações contribuíram para a reação dos estados, revertendo medidas contrárias aos seus interesses e produzindo avanços na construção de uma política de ciência e tecnologia, articuladora de ações federais e estaduais.

A 51ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Porto Alegre, possibilitou o trabalho conjunto com a comunidade científica, que também sofre com os mesmos problemas, ação ainda mais legitimada pela condição do Estado presidir o Fórum Nacional dos Secretários de Ciência e Tecnologia.

Entre as ações de cooperação entre secretarias e outros órgãos estaduais, responsáveis pela ciência e tecnologia, houve destaque para a ativação do Grupo de Integração Temático de Ciência e Tecnologia no CODESUL/Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino - CRECENEA, cuja continuidade é importante para o aprofundamento de experiências de formulação de políticas interestaduais e regionais, no âmbito do MERCOSUL.

**Convênio com os Institutos Fraunhofer da Alemanha** - Tiveram seqüência as negociações para implantação do Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas, seguindo o modelo dos Institutos Fraunhofer, reconhecidos pela sua eficácia no desenvolvimento de tecnologia para a ampliação da capacidade da indústria. Novas diretrizes para cooperação e parcerias orientaram a elaboração do correspondente convênio, que deverá garantir os estudos necessários para a criação de um centro de excelência adaptado à realidade gaúcha, gerenciado a partir de uma perspectiva local, com participação relevante dos centros de pesquisa do Estado e voltado para as necessidades das suas indústrias. Do mesmo modo, está sendo buscada a ampliação das parcerias viabilizada com a inclusão do CNPq/MCT e do SEBRAE, garantindo alternativas de financiamento e articulação com a demanda tecnológica. O convênio é uma das ações integrantes do acordo de cooperação Brasil-Alemanha.

**Encontro Internacional de Ciência e Tecnologia** - O Encontro Internacional de Ciência e Tecnologia, realizado na Assembléia Legislativa do Estado, reuniu cerca de 1.000 integrantes representativos da comunidade científica e 100 técnicos do Governo, num seminário público, para o aprofundamento e debate do "Workshop" Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, além dos papéis das universidades e dos centros de pesquisa. Este evento teve como objetivo a construção de uma referência teórica para os conceitos de ciência e tecnologia, adequados aos desafios da política industrial e agrícola, capaz de garantir o desenvolvimento sustentável do Estado, com justiça social e preservação do meio ambiente.

**Programa de Pólos de Modernização Tecnológica** - O trabalho dos Pólos de Modernização Tecnológica – PMT, com uma diretriz de integração entre as regiões

e consistente com o desenvolvimento para autonomia e a complementaridade destas, definiu o apoio para um conjunto de projetos que não têm financiamento, pela SCT, em desenvolvimento.

### **Concretização das Propostas Aprovadas pela Consulta Popular de 1998**

- Foram elaborados os projetos relativos às propostas encaminhadas pela Consulta Popular, juntamente com os Pólos de Modernização Tecnológica e os respectivos COREDEs, bem como promovida a tramitação dos convênios para efetivá-los. Este trabalho conjunto objetivou a concretização das ações previstas nas propostas articuladas com os programas e as políticas estaduais para o desenvolvimento.

**Investimentos de C&T nas Regiões do RS** - Através do pagamento de convênios com as instituições universitárias e centros tecnológicos no Estado, tiveram continuidade as ações planejadas com a interveniência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), permitindo o início dos projetos aprovados no final de 1998 e que são relevantes para o desenvolvimento das regiões, cujo total de recursos repassados foi da ordem de R\$ 1,1 milhão.

**Qualificação da Gestão e da Representação Institucional** - Organizado e implantado um novo modelo de gestão, referenciado nos fóruns temáticos do Governo, destacando-se o Fórum de Desenvolvimento, com uma integração plena no orçamento e no processo de planejamento do Estado, capaz de atender a diversidade das regiões, estreitando relações com a Assembléia Legislativa e seus deputados, Congresso Nacional, ministérios e órgãos federais, agências e organismos internacionais, municípios e suas associações, COREDEs, Conselhos, sociedades científicas, entidades de classe, movimentos e instituições e com diversos agentes que contribuem, mediam e integram as ações desenvolvidas ou planejadas pela Secretaria.

É uma longa lista e conta com outras entidades como; as Comissões de Ciência e Tecnologia e de Educação, os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e das Relações Exteriores, o CNPq, a FINEP, a UNESCO, a UNCTAD, a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências, a ANDES, a ADUFRGS, a CUT, universidades de outros estados, universidades do exterior, FAPESP, FAPERJ, Fundação ZERI, SEBRAE, SENAI, FIERGS que, além de serem fundamentais para a formulação da política, estas relações são produtoras de eventos e de iniciativas, onde a Secretaria, como representação institucional do Estado, comunica resultados e dá visibilidade para a Política Estadual de Ciência e Tecnologia.

## **2.2.1- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO**

**Reestruturação Técnica** – No início da nova gestão, através do estabelecimento de um plano diretor, foi realizado um processo de reestruturação da FEPAGRO, visando principalmente às questões técnicas, organização e recuperação de outros processos antes deflagrados (por exemplo: os programas de qualidade), além da estruturação de uma bateria de audiências públicas para o levantamento das demandas sociais de pesquisa, junto às representações dos movimentos sociais, órgãos de classe e comunidade científica. Neste sentido, foram programados uma série de “workshops”, bem como a elaboração de um documento final, sintetizando a visão, os valores, a missão, os recursos, as estratégias e os resultados sociais desejados.



**Melhoria dos Processos** – A Fundação, com o objetivo de buscar a melhoria dos processos, estruturou 09 (nove) programas de pesquisa, abrangendo 132 (cento e trinta e dois) projetos de pesquisa. Organizou o Conselho de Pesquisa, definiu fluxos e estabeleceu critérios para a aprovação e priorização do acompanhamento de projetos. Dos programas mencionados anteriormente, cabe destacar os seguintes: Recursos Naturais, Plantas de Lavoura, Fruticultura, Olericultura, Produção Animal, Sanidade Animal, Plantas Medicinais e Aromáticas, Aquacultura e Pesca e Projetos Especiais, beneficiando agricultores e pecuaristas, especialmente os de economia familiar, de todas as regiões do Estado, assentados de reforma agrária, consumidores em geral e comunidade científica.

**Pesquisa para Agricultura Familiar** – A agricultura familiar é responsável por 75% da produção de alimentos e representa a possibilidade de garantir a segurança alimentar da população. A economia, de base familiar, mostra inúmeras características favoráveis à reversão do quadro de pobreza e degradação ambiental, tais como: uso preferencial do fator mão-de-obra, capacidade para a pluriatividade, capilaridade da produção e adaptabilidade ao ambiente e às condições sócio-econômicas externas.

Para melhor responder às necessidades da agricultura familiar sustentável, foi iniciado um processo de debates sobre a regionalização da pesquisa no Estado, com a possibilidade de desativação de alguns centros e a implementação de outros, de forma a suprir uma cobertura inexistente, especialmente no Alto e Médio Uruguai, Noroeste e Missões.

Assim sendo, através da pesquisa para a agricultura familiar sustentável, foi organizada a forma de participação da FEPAGRO nos editais das instituições de fomento à pesquisa, na otimização de processos, na qualificação dos projetos e no alargamento do leque de ofertas de financiamento das pesquisas junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, Programa Nacional de Agricultura Nacional - PRONAF e outros. Dessa forma e com a melhoria no estabelecimento de parcerias, comprometidas com as linhas técnicas e éticas da FEPAGRO, e com o avanço do conhecimento científico de base transdisciplinar, beneficiaram-se a própria FEPAGRO e instituições parceiras, pela melhoria das condições de trabalho, e os agricultores que se beneficiam com a apropriação dos resultados da pesquisa.

**Políticas de Governo** – A participação nas políticas do Governo, pela FEPAGRO, teve como objetivo a reorientação das suas ações, buscando dar centralidade ao atendimento dos interesses da agricultura familiar, além de ir ao alcance da sustentabilidade ambiental da agricultura.

No ano passado, foi realizada a qualificação da área de agroecologia, de forma integrada com a Associação Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em dois projetos, além do reinício de trabalhos interrompidos em fruticultura ecológica, novos projetos em controle biológico e gestão de recursos naturais.

A Fundação também foi inserida no Programa Pró-Rural 2000, em duas componentes principais: pesquisa por demanda e pesquisa para o monitoramento ambiental de microbacias. Neste Programa houve também contribuição no que tange

às áreas de conhecimento em recursos naturais, plantas de lavoura, fruticultura, olericultura, plantas medicinais, condimentares e ornamentais, aquacultura e pesca, produção e sanidade animal.

Sua participação se fez presente também em outros programas do Governo Estadual, como por exemplo: Assentamentos; PRÓ-GUAÍBA, através do fornecimento de mudas de espécies nativas e exóticas; Mar de Dentro, assim como na política do Estado Livre de Transgênicos. Com isto, beneficiaram-se os municípios de abrangência dos diversos programas do Estado, pequenos agricultores, agentes econômicos regionais e consumidores. Outra ação diz respeito à coordenação do Sistema de Coleta de Dados Meteorológicos do Rio Grande do Sul - SICODAM, cujo objetivo é estabelecer uma cobertura estadual em termos de estações automáticas para a obtenção e sistematização de dados meteorológicos, além de outras iniciativas.

**Revisão Temática e Operacional da Matriz de Pesquisa** – Foram estabelecidas prioridades e modos de operar que privilegiam parcerias e interações com organizações da sociedade civil, além de instâncias do Governo, como EMATER, Fundação Zoobotânica e as divisões das Secretarias da Ciência e Tecnologia e Agricultura e do Abastecimento. Buscou-se com isso uma maior informação e participação nos editais de chamada junto à FAPERGS e aos Programas PRONAF e Pró-Rural, dentre outros.

**Difusão de Tecnologia** – Com relação à questão da difusão tecnológica, em 1999, foram distribuídos mais de 30 mil exemplares de publicações diversas, entre as quais: anais, circulares técnicas, folders, Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha, recomendações técnicas, cadeias produtivas e boletins técnicos, além da realização de 15 “ Dias-de-Campo “ sobre as culturas de trigo, forrageiras, citricultura e sorgo, atingindo um público de 2.170 pessoas. Houve também a participação de 17 pesquisadores em 15 eventos diferentes, dentre os quais: reuniões técnicas, simpósios, congressos, palestras, cursos e jornadas, além da participação em eventos internacionais.

A Fundação participou, com “stands”, em diversas exposições: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em Porto Alegre; Expointer, em Esteio; Fenamilho, em Santo Ângelo e Expoijuí e FENADI, em Ijuí. Também ficou sob a responsabilidade da Fundação a coordenação do gado holandês na Expointer, em Esteio, além de sua participação no julgamento da mesma raça nas exposições que se realizaram nos municípios de Hulha Negra, Bagé, Tapejara e Esteio.

**Mudas Florestais e Sementes de Feijão** – Com relação à produção de insumos, foram fornecidas em torno de 600 mil mudas florestais entre nativas e exóticas, para serem utilizadas em programas de florestamento e reflorestamento em assentamentos rurais no Estado. Também foram fornecidas 600 sacas de sementes de feijão para cultivo da safra do período 1999/2000.

**Plantas Recuperadoras de Solo** – Visando à proteção do meio ambiente e impedir a degradação do uso do solo, foram implantadas áreas de cultivo de plantas de inverno, recuperadoras de solo, através da produção e beneficiamento de sementes fornecidas aos agricultores do Estado, abrangendo 07 municípios: Veranópolis, São Gabriel, Uruguaiana, Guabiju, São Borja, Júlio de Castilhos e Taquari.

**Serviços de Utilidade Pública** – Com relação aos serviços de utilidade pública, no ano passado, foram realizados mais de 140 mil exames laboratoriais nas áreas de patologia e virologia animal, parasitologia, diagnose aviária, sementes e química agrícola que envolve solos e fertilizantes. Deste montante, predominam as análise de química agrícola, patologia animal e diagnose aviária. O maior número de demandas provêm dos agricultores que, direta ou indiretamente, enviam sua amostras para serem analisadas. Utilizam-se também destes serviços organizações públicas e privadas, cooperativas, associações de produtores, universidades, instituições de pesquisa entre outros.

**Saneamento Administrativo e Financeiro** – Novos procedimentos e padrões administrativos se fizeram necessários, principalmente quanto às questões financeira, de produção e de prestação de serviços, além da busca de recursos externos, contribuindo para a manutenção da Fundação. Mesmo assim, a FEPAGRO, ao longo do ano que passou, conseguiu gerar recursos financeiros na ordem de R\$ 835 mil, correspondendo a aproximadamente metade dos recursos de manutenção. Estes valores foram oriundos da prestação de serviços e fornecimento de sementes, mudas e animais.

## **2.2.2- Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC**

**Prestação de Serviços Tecnológicos** – A Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, ao longo de 1999, atendeu 3.905 solicitações de serviços diversos nas suas diferentes áreas de atuação: engenharia de edificações, eletro-eletrônica, geotecnia, engenharia de processos, química, metal-mecânica e alimentos, alcançando um faturamento de cerca de R\$ 2 milhões e, dentre os clientes atendidos, foram constatados 896 novos clientes.

Foram definidas prioridades na área de prestação de serviços tecnológicos, tais como ensaios, calibrações, consultorias, apoio tecnológico às ações de defesa do consumidor, apoio à micro, pequena e média empresa e atendimento às demandas da Lei nº 6719 (Lei do 1%), além de serviços prestados na execução de controle e fiscalização de obras mantidas pelo Governo, em todo o Estado.

Também foram realizados diversos contratos de prestação de serviços, abrangendo a Central de Licitações - CELIC; Grupo SONAE; Sacola Econômica do SESI e Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS.

**Sistema de Qualidade** – No ano passado, a CIENTEC trabalhou no sentido de viabilizar o credenciamento de cerca de 06 laboratórios junto ao INMETRO, e de filiar outros laboratórios junto à Rede Metrológica de maneira a qualificar o Sistema de Qualidade e para tanto foram elaborados programas de auditoria interna, com auxílio de auditores da própria Rede.

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** – No que diz respeito à P&D, foram elencadas as seguintes linhas de atuação prioritárias da área-fim da CIENTEC, compreendendo: química (química fina e meio ambiente), energia e habitação e novos materiais de construção.

Para atuar nessas áreas de P&D, foram instituídos Grupos de Trabalho Temáticos - GT'S -, agregando pesquisadores de cada área preferencial ou de

especialização. Os grupos têm a missão de identificar novas oportunidades e parcerias com outras instituições e fontes de recursos para o desenvolvimento de projetos.

Tanto as áreas de pesquisa como os GT'S foram prioridades redefinidas pela atual gestão.

Com relação aos projetos e estudos especiais desenvolvidos pela Fundação, destacaram-se os seguintes:

- Argamassa Aglotec com recursos da FINEP;
- Combustão de resíduos de couro em leite fluidizado, com recursos da FAPERGS e empresas do ramo de calçados;
- Tijolos de cinzas pesada e cal-cipecal, com recursos do FINEP e COPESUL;
- Hidrólise de butenos, com recursos da FAPERGS e oxiteno;
- Oryzanol, com recursos da FAPERGS e de empresa de beneficiamento de arroz;
- Zeólitas, com recursos da FAPERGS e da Província de Shiga/Japão;
- Reforço de pilares em minas de carvão, com recursos do FINEP;
- Cal pozolânica, com recursos da FAPERGS e CRM;
- Avaliação de mobiliário escolar da rede pública estadual;
- Estudo de impacto ambiental da malha VII da mina de Candiota, com recursos da CRM;
- Determinação de aflatoxinas em alimentos e da ação do vento na alvenaria de tijolos cerâmicos, com recursos da FAPERGS;
- Centro Automotivo - Centro de Testes de Componentes Automotivos & Qualificação de Fornecedores, criado em conjunto com a LAMEF/UFRGS.

**Informática** – Em relação à área de informática, foram realizados diversos investimentos, principalmente na compra de equipamentos, implantação da rede interna de dados, *intranet* e treinamento.

Com a implantação da rede interna de computadores, a CIENTEC inseriu-se no grupo das organizações modernas, que investem em novas tecnologias, buscando a qualificação de seus trabalhos e também dos recursos humanos.

Com relação à *intranet*, esta não será apenas uma alternativa, representará uma necessidade, tal o volume de dados e atividades que irá incorporar, devendo se tornar, num futuro próximo, na principal ferramenta de informação interna da Fundação, a exemplo do que vem ocorrendo em inúmeras empresas. No entanto, sua constante atualização, funcionalidade, finalidade e conteúdo sofrerão reformulações até que este meio de comunicação se concretize e tenha forma mais definida, sem que isto resulte em perda de dinamismo, integração e participação.

**Incubadora Tecnológica** – A CIENTEC avançou, com maior velocidade para o novo século, criando um local específico de atendimento a um nicho de mercado de vital importância para os centros tecnológicos: as incubadoras tecnológicas. Nestes locais, novas oportunidades de desenvolvimento do ser humano são viabilizadas, valorizando o surgimento de idéias criativas. Ao se firmarem, os empreendedores abrirão espaços para novos profissionais, amenizando um problema que atinge a dignidade dos cidadãos: o desemprego.

Desde o início, a atual administração investiu na finalização da obra de adaptação do prédio, iniciada em 1998, e para administrar esse setor foi importante formar uma equipe de pessoas experientes para integrarem o novo Departamento de Incubadoras e Extensão Tecnológica.

A Incubadora Tecnológica CIENTEC – ITC representa, na prática, as metas de promover o desenvolvimento da sociedade através da realização da pesquisa e da busca da inovação tecnológica, presentes na missão da CIENTEC. Atinge, ainda, os objetivos do Governo do Estado, levando em consideração, sobretudo, a valorização do ser humano e seu papel no crescimento do Rio Grande do Sul.

A criação da ITC supre a necessidade de diversificação nas áreas de atuação da Fundação, além de seguir uma tendência internacional de centros tecnológicos de investimentos para a criação de novas tecnologias.

Atualmente, a grande maioria dos centros de pesquisa nacionais possuem um espaço semelhante de impulso a novos empreendimentos, de maneira a proporcionar benefícios à sociedade. Com a inauguração da ITC, o Governo do Estado reafirmou a sua disposição em impulsionar o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando reduzir a dependência tecnológica do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, do Brasil.

Neste sentido, também foi prevista a construção da próxima incubadora da Fundação, a ser erguida no Campus de Cachoeirinha, cujos recursos a serem investidos serão da ordem de R\$ 500 mil, estando sua conclusão prevista para junho do ano 2000.

### **2.2.3- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS**

**Lançamento de Editais** – Durante o ano de 1999, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, em consonância com as diretrizes e as políticas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, elaborou 03 (três) editais, destinando recursos para o apoio de projetos, cujo julgamento ora está em curso, processos estes que envolvem temas referentes às políticas públicas, vocações regionais e interação dos centros de pesquisa e do setor produtivo para a solução dos problemas das cadeias produtivas, com relevância para a economia do Estado.

**Projetos Conveniados** – Dando continuidade a sua política de captação de recursos, a FAPERGS continuou mantendo convênios com entidades nacionais e internacionais de fomento à pesquisa científica e tecnológica, resultante da necessidade de agregar novas fontes de recursos financeiros para o financiamento de projetos nas diferentes áreas do conhecimento. Dentre os convênios acertados, destacam-se àqueles junto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS.

**Bolsas** – Buscando um melhor aproveitamento para a área de recursos humanos, a FAPERGS, através do Programa de Formação de Recursos Humanos,

objetivou criar no Estado uma base científica e tecnológica de alta qualificação, oferecendo diferentes modalidades de bolsas. O Programa visa atrair e fixar no Estado recursos humanos qualificados, inclusive iniciando jovens na atividade de pesquisa, além de apoiar os programas emergentes e prioritários de formação de recursos humanos de interesse do Estado.

**Regionalização da Pesquisa em C&T** – Com relação à regionalização da pesquisa em C&T, a Fundação propõe-se a incentivar o desenvolvimento da pesquisa em todas as regiões do Estado, através de incentivos diferenciados para cada local, beneficiando assim alunos e pesquisadores.

**Integração dos Centros de Pesquisa do Setor Produtivo** – Junto ao setor empresarial, foi buscada a interação deste com os centros de pesquisa do setor produtivo, cujo modelo, considerado de suma importância, inclusive para outras instituições, visou colocar a pesquisa científica à disposição do setor empresarial, pela integração empresa-centros de pesquisa, promovido pela FAPERGS e SEBRAE.

**Recuperação dos Centros de Pesquisa** – A FAPERGS promoveu a recuperação dos centros de pesquisa através de convênio com a FINEP, objetivando apoiar a modernização dos institutos e centros de pesquisa da Administração Estadual. Os recursos utilizados foram da ordem de R\$ 900 mil, com 15 instituições beneficiadas.

**Apoio a Projetos em Áreas Estratégicas** – Englobando uma parcela significativa de recursos e de atividades da Fundação, foram concedidos aproximadamente, entre editais e auxílios, 428 benefícios, principalmente para o apoio a projetos em áreas estratégicas, num montante de R\$ 1,3 milhão. Com esses recursos, foram apoiados os seguintes projetos: Auxílio à Organização de Eventos, Participação em Reuniões Científicas e Tecnológicas, Auxílio Pesquisador Visitante e Auxílio Recém-Doutor.

### **2.3- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI**

Diante do quadro de deficiências apontado no capítulo referente ao Diagnóstico da Situação Encontrada, intensificou-se uma característica de grande potencialidade, a qual não pode ser omitida, que é o interesse do grupo funcional em participar dos projetos do novo Governo, tendo sido efetuada, ao longo de 1999, de forma muito intensiva a reorganização e qualificação da Secretaria, a elaboração dos novos programas e projetos, bem como o debate com a sociedade para elaboração das prioridades e recursos orçamentários para 2000.

No ano de 1999, a SEDAI realizou ações, no intuito de garantir sobretudo o andamento normal dos serviços a ela atinentes, objetivando sempre a implementação das novas diretrizes de governo, a correção de distorções e o saneamento de deficiências operacionais constatadas.

Destacam-se, entre as ações desenvolvidas pelo órgão, pela relevância em termos de implementação de políticas públicas, as seguintes:

**Promoção de Negócios** – Foram efetuados 6.320 atendimentos ao público, através do serviço prestado pelas Redes de Negócios, cadastradas 2.173 empresas na

Bolsa de Negócios, fornecidas 29.390 oportunidades de negócios, de forma a difundir e integrar as empresas gaúchas ao comércio internacional; instaladas as redes de informações nos eventos: Feira Nacional do Calçado – FENAC/Novo Hamburgo, Expointer, Encontro de Embaixadores da América Central e Caribe, Encontro de Embaixadores da União Européia e Conferência Latino-americana da Indústria Alemã. Realizadas palestras e apresentações a respeito das redes internacionais, como forma de difundir os serviços oferecidos pela Seção de Redes Internacionais.

Foi também elaborado projeto para a instalação de subsidiárias do Escritório “*Trade Point*” Porto Alegre nos municípios do interior do Estado, juntamente aos Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda. Beneficiaram-se destas ações os usuários dos serviços das Redes de Negócios, ou seja, as micro, pequenas e médias empresas, que desejam ingressar no comércio internacional ou ampliar seus mercados.

Através do Núcleo Feiras e Missões, ao longo de 1999, a SEDAI organizou e participou efetivamente dos seguintes eventos: Feira Internacional de Máquinas, Matéria-Prima e Acessórios para Indústria Moveleira - FIMMA 99/Bento Gonçalves/RS; Feira Nacional do Calçado - FENAC 99/Novo Hamburgo/RS; Hannover/Alemanha; Expointer 99/Esteio/RS; Conferência Latino-Americana da Indústria Alemã/FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. A Secretaria acompanhou várias missões governamentais e empresariais que vieram ao Rio Grande do Sul, bem como elaborou projeto para a realização de cursos de comércio exterior, a serem ministrados nos municípios do interior do Estado, através dos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; participou, ainda, com o apoio institucional, do 2º Concurso de Criação de Jóias com Gemas do Rio Grande do Sul (Jóia RS99), além de ter elaborado e analisado o cronograma da participação do Governo do Estado em feiras internacionais, no ano 2000.

Foram beneficiárias dessas ações as micro, pequenas e médias empresas, que visam melhorar seus relacionamentos comerciais, apresentar seus produtos e contatar com parceiros potenciais, expandindo assim seus negócios, além de divulgar o Estado do RS em outros países.

**Programa de Economia Popular e Solidária** – Objetivando constituir uma rede de apoio, de modo a beneficiar as cooperativas de trabalhadores e grupos de empreendedores autogestionários, foi firmado convênio com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, bem como negociações com a Rede Unitrabalho, Sindicatos e Caritas Regional do Rio Grande do Sul. No Programa de Recuperação da Cadeia Produtiva Coureiro-Calçadista do Rio Grande do Sul”, foi lançado o projeto de Redes de Cooperativas do Setor Coureiro-Calçadista.

Foram também realizados 5 (cinco) cursos de formação de monitores/multiplicadores em empresas autogestionárias, cooperativismo e associativismo, abrangendo a formação de 150 (cento e cinquenta) monitores, nas regiões Sul, Campanha, Centro-Sul, Serra, Vale do Sinos, Vale do Paranhana, Delta do Jacuí, Fronteira Noroeste, Central, Produção, Norte.

No sentido de articular e disponibilizar os instrumentos para o fomento e assessoria, e visando integrar as cooperativas de trabalhadores, grupos de

empreendedores autogestionários, lideranças sindicais e populares no processo de desenvolvimento do Estado, o ano de 1999 foi priorizado para articular entidades de apoio ao Programa de Economia Popular e Solidária – ECOPOPSOL, tendo sido realizados 20 (vinte) seminários regionais e setoriais de economia popular, abrangendo as regiões Delta do Jacuí, Serra, Hortênsias, Vale do Sinos, Vale do Paranhana, Sul, Campanha, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Central, Produção e Norte.

**Apoio ao Desenvolvimento Empresarial** – Foram realizados os seguintes eventos, visando ao suporte técnico ao pequeno capital e motivação ao empreendedorismo, com destaque ao trabalho de conscientização e mobilização das comunidades para o desenvolvimento local:

- 10 cursos de motivação ao empreendedorismo em 10 municípios, com 380 treinados;
- 03 cursos em Porto Alegre, para formação de 88 instrutores de processos cooperativos para agentes de desenvolvimento, servidores estaduais, municipais e universidades, com recursos do FAT;
- 08 cursos de motivação ao empreendedorismo e gestão empresarial, com recursos do FAT, em 05 municípios, para pequenos empresários de incubadoras industriais, inscritos no PROGER e integrantes de cooperativas e associações, com o total de 158 treinados;
- 06 cursos de cooperativismo e empreendedorismo em 06 municípios, com recursos do FAT, para 200 estudantes de escolas técnicas agrícolas e grupos de agricultores.

**Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas** - Dentro dos projetos relativos ao Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Revisão de concessões de incentivos efetivadas e processos pendentes de homologação, tendo sido montada uma equipe de trabalho que revisou 235 (duzentos e trinta e cinco) processos;
- Reestruturação do Sistema;
- Reforma e reorganização do espaço físico, com adequação do "lay-out";
- Maior informatização do setor, com incremento de outras três estações de trabalho, disposição dos equipamentos em rede;
- Organização do arquivo de processos, definição de sala exclusiva para a função;
- Desenvolvimento da equipe, com a oferta de nove oportunidades de treinamento em informática;
- Desenvolvimento de projeto conjunto com a Secretaria da Fazenda, a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, para interligação "on line", de forma a otimizar os controles;
- Concessão de incentivos ao setor industrial por conta dos programas administrados: Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM/RS (e programas vinculados e outros fundos operados pelo SEADAP), atendendo 30 empresas;
- Início das operações de fiscalização do FUNDOPEM/RS, que redundaram no cancelamento de um incentivo antes concedido, por inadimplência no contrato;
- Prestação de informações e contatos com empresas interessadas em



realizar investimentos no RS, sobre os programas governamentais de incentivo à indústria;

➤ Definição de novo modelo de carta-consulta para solicitação de incentivos, agregando mais informações sobre o projeto, a empresa e os indicadores sócio-econômicos.

**Revisão da Legislação Pertinente ao FUNDOPEM/RS, com Edição de Nova Regulamentação para a Lei n.º 11.028/97** – Em 22 de novembro de 1999, o Conselho Diretor do Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM –, em reunião na SEDAI, aprovou a instrução normativa que regulamenta a operacionalização do fundo com novos critérios. A partir daí, o FUNDOPEM, proposto pelo Governo do Estado, deixa de ser um instrumento de renúncia fiscal, para ser um financiamento com base fiscal, servindo para o fortalecimento do sistema estadual de financiamento aos investimentos.

A proposta do Governo é priorizar investimentos com maior potencial de acordo com os seguintes critérios: geração de empregos diretos, desconcentração da produção industrial, diversificação e fortalecimento da matriz produtiva, respeito a aspectos como cumprimento de obrigações estipuladas em convenções e acordos coletivos de trabalho e contribuição para o aperfeiçoamento tecnológico.

Dos pontos em discussão ficou acordada a flexibilização das taxas de juros de até 6%. Também ficou acordado que a empresa que solicitar o benefício será classificada em uma tabela de 0 a 100 pontos, devendo receber pontuação mínima de 35 pontos para ter direito ao incentivo. A pontuação terá por base os novos critérios.

Com a nova regulamentação, o FUNDOPEM deixa de ser um instrumento para beneficiar apenas os grandes investimentos, para atender também as pequenas e médias empresas, visando ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

**Programa de Incubadoras Industriais** - Com relação ao Programa, foram propostas ações de aperfeiçoamento, visando à transformação dos condomínios em incubadoras industriais. Isto é, em estruturas de apoio à criação e consolidação de micro e pequenas empresas, através da disponibilização temporária de espaço para sua instalação e de assessorias (de gestão, de marketing, tecnológica, jurídica, contábil) para melhoria de sua performance.

Paralelamente à avaliação dos condomínios já implantados, foi conduzido o processo de transformação dos condomínios em implantação em incubadoras industriais. É importante lembrar que as diretrizes implementadas consideraram as incubadoras como instrumentos de concretização de reais potencialidades dos municípios. Isso equivale dizer que o Programa leva em conta o potencial local de desenvolvimento industrial, além do comprometimento da comunidade com o empreendimento. Esses critérios de escolha buscam maximizar os benefícios dos recursos públicos, pretendendo, ao mesmo tempo, melhor distribuição do desenvolvimento no território gaúcho.

**Programa Estadual de Extensão Empresarial** – No ano de 1999, teve início a implantação do Programa Estadual de Extensão Empresarial, tendo sido realizadas as seguintes ações:

- Elaboração da proposta de implantação do Programa Estadual de Extensão Empresarial para o ano de 1999, assim como do termo de referência;
- Elaboração da proposta de implementação do Programa Estadual de Extensão Empresarial no setor coureiro-calçadista para o ano de 1999 e implantação do Núcleo de Extensão Empresarial de Novo Hamburgo;
- Montagem do cadastro das empresas do setor coureiro-calçadista;
- Levantamento junto a entidades de ensino e de pesquisa quanto à existência de serviços a serem ofertados às empresas do setor coureiro-calçadista - ensaios, testes de laboratório, cursos.

Foram visitadas 7 instituições de ensino superior e centros de pesquisa (Centro Tecnológico de Calçado, Couro e Afins - CTCCA, Serviço Nacional da Indústria SENAI-Calçados, SENAI-Couro, Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos, Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Fundação das Escolas de Ensino Superior de Novo Hamburgo - FEEVALE, Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha) e realizados contatos e pesquisa na *Internet* com 13 outras universidades e entidades incluindo Porto Alegre e interior do Estado, das quais se coletou material informativo.

**Desenvolvimento da Informática** – No que tange ao setor de informática, é de ressaltar a elaboração da proposta de uma política para o setor e a implantação do “Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha”, integrado por 37 entidades participantes e 04 grupos de trabalho. A primeira reunião do Fórum foi realizada no dia 08 de dezembro de 1999. Os quatro grupos de trabalho vão orientar as ações do colegiado na elaboração do plano estratégico de desenvolvimento para a informática, a ser concluído até abril de 2000.

**Apoio ao Fomento Industrial** – Foram também desenvolvidas ações, tendo por finalidade apoiar setores industriais existentes, especialmente aqueles que, por motivos conjunturais, enfrentavam dificuldades. Destacam-se, assim, as seguintes:

- Participação na elaboração dos projetos, formatação e operacionalização do Programa de Recuperação da Cadeia Produtiva Coureiro-Calçadista;
- Palestras para divulgação do Programa Coureiro-Calçadista em sete municípios (Novo Hamburgo, Farroupilha, Igrejinha, Três Coroas, Lajeado, Sapiranga e Campo Bom);
- Visita a 40 empresas que solicitaram financiamento dentro da linha de crédito específica do Programa Coureiro-Calçadista, no período de agosto a dezembro de 1999;
- Elaboração do diagnóstico para o setor de pesca;
- Definição dos diagnósticos para os setores de plásticos e de móveis, havendo propostas dos setores para sua implementação, e para o setor de autopeças, a ser elaborado pela Fundação de Economia e Estatística - FEE, via edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

**Fomento a Setores Estratégicos** – Com relação à implantação e inserção de setores estratégicos, é possível destacar o que segue:

- Elaboração de material informativo para empresários nacionais e internacionais interessados em conhecer as potencialidade econômicas do Estado, a infra-estrutura existente, os programas de incentivos, as áreas industriais disponíveis e demais informações úteis para a realização de investimentos industriais no RS;

- Assessoramento e apoio aos potenciais investidores que procuraram a SEDAI para viabilizar a localização de suas empresas no RS, incluindo contatos com órgãos públicos e privados concessionários de serviços públicos;
- Acompanhamento junto aos órgãos de controle e de fiscalização dos projetos de implantação que estão sendo acompanhados pela SEDAI;
- Utilização da infra-estrutura dos distritos industriais como instrumento de fomento a novos investimentos;
- Seleção e divulgação, através de boletim informativo, de ofertas de investimentos pesquisadas no Sistema de Promoção de Investimento e de Transferência de Tecnologias para Empresas - SIPRI. Essa atividade disponibiliza ao empresariado gaúcho propostas de empresas estrangeiras interessadas na formação de *joint venture* e/ou implantação no Estado;
- Desenvolvimento de estudos com vistas à implantação de um pólo cerâmico na metade sul do Estado.

**Distritos Industriais** - Durante o ano de 1999, a SEDAI desenvolveu um conjunto significativo de ações de apoio à implantação e desenvolvimento de espaços industriais, com vistas ao incremento da geração de trabalho e renda, podendo-se destacar as seguintes:

- Início da implantação da pavimentação asfáltica, esgoto pluvial e obras complementares das ruas 1, 2 e 3 numa extensão de 2,0km e rede de distribuição de água potável numa extensão aproximada de 5,0km, do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão - (DIAV), cujos recursos investidos foram da ordem de R\$ 1 milhão;
- Execução de uma proposta de reestruturação da forma de venda e dos preços unitários dos terrenos nos distritos industriais, para análise e aprovação pelo SEADAP, e transformação da mesma em resolução normativa;
- Estudos para alternativa de ocupação da área do Complexo Automotivo em Guaíba;
- Assessoramento, em interface com os diversos órgãos públicos do Estado, às empresas que buscaram o Departamento de Fomento Industrial - DFI para desenvolvimento de atividades industriais. Neste sentido, foram realizados aproximadamente 60 atendimentos;
- Tratativas com órgãos e empresas públicas na busca de soluções para fornecimento de infra-estrutura básica nos distritos industriais, tais como: CORSAN, rede d'água para os Distritos Industriais de Alvorada-Viamão (DIAV) e Montenegro-Triunfo (DIMT); CEEE, rede de energia elétrica para o DIMT; Prefeituras Municipais de Alvorada, Viamão, Montenegro, Triunfo, Gravataí, Rio Grande, sobre os licenciamentos de projetos e obras; FEPAM, FZB, IBAMA, DRNR, sobre aos licenciamentos ambientais dos distritos industriais; DAER, sobre as obras no DIAV; SPH, influência do superporto de Rio Grande sobre o Distrito Industrial do Rio Grande - DIRG;
- Estudos de reavaliação das normas técnicas das construções dos distritos industriais;
- Análise e aprovação de projetos de 21 empresas em implantação nos distritos industriais do Estado;
- Vistoria em sete empresas instaladas nos distritos industriais;
- Reforma do Centro Administrativo do Distrito Industrial de Rio Grande, com recursos da ordem de R\$ 25,2 mil;
- Obras no DIMT, no valor de R\$ 433 mil;
- Desapropriação de áreas para implantação de complexos industriais, cujos recursos foram da ordem de R\$ 3,3 milhões;

- Fiscalização das obras do DIAV, com recursos em torno de R\$ 42 mil.

**Novos Investimentos** – Com relação a alguns grandes investimentos projetados ou em implantação no Estado, é de se destacar as seguintes ações desenvolvidas pela atual Administração:

- **Indústria Automotiva** – Em razão da situação financeira encontrada e, especialmente, do fato de os recursos previamente destinados ao complexo automotivo gaúcho (R\$ 206 milhões) terem sido desviados de sua finalidade no final de 1998, o Governo Estadual foi compelido a renegociar os contratos com as empresas General Motors e Ford no sentido de viabilizar a continuidade dos investimentos. O processo de renegociação foi bem sucedido com a General Motors, o que culminou no dia 3 de maio de 1999, quando foi firmado acordo para a implantação definitiva do Complexo Automotivo de Gravataí e da infra-estrutura do Porto do Rio Grande. A readequação do contrato possibilitou ao Estado, sem desembolsar recursos públicos, uma economia de R\$ 103 milhões. O Rio Grande do Sul também ficou desobrigado da realização de obras da RS-030, estimadas em R\$ 8,4 milhões e do trevo de acesso da BR-290, orçadas em R\$ 4,8 milhões. A empresa se comprometeu ainda a gerar 1.500 empregos diretos e implantar um curso de qualificação, que beneficiará a totalidade das indústrias do Rio Grande do Sul, no setor metal-mecânico. Desfecho diferente teve a negociação com a Ford. Embora o empenho da Administração em apresentar uma proposta factível, a empresa rompeu as negociações em razão da iniciativa do Governo Federal de editar medida provisória ampliando a vigência do regime tributário especial para essa indústria no Nordeste. Além disso, a possibilidade de crédito junto ao BNDES foi ampliada e outros incentivos foram oferecidos pelo Governo da Bahia. Diante dessa mudança de expectativas, a empresa tomou a decisão de transferir seu investimento para aquele estado. Esse desfecho levou a Administração a buscar o ressarcimento dos recursos públicos investidos no projeto;

- **DELL** – O Governo do Estado renegociou o contrato com a Dell Computers Corporation, garantindo o investimento de R\$ 128 milhões, para a implantação de uma fábrica de computadores pessoais no município de Alvorada, empreendimento que vai gerar 1.000 empregos diretos, com incremento de R\$ 279,7 milhões em ICMS, num período de 8 anos. No acordo, assinado em 10/07/99, a Dell se compromete a investir R\$ 10 milhões nos próximos 5 anos em projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor, através de universidades e outras instituições de pesquisa no Rio Grande do Sul. A unidade provisória da empresa começou a operar em 03 de novembro de 1999;

- **TODESCHINI** – No dia 23/12/99, mediante acordo firmado, o Governo do Estado garantiu a permanência da fábrica de móveis Todeschini no Rio Grande do Sul. Com um investimento de R\$ 20 milhões, a empresa vai construir uma nova unidade industrial no Estado, gerando 200 empregos diretos. A nova fábrica, que atuará com 20 sistemistas, elevará a produção para 8 mil móveis por dia. A nova unidade industrial da Todeschini deverá entrar em operação em meados do ano 2001.

**Cooperação Técnica Internacional** - Em 1999, foram desenvolvidos trabalhos de preparação da nova fase do Programa PRORENDA Rio Grande do Sul (2000-2002), dentro do acordo de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha/Governo do Estado do RS-GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), visando à promoção de processos de desenvolvimento local através da integração entre as três

tipologias: urbano (SCP/METROPLAN), agricultura familiar (SAA) e microempresas (SEDAI), beneficiando a população urbana de baixa renda, grupos de agricultores familiares, micro e pequenos empreendimentos de baixa renda.

Foram ainda incrementadas as ações de fomento à Cooperação Técnica Internacional do Governo do Estado, através da divulgação de ofertas/demandas, orientação para elaboração e encaminhamento de projetos, além de apoio a missões técnicas e governamentais, do exterior ao Estado e do Estado ao exterior, e a eventos internacionais realizados no Estado.

Teve continuidade, também, o gerenciamento dos Convênios de Fraternidade mantidos entre o Estado e as Províncias de Shiga, no Japão, e Manitoba, no Canadá. Foram beneficiárias dessas ações entidades públicas e privadas, incluindo, neste último grupo, organizações não-governamentais, entidades representativas do setor produtivo, instituições de ensino e formação de mão-de-obra e institutos de pesquisa, entre outras.

### **2.3.1- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Rio Grande – ZOPERG**

No ano de 1999, a ZOPERG-RS buscou o saneamento de suas deficiências, entre as quais se destacam a necessidade de redução de custos e de correção de procedimentos administrativos, assim como a manutenção dos projetos em andamento. Atenta aos movimentos de mudanças institucionais no setor, a Companhia manteve, durante o ano de 1999, acompanhamento do andamento de projeto de lei que altera a operacionalidade das Zonas de Exportação no Brasil, o qual se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

No que tange aos custos de operação da empresa, houve a adoção de procedimentos que resultaram numa redução de, aproximadamente, 30% nos custos da ZOPERG-RS, contribuindo não só para o saneamento financeiro da empresa, como também para a melhoria das condições de competitividade da empresa. Neste sentido, foram desenvolvidos estudos, em conjunto com o Distrito Industrial do Rio Grande – DIRG, visando neutralizar os efeitos da crise cambial, que tornou proibitivos os custos das áreas para indústria e serviços, estabelecidos em dólar.

Além disso, em atendimento a recomendações da Contadoria e Auditoria Geral do Estado-CAGE, a ZOPERG-RS realizou a adequação de diversos procedimentos que haviam sido apontados como incorretos.

A Companhia desenvolveu esforços para promoção de suas atividades, através da participação em feiras e outros eventos, da recepção de empreendedores estrangeiros e nacionais e divulgação por meios eletrônicos.

Além das atividades regulares de manutenção de suas instalações, a ZOPERG-RS, em virtude de litígio com a empresa Cinco Construções, responsável pela construção do prédio destinado ao uso da Receita Federal, apresenta sérios problemas construtivos e que, segundo laudo técnico, são de responsabilidade da construtora. Para evitar maior prejuízo à Companhia, foram realizadas obras de recuperação, cujas despesas, na ordem de R\$ 51,6 mil, serão cobradas judicialmente da empresa responsável. Por recomendação da CAGE, foram providenciados laudos

técnicos dos demais prédios da Companhia.

### **2.3.2- Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (AD)**

No ano de 1999, as ações foram voltadas ao objetivo de dotar a Empresa, jurídica e administrativamente, de estrutura adequada a sua operacionalidade, bem como ao de atuar política e tecnicamente para agilizar a liberação dos recursos federais direcionados à Agência, objetivando dar início as suas atividades, dentre as quais destacam-se:

➤ Constituição de grupo de trabalho, com servidores do Banrisul e diretoria da AD, visando à definição do organograma da Agência. A partir de proposta apresentada por comissão composta por técnicos do Banrisul, a diretoria aprovou minuta de "Regulamento de Pessoal e Sistema de Empregos e Salários", contemplando sistemática para transferência de funcionários das áreas do Banco, cujas funções serão assumidas pela AD, a qual passa pelo exame final pela Procuradoria-Geral do Estado;

➤ Definição da relação de bens móveis da extinta Caixa Econômica Estadual, necessários para as atividades da AD, encaminhando-se à SARH a solicitação para a sua transferência definitiva;

➤ Tratativas junto ao Banrisul e ao Departamento do Patrimônio do Estado e encaminhamento a este último de relação de imóveis da extinta Caixa Econômica Estadual, a serem transferidos à AD a título de integralização de parte do seu capital;

➤ Contatos com a PROCERGS, objetivando a definição de um Plano Diretor de Informática para a AD, dando início aos estudos para a migração dos sistemas, hoje sob responsabilidade da Banrisul Processamento de Dados;

➤ Regularizada a posse, por parte da Agência, do Edifício Negrinho do Pastoreio, bem como desenvolvidas tratativas junto aos demais usuários do prédio, objetivando o estabelecimento de regras comuns;

➤ Normatização do fluxo financeiro no âmbito da Agência;

➤ Contatos junto ao Banco Central e à Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de elidir as pendências técnicas que foram apontadas como obstáculos para a liberação dos recursos da ordem de R\$ 100 milhões, devidos pelo Governo Federal, com base no contrato assinado pelo Estado no âmbito do PROES, remetendo-se o processo à decisão ministerial;

➤ No campo político, a diretoria da AD participou de vários encontros e reuniões, desenvolvendo esforços junto a instâncias regionais e a lideranças em Brasília com o propósito de incluir a liberação dos recursos destinados à AD na pauta das negociações entre o Estado e a União, a qual permanece vinculada tão-somente a uma decisão de governo na alçada do Executivo Federal;

➤ Não obstante à pendência quanto ao início das atividades operacionais da Agência, foi idealizado e desenvolvido, em conjunto com a SCP, CIENTEC, FEPAM e SEHAB, o Programa HABITA, que tem como objetivo o resgate das populações excluídas e sua inserção econômica através da reurbanização de áreas degradadas,

da produção de moradias para essa população, e sua auto-sustentação econômica, agregando na sua concepção quatro projetos: o *Projeto Ecológico* - eliminação de resíduos poluentes, o *Projeto Tecnológico* - desenvolvimento de novos materiais para a construção civil, o *Projeto Urbanístico* - tipologia alternativa de construção e o *Projeto de Auto-sustentação Econômica* - agregação de geração de renda. Aprofundando os *Projetos Tecnológicos e Urbanístico*, está sendo desenvolvida uma proposição avançada de construção de habitações moduladas, edificadas com blocos intertravados construídos com um novo material à base de cinza de carvão mineral.

#### **2.4. SECRETARIA DO TURISMO – SETUR**

O início das atividades da SETUR, em 1999, foi marcado por duas ações fundamentais no sentido de implementar o Programa de Governo, realizadas, simultaneamente com a coordenação da chamada "Operação Verão", a saber: primeiro, a elaboração de um diagnóstico completo não apenas da Secretaria, mas da atividade turística como um todo, no Estado e no País; segundo, a realização de uma ação político-administrativa que teve por objetivo elaborar um planejamento estratégico que viesse a definir políticas prioritárias da Secretaria. Tal processo realizou-se através do envolvimento de todo o corpo funcional da Secretaria que participou ativamente na discussão e formatação de um programa mínimo de atividades.

A Secretaria do Turismo, durante o ano de 1999, desenvolveu um conjunto de ações, visando fortalecer o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul.

**Fiscalização** - Uma delas consistiu na realização da fiscalização e controle de hospedagens, agências de viagens e de transportadoras turísticas.

**Divulgação** - Outra diz respeito à elaboração de materiais promocionais e informativos para que o produto turístico do Estado do Rio Grande do Sul seja divulgado amplamente. Neste sentido, foi criada a revista institucional do RS, a confecção de etiquetas adesivas, *botons* de metal, camisetas pólo com logotipo turístico do RS, sacolas promocionais, bonecos fantasia (chimarrito), calendário de eventos do segundo semestre de 1999 e logotipo da temporada e veraneio 1999/2000.

**Eventos** - Com relação aos eventos nos quais houve a participação da Secretaria, foram organizados estandes em 22 (vinte e duas) feiras de negócios e 02 (dois) *workshops* nacionais, realizados em diversas cidades brasileiras. A participação da Secretaria também se fez presente em 03 (três) *workshops* internacionais, em conjunto com 6 a 20 cooperados, cujo público estimado foi da ordem de 100.000 pessoas. Quanto aos eventos estaduais, a SETUR passou a ter ação direta, principalmente, na EXPOINTER, por ser a feira de grande impacto turístico e até então inaproveitada pelo setor.

Através dessas ações, os beneficiados são, principalmente, os turistas e as comunidades locais, bem como os setores de hotelaria e comércio, sendo este último composto pelos bares, restaurantes e lojas.





### **3- ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA**

#### **3.1 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC**

A SEMC, no início da nova Gestão, encontrava-se em processo de desestruturação decorrente da política de esvaziamento do setor energético implantada pelo Governo anterior. Basta observar a inexistência de projetos nas áreas de energia e mineração, assim como a total desconsideração pela área de telecomunicações. Ao longo do primeiro ano deste Governo, a SEMC buscou resgatar seu papel nas áreas mencionadas, realizando ações conforme segue:

**Coordenação da Política de Energia Elétrica** - Dado o novo modelo para o setor elétrico, privatizado, a Secretaria, buscando preservar os interesses do Estado e com o objetivo de assegurar o abastecimento de energia elétrica durante o verão 1999/2000, coordenou um conjunto de obras emergenciais, articulando os diversos agentes envolvidos com a produção, transmissão e distribuição desse indispensável insumo.

Fazem parte das referidas obras a construção de uma nova interligação em 500 kV com o sistema brasileiro (linha de transmissão Itá-Santo Ângelo), com uma nova subestação em Santo Ângelo, e a construção de mais de 232 km de linhas de transmissão de 230 kV ligando Santo Ângelo com Santa Rosa e São Borja. Acrescente-se a essas obras a instalação de dois bancos de capacitores em Gravataí e a antecipação da entrada em operação da primeira unidade da Usina Termelétrica de Uruguaiana. As obras emergenciais estão estimadas em R\$ 174,2 milhões, sendo que o investimento da Companhia Estadual de Energia Elétrica na execução da sua parte das obras corresponderá a R\$ 38 milhões.

Quanto à geração de energia elétrica, foi renegociado o contrato com o Consórcio que ganhou a licitação para a construção da usina de Dona Francisca. Segundo os termos do entendimento firmado, a CEEE empreenderá todos os reassentamentos, cabendo à Secretaria de Agricultura e Abastecimento a execução destes trabalhos; ao Consórcio Dona Francisca caberá a responsabilidade da construção da subestação da usina hidroelétrica (obra que deveria ser executada pela CEEE); por fim, o Estado assumirá, em conjunto com o Consórcio, os custos das desapropriações das áreas atingidas em iguais proporções. Com isso, foram restabelecidos os parâmetros de exequibilidade do empreendimento, resgatando os direitos da CEEE e, fundamentalmente, assegurando o atendimento aos agricultores atingidos.

Esta Secretaria assumiu a coordenação do Programa de Eficiência Energética, que visa à otimização no uso das fontes energéticas disponíveis, alocando as diferentes formas de energia aos seus usos mais eficientes e adequados.

A Secretaria também teve participação nos Comitês de Gerenciamento dos Gasodutos TSB - Transportadora Sul-Brasileira de Gás (Uruguaiana – Porto Alegre) e Cruz del Sur (Jaguarão – Porto Alegre) e realizou a coordenação, no Estado, do Programa Nacional de Eletrificação Rural do Ministério de Minas e Energia – Luz no Campo – com o objetivo de atender as necessidades das comunidades rurais sem energia elétrica.

**Coordenação da Política de Exploração Mineral** - Preservando os interesses estratégicos do Estado no setor de mineração, objetivando fomentar a pesquisa e a produção dos principais bens minerais, a Secretaria formulou uma política para a área mineral, coordenando a participação das entidades representativas do setor e dando ênfase às regiões menos desenvolvidas.

Como evento integrante da política de fomento, foi organizado o Seminário Internacional sobre Reservas e Recursos Minerais e *Workshop* sobre Carvão, Tecnologia e Meio Ambiente, em conjunto com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e com as Secretarias de Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais.

Quanto à Companhia Riograndense de Mineração, a atuação da Secretaria foi no sentido de promover o suporte ao processo de saneamento, resgate e desenvolvimento da Companhia.

**Coordenação e Implementação da Política de Telecomunicações** - A Secretaria participou, durante o ano de 1999, do processo de fiscalização do desempenho das empresas que atuam no setor. Assim sendo, promoveu, em conjunto com a FAMURS e a AGM – Associação Gaúcha Municipalista, uma pesquisa junto a todas as prefeituras municipais, buscando conhecer a realidade do atendimento das empresas telefônicas. O resultado, especialmente preocupante com relação às pequenas comunidades, foi debatido com representantes da ANATEL e das empresas, os quais receberam documentos nos quais essas questões foram explicitadas.

No que diz respeito à reinserção do Estado na área de telecomunicações, face à nova realidade do setor, foi obtido em 22 de setembro, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, autorização junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para a exploração de transporte de dados, voz e imagens.

A CEEE Telecom será a área de negócios que irá gerenciar as atividades de transporte de sinais em todo o Estado, por delegação do Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS.

**Sistemas com Fontes Renováveis de Energia** - Com o objetivo de atender as crescentes demandas de energia e preservar o meio ambiente, foram promovidos estudos de viabilidade para a futura instalação de sistemas com fontes renováveis de energia. Nesse sentido, foram desenvolvidas ações para aproveitamento de energia solar, hidráulica, eólica e biomassa, a saber:

➤ Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM, em convênio com o Ministério de Minas e Energia, que objetiva a utilização de fontes renováveis de energia em comunidades isoladas, localizadas na zona rural do Estado. Até o final de 1999, deverão ser enviados aos municípios projetos para instalação de cinquenta sistemas fotovoltaicos e duas microcentrais hidráulicas que beneficiarão, entre outros, os municípios de Cacique Doble, Candiota, Encruzilhada do Sul, Erval, Fontoura Xavier, Lagoão, Pinheiro Machado, Quaraí, Redentora, Rosário do Sul, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Santa Vitória do Palmar;

➤ Está em execução o convênio entre esta Secretaria, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, o Grupo Capão Novo Empreendimentos Imobiliários e Elo Equipamentos Elétricos, para a instalação de doze sistemas de medição de velocidade de vento no litoral do Estado, objetivando verificar o potencial da região para instalação de centrais de fornecimento de energia elétrica a partir da energia dos ventos. Com o mesmo objetivo, foi assinado um convênio entre a SEMC, a CEEE e Wöbben WindPower para a instalação de mais cinco sistemas de medição de velocidade do vento no litoral e fronteira oeste do Estado;

➤ Visando à instalação de um aerogerador para o suprimento de energia elétrica do Parque Estadual de Itapuã, foi realizado um convênio entre esta Secretaria, Secretaria do Meio Ambiente e o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica da Eletrobrás;

➤ Quanto ao aproveitamento da biomassa, foram promovidos estudos e apoio na implementação de empreendimentos que a utilizem como fonte alternativa geradora de energia elétrica. Em 1999, foi assinado um Protocolo de Intenções entre a Secretaria, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a Companhia Geral de Distribuição Elétrica de Portugal e a Koblitz de Pernambuco, visando à implementação de centrais geradoras alimentadas por biomassa, inicialmente localizadas nos municípios de Dom Pedrito, Capão do Leão e Piratini, além de estudos para instalação de centrais nos municípios de Pelotas, Camaquã e Mostardas. Essas unidades utilizarão, como combustível, casca de arroz e resíduos de madeira. Especialmente no caso da casca de arroz, o seu aproveitamento irá contribuir para a solução de grave problema ambiental, além de permitir a utilização, como subproduto, da sílica remanescente após a queima.

### **3.1.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE**

A Companhia está regularizando suas concessões junto à ANEEL, tendo já assinado o contrato de Concessão da Distribuição e, em breve, já prevista assinatura dos contratos de Concessão da Geração e Transmissão. Isso garante à CEEE os direitos relativos à concessão, incluindo a correção tarifária legal. Para atendimento da nova regulamentação do setor elétrico brasileiro e buscando melhorias na gestão interna da empresa e agilização dos processos internos, a Companhia comprometeu-se, junto à ANEEL, a implantar um novo modelo organizacional.

Foi implantado o novo sistema de informações da CEEE – SYNERGIA- em outubro último, abrangendo as gestões comercial, técnica e administrativa (recursos humanos, suprimentos e financeiro-contábil). Os fatores determinantes para a implantação do sistema foram: modernização tecnológica, adequação ao “Bug do Milênio” e subsídio à tomada de decisão. Para o consumidor, o sistema proporcionou a possibilidade de escolha de datas de vencimento da conta e um novo formato da conta de energia. O sistema envolveu investimentos da ordem de R\$ 14,5 milhões em 48 meses (jun./1998 a maio/2000), tendo como beneficiários, além dos próprios empregados da CEEE, os consumidores de toda a área de concessão da CEEE, que abrange os COREDEs da Campanha, Centro-Sul, Litoral Sul, Vale do Rio Pardo e Metropolitano.

Está sendo desenvolvido um projeto especial para atender a sazonalidade do verão no litoral gaúcho, quando a demanda de energia cresce de forma significativa

na região: o Projeto Verão com Vida que prevê: instalação de controladores de demanda de energia elétrica no litoral; substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio e seus reatores por outros de melhor rendimento; construção da Linha de Transmissão Atlântida x Arroio da Sal; ampliação da capacidade das subestações de Arroio do Sal, Pinhal e Tramandaí; construção de 2 novos alimentadores em Imbé e Arambaré; instalação de bancos de capacitores no litoral, manutenção nas linhas de transmissão, alimentadores e redes de baixa tensão.

Em relação à gestão financeira, a CEEE efetivou a criação da Junta Financeira, com a finalidade de deliberar, de forma colegiada e participativa, sobre os recursos financeiros, visando padronizar e otimizar as atividades que tenham como resultado despesas de custeio ou investimentos pela Companhia. Com a operacionalização da Junta, reduziram-se as despesas de custeio em 22%.

Além disso, dentre outras medidas de caráter financeiro, objetivando sanear a empresa, foram quitadas antecipadamente, através da Medida Provisória n° 1858-8, dívidas tributárias da ordem de R\$ 72 milhões, com um valor desembolsado de R\$ 33 milhões, apresentando um ganho financeiro da ordem de 54%.

Do mesmo modo, estão em andamento negociações visando à alteração de pagamento da dívida com a ELETROBRAS, alterando de 40 para 124 parcelas vincendas. Tal prolongamento contribuirá substancialmente para a busca do equilíbrio financeiro da CEEE.

Também foi renegociada a dívida com a ELETROCEEE, tendo sido obtida uma carência de 24 meses no pagamento de dívida, sendo que neste período o desembolso financeiro será de apenas 30% dos juros devidos. Esta repactuação trará uma economia de caixa na ordem de R\$ 8,5 milhões para 1999.

Em 1999, foi anulada, pelo Governo Federal, a licitação para construção da Usina de Candiota III e, atualmente, a Diretoria da CEEE e a SEMC vêm negociando com o Tesouro Nacional e o Ministério de Minas e Energia a transferência definitiva do empreendimento para a União – Federalização de Candiota III, juntamente com a dívida associada. Através destas medidas, haverá um resgate de aproximadamente R\$ 130 milhões da dívida da CEEE.

De outro lado, foram desenvolvidas ações objetivando aumento da receita. Para combater o crescimento da inadimplência e recuperação dos valores devidos pelos consumidores, foi estabelecida uma estratégia de atuação da CEEE, definindo políticas de cobrança a serem seguidas por toda a empresa, com tratamento isonômico a todos os consumidores. Estas medidas buscam o incremento da receita, com o conseqüente aumento das possibilidades de investimentos e melhorias no abastecimento de energia.

Outra medida adotada é a celebração de convênio entre a CEEE e o Banco do Brasil com o objetivo de intensificar a arrecadação por débito em conta. O referido convênio trará uma redução de custos com tarifas bancárias da ordem de R\$ 60 mil anuais. É esperado que a cobrança da conta de energia elétrica por débito em conta bancária traga redução da inadimplência.

Quanto à medição de energia, foram comprados novos medidores visando à cobrança correta da energia consumida. O investimento de R\$ 2,3 milhões realizado na área de concessão da Companhia.

**Distribuição de Energia Elétrica** - Na melhoria, conservação e ampliação do sistema de distribuição da área de concessão da Companhia, foram desenvolvidos nos COREDEs Campanha, Centro-Sul, Litoral, Sul, Vale do Rio Pardo e Metropolitano, os projetos de adequação de circuitos do sistema de distribuição de baixa tensão existente, expansão e adequação do sistema de transmissão de 69 kV e 138 kV, da rede subterrânea do centro de Porto Alegre, além do Projeto Energia para Todos, destinado a atender consumidores de baixo poder aquisitivo. Também foi realizada a manutenção do sistema de distribuição e subestações. Os investimentos foram da ordem de R\$ 27,6 milhões.

De forma a garantir a qualidade de energia fornecida, eliminar sobrecargas, permitir liberação de novas cargas em todo o Estado foram implantadas e ampliadas as subestações de distribuição de Alegrete 2, Distrito Industrial Automotivo, Garibaldi, Santa Cruz do Sul 1, Porto Alegre 13, Scharlau, Guaíba 2 e Guarita. Os investimentos ocorreram na área de concessão da CEEE, correspondendo aos COREDEs: Fronteira Oeste, Serra, Vale do Rio Pardo, Vale do Rio do Sinos, Metropolitano e Fronteira Noroeste foram de R\$ 4,7 milhões.

**Transmissão de Energia Elétrica** - A CEEE recebeu autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para exploração dos serviços de transmissão de dados por fibra ótica, em todo o território nacional, utilizando a infraestrutura do sistema de transmissão e distribuição elétrica.

Com objetivo de melhorar a operação e manutenção do sistema elétrico em todo o Estado e, como conseqüência, o atendimento ao consumidor, foi realizada a expansão e manutenção do sistema de telecomunicações, telecontrole e teleprocessamento próprio de comunicações da CEEE.

No que diz respeito ao aumento da eficiência do sistema, de forma a reduzir os riscos de racionamento de energia em todo o Estado, foi instalado o banco de capacitores e implantadas novas linhas de transmissão: Garibaldi x Carlos Barbosa, Cidade Industrial x Porto Alegre 9, Farroupilha x Garibaldi, Ramal Scharlau, Gravataí 2 x GM nos COREDEs Serra e Vale do Rio do Sinos.

A partir do decreto do estado de emergência, por parte da ANEEL e do Governador do Estado, iniciou-se o Projeto de Interligação Norte – Oeste-PINO, que permite o fechamento do anel de transmissão do Estado, garantindo maior segurança no abastecimento de energia, além de uma nova conexão com o sistema interligado, que amplia a capacidade de importação de energia no Estado. Foram construídas as Linhas de Transmissão Santo Ângelo x São Borja, Santo Ângelo x Santa Rosa e Santo Ângelo (ELETROSUL) x Santo Ângelo 2 (CEEE), ampliadas as Subestações Santo Ângelo 2, São Borja 2 e Maçambará, incluindo a Supervisão e Telecomunicações. O investimento total da ordem de R\$ 37,7 milhões permitiu a abertura de mais de 350 postos de trabalho nas empresas contratadas.

Objetivando garantir a qualidade no fornecimento de energia às distribuidoras do Estado e manter as condições operacionais do sistema de

transmissão da rede básica da CEEE, para abastecimento das distribuidoras do Estado foi realizada a conservação de linhas de transmissão e de subestações da transmissão, com investimentos da ordem de, respectivamente, R\$ 1,1 milhão e R\$ 8,1 milhões.

**Geração de Energia Elétrica** - A empresa está participando em estudos e projetos de aproveitamento hidrelétrico e termelétrico para expansão da geração, incluindo aproveitamento de gás, e convênios para viabilização de projetos de geração, incluindo outras alternativas de geração (eólica, casca de arroz, etc.).

Quanto às usinas hidroelétricas, está em implantação, em conjunto com universidades do Estado, projetos ambientais na Usina Hidroelétrica de Dona Francisca com investimentos de R\$ 1 milhão, os quais, além de garantirem a implantação da Usina, com o cumprimento da legislação ambiental, preservarão as condições ambientais, com monitoração e manejo de elementos físicos – bióticos, programas de assistência à saúde à população atingida, programa de educação ambiental e salvamento arqueológico na área a ser atingida pelo reservatório.

Nos projetos em desenvolvimento, está em construção a Usina de Machadinho, com a participação da CEEE no consórcio, que vai proporcionar uma geração de 1140 MW. A Companhia está elaborando o estudo de viabilidade técnica e econômica e projeto básico para ampliação e automatização da UHE Bugres. A empresa está também realizando um inventário do potencial hidrelétrico da bacia do rio Ijuí. O montante dos investimentos previstos é de R\$ 11,6 milhões.

A Usina Hidrelétrica de Santa Rosa está sendo recuperada e automatizada, no município de Santa Maria do Herval, COREDE da Serra, totalizando investimentos de R\$ 579 mil e que permitirão que a Usina volte a gerar 1,5 MW, aumentando a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, regularizando a tensão e frequência da região.

De modo a eliminar a restrição de geração da Usina de Itaúba, devido ao entupimento das grades de adução, está em implantação um sistema retentor de detritos na Usina, cujos investimentos serão de R\$ 180 mil.

### **3.1.2 - Companhia Rio-grandense de Mineração – CRM**

A CRM investiu, em 1999, R\$ 1 milhão nas áreas de pesquisa, na melhoria das instalações, na ampliação da capacidade produtiva e na infra-estrutura das unidades mineiras, recuperando em parte o nível de investimento necessário para a manutenção operacional da empresa. Além disso, a CRM está implantando um processo de modernização e reestruturação administrativa que inclui um Plano Diretor de Informática e a criação da Junta Financeira, ações estas destinadas a contrapor o processo de privatização e desmonte da Companhia. O investimento na área de informática, só em 1999, alcançou a cifra de R\$ 532 mil.

Buscando otimizar o sistema de produção da empresa, estão sendo realizados estudos de alternativas de operação na Mina de Leão I. Neste período de estudos, o sistema de produção existente já está sendo otimizado. Esta ação reduziu o prejuízo da empresa em mais de R\$ 600 mil, se comparado com o exercício anterior.

Na Mina de Candiota, também foi desenvolvido um programa de aumento da qualidade e da eficiência mineira, realizando investimentos para aumentar a produção de carvão mineral. O acerto dessas medidas são expressos pelo aumento da produção, estimada para esse ano em 2.123.123 toneladas, bem como, na elevação dos indicadores PCV (toneladas de carvão produzidas/homem/dia) para 21,84 t/h/d e o ROP (razão entre despesa e receita) para 66,71%. Está em implementação o estudo da gaseificação do carvão desta jazida e o aproveitamento da argila em conjunto com a Universidade da Campanha – URCAMP. Foi assinado, também, um contrato para expansão da área de mineração desta mina, com 511,40 ha, garantindo áreas mineráveis até o ano 2.006 e a extração de mais de 140 milhões de toneladas de carvão.

As realizações não se restringem ao aumento da produção. A busca de novos mercados é uma realidade da CRM. Com esse objetivo, além de participar da concorrência para fornecimento da Usina de Charqueadas, também mantém negociação permanente com a futura operadora da Usina Jacuí I, empreendimento que reerguerá a indústria carbonífera do Baixo Jacuí. Igualmente, mantém contatos com empresas nacionais e internacionais, visando buscar novos mercados para o aproveitamento do carvão oriundo das áreas de concessão da CRM. Na busca de novos mercados, a empresa concluiu estudos de viabilidade técnico-financeira para as atividades da Mina do Iruí, São Vicente do Norte e Mina do Leão II, as quais, juntamente com a Mina de Candiota, fornecerão carvão para a Usina de Candiota III e suas subseqüentes.

Quanto ao equilíbrio financeiro, a CRM vem negociando – através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda - a amortização de sua dívida atual com o Estado de R\$ 91,7 milhões. Esse valor é compatível com sua capacidade de pagamento, sem comprometer suas possibilidades de expansão e atendimento das demandas de carvão do setor elétrico estadual. A dívida encontrada foi reduzida para R\$ 3,4 milhões devido à quitação de parte das contingências trabalhistas e cíveis. Foram também realizados acordos coletivos com os sindicatos e renegociadas cláusulas sociais que incluíram um novo plano de saúde.

Quanto ao meio ambiente, foi implantada uma nova política na empresa com a criação do Plano de Gerenciamento e Controle Ambiental, tendo como objetivo definir e organizar as ações ambientais, com investimentos da ordem de R\$ 204 mil, sendo que os beneficiários serão as comunidades circunvizinhas às áreas da CRM.

### **3.1.3 Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS**

Com a finalidade de dotar de quadro de funcionários condizente com as demandas da empresa, iniciou-se em 1999 um processo de estruturação administrativa. A primeira iniciativa foi criar uma assessoria jurídica própria possibilitando, assim, autonomia para organização e acompanhamento dos atos jurídicos pertinentes e de interesse da SULGÁS, como contratos, licitações e pareceres.

No que se refere ao equilíbrio financeiro, com o aumento dos valores comercializados e os contratos de venda de gás de refinaria, foi incrementada a receita operacional da empresa. Essas medidas acarretaram aumento significativo nos custos, de sorte a tornar a SULGÁS superavitária a partir de julho. Foram também concluídos e

assinados os contratos de venda de gás natural boliviano no volume aproximado de 500.000 m<sup>3</sup>/dia, o que garantirá o *Ship-or-Pay* do primeiro ano de recebimento do Gasoduto Bolívia – GAS/BOL.

No que diz respeito ainda ao gás fornecido pela Bolívia, foi concluído com êxito o processo de licitação das obras dos dutos de distribuição, superando os entraves e questionamentos legais. Foram assinados os contratos de empreitada para execução da rede de distribuição no Estado, com extensão de aproximadamente 450 km e valor contratual de R\$ 68 milhões. Para tanto, foram captados recursos necessários para a primeira etapa das obras do gasoduto, no montante de R\$ 34 milhões.

As obras de cerca de 213 km da rede de distribuição do gás boliviano foram iniciadas em setembro, sendo que os investimentos ocorrerão nas regiões Metropolitana, Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Fronteira Oeste.

Objetivando otimizar o uso de energia, aumentar a oferta e dar autonomia de energia elétrica às empresas, está em projeto a implantação das miniusinas de co-geração com gás natural. Este processo, a ser implantado com a parceria da iniciativa privada, prevê a venda de energia excedente para o mercado.

Quanto à energia termelétrica, está em licitação uma usina termelétrica – UTE de ciclo combinado, com potência de 480 MW, que consumirá 1,92 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. O valor do investimento será aproximadamente US\$ 271 milhões, o início da produção está previsto para janeiro de 2002 e a localização provável será no município de Triunfo (Pólo Petroquímico). Este empreendimento privado irá representar a viabilização do novo gasoduto de transporte entre Uruguaiana e Porto Alegre, ficando a cargo da SULGÁS o fornecimento do gás para a termelétrica e toda a rede complementar de distribuição a outros consumidores.

Está em execução, também, o projeto de fornecimento de gás natural pela Argentina para a Usina Termelétrica de Uruguaiana, com potência de 600 MW e que consumirá 2,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. Serão investidos, pelos proprietários privados do empreendimento, recursos da ordem de US\$ 295 milhões na construção da usina e US\$ 16 milhões nas redes de transmissão, o que totalizará US\$ 311 milhões.

### **3.2 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS**

A Secretaria das Obras Públicas e Saneamento tem como competência fornecer apoio financeiro e administrativo nas áreas de saneamento e obras públicas e possui, para executar suas atividades 28 Escritórios Regionais. A SOPS atende a pequenas comunidades e localidades rurais, no que se refere à infra-estrutura básica, através de perfuração de poços para água potável e do sistema simplificado de abastecimento de água.

**Obras** – No tocante a obras, primeiramente, foram atendidas as solicitações da Secretaria da Educação que consiste na construção de 256 novas salas de aulas, correspondendo a aproximadamente 9.000 novas vagas; 30 reformas de escolas e 72



ampliações de prédios escolares, objetivando atender à demanda do ano letivo de 2000.

Resultante de Termos de Acordos Programados pela Secretaria da Educação junto às Prefeituras Municipais e Círculos de Pais e Mestres (CPMs) das Escolas Estaduais, que serão responsáveis pela elaboração dos projetos, orçamentos e definições das propostas apresentadas, foram programadas para construção 565 novas salas de aula, correspondendo a cerca de 19.000 novas vagas, e 11 reformas de escolas, cabendo à SOPS a responsabilidade da fiscalização das obras, através dos ERs.

Além, das obras voltadas para a rede de ensino, foram elaborados projetos envolvendo a:

- Recuperação do Arquivo Público Estadual;
- Instalação da Defensoria Pública Estadual, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF;
- Projeto arquitetônico do Laboratório do DAER;
- Projeto arquitetônico da Casa de Cultura de Rio Pardo;
- Encaminhamento, para conclusão, do processo de construção do “Centro Integrado da Juventude Piá 2000”;
- Casas de Apoio e Abrigo às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência, em Pelotas, e,
- Restauração, com reciclagem de uso do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

**Capacitação na Área de Recursos Hídricos** – O convênio com a TVE objetiva a difusão de questões relacionadas ao desperdício, à escassez e aos múltiplos usos da água, em conjunto com informações básicas sobre os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas. Já, com a Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), o convênio buscou capacitar recursos humanos para a educação ambiental, com ênfase na temática “recursos hídricos”.

**Comitês de Bacias Hidrográficas** - Foram instalados dois novos comitês, o do Rio Pardo e dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim, bem como a eleição da nova diretoria dos comitês das bacias dos rios Santa Maria, Sinos e Gravataí e a eleição das entidades que irão compor os futuros comitês das bacias dos rios Tramandaí e Camaquã.

Atualmente, há um total de oito comitês instalados (Sinos, Gravataí, Santa Maria, Caí, Taquari-Antas, Lago Guaíba, Pardo e Vacacaí Vacacaí-Mirim), para um montante de 23 comitês previstos para o Estado, havendo outros dois que só dependem da eleição da diretoria (Tramandaí e Camaquã), dois que estão em fase de seleção das entidades candidatas à formação (Baixo-Jacuí e Ibicuí), seis comissões provisórias que estão trabalhando, em conjunto com o Conselho de Recursos Hídricos para a criação de seus respectivos comitês (Alto Jacuí, Passo Fundo-Várzea, Mirim-São Gonçalo, Litoral Médio, Butuí-Icamaquã-Piratinim e Ijuí) e dois que já estão se articulando para iniciar o processo (Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo e Apuaê-Inhandava). Os demais estão sendo acompanhados, inclusive os dois comitês que integram o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, quais sejam, o dos rios Quaraí e Negro.

### **Disponibilidade Hídrica das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul**

- O conhecimento da disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul ensejou a continuidade dos convênios firmados com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) para a implementação de um projeto piloto de estruturação dos valores de contribuição financeira a serem pagos pelo uso da água na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria; com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, que objetiva a implantação de obras de irrigação no Estado; com a METROPLAN, cujo objeto é desenvolver um programa de trabalho com vistas à elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí; com a CEEE, que tem como meta a realização de estudos de aproveitamento hídrico na sub-bacia 75, situada na bacia do Rio Ijuí; e com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), para o desenvolvimento de ações voltadas ao gerenciamento de recursos hídricos, através do estudo da qualidade da água de poços artesianos utilizados como fonte para abastecimento público.

Também tiveram continuidade os estudos e projetos que objetivam a análise das condições hídricas das bacias e concluídos os estudos de avaliação qualitativa das disponibilidades e demandas de água nas bacias dos rios Vacacaí, Ibicuí e Baixo-Jacuí.

Os projetos de engenharia de barragens e estudos de impacto ambiental e relatório de impacto no meio ambiente (EIA-RIMA) contratados tiveram como objetivo atender as demandas do Programa de Irrigação da Metade Sul do Estado, firmado com o Governo Federal. No que concerne aos EIA-RIMAs, foram realizados estudos nos arroios Salso, Jaguari, Silva-Taquarembó, Capané-Capanezinho e Santa Bárbara e nos rios São Sepé e Butuí. Estes foram paralisados, em virtude do atraso no repasse de recursos por parte da União Implicando, também, na paralisação dos projetos de engenharia de barragens nos corpos d'água acima referidos.

Quanto à implantação da rede de monitoramento quantitativo na bacia hidrográfica do Guaíba, estabelecida pelo contrato com o PRÓ-GUAÍBA, destaca-se que as atividades estão sendo desenvolvidas em consonância com o determinado para a Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, co-executora deste Programa. Esta rede tem por objetivo a localização, instalação, operação e manutenção de estações, com vistas a contribuir para a viabilização do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

**Consulta Popular - Sistemas Simplificados para Abastecimento de Água** - Foram repassados R\$ 1,8 milhão para 77 Municípios, integrantes dos COREDEs Central, Nordeste, Produção, Vale do Rio Pardo e Norte, visando à implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de água.

**Programa Estadual para Pequenas Comunidades** – O Programa realiza repasse de recursos às prefeituras municipais para implantação ou melhoria de sistemas simplificados de abastecimento de água nas áreas carentes de infra-estrutura nos municípios mais pobres do Estado.

Esse Programa em 1999, empenhou recursos da ordem R\$ 1,8 milhão com o objetivo de beneficiar 5.610 famílias atingindo 208 localidades.

**Programa de Ação Social em Saneamento – PASS** – A SOPS repassou recursos às prefeituras municipais para implantação do sistema simplificado de abastecimento de água em pequenas comunidades, basicamente dos municípios

integrantes da Comunidade Solidária. Neste ano foram liberados R\$ 3,2 milhões e, beneficiadas 10.320 famílias, em 263 localidades.

**Programa de Açudes e Poços - PAP** – Importante Programa vinculado ao Departamento de Assuntos do Interior, conveniado com a CORSAN, é responsável pela perfuração de poços profundos tubulares nas comunidades rurais carentes e nas urbanas, onde inexistem abastecimentos pela CORSAN, em todo o território estadual, contribuindo para a erradicação de doenças de veiculação hídrica, com redução dos índices de mortalidade infantil, melhoria das condições de infra-estrutura e de vida, fixação do homem em seu meio de origem e contribuição para o desenvolvimento local.

No período emergencial de estiagem foram perfurados 235 poços em municípios da Região Norte, através de trabalhos conjuntos realizados pela Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, CORSAN e Defesa Civil.

O total de poços perfurados, em 1999, atingiu a marca de 551, número nunca antes alcançado, beneficiando uma população de 82.650 pessoas.

**Região Metropolitana** - Na região metropolitana foram repassados recursos, no montante de R\$ 1,4 milhão aos Municípios de Araricá, Canoas e Esteio para realização de obras de macrodrenagem e desassoreamento de córregos e canais, atendendo a demanda eleita em consulta popular e beneficiando aproximadamente 10.136 pessoas.

Por sua vez, na área de tratamento e controle de resíduos sólidos, a Secretaria firmou convênio com 8 Consórcios Intermunicipais de Gestão de Unidades de Tratamento, atendendo a demanda de 34 municípios do interior do Estado, através do repasse de R\$ 1,2 milhão previsto na Consulta Popular (COREDEs). Esta iniciativa somou-se a outras, como o lançamento da Cartilha da Região Metropolitana, que buscam fomentar a cooperação Intermunicipal. Além disso, atuou em parceria com os Municípios de Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre e Esteio na viabilização da implantação do Aterro Sanitário Santa Tecla, contando com recursos na ordem de R\$ 1,2 milhão, também gerido por Consórcio Intermunicipal, no município de Gravataí para destino final do lixo urbano dos municípios.

**FUNDURBANO** – Dando continuidade à concessão de empréstimo às Prefeituras Municipais, o FUNDURBANO, no decorrer do ano de 1999, assegurou recursos relativos aos contratos já existentes, na ordem de R\$ 1,2 milhão e ainda contratou novos empréstimos no valor de R\$ 3,6 milhões, perfazendo um total de R\$ 4,8 milhões. Estes recursos liberados atingiram mais que o dobro do exercício 1998.

O FUNDURBANO assegurou a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de 236 municípios, aproximadamente, 189.000 gaúchos, através da execução de obras de saneamento básico, iluminação pública, pavimentação, construção de creches, e de centros administrativos, melhorando sobremaneira a infra-estrutura urbana e bem estar social dessas localidades.

### 3.2.1 - Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

Frente à situação encontrada, algumas medidas foram adotadas no sentido de reduzir o déficit orçamentário para um terço, através de políticas que envolveram a readequação orçamentária, a informatização dos processos e o incremento da produtividade.

Com a readequação, o déficit orçamentário previsto para o ano de 1999 apresentou uma redução de R\$ 105 milhões para R\$ 38 milhões. No primeiro quadrimestre do ano, a receita operacional direta dos serviços apresentou um aumento de 3,10% em relação ao ano de 1998 (excetuando-se Novo Hamburgo). Inclusive, foram cortados gastos que representaram, de janeiro a abril de 1999, uma economia de 62,5% com despesas gerais, atingindo principalmente as áreas de publicidade e propaganda (-99%), avisos e publicações (-76%), locação de bens e veículos (-34,5%), aluguéis e condomínios (-18%). Os gastos com materiais de conservação e tratamento tiveram uma redução de 40,9% no período.

As despesas com serviços de terceiros diminuíram em 34,1%, com maior destaque nos serviços profissionais (-80,7%), mão-de-obra contratada (-63,2%), conservação e manutenção (-47,3%) e transportes por terceiros (-40%).

As despesas com pessoal tiveram redução de 8,1% no período, devido ao envolvimento de servidores da empresa que aceitaram o desafio de assumir serviços terceirizados, comprometendo-se com padrões mais exigentes de qualidade.

Quanto às medidas tomadas junto aos consumidores para diminuir a inadimplência dos usuários particulares, foi elaborado um programa para redução da dívida ativa. Quanto às dívidas de 58 municípios, que chegavam a R\$ 4,2 milhões em dezembro de 1998, a empresa pretende regularizá-las, preferencialmente promovendo um encontro de contas.

Em setembro de 1999, a CORSAN implantou nova estrutura tarifária, visando corrigir as distorções e injustiças inerentes à estrutura então existente. Este procedimento foi suspenso por decisão judicial.

**Serviços Prestados** - Foram realizadas obras de expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a execução de desenvolvimento operacional no valor de R\$ 36,6 milhões nos municípios de Cruz Alta (COREDE Alto do Jacuí); Júlio de Castilhos, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Maria (COREDE Central); Butiá, Tapes (COREDE Centro Sul); Cândido Godói (COREDE Fronteira Noroeste); Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, Uruguai (COREDE Fronteira Oeste); Nova Petrópolis (COREDE Hortênsias); Terra de Areia, Torres (COREDE Litoral) Palmitinho (COREDE Médio Alto Uruguai); Santo Ângelo (COREDE Missões); Ijuí (COREDE Noroeste Colonial); Erechim (COREDE Norte); Parobé, Taquara (COREDE Paranhana-Encosta da Serra); Carazinho, Marau, Passo Fundo, Sarandi, (COREDE Produção); Bento Gonçalves, Guaporé (COREDE Serra); Jaguarão, Piratini, Rio Grande (COREDE Sul); Montenegro, Salvador do Sul, Canoas, Esteio, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul (COREDE Vale do Rio dos Sinos); Boqueirão do Leão, General Câmara, Pantano Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul (COREDE Vale do Rio Pardo); Arroio do Meio, Arvorezinha, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado,

Roca Sales, Teutônia (COREDE Vale do Taquari); Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Gravataí, Viamão (COREDE Metropolitano Delta do Jacuí). No que diz respeito à redução do desperdício de água, está prevista a instalação e/ou substituição de 100 mil hidrômetros.

Com recursos do Fundo PIMES, foram realizadas obras de melhorias e expansão nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no valor de R\$ 3,2 milhões nos municípios de Santa Cruz do Sul, Gramado, Viamão, Uruguaiana, Alvorada, Cassino e Marau.

A seguir, o quadro-resumo dos serviços prestados pela Companhia.

#### QUADRO COMPARATIVO DOS SERVIÇOS – 1998 – 1999

| Variáveis Físicas         | 1998                      | 1999                        | % de Variação |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|---------------|
| Número de economias       | 1.721.321                 | 1.761.428                   | + 2,33        |
| Nº de economias de esgoto | 172.167                   | 175.391                     | +1,90%        |
| Volume de água produzido  | 476.140.260m <sup>3</sup> | 464.000.000 m <sup>3*</sup> |               |
| Perdas de água            | 44%                       | 41%                         |               |

\*Diminui devido à devolução do Sistema de Novo Hamburgo  
Fonte: CORSAN

**Plano Emergencial de Saneamento** – O Plano Emergencial de Saneamento, lançado em outubro de 1999, foi instituído com o objetivo de sanar, através de ações preventivas, o habitual desabastecimento de água que ocorre no período de verão. Esse Plano, beneficiou cerca de 2.500.000 habitantes em diversas regiões do Estado, envolvendo um investimento da ordem de R\$ 9 milhões em melhorias, substituição e ampliação de redes, perfuração de poços, limpeza e drenagem de canais, reformas e instalações de estações de tratamento de água e esgotos, substituição de ramais e adutoras.

### 3.3- SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

A Secretaria dos Transportes, quando do advento da nova gestão de governo, encontrava-se com uma estrutura organizacional inadequada, excessiva terceirização de atividades-fim, assim como desaparelhada, pessoal despreparado e sem a devida vinculação com os órgãos subordinados.

**Reorganização Administrativa** - Tendo em vista a verificação de inadequados procedimentos administrativos internos foram realizados ajustes no organograma da Secretaria dos Transportes, bem como na definição de uma política única do setor de transportes.

Também neste ano a Secretaria dos Transportes, além de realizar audiências públicas em vários municípios, realizou e/ou participou nos seguintes Seminários: 1º Seminário dos Transportes Metropolitano, em Porto Alegre; Porto do Rio Grande: Os Desafios da Próxima Década, em Rio Grande; 1º Seminário sobre Estradas Municipais, em Porto Alegre; *Workshop* do Porto da Capital, em Porto Alegre; *Workshop* do Porto de Cachoeira do Sul, em Cachoeira do Sul; Reativação do Porto de Pelotas e seus Reflexos, em Pelotas.

**Programa de Qualidade de Obras** - Foi firmado convênio entre a ST(DAER) e a Secretaria da Ciência e Tecnologia (CIENTEC) para cooperação na melhoria da qualidade das obras de infra-estrutura, através de Comitê Executivo que atuará nas fases de projeto, licitação e execução dos serviços.

**Projeto Porto da Capital** - A reavaliação técnica e econômica da área do Porto de Porto Alegre foi realizada visando sua utilização portuária ou revitalização para uso de atividades comerciais e de lazer.

**Ações Junto ao Governo Federal** - Junto ao Governo Federal, a Secretaria dos Transportes encaminhou as seguintes ações: proposta para alocação de recursos para recuperação das rodovias federais delegadas (aproximadamente 1.500 km) não privatizadas sob o Programa de Concessão de Rodovias ou sua devolução ao Governo Federal; cobrança de haveres pela execução de construção e manutenção de rodovias federais, no valor de R\$ 244 milhões; contemplação de recursos para o Rio Grande do Sul no Orçamento Geral da União e no Plano Plurianual; consolidação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, bloco político formado pelo RS, SC, PR e MS, que propõe planejamento regional e unidade política para os pleitos dessa região junto ao Governo Federal; e preparação de material para contratação de financiamento externo para construção de obras de infra-estrutura para o projeto PRODETUR.

**Infra-Estrutura Aeroportuária** - No ano de 1999, foram retomadas as atividades de ampliação, modernização e recuperação da infra-estrutura aeroportuária do Estado, conforme a seguir descrito:

No Aeroporto Regional de Caxias do Sul:

➤ Concluída a ampliação das salas de embarque e desembarque do terminal de passageiros, adaptando-as a demanda proveniente das operações das aeronaves Boeing 737-500 e Fokker 100, cujo movimento já ultrapassou os 150 mil embarques/desembarques/trânsito no ano de 1999;

➤ Em implantação o equipamento de aproximação por instrumentos tipo VOR-DOPPLER, antiga reivindicação da comunidade, que proporcionará operações mais seguras, em condições meteorológicas adversas;

➤ Executado o projeto de engenharia para implantação de esteira transportadora de bagagem e outras melhorias no terminal de passageiros, do parque de estacionamento de automóveis, da área para implantação da SCI-Seção Contra-Incêndio, da cerca de proteção da área aeroportuária, da localização dos equipamentos de rampa e estudo das potencialidades comerciais do aeroporto.

No Aeroporto Regional de Passo Fundo:

➤ Obras de recuperação asfáltica e sinalização diurna da pista de pouso/decolagem, taxi-way e pátio de manobras de aeronaves;

➤ Projeto e execução da pavimentação asfáltica e sinalização diurna do taxi de acesso ao pátio de hangares;

- Projeto básico para iluminação do acesso aos hangares;
- Aprovado o Projeto de Proteção Contra-Incêndio – PPCI – do terminal de passageiros e casa de força, com aquisição dos equipamentos e execução das adaptações necessárias;

- Elaboração do projeto executivo da implantação do VOR-DME, já adquirido, que proporcionará maior segurança às operações por instrumentos;

- Executado o projeto voltada às adaptações necessárias para uso do terminal de passageiros por deficientes físicos;

No Aeroporto Regional de Santo Ângelo:

- Aprovado o Projeto de Proteção Contra-Incêndio – PPCI – do terminal de passageiros e casa de força, com aquisição dos equipamentos e execução das adaptações necessárias;

- Executado o projeto das adaptações necessárias para uso do terminal de passageiros por deficientes físicos;

- Estudo das obras necessárias para operações da aeronave Boeing 737-500 e de vôos internacionais no Aeroporto.

No Aeroporto Regional de Rio Grande:

- Aprovado o Projeto de Proteção Contra-Incêndio – PPCI – do terminal de passageiros e casa de força, com aquisição dos equipamentos e execução das adaptações necessárias;

- Elaborado o projeto voltado às adaptações necessárias para uso do terminal de passageiros por deficientes físicos;

- Elaborado o projeto básico para iluminação do pátio de manobras das aeronaves.

Nos demais aeroportos do Estado foram executados:

- Projeto de alargamento da pista de pouso/decolagem do Aeroporto de Erechim;

- Projeto de implantação do aeroporto de Vacaria em novo sítio, destinado ao transporte de carga aérea;

- Estudos para implantação de aeroporto em Flores da Cunha, destinado ao transporte de carga aérea;

- Execução do plano básico de proteção do Aeroporto de Ijuí;

- Complementação dos estudos nas localidades de Canela e São Francisco de Paula, visando ao licenciamento ambiental pela FEPAM para implantação do Aeroporto da Região das Hortênsias, destinado ao turismo;

➤ Conclusão das obras de ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves e implantação com pavimentação asfáltica do pátio para hangaragem do Aeroporto de Torres;

➤ Elaboração da APA - Área de Proteção Ambiental para obtenção da Licença de Operação do Aeroporto de Torres;

➤ Elaboração do Plano de Implantação de Seção Contra-Incêndio SCI nos aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santo Ângelo, Torres, Erechim e Ijuí.

Outras atividades importantes executadas:

➤ Realização do Estágio de Adaptação de Bombeiros em Aeródromos, primeiro no país realizado para órgãos estaduais, com a participação de 20 bombeiros de Caxias do Sul, 10 de Passo Fundo e 10 de Santo Ângelo;

➤ Elaboração de projetos para obtenção de recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, junto ao Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica para o Biênio 2000/2001, para melhorias nos aeroportos de Carazinho, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Erechim, Estrela, Frederico Westphalen, Ijuí, Itaqui, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, São Borja, Soledade, Torres, Três Passos e Vacaria;

➤ No âmbito da administração de aeroportos, foram retomadas as relações com o Ministério da Aeronáutica, mediante a assinatura dos Termos Aditivos aos Convênios DAC-007/88 para viabilizar a cobrança da Tarifa de Uso de Auxílios em Área Terminal-TAT e conceder ao Estado à administração e exploração comercial dos aeroportos de Erechim, Torres e Carazinho;

➤ Estudos objetivando a revisão do plano aeroviário do Estado, para possibilitar o acesso aos recursos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, a ser realizado mediante convênio com o DAC\IAC – Instituto de Aviação Civil;

➤ Assinatura dos “Acordos de Gestão” aeroportuária com os municípios de Caxias do Sul, Santo Ângelo e Santa Rosa;

➤ Definição de critérios para fixação de preços específicos e tarifas aeroportuárias, visando ampliar a arrecadação decorrente da exploração comercial dos aeroportos;

➤ Ampliação da exploração comercial dos aeroportos concedidos, através da licitação e contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias externas e nos terminais de passageiros;

➤ Participação na Comissão Paritária Estado/Infraero para Ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, com a coordenação e acompanhamento dos projetos, obras e desapropriações necessárias.

**Política de Transporte Ferroviário** - Com relação ao transporte ferroviário foi iniciado a negociação com o concessionário para implantação do ramal ferroviário



interligando Pelotas a General Luz, no centro industrial do Estado, bem como a reativação da utilização de trechos da malha ferroviária existente.

**Plano de Obras Rodoviárias** - Coordenação de levantamento físico do elenco de 474 contratos de obras, permitindo a elaboração de um plano de obras, beneficiando mais de 180 municípios.

**Programa de Melhoria do Trânsito nas Rodovias do Estado** - Em virtude do excessivo número de vítimas de acidentes de trânsito, foi criado um grupo executivo e ouvidoria para desenvolver ações educativas e preventivas e a ampliação da fiscalização de trânsito por meios eletrônicos e melhorias na sinalização de estradas. Também foram criadas mais 05 Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIs, para análise dos 65.000 recursos de multas restantes de exercícios anteriores, mais os 6.700 novos que ocorrem a cada mês.

**Auditoria no Programa de Concessão Rodoviária (Pedágios)** - Os contratos de concessão rodoviária foram auditados, visando restaurar os índices de lucratividade das concessionárias, nos termos da contratação inicial, tendo como conseqüência a redução nas tarifas de 24 praças de 06 pólos de pedágio, medida que foi suspensa face à liminar judicial exarada pelo Tribunal de Justiça do RS.

### **3.3.1 - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DAER**

A política adotada na anterior gestão administrativa, para o setor rodoviário, estava voltada principalmente para a privatização das rodovias.

A Secretaria dos Transportes assumiu um programa em andamento na área de concessões de rodovias à iniciativa privada, que instituiu em 1998, sete pólos rodoviários, totalizando 28 praças de pedágios em operação com altas tarifas e dois pólos ainda a serem implantados. Através do Programa Estadual de Concessão Rodoviária, foram recebidos da União 3.500 km de estradas federais, sendo que 2.000 km foram destinados à formação dos pólos juntamente com 850 km de rodovias estaduais e os 1.500 km restantes ficaram sob a responsabilidade do Estado, ampliando a necessidade de trabalhos de conservação, sem que houvessem os recursos correspondentes para isso.

Baseado em auditorias realizadas pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE), foram reduzidas as tarifas de 6 pólos de pedágio, por ato unilateral do Governo. O objetivo foi restaurar os índices de lucratividade das concessionárias, que apresentaram superfaturamento aos previstos nos contratos de concessão. Entretanto, através de liminar, o Poder Judiciário tornou a medida sem efeito, estando a questão *sub judice*. Está em fase conclusiva uma consultoria, contratada junto ao Bird, na qual está sendo reavaliado todo o Programa de Concessão Rodoviária do Estado.

**Plano de Obras** – O DAER, tendo em vista o grande número de contratos de obras, elaborou um Plano de Obras, que definiu e priorizou aquelas que teriam continuidade. Os critérios para essa definição foram os de contemplar obras consideradas estratégicas dentro do Programa de Governo, obras possíveis de conclusão a curto prazo e, para aquelas que não teriam continuidade, foram tomadas medidas de proteção para que não se perdessem serviços já executados e se garantisse a trafegabilidade.

Quanto ao pagamento dos serviços executados foram priorizadas as rodovias integrantes do Plano de Obra/99, sem amortização das dívidas herdadas.

O Governo do Estado investiu em obras mais de R\$ 200 milhões para a construção, recapeamento e manutenção de cerca de 450 Km de rodovias, em 148 municípios, com 119 frentes de trabalho e a geração de 14 mil empregos. A meta foi dar prioridade ao término de 50 obras que estavam há dez anos em construção e deixar toda a malha rodoviária em boas condições de trafegabilidade. Os critérios adotados para priorizar as obras foram a finalização de estradas regionais da rede viária estrutural, rodovias em estágio físico-financeiro que permitissem conclusão em curto prazo, necessidade de serviços de proteção a obras já realizadas, andamento de ligações regionais e escoamento da safra agrícola, além de obras aprovadas na Consulta Popular. Para chegar a este resultado a Secretaria dos Transportes trabalhou no sentido de readequar custos, otimizar recursos, rever preços de obras, projetando para os próximos anos a redução de despesas para priorizar investimentos.

**Fiscalização e Gerenciamento do Transporte Intermunicipal** - Objetivando a qualificação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, foram instalados 3 postos de vendas de passagens fora das estações rodoviárias, nas cidades de Santa Maria, Caxias do Sul e Pelotas, bem como foi instituído um sistema de respostas às reclamações.

A implementação de operações de fiscalização conjuntas envolveu a equipe de cadastro e fiscalização, os fiscais do interior, a Polícia Rodoviária Estadual e os fiscais do ICMS em 700 ônibus e 150 estações rodoviárias procuraram garantir a qualidade dos serviços prestados pelos concessionários aos usuários de transporte de longo curso.

Também foi realizado o cadastramento e registro de 1.400 empresas de fretamento e turismo. Outra ação importante foi a realização de estudos tarifários para adequação do preço das passagens.

**Sistemas Eletrônicos de Operação Rodoviária do DAER/RS** – Visando à redução de acidentes e ao disciplinamento da velocidade de deslocamento dos veículos em 29 rodovias gaúchas, foram implantados 73 equipamentos de controle de velocidade, sendo 36 controladores ostensivos (lombadas eletrônicas) e 37 discretos (“pardais”), totalizando um investimento na ordem de R\$ 9,5 milhões. O conjunto desses equipamentos é responsável pelo monitoramento de 5 mil km de estradas, onde ocorreu sensível diminuição das estatísticas de acidentes com vítimas fatais.

**Pedágios Administrados pelo DAER** - O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem administra diretamente 3 pedágios, localizados na RS/135, na RS/239 e na RS/240. Sua arrecadação é aplicada em melhoramentos, manutenção e ampliação das próprias rodovias pedagiadas.

Na RS/135, transitaram 863.151 veículos, com arrecadação de R\$ 2,4 milhões, que foram aplicados na construção da sede do Batalhão da Polícia Rodoviária e em serviços aos usuários, tais como carro guincho, local para informações/repouso, etc. Já na RS/239, circularam 3.040.612 veículos, sendo arrecadados R\$ 4,3 milhões, que foram investidos na duplicação da própria rodovia. Na RS/240, os valores

arrecadados alcançaram o montante de R\$ 8,6 milhões, com a circulação de 3.390.044 veículos, e foram investidos na duplicação da RS/122.

**Restauração de Pavimento e Obras de Arte de Rodovias** – Dentro do Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais (PNMRE), foram concluídas as obras de restauração de 174 Km de rodovias dos 396 Km contratados para a etapa 1999/2000, totalizando um investimento de R\$ 19,2 milhões. Essas obras tem previsão de término para março de 2000.

**Anel Viário da UFRGS** – No exercício de 1999, foi encaminhado o edital para ampliação do acesso ao Campus do Vale da UFRGS, cuja extensão será de 2,91 km.

**Acesso ao Aeroporto Salgado Filho** - A construção do acesso ao novo terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho é de responsabilidade do Governo do Estado, conforme o disposto no convênio assinado com a INFRAERO. Em 1999, o DAER definiu o projeto técnico e licitou a obra, que terá 2 km de extensão, compreendendo três viadutos e trechos de acesso.

**Desenvolvimento e Qualificação Técnica do Corpo Funcional** - Em virtude da carência de corpo técnico, o Governo do Estado nomeou 55 concursados. Também foram realizados 53 cursos de treinamento/qualificação para 1.010 funcionários, com um custo de R\$ 44 mil.

**Conservação de Rodovias** - Devido ao início do transporte da safra agrícola de verão, o DAER, em caráter de urgência, implementou a Operação Safra, investindo R\$ 7 milhões para recuperar cerca de 1.000 km de rodovias da rede não pavimentada. Foi também desenvolvida a operação “Tapa Buraco”, com recursos na ordem de R\$ 3,5 milhões para a recuperação de rodovias federais delegadas, entre elas a BR/290, trecho Uruguaiana-Alegrete.

Através de um amplo programa de sinalização, o Estado sinalizou 637 Km de rodovias gaúchas representando um investimento de R\$ 11,6 milhões em ações para segurança no trânsito, e ampliação do programa de controladores eletrônicos de velocidade. Em março de 2000, deverão estar sinalizados mais 641 km. Também foram investidos R\$ 15,7 milhões para duplicação dos trechos onde estão localizados os três pedágios estaduais. Recursos esses, provenientes da própria arrecadação das praças.

O número de máquinas em serviço do DAER foi quadruplicado. Os equipamentos que estavam em desuso foram totalmente recuperados.

**Complementação da Rede Estadual** - Dentro do Programa de Complementação da Rede Estadual Pavimentada, financiamento externo com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, foram concluídos 142,7 km dos 453 km trabalhados, com um dispêndio de R\$ 76,6 milhões.

**Ampliação da Malha Rodoviária Pavimentada** - Objetivando à diminuição dos custos de transporte com a melhoria das condições de circulação, assegurando interconexão rodoviária entre regiões produtivas, o Governo do Estado, através do DAER, com recursos do Tesouro, investiu R\$ 61,7 milhões em construção de rodovias, compreendendo projetos finais de engenharia, terraplenagem, drenagem, base,

revestimento, compensações ao meio ambiente, bem como medidas de proteção em relação aos trechos paralisados.

### **3.3.2- Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH**

A SPH, apesar de ser um órgão novo, vinha apresentando, desde a sua criação, uma acentuada desorganização administrativa, acrescida de registros financeiros e contábeis falhos, bem como de vários problemas críticos na área de portos e hidrovias.

A Superintendência de Portos e Hidrovias registrou, em 1999, um aumento de 26,55% na movimentação de cargas no Porto de POA (926.946 toneladas) entre importações e exportações, em relação ao mesmo período de 1998. Por outro lado a despesa da Autarquia foi reduzida em 25,23%.

Dentro da política de promover a intermodalidade, a SPH está implementando um plano de emergência para a desobstrução de canais hidroviários, visando evitar acidentes com embarcações.

**Reorganização Administrativa** – Os contratos de prestação de serviços e terceirização de mão-de-obra foram revisados, adequando-os aos parâmetros da realidade atual da SPH e tornando-os menos onerosos em aproximadamente 30%. Está em estudo um levantamento da situação patrimonial, unificando os registros e verificando a situação dos bens imóveis. Foi realizado um levantamento e dimensionamento da composição de pessoal, inclusive as possíveis aposentadorias, para encaminhamento de solicitação visando realizar concurso público.

Desenvolveu-se também uma sistemática, de acordo com o que prevê a legislação, para inscrição em dívida ativa das empresas inadimplentes, notificando 151 empresas em débito com a SPH, buscando recuperar R\$ 7 milhões.

Foram implementados mecanismos de controle no consumo de energia elétrica, água, cópias reprográficas e telefone, gerando uma economia de 30% nas despesas de custeio; adotadas planilhas de controle na entrada de pessoas nas dependências da Autarquia com a utilização de crachás; levantamento e identificação dos ocupantes dos terrenos localizados na área do porto organizado, bem como da infra-estrutura neles construída.

Com a Superintendência do Porto de Rio Grande, foi formalizado encontro de contas na ordem de R\$ 3 milhões e, em relação ao FGTS, obteve-se a redução do débito em aproximadamente R\$ 1 milhão; e o saldo de R\$ 1,3 milhão foi quitado através de encontro de contas entre o Estado e a Caixa Econômica Federal.

No que concerne à qualificação e aperfeiçoamento dos servidores, foram oferecidos diversos cursos e treinamentos, bem como foi providenciada a contratação de empresa especializada para informatização da Autarquia, com assessoria da PROCERGS.

**Dragagem e Sinalização de Hidrovias e Recuperação da Infra-Estrutura dos Portos Interiores** – Foram recuperados o rebocador ITU, a draga Santo Amaro, a lancha Albatroz, os guindastes nºs 13 e 18, bem como foi reformado o motor da draga

Presidente Médici; recuperada a sinalização náutica dos canais de navegação, através da reforma de 8 bóias de luz e confecção de 120 bóias cegas; dragados, aproximadamente 108.800,00 m<sup>3</sup> e retirados, aproximadamente, 300 calões nos canais de navegação da Lagoa dos Patos.

Objetivando à recuperação das atividades do porto de Pelotas, foi realizada batimetria, visando ao aumento do calado de 10 para 14 pés, implementando, desta forma, a reativação da economia da região sul do Estado.

### **3.3.3- Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG**

O atual Governo recebeu a SUPRG com diversas carências, tanto estruturais, funcionais, administrativas quanto de infra-estrutura do Porto de Rio Grande, em parte decorrentes da visão privatizante do Governo anterior.

No ano de 1999, a SUPRG experimentou uma queda de receita da ordem de 14% em relação ao exercício anterior, em face da desvalorização da moeda nacional e da quebra de safra. Em decorrência, a Superintendência desenvolveu esforços de redução de despesas.

A despeito disso, diversas ações foram implementadas, no primeiro ano deste Governo, visando o saneamento da instituição e a recuperação do porto.

**Revitalização do Porto Velho** – No exercício de 1999, foi elaborado o projeto de execução do armazém 1 e do paisagismo e urbanismo. A execução das obras integrantes da Revitalização do Porto Velho, arrolada no Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, o qual está sendo gerenciado pela Secretaria do Turismo, que está gerenciando financiamento junto ao Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

**Dragagem** – Foi executado serviço de batimetria que levantou a situação atual da profundidade dos canais e bacia de evolução, estudo este que acusou o assoreamento de alguns pontos considerados críticos que, no próximo exercício, deverão ser dragados. Neste estudo, verificou-se também que o calado do berço de containers do Porto Novo é de 31 pés.

**Pátio de Containers** – No exercício de 1999, foram executadas obras para implantação de um pátio de containers, no Porto Novo, com área de 30.000 m<sup>2</sup>, dotando as instalações portuárias de melhores condições de operacionalizar a movimentação dos mesmos.

**Terminal Automotivo** – Está em andamento, no Porto Novo, a implantação do terminal automotivo, com área de 100.000 m<sup>2</sup> para atender as demandas das montadoras, tanto na importação como na exportação. Neste exercício, houve a demolição e a remoção de aterros das instalações industriais desativadas, bem como a construção de muro de concreto e guaritas.

**Infra-Estrutura do Porto Novo** – No Porto Novo, foi construída e reparada a rede de alta tensão e subestação; executados serviços de conservação, manutenção de balizamentos das bóias e sinais náuticos; recuperadas as instalações físicas dos armazéns, executados calçamentos e pavimentações de áreas; recuperados os

guindastes 4 e 18 e outros aparelhos portuários, bem como houve a reparação naval do Batelão Campista.

**Plano Diretor de Informática** – Desenvolveu-se um sistema informatizado com geoprocessamento, aquisição de software e hardware e implantação de rede com cabos de fibra ótica, que resultou numa imediata melhoria dos serviços oferecidos aos usuários.

### **3.4- SECRETARIA ESPECIAL DA HABITAÇÃO – SEHAB**

A política habitacional adotada no Governo anterior estava voltada para a priorização de recursos do FGTS (Programa Pró-Moradia) e para a intermediação de verbas federais para os municípios. No intuito de implantar e implementar uma política pública voltada para a habitação popular, foram desenvolvidas diversas ações

**Criação da SEHAB** – Em 17 de maio de 1999, através de Lei nº 11.324, é criada a Secretaria Especial da Habitação – SEHAB, com a conseqüente extinção da Secretaria Especial da Região Metropolitana, incorporando toda a estrutura e servidores do Departamento de Habitação da SOPSH, além do Conselho Estadual da Habitação e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, passando a ser o órgão formulador e executor das políticas públicas estaduais para a área da habitação.

No dia 19 de maio de 1999, através do Decreto nº 39.534, foi criado o orçamento da SEHAB, com a abertura de créditos no montante de R\$ 22,8 milhões, resultado da transferência das dotações orçamentárias da Secretaria Especial da Região Metropolitana e da área de habitação da Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação.

Desde sua criação, a SEHAB desenvolve suas ações na área habitacional, através dos Departamentos: Administrativo-Financeiro; Produção Habitacional; Regularização Fundiária e de Fomento ao Cooperativismo Autogestionário e Popular. Neste período, foram realizadas ações e projetos de regularização fundiária, reassentamentos, cooperativas e produção de moradias populares e lotes urbanizados, com reduzido quadro de pessoal e deficiências materiais e equipamentos.

**Regularização Fundiária, Reassentamentos e Cooperativismo** - O programa prevê repasse de recursos do orçamento do Governo do Estado na ordem de R\$ 3 milhões, com o intuito de desenvolver ações de regularização fundiária, reassentamento, fomento ao cooperativismo habitacional autogestionário e popular, serviços de topografia, levantamento sócio-econômico, levantamento cadastral, elaboração de estudos e projetos, execução de serviços de infra-estrutura, estudos de viabilidade urbanística, acompanhamento e orientação de trabalhos sociais, reordenação urbana, assessoria técnica, participação em programas intersecretariais, grupos de trabalho, estudos e orientações sobre legislações pertinentes, assessoria e acompanhamento nos processos de financiamentos habitacionais e agilização nos processos de aprovação de projetos nas concessionárias, em 15 municípios, abrangendo aproximadamente 50 vilas e/ou áreas ocupadas, prevendo beneficiar 15.000 famílias.

**Moradia Popular** - O Governo do Estado conveniou com 123 municípios

pertencentes a 8 Conselhos Regionais de Desenvolvimento -COREDEs, que priorizaram a área habitacional na Consulta Popular/1998, com o objetivo de construir 1.094 unidades habitacionais, 4.422 lotes urbanizados, 395 unidades sanitárias e 524 melhorias em habitações, para a população com renda familiar de até 5 salários mínimos. Os municípios participam do programa com uma contrapartida de, no mínimo, 50% do total do investimento.

Foram assinados os convênios totalizando o montante de R\$ 9 milhões. Este programa encontra-se em fase final de análise dos planos de trabalho para posterior execução das obras.

**Produção de Habitações e Lotes Urbanizados** - O Programa de Produção de Habitações e Lotes Urbanizados do Fundo de Desenvolvimento Social realizou convênio com 17 municípios, objetivando a construção de 3.682 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 11,7 milhões.

Este Programa teve início em 1997, através da doação de áreas pelos municípios. Cabe ao Estado a execução dos projetos executivos e a obtenção de recursos para tal fim; contudo não foram viabilizados até o final do exercício de 1998.

Durante o exercício de 1999, foi promovida a reavaliação do Programa com a aprovação de recursos do Governo Estadual, de acordo com a realidade financeira do Estado, bem como foram concluídos os projetos, assinados os respectivos convênios, estando os mesmos em fase inicial de execução das obras

**Melhoria das Condições Habitacionais** - O Programa Habitar-Brasil prevê o repasse de recursos da União ao Governo do Estado que, posteriormente, formaliza convênios com os municípios, objetivando a produção habitacional para a população com renda familiar preferencialmente de até 3 salários mínimos.

Este Programa foi iniciado no exercício de 1998, com a apresentação dos planos de trabalho por mais de 100 municípios inicialmente contemplados. Após a análise dos mesmos pelo Governo do Estado, foram encaminhados à Caixa Econômica Federal-CEF e ao Ministério de Planejamento e Orçamento-MPO, para aprovação.

Em julho de 1999, o Programa foi retomado, após o Governo Federal ter promovido um drástico corte dos recursos inicialmente previstos, resultando no valor final disponível de R\$ 6 milhões, com vistas a beneficiar 65 municípios. Após essas definições, foi retomada a análise das propostas dos municípios, promovida a assinatura dos respectivos convênios e iniciadas as obras.

Além disso, com recursos do Orçamento Geral da União, exercício de 1999, foi repassado ao Município de Montenegro, através do Governo do Estado o valor de R\$ 200 mil, para a construção de unidades habitacionais. Também no exercício de 1999, está em fase de conclusão a construção de 2.882 unidades habitacionais do Programa Habitar-Brasil, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União de 1997, que tiveram seu início em 1998, beneficiando 86 municípios com um volume total de recursos de R\$ 9,4 milhões.

**Linha de Crédito ao Servidor Público para Moradia** – Em outubro de 1999, no dia do Funcionário Público, o Governo do Estado assinou convênio com a

Caixa Econômica Federal, proporcionando ao Servidor Público Estadual, acesso a linhas de crédito para a aquisição da casa própria, materiais de construção, bem como produção de moradias com taxas diferenciadas, proporcional à renda e com desconto em folha de pagamento.

**1ª Conferência Estadual da Habitação** – Foi realizada também, no período de janeiro a novembro de 1999, a 1ª Conferência Estadual da Habitação, que compreendeu as etapas de Lançamento Oficial, 4 Seminários Temáticos, 12 Pré-Conferências Regionais e a Conferência Estadual, com a participação de mais de 6.000 pessoas de todo o Estado, representantes de outros estados, bem como de países do Mercosul.

### **3.4.1- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS**

**Venda da Carteira Imobiliária à Caixa Econômica Federal** - No exercício de 1999, o Governo do Estado assinou o Instrumento Contratual de Ativos e outras Avenças de venda da carteira imobiliária da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul à Caixa Econômica Federal-CEF. Da mesma forma, foi realizada a regularização fundiária e imobiliária de 37.608 créditos, com prestações acima de R\$ 25,00 e notificação por Aviso de Recebimento-A.R. a 30.516 mutuários, informando a venda de seu crédito e entrega dos mesmos (averbados em cartório, juntamente com a matrícula, à CEF).

**Regularização Fundiária e Imobiliária** - A COHAB desenvolveu ações para regularização fundiária e imobiliária de 69 conjuntos habitacionais, compreendendo 12.624 unidades.

**Campanha de Quitação** - Objetivando proporcionar condições de quitação de imóveis, pelos mutuários, a COHAB lançou a Campanha de Quitação, para prestações de até R\$ 25,00.

Em decorrência dessa Campanha, foram visitados 37 municípios, realizadas 59 plenárias com participação de 46.900 pessoas, bem como visitados 60 municípios, oportunidade em que foram entregues recibos de quitação.



## 4- ÁREA SOCIAL

### 4.1 - SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

A Secretaria da Cultura, preocupada com a execução de uma política de ação cultural voltada para a valorização, divulgação e incentivo ao desenvolvimento cultural no Estado do Rio Grande do Sul, realizou uma série de ações, dentre elas:

**Patrimônio Histórico e Artístico** - Houve o tombamento da Casa da Banha, na Cidade de Pelotas. Prédio de valor histórico serviu de quartel das forças legalistas na Guerra dos Farrapos, como sede do jornal Diário de Pelotas, prisão para chefes federalistas na Revolução de 1893, entre outras funções. Primeiro tombamento da atual administração e o primeiro tombamento estadual em Pelotas.

Promovido, do mesmo modo, o tombamento da Granja de Pedras Altas em Pinheiro Machado. Imóvel histórico, antiga residência do chefe político maragato Joaquim Francisco de Assis Brasil. O tombamento inclui o Castelo de Pedras Altas, seu mobiliário, biblioteca, documentos, acervo fotográfico e terras que formam a granja.

**Museus** - Na área de museus, como não poderia deixar de ser, coube a apresentação de significativas exposições.

O Museu de Artes do RS Ado Malagoli - MARGS efetivou as exposições de Vasco Prado (esculturas), Pietrina Checacci (pinturas), Irineu Garcia (esculturas), Francisco Stockinger (80 anos), Horst Janssen (gravura e metal), Leopoldo Plentz (fotografias), Franz Krajcberg (fotografias e esculturas), Siron Franco (pinturas), "MARGS Itinerante". Essas atividades do MARGS foram apreciadas por mais de 90 mil visitantes.

Por sua vez, o Museu Júlio de Castilhos promoveu exposições voltadas às Sociedades Indígenas, Formação do Rio Grande do Sul, A República, A Revolução Farroupilha (itinerante), Mulheres de Março: O Feminismo em Cartaz, O Senhor de Pedras Altas, América Inédita e Porto Alegre entre Trinchieras.

No Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, foram realizadas exposições e mostras sobre Carmen Miranda (mostra fotográfica, vídeos, palestras), Mostra de Vídeos Documentários do acervo do Museu. E, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL, pôs-se em prática o Projeto A Escola vai ao MARSUL (15.148 alunos visitantes), O MARSUL Vai à Escola (itinerante - 25.387 estudantes).

A Antropoética de Lévi-Strauss (seminário, exposição de fotografias, leitura dramática e curso dos estruturalismos), o Artesanato Pré-histórico (exposição), Ah! Eu Sou Gaúcho! (seminário), e os 500 Anos de Dominação Masculina (seminário) foram as atividades que colocaram em evidência o Museu Antropológico do RS – MARS, no exercício de 1999.

**Livro** - O Instituto Estadual do Livro fomentou algumas edições, quais sejam, Alcides Maya: Um Sátiro na Terra do Currupira - de Léa Massina, Teceres - de Cassia Pinto, Restos do Dia - de Maria Moura, Fascículos Autores Gaúchos/Nova Série: Donaldo Schüler, Jane Tutikian, Programa "Autor Presente" - Encontros de Escritores com Alunos (24 encontros, sendo 4 em Porto Alegre e 20 em outros

municípios).

**Música** - As principais realizações da área da música, exercidas pelo Instituto Estadual da Música, concretizaram-se através do Show de Verão em Tramandai (em parceria com a Prefeitura), Edição de CD do I Festival de Música da Reforma Agrária em Palmeira das Missões, Show de Nei Lisboa em Caxias do Sul (em parceria com a Prefeitura), Show de Bebeto Alves no 1ª Semana de Integração Cultural do Mercosul em Arambaré, Show de Mano Lima em Caxias do Sul, Show de Solon Fishbone em Caxias do Sul, Show de Lurdes Rodrigues em Sananduva, Show de Pedro Munhoz em Pelotas, Show da Banda Banho de Cheiro em São Leopoldo, Circuito Estadual de Música (Itinerante: 25 cidades).

A Discoteca Pública Natho Henn, neste ano que passou, voltou-se para audições comentadas de música erudita (apresentações semanais), Ópera Viva (mensal), Encenação da Ópera Carmela de Walter Schultz Porto Alegre (em parceria com a OSPA) em Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas.

**Cinema** - A área de cinema do Estado, mais precisamente, o Instituto Estadual de Cinema, desenvolveu os seguintes projetos: Projeto Curtas na Praia (Tramandai e Cidreira), II Prêmio Gaúcho de Fotografia (concurso), Projeto 100 Anos com Hitchcock (projeções de filmes com debate), Mostra Internacional de Filmes de Curta-metragem Portugueses e o Concurso Anual de Curta-metragem.

Em complemento, nas três salas de cinema da Cinemateca Paulo Amorim, foram apresentados 304 filmes, em 3.698 sessões, assistidos por 52.810 espectadores. As principais mostras: Festival de Cinema de Gramado; Dia Internacional da Mulher; Ciclo Sexualidade é o Tema; Semana do Novo Cinema Italiano; Ciclo Rossellini Essencial; Mostra do Cinema Japonês; Mostra Alain Delon abrilhantaram com efeito a área de cinema.

**Artes Cênicas** - O Instituto Estadual de Artes Cênicas realizou, dentre suas atividades, o Pequeno Circuito de Verão (apresentações teatrais em Tramandai, Pinhal e Cidreira), Oficina de Teatro e Teatro de Bonecos para Assentamentos (Rondinha e Piratini), Oficina de Elementos Básicos do Espetáculo (em 10 cidades do interior), Prêmio Anual de Incentivo à Produção de Artes Cênicas (concurso), X Festival Gaúcho de Teatro Amador-regional (seis cidades do interior), Dançando às Pampas (em comemoração ao Dia do Funcionário Público), Mockinpott 32 Anos de Arena (projeto de retomada da história do Teatro de Arena).

#### **4.1.1 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF**

A Fundação Instituto de Tradição e Folclore – FIGTF, no intuito de desenvolver as manifestações folclóricas e tradicionalistas do Rio Grande do Sul, promoveu a Semana do Trovador, participação institucional com eventos privilegiando a cultura nativista dirigida ao público em geral, especialmente à Associação dos Trovadores.

Realizado na Casa de Cultura Mário Quintana, no Instituto Estadual do Livro, no Museu Antropológico do RS e na FIGTF o Seminário "Ah! Eu sou Gaúcho!". O Seminário discutiu a identidade cultural do Rio Grande do Sul, abrangendo diversas áreas da cultura, como história, política, literatura, música, cinema, artes plásticas,

antropologia e tradicionalismo e foi dirigido a estudantes universitários e ao público em geral.

Nos meses de setembro e novembro de 1999, foi organizada a 1ª Feira do Disco na Praça pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Secretaria Municipal da Cultura e Clube do Disco (Associação das Gravadoras e Lojas de Discos). A Feira teve a participação da FIGTF na organização dos shows musicais que aconteceram todos os dias. Houve ainda a doação de 180 camisetas com logotipo da Fundação para as pessoas que trabalharam na Feira e lançamento do Projeto "Memória da Discografia Regionalista", amplamente divulgados na imprensa escrita e eletrônica.

De outro lado, a 2ª Festa Campeira destinada à participação nos shows artísticos, com ajuda de custo do apresentador-âncora, alcançou resultados satisfatórios de visibilidade desta Fundação, beneficiando a população em geral, mais especificamente o segmento nativista, que consolidou, no Parque da Harmonia, este evento.

A Fundação participou também da 45ª Feira do Livro através de parcerias realizadas com várias editoras, fundamentalmente, na área da literatura e história, bem como consagrou-se nesse espaço institucional de visibilidade. O resultado dessa participação foi o fortalecimento do contato da população com a literatura sul-riograndense. Outras ações foram oportunizadas.

**Recuperação do Galpão Crioulo** - A existência de um galpão crioulo com aproximadamente 10x20 m, contudo em estado de abandono, motivou a recuperação e a reforma do mesmo. O investimento foi feito para que houvesse um espaço adequado para o cultivo das tradições, cursos de danças gaúchas, artesanato campeiro, culinária campeira, oficinas e seminários sobre folclore e/ou temas relativos.

**Festivais Nativistas e Regionalistas** - A Fundação participou, em 1999, de diversos festivais, levando para o interior o seu nome e o do Governo do Estado, divulgando o trabalho desenvolvido e as suas propostas, e buscando parcerias para futuros projetos descentralizados, para que a cultura do Rio Grande do Sul seja primeiro consumida pelos gaúchos, com isso diminuindo o preconceito do gaúcho para com o gaúcho.

**Criançando** - Atividade realizada no Parque Marinha do Brasil, composta de uma festa para as crianças com brincadeiras, jogos e miniofinas sobre o folclore infantil. O objetivo consiste em mostrar para as crianças de hoje como e com o que as crianças brincavam no passado.

**Semana Farroupilha** - De forma descentralizada, a Semana Farroupilha começou pelas capitais farroupilhas - Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete, e após passando por Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, terminando em Porto Alegre com o desfile na Av. Perimetral. A partir do tema "Liberdade, Igualdade e Humanidade" buscou-se, e foi alcançado, o objetivo de fazer uma reflexão em todo o Estado sobre a atualidade do tema e seu significado na vida do cidadão em todas as escolas, CTG's, clubes, piquetes, prefeituras, enfim, na sociedade organizada que comemora a Semana Farroupilha.

**Semana do Folclore** - Realizada a Semana do Folclore, em agosto de

1999, na Usina do Gasômetro, com tema específico sobre a raça negra. A Semana foi permeada por exposições da vestimenta, arte, culinária, religião e dança voltadas à valorização das etnias que fazem parte da formação do Estado e que normalmente são esquecidas ou relegadas a um segundo plano nas comemorações.

**EXPOBRASIL** - Em maio/99, cada Estado expôs trabalhos artesanais da cultura e do folclore próprios. Divulgamos a cultura nativista, trajes típicos, música, hábitos e costumes, a evolução da indumentária, danças folclóricas e tradicionais.

#### **4.1.2 - Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV**

A Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, objetivando suprir algumas de suas funções vitais, efetivou contratações temporárias para diversos setores até que seja realizado concurso público para preenchimento do quadro de pessoal. Foram, ainda, adquiridos diversos equipamentos para a qualificação do parque técnico da Fundação e locados diversos equipamentos para melhorar a programação da TVE e da Rádio FM Cultura.

#### **4.1.3 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA**

A Fundação Orquestra Sinfônica, no ano de 1999, no intuito de incrementar o programa cultural para todo o Estado, constituiu um Conselho Artístico, conselho este responsável pela elaboração de toda a programação artística da orquestra, democratizando, assim, todas as decisões que a envolve. Além disso, foram elaborados e encaminhados projetos ao Ministério da Cultura, visando à obtenção de recursos financeiros para a programação artística de 1999/2000.

Especificamente, no tocante aos concertos, foram realizados: 16 da série oficial. Nestes, os estudantes universitários e pessoas acima de 60 anos não pagam ingresso, e os servidores públicos estaduais têm garantido desconto de 50%; 08 concertos da série OSPA/UFRGS, que ocorrem em um domingo por mês no Salão de Atos da UFRGS, com entrada franca. Tais concertos possuem caráter educativo, popularizando o acesso à música erudita a todas as camadas da população; 24 concertos especiais, efetivados em várias cidades do interior do Estado e na capital, de caráter inteiramente gratuito e aberto à população.

Duas óperas foram apresentadas na OSPA. A primeira, a "Ópera Carmela", do compositor gaúcho José de Araújo Vianna, foi encenada em três apresentações no Teatro da OSPA e em duas no interior do Estado. A segunda ópera, "Carmen", de Georges Bizet, em forma de concerto, apresentada em duas noites no Teatro da OSPA.

A Escola de Música, que há muito não vinha efetuando matrículas, abriu inscrições no primeiro e segundo semestres, alcançando a marca de 180 alunos. Iniciado, também, o Projeto Ouviravida, que tem por objetivo a ampliação da ação da Escola de Música para as vilas da periferia de Porto Alegre, através da musicalização (educação musical) de crianças destas comunidades. O projeto, iniciado na Vila Pinto, com apenas quatro professores, já atende cerca de 320 crianças.

Na área administrativa, buscaram-se condições para que o órgão pudesse promover a expansão das atividades culturais na Orquestra Sinfônica, no Teatro e na

Escola de Música, atingindo indiretamente todo o seu público.

Todas essas realizações da FOSPA evidenciam, claramente, a preocupação do Estado em popularizar a cultura, beneficiando, principalmente, as comunidades carentes, como a comunidade da Vila Pinto de Porto Alegre, estudantes universitários e os idosos.

#### **4.1.4 - Fundação Theatro São Pedro – FTSP**

A Fundação Theatro São Pedro pautou suas ações em duas grandes linhas. A primeira voltada ao desenvolvimento de projetos culturais e a segunda à solução de sérios problemas de ordem administrativa.

As questões de caráter cultural envolveram: (a) descentralização da bilheteria, ou seja, colocar junto a outros locais a venda de ingressos para espetáculos diversos; (b) continuidade aos projetos de “música ao meio-dia”, patrocinados pela iniciativa privada, que possibilitam a realização de espetáculos com entrada franca ao meio-dia das quartas-feiras; (c) aproximação do público em geral de espetáculos artísticos e culturais.

Toda a população do Rio Grande do Sul foi beneficiada com estes projetos, eis que os espetáculos que aqui estréiam ganham destaque e publicidade, propiciando a sua inserção nas mais distantes regiões do Estado e também fora dele.

De outra sorte, os problemas de cunho administrativo, atacados no exercício de 1999, envolveram questões como implantação de um controle interno, com ênfase no setor financeiro; levantamento de bens patrimoniais; fornecimento de recursos humanos e materiais necessários à manutenção da Fundação.

A FTSP priorizou, igualmente, a nomeação de uma comissão de estudos para implantação do plano de cargos e salários, integrada por representantes da Secretaria da Cultura e da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos, bem como o preenchimento de certas vagas necessárias ao desenvolvimento dessas ações. Outra medida importante tomada, agora envolvendo recursos materiais, consiste na informatização da Fundação através da troca de equipamentos junto à PROCERGS; aquisição de *softwares* e equipamentos de informática; organização e remanejamento em locais de trabalho, para melhor dinâmica; e desenvolvimento de estudos e projetos junto à PROCERGS para implantação de controles que determinem um efetivo controle junto à bilheteria.

#### **4.2- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SE**

Não obstante os problemas anteriormente apontados, muitas atividades puderam ser desenvolvidas a partir de um planejamento construído de forma participativa, desde as suas diretrizes mais gerais, até as suas ações estratégicas. Um dos grandes entraves dessa construção, foi a cultura existente de programas, projetos e ações fragmentadas, pontuais, atomizados, sem a visualização da Secretaria ou da escola como um todo, com reflexos diretos na execução do orçamento 99. A Secretaria da Educação, preocupada com a implantação de uma nova política de educação, voltada principalmente para a valorização do ensino em todos os seus níveis,

desenvolveu inúmeras ações.

**Suspensão da Municipalização de Escolas** – Uma das primeiras iniciativas foi suspender a municipalização de novas escolas. Entretanto, em relação aos convênios de municipalização em andamento, as comunidades escolares e locais foram consultadas sobre a conclusão do processo, assim como as municipalizações em situação irregular estão sendo objeto de regularização. Do mesmo modo, a nova administração procurou regularizar os pagamentos pendentes do Governo anterior e construir critérios para contratação de professores e funcionários através do PRADEM. Os contratos de professores, de um total de 4.818, em 1998, foram reduzidos para 3.876, em 1999. A contratação de funcionários também sofreu redução. De um total de 5.967 funcionários contratados através do PRADEM, em 1998, passou para 2.440, em 1999.

**Construção Coletiva das Diretrizes Gerais e das Ações Estratégicas da Educação** - Para o ano de 1999, as diretrizes gerais estabelecidas foram: (1) Construir coletivamente uma escola democrática e popular, implantando o processo da constituinte escolar; (2) Democratizar o acesso à escola pública de qualidade social: expansão e qualificação do ensino médio (formação geral e tecnológica) e qualificação do ensino fundamental em todas as modalidades de ensino; (3) Implantar e implementar o Movimento de Alfabetização de Adultos/RS, em parceria a sociedade civil organizada; (4) Resgatar a dignidade dos trabalhadores em educação, através de uma política de formação permanente e de valorização profissional; (5) Estabelecer uma efetiva parceria com os municípios, buscando superar os problemas na área da educação básica; (6) Estimular a realização de práticas esportivas, recreativas e de lazer, em especial às comunidades escolares, às periferias urbanas e rurais, valorizando o interior e considerando condições sócio-econômicas, situações de risco social e biológico, porte de deficiências e superdotes, questões de gênero, etnias e ecologia; (7) Articular e instituir políticas públicas para PPDs (Pessoas Portadores de Deficiência) e PPAHs (Pessoas Portadores de Altas Habilidades), construindo um paradigma voltado à cidadania; (8) Potencializar a interação com organizações/instituições nacionais e internacionais para troca de experiências e circulação de idéias; (9) Redimensionar o Sistema Estadual de Ensino; (10) Potencializar o acesso ao ensino superior.

O desenvolvimento dessa ação abrangeu todo o âmbito da Secretaria da Educação com seus técnicos, as 30 regionais da educação do Estado e as 3.012 escolas da rede pública estadual.

**Constituinte Escolar** - Amplo movimento de participação ativa da comunidade escolar - alunos, pais, professores e servidores, organizações da sociedade civil e instituições do poder público, para a definição de diretrizes e princípios da educação pública no Rio Grande do Sul, através de debates, plenárias, seminários, painéis, encontros e conferências. A constituinte fundamenta-se nos seguintes pressupostos: educação como um direito de todos; participação popular enquanto método de gestão das políticas públicas; dialogicidade enquanto um princípio ético-existencial de um projeto humanista e solidário, e utopia enquanto força impulsionadora da construção de uma sociedade solidária, democrática, justa, plural.

As ações visam: estudar a realidade regional, resgatar e refletir as práticas educativas realizadas nas escolas públicas; aprofundar temáticas apontadas no estudo

da realidade; orientar a ação da Secretaria da Educação e das regionais na construção da escola democrática e popular. Aplicado R\$ 1 milhão nessa ação com o objetivo de beneficiar toda a comunidade escolar - alunos, pais e trabalhadores em educação - movimentos sociais populares, administrações populares, sindicatos de diferentes categorias e sociedade civil.

**Fórum Estadual da Violência** – Criação do Fórum Estadual da Violência, integrado ao processo da constituinte escolar, visando resgatar valores e princípios que respeitem as diferenças dos indivíduos, bem como, através de debates e ações conjuntas, estabelecer diagnóstico da violência nas escolas do Estado e elaborar estratégias de ações articuladas com o projeto de desenvolvimento do Estado, estabelecendo-se nas escolas um ambiente propício à construção do conhecimento e de novas relações de paz, solidariedade e justiça. Todos os envolvidos no processo educacional do Estado, na rede de ensino fundamental e na de ensino médio foram beneficiados por tal medida.

**Suspensão do Processo de Avaliação Externa das Escolas Estaduais** - O processo de avaliação externa das escolas estaduais foi suspenso, especialmente devido à concepção deste Governo sobre a avaliação educacional como um processo participativo, diagnóstico, emancipatório, em contraposição ao processo classificatório e seletivo adotado no Governo anterior. Considere-se, ainda, que a avaliação educacional está sendo um dos temas de discussão no processo da constituinte escolar, em todas as instâncias do sistema, através do qual serão definidos os princípios e diretrizes da escola pública estadual.

**Oferta de Vagas no Ensino Fundamental** - No que concerne à ampliação da oferta de vagas no ensino fundamental, foram construídas 9 salas emergenciais em parceria com o município de Porto Alegre, para atender as regiões onde houve excedentes, e implantadas as séries seguintes nas escolas de ensino fundamental incompleto. Do mesmo modo, houve a implantação conjunta, prefeituras e Governo do Estado, da Central de Vagas nos municípios de Gravataí, Viamão e Caxias do Sul, bem como implementação da mesma em Porto Alegre, visando distribuir as vagas existentes nas redes estadual e municipal, com base em critérios pré-definidos, agilizando e qualificando o processo de matrícula/2000, democratizando o acesso, com o término das filas de matrículas. Aplicados R\$ 53 mil para beneficiar, de forma direta, mais de 150.000 alunos matriculados nas redes municipal e estadual dos municípios onde estão sendo implantadas as centrais de vagas.

Ainda, na área de ensino fundamental, foi promovida a qualificação das relações com a comunidade escolar - pais, alunos, professores e servidores, sociedade civil e instituições do poder público, desdobradas em atividades junto ao Fórum de Educação que reúne Ministério Público (SMED, SE, CPERS, UGES, ATEMPA, CMDCA) e a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente e aos Fóruns Educacionais dos Conselhos Populares, beneficiando todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, em especial, no município de Porto Alegre, onde se concentram as principais ações.

**Ampliação, Reforma e/ou Construção de Escolas do Ensino Fundamental** - Promovida a ampliação, reformas e/ou construções de escolas do ensino fundamental, bem como aquisição de mobiliário básico, priorizado pela comunidade escolar, de acordo com as novas políticas de definições de necessidades para a qualificação e o aumento da rede física, visando ao atendimento da demanda escolar. Investidos R\$ 27,2 milhões para beneficiar 285 escolas (ampliação/reforma) e 195 escolas ampliadas receberam mobiliários e equipamentos básicos.

**O Ensino Fundamental e as Escolas Itinerantes** - Através de acordo com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola - AECA, o Estado garante o provimento de professores das escolas itinerantes dos acampamentos do Movimento Sem Terra, com custos em torno de R\$ 75,6 mil, beneficiando 22 professores e os alunos das escolas itinerantes da rede estadual do ensino fundamental.

**Capacitação dos Recursos Humanos da Área do Ensino Fundamental** - Formação continuada de professores e educadores que atuam nos laboratórios de informática das escolas e nos Núcleos de Tecnologia Educacional - NTEs, através de cursos regionais de capacitação, curso de graduação *latu sensu* em informática educativa, cursos de técnicos em telemática e da realização de fóruns de debates para professores multiplicadores. Nos 37 cursos realizados, foram envolvidos 1.400 professores e técnicos em tecnologia educacional, com custo de R\$ 374,7 mil.

Além disso, foram implementados 12 Núcleos de Tecnologia Educacional, através de adaptações físicas nos prédios e instalações de equipamentos. Implantação de 80 laboratórios de informática em unidades escolares, com o fornecimento de módulos de informática composto de computadores, impressoras, *scanner*, reguladores de voltagens e *softwares* educacionais. Valor aplicado: R\$ 239,7 mil. Nos meses de novembro e dezembro, foram implantados mais 262 laboratórios de informática nas unidades escolares da rede pública, totalizando R\$ 2,2 milhões.

Outro encontro realizado envolve a formação de professores de classes de aceleração, que busca a construção do conhecimento, respeitando o tempo e o espaço do educando. Valor aplicado R\$ 20,8 mil para abranger 5 Delegacias de Educação, 28 escolas e 200 professores.

Promovido três encontros do Núcleo de Educação Indígena (NEI), com a participação de professores, professores índios, ONGs, Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, com custo de R\$ 3,2 mil, bem como a realização de mais dois encontros para o mês de novembro do corrente ano, com valor estimado de R\$ 720. Do mesma forma, foi promovido encontro de formação objetivando a elaboração do Plano Diretor do PRÓ-GUAÍBA e Estratégia em Educação Ambiental III, adequados à nova concepção de educação da SE. Aplicados R\$ 2,8 mil para beneficiar 38 professores e técnicos da Secretaria da Educação.

Também promovido Encontro de Formação das Escolas da FEBEM, Escolas Abertas e Centros de Juventude, buscando a formação dos professores, monitores e técnicos das DEs e SE, para que, através de apoio teórico metodológico, construa-se coletivamente uma proposta político-pedagógica que vá ao encontro das necessidades e interesses destas crianças e adolescentes, respeitando suas especificidades. Nove Delegacias de Educação, cinco Centros de Juventude da FEBEM, quatro Escolas Abertas, num total de 100 pessoas, participaram do encontro.



Realizados doze encontros regionais de formação e capacitação dos professores, educadores e supervisores que atuam nas áreas de assentamentos do Movimento Sem Terra, visando desencadear a construção de um Projeto Político-Pedagógico de Educação Básica para o Campo vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura de quem vive e trabalha no campo, bem como a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras do Ensino Fundamental dos assentamentos de reforma agrária e realização do I Encontro Estadual de Educadores do Ensino Fundamental do Campo. Foram aplicados R\$ 133,9 mil para atender 17 Delegacias de Educação, 1145 professores/monitores/técnicos da SE e coordenadores da educação do Movimento Sem Terra.

**Expansão do Atendimento no Ensino Médio** - Promovida a expansão do atendimento no ensino médio, com a criação e transformação de escolas estaduais, compra de vagas/bolsas junto a escolas particulares, qualificação das bibliotecas escolares, bem como a realização de estudos/diagnósticos e a elaboração do Plano de Expansão do Ensino Médio para alocação de recursos junto ao BID. Foram aplicados cerca de R\$ 6 milhões com a criação/transformação de 41 escolas; aumento de matrícula de 1998 a 1999 de 42.000 alunos nas escolas estaduais; compra de vagas para 6.563 alunos; e aquisição de 32.844 livros.

**Ampliação, Reforma e/ou Construção de Escolas do Ensino Médio** – Na área do Ensino Médio foi dada prioridade à ampliação, reforma e/ou construção de escolas, bem como aquisição de mobiliário básico, priorizadas pela comunidade escolar, de acordo com as novas políticas de definição de necessidades para a qualificação e o aumento da rede física, visando ao atendimento da demanda escolar. Nove escolas foram ampliadas/reformadas e quarenta e nove escolas receberam mobiliário e equipamentos básicos, com um montante de R\$ 1,9 milhão aplicados.

**Educação Profissional** - Redimensionadas, em 1999, as ações desenvolvidas com a educação profissional, tendo em vista a necessidade de atender a uma nova concepção de ensino, ou seja, oportunizar o acesso à educação tecnológica básica e a preparação para o exercício de profissões técnicas, qualificando profissionais através da realização de encontros, palestras, elaboração de propostas integradas ao processo da constituinte escolar, bem como o aprimoramento de práticas pedagógicas em consonância com a política de desenvolvimento auto-sustentável do Estado.

Além disso, foram realizados estudos para o encaminhamento de abertura de 86 novos cursos técnicos e para a implementação da educação profissional no Estado, mediante a criação do Centro Tecnológico Parobé, do desenvolvimento do Projeto da Escola Monteiro Lobato, com a reforma e ampliação da mesma, e da qualificação de laboratórios, com a aquisição de equipamentos.

Diretores das escolas profissionalizantes, técnicos e interlocutores das Delegacias de Educação, 7.170 alunos serão beneficiados pelos repasses a seis escolas estaduais. O valor total aplicado na educação profissional ultrapassa R\$ 440 mil.

**Educação de Jovens e Adultos** - A realização dos exames supletivos, a discussão e a instalação do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, visando à redefinição das políticas nas áreas: Centros de Ensino Supletivo - CES;

Núcleos de Orientação de Ensino Supletivo - NOES; Centro Rural de Ensino Supletivo - CRES e do Projeto LER, merecem destaque na democratização do acesso à educação. Valor aplicado: R\$ 895,4 mil para beneficiar 262 educadores e coordenadores da Educação de Jovens e Adultos- EJA; 100.664 alunos inscritos para a realização dos exames supletivos.

O MOVA - Movimento desencadeado pelo poder público, em parceria com organizações da sociedade civil, foi instituído para possibilitar a jovens e adultos não alfabetizados o acesso à leitura e à escrita. Para viabilizar o Movimento, foram adquiridos materiais didáticos, realizados seminários regionais para formação de educadores populares, apoiadores pedagógicos e de animadores populares de alfabetização. Para garantir o trabalho dos educadores, animadores e apoiadores pedagógicos, foram repassados recursos às entidades conveniadas, para ajuda de custos, no montante de R\$ 2,5 milhões. Acrescido a isso, foram implantadas 1.986 turmas atendendo, aproximadamente, 20.000 alfabetizando, através de 177 entidades conveniadas, contando com 2.747 educadores, apoiadores pedagógicos e animadores populares.

**Ensino Superior** - No Programa Estadual de Crédito Educativo -PROCRED, cumprindo os contratos referentes a 1999, foram transferidos ao FUNPROCRED recursos para serem repassados a 27 instituições de ensino superior comunitárias cadastradas, para possibilitar aos alunos a frequência ao ensino superior em 102 cursos de 3º grau, destacando-se, prioritariamente, os cursos direcionados à área da educação, tais como: Pedagogia, Educação Física, Matemática, Ciências, Letras, História. Foram aplicados em torno de R\$ 6,7 milhões com vistas a beneficiar 3.200 alunos selecionados pelo PROCRED.

**Centro de Apoio Pedagógico para Educação Especial** - Implantado o Centro de Apoio Pedagógico – CAP para a produção de material braille visando ao atendimento a portadores de deficiência visual. Implantação de salas de integração e recursos e implementação do atendimento às áreas de deficiências múltiplas, visual e autista, em escolas estaduais e compra de vagas em escolas particulares para o atendimento dos PNEE's. Alunos portadores de necessidades educativas especiais da rede estadual de ensino e 1.059 alunos da rede particular foram beneficiados com essa ação, cujo montante aplicado perfaz R\$ 2,1 milhões.

Ainda, na educação especial, foi implementada a qualificação da rede física, mobiliários básicos, manutenção e equipamentos para as escolas, tendo sido aplicados cerca de R\$ 50 mil, para atender alunos no desenvolvimento da educação especial.

**Capacitação de Recursos Humanos na Área da Educação Especial** – Realizado Curso de Capacitação de Recursos Humanos em âmbito regional e/ou estadual, para atuação com alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais - PNEE's, nas áreas de deficiência: mental, auditiva, visual, com carga horária de 400h. Valor aplicado: R\$ 94,7 mil para atender alunos e 155 professores.

**A Educação Física e o Desporto** - Realizada a Conferência Estadual do Desporto e participação no XVIII Simpósio Nacional de Educação Física, visando à qualificação e atualização dos professores de educação física e profissionais ligados à área do desporto.

**Eventos Esportivos** – Realizados, neste primeiro ano da nova gestão administrativa, diversos eventos esportivos, buscando o desenvolvimento do desporto prioritariamente na população escolar, bem como o desporto e lazer comunitários através da realização dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS, Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul - JIRGS, integrando, especialmente, as comunidades das periferias urbanas e rurais, respeitando as diferenças individuais. Essa medida visa proporcionar também, o esporte e o lazer popular para as populações em situação de risco social e biológico. Valor aplicado: R\$ 969,2 mil para beneficiar 70.000 alunos na faixa etária de 6 a 18 anos incompletos; comunidade gaúcha dos 467 municípios; população da FEBEM e de presídios da Grande Porto Alegre.

**Espaços Físicos Destinados ao Desporto** - A SE preocupou-se, também, na área do desporto, com a revitalização e qualificação dos espaços físicos destinados ao desporto: limpeza e conservação dos Parques Náutico e CETE; reconstrução do Ginásio de Ginástica e Judô; reconstrução de ginásios poliesportivos para beneficiar a comunidade gaúcha, destacando-se pessoas portadoras de deficiência e da terceira idade.

Além disso, foram construídas quadras poliesportivas e ginásios, visando à qualificação dos espaços para a prática esportiva e recreativa das escolas da rede pública estadual. Serão construídas 132 quadras e ginásios; destes, 80 atendem à Consulta Popular (COREDEs), cujo custo perfaz R\$ 2 milhões, para atender cerca de 1.650.000 habitantes.

**Assistência a Educandos** - Qualificada a alimentação escolar através do atendimento das necessidades nutricionais da criança no período escolar. A medida objetiva propiciar uma educação alimentar, com a participação da comunidade na construção e execução do programa, atendendo os diferentes perfis e realidades locais, formando bons hábitos alimentares com respeito aos valores culturais próprios, por intermédio do estabelecimento de convênios com prefeituras que municipalizaram a merenda escolar., complementando em 30%, o valor repassado pelo FNDE.

Em 1999, a merenda escolar obedeceu às seguintes modalidades: merenda municipalizada e centralizada. Nos 421 municípios em que a merenda foi municipalizada, o recurso foi repassado diretamente aos municípios pelo FNDE/MEC. Nos 43 municípios onde a merenda escolar foi centralizada, os recursos foram repassados à Secretaria da Educação pelo FNDE/MEC.

Além disso, houve a instalação de uma cozinha experimental para o rigoroso controle da qualidade dos produtos adquiridos através da compra centralizada. Foram beneficiados 327.275 alunos atendidos no ensino fundamental e educação infantil, através da compra centralizada, destinada a 43 municípios; 662.419 alunos beneficiados com complementação da merenda municipalizada em 421 municípios. Aplicados: R\$ 11,7 milhões na assistência a educandos.

**Operacionalização da Lei da Gestão Democrática** - Repassados às escolas estaduais, na operacionalização da Lei da Gestão Democrática - Lei 10.576/95, recursos para utilização na manutenção e aquisição de equipamentos, visando ao atendimento da educação de forma descentralizada, conforme programações planejadas pela comunidade escolar. Os valores aplicados perfazem: em torno de R\$

9,6 mil para beneficiar 01 escola estadual de educação infantil (criança de 0 a 6 anos); R\$ 41,6 milhões para 2.897 escolas estaduais de ensino fundamental; R\$ 4,9 milhões para 73 escolas estaduais de ensino médio; e repassados cerca de R\$ 900 mil a 41 escolas estaduais para o desenvolvimento da educação de jovens e adultos.

**Repasses de Recursos a Municípios** - Repassados recursos do FUNDEF, que ingressaram na conta do Estado, para 9 municípios que tiveram escolas municipalizadas após a data da realização do Censo Escolar/98. Os valores aplicados nos meses de novembro/dezembro perfazem o montante de R\$ 500 mil que foram distribuídos às escolas do ensino fundamental da rede municipal.

Promovido o ressarcimento para 378 prefeituras, através do acordo PRADEM, em razão da cedência de 3.876 professores e 2.440 funcionários municipais que estão em atuação nas escolas estaduais - Convênio PRADEM, proporcionando a matrícula de 100.000 alunos nas escolas da rede estadual do ensino fundamental, tendo sido aplicados cerca de R\$ 23 milhões.

No atual Governo, o grupo de assessoramento com representantes da SE/AGM e FAMURS construiu critérios para subsidiar a proposta de Governo, no que concerne a um auxílio de R\$ 7 milhões para os municípios, que efetivamente transportam alunos para escolas estaduais de ensino fundamental. Repassados recursos a 401 municípios para locação de veículos e compra de passagens escolares para o transporte escolar de alunos da rede estadual da zona rural que percorrem, no mínimo, 2 km entre o domicílio e a escola mais próxima. Essa ação beneficiou, com transporte, 112.000 alunos matriculados nas escolas da rede estadual do ensino fundamental.

No que concerne ao salário educação, apesar da Lei Federal n.º 9.766, de 18/12/98, art. 2º, determinar que uma parcela correspondente a pelo menos 50% do total dos recursos da Quota Estadual do Salário-Educação deva ser distribuída entre Estado e Municípios, com base no número de alunos do ensino fundamental das respectivas redes, este Governo está dividindo os recursos na sua integralidade (100 %). Por outro lado, a transferência mensal da parcela correspondente aos municípios foi rigorosamente observada em 1999.

**A Consulta Popular e a Educação** - Em relação aos recursos da Consulta Popular destinados à educação no Orçamento de 1999, várias reuniões foram realizadas entre esta Secretaria, GOF/SCP, Presidência dos COREDEs e prefeituras municipais, para analisar, ajustar e redimensionar as ações com vistas à execução técnica e financeira das respectivas demandas, contemplando as escolas estaduais de ensino fundamental e as de ensino médio - formação geral e tecnológica com mobiliários básicos, equipamentos didático-pedagógicos e acervos bibliográficos; escolas estaduais de educação especial com equipamentos didático-pedagógicos; e escolas estaduais com ginásios e quadras esportivas.

Muito embora o compromisso deste Governo em viabilizar as ações da Consulta Popular – 1998, muitas ações ainda estão pendentes, em especial as que se referem a obras. Somente no final do ano, as escolas e prefeituras iniciaram o encaminhamento dos projetos e demais documentos necessários a sua execução, dispendido um montante de R\$ 15,4 milhões para beneficiar a comunidade escolar do ensino fundamental de 17 regiões do Estado; R\$ 4,5 milhões para beneficiar a

comunidade escolar das escolas estaduais do ensino médio - formação geral e tecnológica de 13 regiões do Estado, R\$ 940 mil com vistas a atender toda a comunidade escolar das escolas estaduais do ensino de educação especial de duas regiões do Estado; e R\$ 3,3 milhões para atender a comunidade escolar das escolas estaduais de 6 regiões do Estado na área do desporto.

**Os Recursos Humanos e a Educação** – Em razão da escassez de professores, já evidenciada no diagnóstico, principalmente naquelas áreas nas quais houve aumento da demanda do ensino – ensino médio – a Secretaria da Educação deu início, em 1999, a realização de concurso público para o magistério público estadual, a ser efetivado no primeiro semestre de 2000.

Do mesmo modo, foram efetivadas as promoções do Magistério que se encontravam atrasadas, referentes aos períodos 10/93 a 10/94, 10/94 a 10/95, 10/95 a 10/96, 10/96 a 10/97 e 10/97 a 10/98.

Outra medida importante, foi a criação do Quadro de Servidores de Escola, com o objetivo de estruturar as funções de apoio existentes na área da educação.

**A Administração no Sistema Educacional** - Prestado assessoramento direto a todas as escolas da rede estadual de Porto Alegre e às Delegacias de Educação, com atividades de formação, produção de material de divulgação e subsídios teóricos, plantão permanente na SE e acompanhamento da eleição de diretores e seus desdobramentos legais, atendendo com essa ação toda à comunidade escolar das 3012 escolas da rede estadual.

Acrescido a essa ação, foi realizada a manutenção dos espaços físicos e modernização da estrutura administrativa do órgão central e órgãos regionais da educação. Foram investidos, nessa ação, cerca de R\$ 100 mil e R\$ 3,8 milhões na manutenção e qualificação dos sistemas de informatização, técnico-administrativo-pedagógico da SE.

**Integração da SE às Políticas Globais do Governo do Estado** - Os critérios levados em conta para distribuição dos recursos às regiões foram: a prioridade temática, a totalidade da população e a carência do atendimento escolar. Especificamente em relação à carência de atendimento escolar, essa foi estabelecida a partir da compatibilização entre projeção da população e a matrícula inicial no ensino médio, na faixa etária de 15 a 17 anos. A escolha desse grau de ensino justifica-se pelo fato de o Estado, constitucionalmente, ser responsável pela oferta do ensino médio público, aliado a estar nesse grau de ensino a maior carência de atendimento, ou seja, há uma taxa líquida de escolarização de apenas 42,77% no Estado, enquanto no ensino fundamental é de 93,32%.

Assim, como decorrência desse processo, das 22 regiões do Estado: sete indicaram como 1ª prioridade a Educação; sete como 2ª; sete como 3ª; e somente uma colocou a educação em 5º lugar.

Das demandas apresentadas pelas diversas regiões, 766 foram contempladas na proposta orçamentária, totalizando R\$ 50 milhões, evidenciando-se um acréscimo de 56,25% em relação aos recursos da Consulta Popular/98, na área da educação. Foi beneficiada a população das 22 regiões do Estado, através do

atendimento das obras prioritizadas para 446 escolas e equipamentos para 320 escolas da rede estadual de ensino.

#### **4.2.1 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS**

A proposta de gestão para a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul é, fundamentalmente, a descontinuação das formas tradicionais com que o Estado entende e trata as questões relativas às Pessoas Portadoras de Deficiências (PPDs) e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAHs), através de um processo de ruptura de visões centradas nos conceitos atendimento/assistência e, em seu lugar, a instauração de um novo paradigma, norteado pelos conceitos de cidadania/direitos humanos.

A FADERS, considerando que as políticas sociais da atual gestão administrativa se balizam na afirmação de direitos e inclusão social, pautou suas ações na busca pela inclusão e integração social com respeito às diferenças e equiparação de oportunidades para as pessoas portadoras de deficiências e para as pessoas portadoras de altas habilidades. A equiparação de oportunidades só se efetiva se houver capacidade técnica, disponibilidade financeira e, sobretudo, vontade política de articular políticas públicas afirmativas em todas as áreas de atuação do Estado.

A partir desses pressupostos são propostas as diretrizes básicas para a constituição da política pública para PPDs e PPAHs: mudança do paradigma de ação do Estado para as PPDs e PPAHs de superação do assistencialismo e atendimento para a cidadania e a integração às estruturas e procedimentos regulares, respeitadas as diferenças e a constituição da FADERS como comando único definidor da política pública para as pessoas portadoras de deficiência e pessoas portadoras de altas habilidades.

**Elaboração da Política Pública para Pessoa Portadora de Deficiência (PPDs) e Pessoa Portadora de Altas Habilidades (PPAHs)** – Elaborado o plano de execução de políticas públicas visando à superação do paradigma tradicional das políticas públicas para esta população, restrita as " áreas tradicionais " de saúde, educação e assistência social e definição de uma política global, integrando as PPDs e PPAHs em todos os aspectos básicos da vida, ou seja: educação, saúde, trabalho, habitação, segurança, entre outras. Promovida, do mesmo modo, a garantia da participação de PPDs e PPAHs, por meio de suas entidades representativas, no planejamento, execução e avaliação desta política estadual, via conselhos ou organismos similares. As políticas sociais deste Governo, para esta área, se fundamentam na afirmação de direitos e inclusão social para as PPDs e PPAHs, podendo ser resumida nos conceitos e práticas da inclusão e integração sociais, com respeito às diferenças e na equiparação de oportunidades. Cabe ao Estado promover a equiparação de oportunidades necessárias à afirmação da cidadania e à integração social para PPDs e PPAHs.

**Descentralização das Ações Políticas** - Constituição, a partir da articulação das ações do Governo Estadual, municípios e ONGs, de rede descentralizada de serviços de atenção/atendimento integral às PPDs, visando a sua cidadania. Capacitados os órgãos do Governo para o atendimento, em todas as suas políticas, das especificidades dessa população, através da constituição de grupos de

trabalho intersetoriais (FADERS e órgãos executivos do Governo). Oportunizado o comprometimento de municípios, OG, ONGs e sociedade na solução das demandas através da constituição de rede locais de atenção/atendimento às PPDs e PPAHs.

**Fórum FADERS, Entidades e Movimentos** - Criado, em 1999, instância de participação da sociedade na elaboração das políticas e no controle da sua implantação. Realizado, mensalmente, desde fevereiro de 1999, o fórum reúne entidades de representação, atendimento/atenção e representação dos municípios do Estado.

**Reordenamento Institucional, Administrativo e Técnico** - O reordenamento institucional começou impulsionado pelo processo de mudança, ou seja, centrado nos conceitos de cidadania/direitos humanos, da integração às estruturas e procedimentos regulares desenvolvidos pelas políticas setoriais do Governo do Estado mediante o desenvolvimento de programas estaduais. A área administrativa implantou uma organização mais racional, com melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, além de instâncias políticas institucionais, como o Conselho Político, Seminário de Planejamento Estratégico, redefinição e atribuições das assessorias, definição da criação de uma Assessoria Comunitária, fortalecimento da relação com os servidores, através de reuniões gerais, encontros sistemáticos com a Associação dos Servidores, instalação de comissões para tratar assuntos específicos da área de recursos humanos. Iniciado, em 1999, o processo de informatização da Fundação e a organização de cadastro da área, bem como foram objeto de avaliação os convênios celebrados com os municípios. O reordenamento da área técnica propiciou a reformulação das atribuições das gerências técnicas. Também iniciado o processo de unificação dos conceitos, metodologias e abordagens técnicas; realizado o 1º Seminário Técnico Político; criado o Fórum de Diretores de Unidades da Fundação, e constituído o grupo de trabalho interunidades, buscando unificar diretrizes que contemplem a política estadual e a qualificação para multiplicar aos outros setores.

**V Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência** - Em agosto de 1999, realizou-se a V Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, marco contrastante da mudança para o exercício da cidadania. Foram realizados seminários, debates e eventos culturais, desportivos e sociais, entre outros, apontando uma nova visão das questões pertinentes aos PPDs em seu exercício cotidiano de cidadania.

**Instituição da Política Estadual para as PPDs e PPAHs** - Através do Decreto nº 39.678, de 20 de agosto de 1999, foi instituída a política estadual para as PPDs e PPAHs, a ser executada em caráter permanente e de forma integrada à administração estadual, e tem a Fundação o papel de coordenadora e articuladora das ações do Estado, proponente e articuladora na política de formação e capacitação de recursos humanos do Estado e interlocutora do Governo com a sociedade civil.

**Grupos de Trabalho Intersetoriais** - Entre as proposições da política estadual para PPDs e PPAHs, está a formação de grupos de trabalho intersetoriais, buscando, conjuntamente com outros setores do Governo (secretarias e órgãos), garantir articulação de políticas públicas estaduais setoriais.

**Capacitação Funcional** - A Fundação, durante o ano de 1999, ofereceu aos servidores a qualificação/capacitação em diversos cursos, seminários, congressos e eventos ( V Congresso Latino Americano de Educação Bilingüe para Surdos; VII

Seminário Nacional Escola Cidadã; Curso de Estimulação Precoce; I Encontro Brasileiro de Cidades Educadoras; Curso de Prótese Auditiva; Congresso Gaúcho de Educação Física; Seminário Resgatando a Voz do Pai; Curso Intensivo de Artes-Educação na Educação Especial; IV Seminário Nacional do INES, Curso Psicanálise e Educação, Seminário de Educadores Especiais do Mercosul, Curso Escola Cidadã, Curso Avaliação e Elaboração de Projetos Sociais). Recurso utilizado - R\$ 25 mil.

**Convênios** - A Fundação atendeu aos compromissos firmados em convênios do ano de 1998 oriundos do Programa Estadual de Atendimento Integral – PEAI, com dez municípios do Estado ( Alegrete, Canoas, Bento Gonçalves, Lagoa Vermelha, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Soledade). Recursos repassados - R\$ 100 mil.

**Acessibilidade** - Aquisição de equipamentos, elevadores, revestimento nas escadarias com piso contrastante para possibilitar o acesso e melhor mobilidade no deslocamento de pessoas portadoras de necessidades especiais. Foram gastos R\$ 28,5 mil com vistas a beneficiar pessoas portadoras de deficiência e pessoas portadoras de altas habilidades.

#### **4.2.2 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC**

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha priorizou, no exercício de 1999, além da formação profissional, a ampliação da capacidade operacional através de reformas e melhorias nas instalações físicas do prédio. Valor aplicado: R\$ 280 mil.

**Formação Profissional** - A Escola manteve matriculados 2.693 alunos e formou 452 técnicos, nos seguintes cursos:

- Curso Técnico de Química - 598 alunos e 131 formandos;
- Curso Técnico de Mecânica - 518 alunos e 106 formandos;
- Curso Técnico de Eletrotécnica - 465 alunos e 74 formandos;
- Curso Técnico de Eletrônica - 532 alunos e 75 formandos;
- Curso Técnico de Segurança do Trabalho - 137 alunos e 66 formandos.
- Cursos de extensão: 06.

Além disso, realizou atendimento a alunos de baixa renda: 629 alunos com isenção total, 1.409 alunos com isenção parcial, 360 alunos com transporte escolar, uniforme e material escolar e 3.600 vales-almoço distribuídos.

**Eventos Realizados** - Dentre os eventos realizados, destaca-se a 14ª MOSTRATEC - Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia do Ensino Médio da América do Sul e outros eventos: apresentação de 100 projetos técnico-científicos, realização do 6º SIET - Seminário Internacional de Educação Tecnológica, da Semana Cultural (teatro, música, poesia e gincana), com custo previsto de R\$ 9,5 milhões, propiciando benefícios a todo mercado econômico do Vale do Sinos, Vale do Caí e Grande Porto Alegre.

**Desenvolvimento de Pesquisa e Prestação de Serviços** - Realizados atendimentos a 80 empresas na área de usinagem de peças e a 35 empresas na área de consultoria e implementação de projetos.



Acrescido aos atendimentos, foi promovida a expansão da pesquisa, com acompanhamento de alunos bolsistas da FAPERGS, convênio com a UNISINOS; participação no Programa Pró-Ciências-CAPES, convênio com USP/SP, com o projeto Escola do Futuro; parceria na instalação da VALETEC- Incubadora da FEEVALE e do Pólo de Inovação Tecnológica da região, beneficiando a comunidade escolar, Vale do Sinos e Grande Porto Alegre, com custo de R\$ 2 mil.

#### **4.3- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS**

A atuação da Secretaria da Justiça e da Segurança, nas gestões anteriores, estava marcada pelo desenvolvimento de ações pontuais, sem uma visão de conjunto da política de segurança pública. Para equacionar tal problemática encontrada e implantar uma nova política de segurança pública voltada para o respeito integral aos direitos fundamentais do cidadão, foram desempenhadas, em 1999, diversas ações.

**Ouvidoria** – Em agosto do primeiro ano de Governo, foi criada a Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, cuja função reside em proporcionar maior transparência e controle público sobre as ações de segurança pública.

As denúncias recebidas têm caráter sigiloso, garantindo aos denunciante total segurança. Nos primeiros meses de funcionamento, diversas denúncias foram recebidas, tendo sido encaminhadas para investigação, cerca de 270.

**Política de Trânsito** - Celebrado convênio entre DETRAN e Polícia Civil. A partir desse convênio, os registros de veículo nos municípios em que tal atividade não foi assumida por cartórios credenciados pelo DETRAN passaram a ser incumbência dos órgãos da Polícia Civil. Além disso, a SJS preocupou-se com a centralização do plantão no Palácio da Polícia, microfilmagem de todos os prontuários de registro de veículos e de condutores existentes nas Delegacias de Polícia no Estado e com a conclusão dos procedimentos pendentes para registro de veículos, cujos processos iniciaram em Delegacias de Polícia.

Celebrado o convênio SJS, através do DETRAN, Brigada Militar e municípios, para fiscalização de trânsito dos municípios, objetivando o cumprimento de determinações do novo Código de Trânsito Brasileiro.

**Conferência Estadual de Justiça e Segurança** - A partir de vinte e duas Conferências Regionais de Justiça e Segurança, uma em cada região do Estado, retiraram-se delegados para a Conferência Estadual que traçou metas e apresentou propostas para transformação, qualificação e fiscalização dos órgãos executivos ligados à SJS, sob o ponto de vista dos direitos humanos.

Os objetivos dessa ação consistiram em provocar a participação da sociedade no processo de organização da 1ª Conferência Estadual de Justiça e Segurança; aprimorar, a partir do debate com o conjunto da sociedade, o programa para a área da justiça e da segurança; descentralizar a discussão sobre a problemática da justiça e da segurança, bem como o encaminhamento de alternativas para a área; promover a democratização e a descentralização do sistema de segurança pública; definir mecanismos de relação direta e permanente com o conjunto da sociedade; criar instrumentos de proposição, acompanhamento e fiscalização da sociedade com

relação ao atos do Governo; e promover o intercâmbio de experiência e conhecimento na área de segurança.

**Debates sobre o Sistema Penitenciário** - Realizados debates semanais, abertos a todos os servidores da SUSEPE, com vistas às abordagens sobre o sistema penitenciário, políticas governamentais e educação. Os debates objetivam a integração da equipe, atualização de conhecimentos e definição da linha de atuação da Escola do Serviço Penitenciário.

**Interação das Atividades do Sistema Penitenciário** - Interação das atividades exercidas por grupos organizados (pastorais, voluntários e equipes técnicas que atuam dentro dos presídios). Construção de um projeto em conjunto com as Secretarias da Educação, Cultura, Trabalho e Saúde, visando contribuir para o exercício da cidadania do detento e o respeito aos direitos humanos, beneficiando toda a população carcerária e a sociedade.

**Redução de Custos e Otimização do Serviço** - Desempenhadas ações administrativas na SUSEPE com o intuito de promover a redução de custos e otimização dos serviços. Dentre elas, destacam-se: a rescisão de diversos "Termos de Acordo de Uso de Veículo Particular" e na utilização dos mesmos por parte da SUSEPE; descentralização das atividades operacionais de remoção de presos e movimentação para apresentação em audiências, que passaram a ser realizadas em sua maioria pelas delegacias e estabelecimentos do interior mais próximos do local de recolhimento do preso ou da audiência; centralização do trabalho técnico no Centro de Observação Criminológica; e modernização dos sistemas de bancos de dados e informatização de rotinas administrativas.

Acrescido a essas ações, foi implantado o sistema de compra direta de gêneros e produtos alimentícios no âmbito dos estabelecimentos penais, com a participação de segmentos representativos das comunidades locais nos processos de avaliação e tomada de preços dos produtos a serem adquiridos, dotando os estabelecimentos penais da capacidade de gerenciar os recursos destinados à alimentação dos apenados, visando à economicidade, agilidade e transparência no manuseio desses recursos. Essa ação beneficiará todas as populações vizinhas dos presídios que têm sua movimentação econômica acrescida, e o Estado que compra alimentos de melhor qualidade e mais baratos, tendo sido dispendido, nessa última ação, o montante de R\$ 1,1 milhão.

**Ressocialização e Humanização dos Internos do Sistema Penal do Estado** - Proporcionado livre acesso das entidades de cunho social aos estabelecimentos penais da rede prisional às diretrizes que regem o sistema carcerário do Estado. A proximidade e o aumento do convívio do apenado com segmentos da sociedade são fundamentais nos processos de ressocialização e humanização dos internos do sistema penal do Estado.

Outra medida adotada foi a proibição da violação de toda e qualquer correspondência endereçada ou remetida aos detentos, assegurando a esses os princípios constitucionais relativos a direitos e garantias individuais dos cidadãos e os direitos explicitados no Artigo 41, inciso XV, parágrafo único, da Lei de Execuções Penais.

Objetivando reverter a situação anterior no que diz respeito à atuação das equipes técnicas (psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras) que apenas avaliavam o preso por ocasião da implementação do prazo para concessão do benefícios, foi desenvolvida, através da reestruturação do setor técnico de ações, sistemática para acompanhamento do preso durante o cumprimento da pena. O benefício da medida é proporcionar melhores condições de socialização após o cumprimento da pena para os cidadãos infratores.

Medida de grande importância, em 1999, consistiu a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, em especial, laranjas produzidas no sistema penal (Colônia Penal Agrícola) para entidades sociais e creches. Além do alcance social, a medida levou ao conhecimento da comunidade a participação dos apenados como elementos produtivos. Até o final de 1999, foram doados cerca de 3.780 caixas ou 94.500 kg de laranjas.

**Servidores da Brigada Militar** - Resgatadas as pendências financeiras com servidores da Brigada Militar referentes aos exercícios financeiros de 1995, 1996 e 1997, cujo montante atingiu em torno de R\$ 145 mil.

Outrossim, foi promovida a contratação de 572 novos soldados e ministrados cursos básicos de Formação Policial Militar e de Bombeiro Militar, com a finalidade de formar os novos policiais militares e bombeiros para atuarem nas respectivas áreas.

**Policiamento Militar Ostensivo** - Emprego, na atividade de polícia ostensiva, de policiais militares vinculados a atividades-meio em Porto Alegre. Essa ação foi promovida mediante a reestruturação do Destacamento Especial do Centro, Destacamento Especial do Partenon e Destacamento Especial Tristeza, com o intuito de dar maior segurança à população de Porto Alegre por intermédio do aumento do número de policiais na rua.

**Nomeação de Delegados de Polícia** - Nomeados 115 Delegados de Polícia para atuar nas áreas mais críticas de criminalidade, atendendo, principalmente, o interior do Estado e região metropolitana. Com isso, possibilitaram-se remoções de autoridade policial para a COGEPOL (Corregedoria Geral da Polícia) e CSP (Conselho Superior de Polícia), objetivando agilizar procedimentos administrativos disciplinares.

**Obras Prisionais** - Foram concluídas as obras da Penitenciária Modulada de Ijuí e as obras da Penitenciária Modulada de Uruguaiana, ambas com 10.725,46 m<sup>2</sup> de área construída e capacidade total para 360 presos. Essas obras foram concluídas em março de 1999, com um valor total de R\$ 2,5 milhões.

De outro lado, a Penitenciária Estadual de Charqueadas – PEC, construída há mais de 20 anos, encontrava-se totalmente deteriorada pela ação do tempo. O objetivo foi recuperar os prédios, criar ambientes de trabalho e aumentar o número de vagas, que passou a ser de 338. Foram, ainda, reformadas todas as celas, pátio de esportes, setor administrativo, revista, cozinha e refeitório e construídos pavilhões de trabalho (02), nova galeria de celas, subestação transformadora. As obras, iniciadas em novembro/98, foram concluídas em novembro/99, tendo sido aplicado o montante de R\$ 1,4 milhão.

Foram concluídas, em março de 1999, as obras da Penitenciária Modulada de Charqueadas, com 13.798,73 m<sup>2</sup> de área construída, capacidade total para 476 presos e investimentos totais de R\$ 714 mil e, retomadas, em setembro de 1999, as obras da Penitenciária Modulada de Montenegro, paralisadas desde março. Prevê-se a conclusão das obras dessa penitenciária, que terá a capacidade final para 476 presos, em 2000, com custo estimado em R\$ 1,5 milhão e 13.798,73 m<sup>2</sup> de área construída.

Ampliado o Presídio de Lajeado com a construção de 04 alojamentos, com 79 m<sup>2</sup> de área construída, ampliação do muro e construção de uma guarita. Essa obra destina-se à ampliação do número de vagas do presídio, através da criação de 24 vagas no regime fechado, assim como eliminar a crônica superlotação daquela casa prisional. Obra concluída em novembro/99, com custo de R\$ 102,3 mil.

Conclusão, em junho/99, da construção de dois pavilhões de trabalho e ensino profissionalizante e quadras de esporte junto ao Instituto Penal e Escola Profissionalizante (IPEP), em Charqueadas, onde constam salas de aula, biblioteca e atividades múltiplas, como marcenaria, serralharia, oficina, chapeação e pintura de automóveis, com área construída de 692 m<sup>2</sup> e quadra de esporte. A obra proporcionará, a 240 presos, lazer nos momentos de folga, na quadra de esportes e condições de aprendizagem de mecânica, de marcenaria, de serralharia, de chapeação e pintura, tanto teóricas (sala de aula), quanto práticas (pavilhões de trabalho). Com início em setembro/98 e conclusão em junho/99, a obra teve um custo de R\$ 266,8 mil, oriundo de convênio.

Construção de um prédio de alvenaria, com 372 m<sup>2</sup> de área construída, junto ao Presídio Estadual de Santiago, que servirá de albergue, podendo abrigar até 48 apenados. O principal objetivo é proporcionar ao preso em regime aberto condições físicas ideais para cumprimento da pena de reclusão, uma vez que é um prédio independente do restante da massa carcerária. Todos os presos serão beneficiados, inclusive os que estão em regime fechado, pois terão maior área física para suas atividades. As obras foram iniciadas em maio/99 e concluídas em outubro, com valor total de R\$ 120 mil.

Foram reformados os prédios do setor administrativo, cozinha e pavilhões de alojamentos de presos da Colônia Penal Agrícola (C.P.A.), em Charqueadas. Também foram construídas 15 casas, com 46 m<sup>2</sup> cada uma, para os apenados receberem a visita dos seus familiares nos fins de semana, sendo que cada casa abriga 04 famílias, além de um prédio para encontros íntimos, reservatório de concreto armado e subestação transformadora. A área reformada foi de 1.411 m<sup>2</sup> e a área construída de 1.075 m<sup>2</sup>. O principal objetivo foi a criação de 108 vagas para presos do regime semi-aberto, além de melhorar as condições dos 136 apenados que cumprem pena naquela casa prisional. As obras foram iniciadas em agosto/98 e concluídas em outubro/99, com o investimento total de R\$ 1,1 milhão.

Conclusão da construção do novo Presídio Estadual de Dom Pedrito, abrangendo construção de prédios para o presídio e albergue, com área construída total de 2.995 m<sup>2</sup> e com capacidade para 167 presos. O atual Presídio de Dom Pedrito não tinha mais capacidade para abrigar os apenados, além de estar superado pela ação do tempo. As obras, iniciadas em setembro/98, foram concluídas em novembro/99, com valor total de R\$ 1,2 milhão.

Acrescida a essas obras, foi promovida a recuperação completa de todo o pavilhão A do Presídio Central, afetado há muitos anos por um incêndio, de tal modo que propiciasse a todos os presos que trabalham na cozinha, na manutenção e na limpeza ficarem convenientemente alojados em locais próprios. O início das obras deu-se em julho/99 e a conclusão em dezembro, com aplicação de R\$ 16 mil para beneficiar 100 cidadãos.

**Conclusão de Prédios de Segurança Pública** – A área de segurança pública, no ano de 1999, priorizou, no tocante a obras, além das prisionais, a conclusão de prédios de Delegacias de Polícia como a Delegacia Regional de Polícia de Lagoa Vermelha e a Delegacia de Polícia de Liberato Salzano. Concluídas, ainda, as obras do Pelotão Brigada Militar no Município de São José do Norte e do Corpo de Bombeiros no Bairro Restinga em Porto Alegre, acrescidas das obras de 07 Centros Integrados de Segurança Pública – CISP, que congregam, Brigada Militar, Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias no mesmo prédio, nos Municípios de Ametista do Sul, Uruguaiana, Rio Grande, Chiapetta e 03 CISP em Porto Alegre, no Bairro Anchieta, Bairro Intercap e Rede Ferroviária.

Do mesmo modo, existem estudos com vistas à definição da viabilidade do Projeto TAI - Telecentro de Atendimento Integrado, destinado à implantação de uma tecnologia integrada de comunicação e informática.

**Liberações de Recursos da SJS** - O Fundo Especial de Segurança Pública - FESP, anteriormente, servia como órgão de atendimento clientelista, e as liberações financeiras para os órgãos se davam de maneira aleatória, sem controle, ocasionando atrasos em pagamentos obrigatórios, estoques altos de combustíveis e materiais, falta de planejamento nas ações de uma maneira geral. Através das liberações trimestrais e da instituição da comissão de demandas que analisa os pleitos que são oriundos das corporações e da comunidade sob ótica técnica-operacional, a SJS pode normalizar a manutenção de veículos, sanar problemas de combustíveis da Brigada Militar e Polícia Civil, controle de diárias, controle de transferências e ajudas de custo.

**Capacitação do Servidor da Área de Justiça e Segurança** – Implantado projeto piloto para atualização e formação dos profissionais da justiça e da segurança pública. Estruturado em três linhas de ação: atualização de servidores; estruturação de um currículo básico único de formação; e viabilização de estudos para a unificação do sistema de ensino, além de atualização de servidores em informática. Implantado, o projeto piloto em 18 municípios. Houve, do mesmo modo, a preocupação em atualizar os servidores em curso de uso da força e de arma de fogo. Implantado em 9 municípios, sendo duas edições em Porto Alegre, esse curso conta com recursos do FAT.

No que concerne a seminários, cursos, e congressos foi instalado o Fórum de Ensino da SJS, promovendo ações conjuntas dos órgãos ligados à Secretaria; Seminário do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar realizado em novembro em conjunto com a SJS, tendo por tema a Polícia Cidadã no século XXI; acompanhamento do Curso de Formação de Delegados; acompanhamento da Elaboração do Currículo do Curso de Monitores da SUSEPE; coordenação do Congresso de Execução Penal, juntamente com outras entidades, realizado em julho.

**Pesquisa sobre a Violência** – O Núcleo de Pesquisa sobre a Violência realiza pesquisas aplicadas, aprofundadas teórica e metodologicamente, sobre temáticas relacionadas à violência e criminalidade que possam subsidiar políticas e ações na área de atuação da justiça e segurança.

**Redistribuição do Efetivo de Policiais** - As estruturas policiais do Estado estão fortemente assentadas em adequações fragilizadas oriundas da cultura na forma como são organizadas e como se distribuem seus efetivos.

A adoção de parâmetros reconhecidos mundialmente, como é o caso da relação de 1 policial para cada grupo de 500 habitantes, passa a demarcar a posição política para o enfrentamento das demandas. O estudo da questão localizou as inadequações quando ocorrem excessos de efetivos em muitos municípios do Estado em confronto com a contradição de faltas em outros, identificando-se aproximadamente 1.200 policiais fora de suas posições de trabalho, tomando-se como referência a relação policial/habitante. É urgente que seja iniciado um processo de redistribuição desses efetivos como forma racional e lógica de gerir tais distorções. Alguns municípios tem excesso de policiais; por exemplo, existe 1 policial para 71 habitantes, enquanto que outros possuem uma relação de 1 policial para 5.184 habitantes.

**Instalação de Novos Órgãos Policiais** - Instalados o 24º Distrito Policial de Porto Alegre; a Divisão de Prevenção e Educação do DENARC (Departamento Estadual do Narcotráfico); Postos da Mulher em Viamão, Alvorada, Cachoeirinha; e transferida a Delegacia de Polícia da Mulher para o Palácio da Polícia.

A instalação do 24º Distrito beneficiará a população do Bairro Anchieta (POA) e arredores. Por sua vez, a Divisão de Prevenção e Educação/DENARC beneficiará os pais, estudantes e a sociedade em geral através do desenvolvimento de atividades no meio escolar (cursos, palestras, distribuição de material educativo e informativo), com o fim de esclarecer e conscientizar sobre a problemática das drogas.

**Verão com Vida 2000** - Elaborada a Ordem de Serviço do Verão com Vida 2000, para a área da justiça e segurança, reduzindo o número de servidores envolvidos na Operação Verão anterior e regulando a atuação dos órgãos subordinados à SJS, com o intuito de atender toda a população residente e em férias no Litoral.

**Reaparelhamento da Segurança Pública** – Reaparelhadas todas as regiões dos COREDEs que decidiram por investimentos para a Brigada Militar e Polícia Civil. A ação objetivou atender aos anseios da Consulta Popular realizada em 1998, que previa investir R\$ 3 milhões em veículos e equipamentos para Brigada Militar (Polícia Militar e Bombeiros) e Polícia Civil.

**Medicamentos para Acidentados** - Regulamentada a distribuição de medicamentos para acidentados (Portaria da SJS) através da definição de critérios e fixação de auxílio para medicamentos permanentes para os acidentados em serviço na Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE. Na Brigada Militar, R\$ 40 mil/mês, e na Polícia Civil, R\$ 20 mil/mês, sendo que após adquiridos os medicamentos, os órgãos prestam contas à SJS quanto ao destino para cada acidentado.

**A Segurança Pública e o CODESUL** – Promovida a realização de reuniões com os Secretários de Segurança do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, integrantes do CODESUL visando à atuação integrada das polícias desses estados.

**Instituto Geral de Perícias (IGP)** – Na área de perícias, foi promovida a reforma do Departamento Médico-Legal, em Porto Alegre, permitindo o correto acondicionamento dos cadáveres que são necropsiados no DML e a melhoria das condições de trabalho.

De outro lado, na área de Biologia Molecular, foram adquiridos equipamentos complementares e treinados os profissionais que trabalharão no laboratório de Biologia Molecular (DNA) do IGP, disponibilizando aos profissionais da perícia mais esse poderoso instrumento de materialização de provas periciais, principalmente em casos de estupros e comparação de sangue de suspeitos e vítimas. Da mesma maneira, foi possibilitada a identificação de cadáveres desconhecidos. Há interesse do IGP disponibilizar, através de convênio, esse serviço ao poder judiciário na identificação de paternidade.

**Distribuição de Efetivos Novos** - Os policiais militares recém-formados foram distribuídos adotando-se critérios técnicos e reconhecidos, priorizando-se a incidência criminal nos municípios; a relação de um policial para cada quinhentos habitantes; e a lotação mínima de cinco policiais nos municípios de menor concentração populacional, a fim de possibilitar a articulação do serviço nas vinte e quatro horas do dia.

**Fórum de Praças e Agentes de Polícia** - Organização de encontros regulares com os servidores da segurança - Polícia Civil e Brigada Militar -, com o objetivo de valorizar as categorias que desempenham funções de ponta e normalmente encontram-se em desvantagem em relação às outras.

**Prevenção ao Uso Indevido de Drogas** - Realização da Semana Gaúcha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, com diversas atividades em todo o Estado, utilizando verba do Fundo Nacional Antidrogas.

**Criação da COSP** - Criação da Coordenação Operacional de Segurança Pública (COSP) que discute, de maneira conjunta, a atuação operacional na segurança pública, reunindo os comandos operacionais metropolitanos e do interior, tanto da Polícia Civil, como Brigada Militar, IGP e SUSEPE.

**Imóveis para Área Social** – Essa ação desenvolvida na SJS tem por finalidade destinar a utilização de imóveis de propriedade do Estado do RS, atualmente habitados por Oficiais da Brigada Militar, Majores, Tenentes Coronéis e Coronéis, para realização de projetos na área social, através de convênios com municípios e ONG's.

**Proteção de Vítimas e Testemunhas** – A SJS promoveu proteção, mesmo sem a devida regulamentação, de vítimas e testemunhas, bem como o acompanhamento das atividades dos órgãos operacionais da Secretaria, através do Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos.

**Informática** – Promovida, pela Secretaria, a orientação centralizada das ações na área de informática, revertendo quadro de independência de sistemas, onde

cada corporação estava criando seu próprio setor de informática, compartimentalizando as ações neste setor.

**Mediação nas Ações dos Movimentos Sociais** – A SJS, no ano de 1999, promoveu a mediação nas ações dos movimentos sociais, como Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Índios, Sem Teto, Movimento Pequenos Agricultores, Movimento Atingidos por Barragens, Greve dos Caminhoneiros, Greve Geral, abrangendo toda a população do Estado.

**Projeto INFOPEN** - O Projeto INFOPEN envolve cadastramento prisional. É um sistema de cadastro prisional que identifica o preso quando da entrada na casa prisional através da digital e da foto. Já o projeto de digitalização do arquivo é um sistema que fará a condensação em CD-ROM dos documentos arquivados na Divisão de Controle Legal do Departamento de Execução Penal. A identificação dos presos que adentram às casas prisionais tem por finalidade eliminar dúvidas quanto à sua real identidade. Na digitalização do arquivo o objetivo é a racionalização dos espaços físicos e humanos diretamente envolvidos neste setor.

O INFOPEN já está em funcionamento no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, sendo que, quanto à digitalização dos arquivos, foram encaminhados os levantamentos preliminares à PROCERGS para avaliação. No Projeto, foram aplicados recursos federais na ordem de R\$ 300 mil, com vistas a beneficiar 3.000 cidadãos.

#### **4.3.1- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN**

O DETRAN/RS tem por função gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito, observando a legislação própria. A Autarquia foi encontrada, pela nova gestão administrativa, com uma série de dificuldades na execução de suas ações, dentre elas, o atendimento centralizado aos usuários nas dependências do DETRAN, gerando longas filas e conseqüente descontentamento da população que usa seus serviços. Para reverter tal situação encontrada, a Autarquia desenvolveu inúmeras ações.

**Busca da Aproximação com os Terceirizados** – Ao longo do ano de 1999, foram realizadas dezenas de encontros regionais com os terceirizados do DETRAN, Centros de Formação de Condutores (CFCs), Centro de Registro de Veículos Automotores (CRVAs), aproximando-se dos mesmos e possibilitando maior entrosamento técnico.

**Novas JARIs** – Constituídas mais duas novas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito, passando para três, agilizando, dessa forma, os processos de recursos de infrações de trânsito promovidos pelos cidadãos.

**Qualificação Profissional dos Servidores do DETRAN/RS** – Iniciado, nesse primeiro ano de gestão, um sistema permanente de qualificação dos servidores da Autarquia, integrado por cursos, palestras e avaliações regulares de estágio probatório.

**Melhoria do Atendimento ao Público** – O DETRAN, em 1999, teve seu trabalho voltado para a melhoria no atendimento ao público. Entre as ações realizadas



estão a ampliação do posto de atendimento no Centro de Serviços ao Cidadão – Tudo Fácil. Também foi expandida a utilização do sistema de consultas via *internet*, além da qualificação do Disque-DETRAN. Os serviços dos CRVAs também foram expandidos, possibilitando ao cidadão mais opções de atendimento.

**Educação para o Trânsito** – O DETRAN juntamente com outros órgãos do Estado (Secretaria da Justiça e Segurança, Secretaria dos Transportes, Secretaria da Educação, Brigada Militar) implantaram o Movimento de Educação para o Trânsito, unificando a visão do Governo nesta área. As ações se realizam nos campos da educação, da fiscalização e da engenharia de tráfego, priorizando o pedestre mediante a instalação de equipamentos de segurança e sistemas de controle de velocidade.

Esse Movimento tem como objetivo a valorização da vida, a democratização do espaço público e a busca de soluções para os problemas de acidentalidade no Estado. Visa também melhorar o comportamento de pessoas no trânsito e na utilização das vias públicas. Beneficiou-se, com essa ação, toda a comunidade gaúcha, com a redução do número de acidentes de trânsito, da mortalidade e dos custos da sociedade e do Estado com os acidentes.

#### **4.4 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) foi criada no dia 29/07/99 e conta atualmente com os seguintes órgãos e entidades vinculadas: Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), Divisão de Recursos Hídricos, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e Fundação Zoobotânica do RS – FZB.

A proposta original de criação da SEMA previa a incorporação do Departamento de Recursos Hídricos, cuja Divisão de Recursos Hídricos fazia parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Fundo de Recursos Hídricos. No entanto, durante a tramitação, na Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei que criou a SEMA, foram retirados os artigos que tratavam dessas questões, para serem objeto de um Projeto de Lei específico. Este Projeto de Lei está tramitando na Assembléia Legislativa, tendo sido aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça daquela casa.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) tem suas ações vinculadas ao programa de Governo basicamente através das seguintes diretrizes:

- Descentralização da gestão, portanto prevêm um gradativo aumento do controle social sobre as ações de Governo;
- Inserir, cada vez mais, a questão ambiental nas políticas de desenvolvimento propostas pelo Governo do Estado.

**Fomento à Produção Florestal** – Foi dado início ao processo de organização dos procedimentos que dizem respeito às atividades de licenciamento, cadastro e fiscalização florestal, de acordo com os objetivos no Código Florestal Estadual.

**Preservação e Controle da Fauna e da Flora** - Retomada da administração e organização das unidades de conservação, com o enfoque do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

**Desenvolvimento Florestal** – Em 1999, a Secretaria do Meio Ambiente reorganizou a legislação que diz respeito à gestão do Fundo de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, bem como foram desenvolvidas ações de fomento à produção florestal, proteção e conservação da fauna e da flora, de acordo com a política florestal estadual definidas no Plano de Desenvolvimento Florestal.

**VI Semana Interamericana da Água** – A SEMA coordenou a realização, em outubro de 1999, da VI Semana Interamericana da Água, na qual foi trabalhada a temática estratégica do novo milênio: escassez de água, necessidades de valorizar seu uso e controle de seu consumo. Foram realizados mais de 1.000 eventos em todo o Estado.

#### **4.4.1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Höessler – FEPAM**

**Controle Ambiental** - Objetiva desenvolver ações de planejamento, fiscalização, licenciamento, estudos e pesquisas com vistas à proteção e à preservação do meio ambiente, no Estado do Rio Grande do Sul. Nessa ação foram aplicados R\$ 9,1 milhões.

**Rede de Monitoramento Ambiental** - Nesta ação foi investido R\$ 138,7 mil para subsidiar as ações de controle e planejamento com avaliação dos recursos naturais, no projeto Rede de Monitoramento Ambiental.

**Agenda 21** – A Agenda 21 objetiva definir regras de uso, promover o desenvolvimento sustentado a partir dos recursos naturais, estabelecer padrões ambientais, definir riscos e potencial de uso, propor legislação a partir de pesquisa em áreas críticas como região de influência do III Pólo Petroquímico do Sul e regiões de exploração de carvão. Nesta ação foi dispendido o montante de R\$ 290,9 mil, com o Projeto Agenda 21 Mirim que objetiva: 1- O planeta em nossas mãos, desenvolvido nas cidades de Uruguaiana, Santa Maria, Rio Grande e Ijuí; 2- Projeto Educação Ambiental: 70.000 sacolinhas de lixo para carro, distribuídas nas ruas e eventos afins; 01 boneco para representação da campanha Lixo Limpo; 13.000 *folders*, 2.000 *bottons*, 2.000 adesivos; 10.000 cartilhas com reimpressão "Vamos Cuidar dos Nossos Rios"; e 20 *Plotters* com informações sobre os projetos desenvolvidos na FEPAM.

**Rede de Monitoramento Ambiental – PRÓ-GUAÍBA** - Esta ação consiste em avaliar a qualidade ambiental dos recursos hídricos, atmosféricos e do uso e ocupação do solo na Bacia Hidrográfica do Guaíba. Foi realizado o monitoramento do Rio Gravataí; editado manuais de uniformização de metodologias de coleta e análises; implantação do Controle de Qualidade Analítica; conclusão das cartas temáticas: Geologia e Unidades Geoambientais, Uso e Cobertura do Solo, Aptidão Agrícola e Sócio-Economia, com um custo total de R\$ 112,9 mil.

**Plano de Ação para Controle de Poluição Industrial no RS – PRÓ-GUAÍBA** - No que tange ao enquadramento de fontes industriais poluidoras à legislação ambiental, com a finalidade de controlar a poluição na área da Bacia do

Guaíba, a FEPAM aplicou R\$ 196 mil com o cadastramento e informatização de 10.000 atividades industriais e início de licenciamento; cadastro parcial informatizado e apto à consulta e emissão de relatórios indicativos da atual situação da poluição industrial na Bacia do Guaíba, abrangendo 75 municípios.

**Semana Estadual do Meio Ambiente** – Realizada no período de 31 de maio a 11 de junho de 1999, a Semana Estadual do Meio Ambiente discutiu o tema “Vocações Regionais rumo ao Desenvolvimento Sustentável”. Essa discussão motivou as cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Ijuí, Rio Grande e Uruguaiana a promoverem eventos públicos nos quais a população pudesse descobrir horizontes e oportunidades decorrentes da nova gestão ambiental do Estado.

#### **4.4.2 Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul – FZB**

**Gerenciamento e Reorganização Administrativa** – Entre as medidas de reorganização administrativa, no tange à captação de recursos, foi planejada uma campanha publicitária para o Parque Zoológico visando possibilitar investimento na FZB. De outro lado, os serviços foram racionalizados através de alterações de chefias e fluxos operacionais, contratação de pessoal terceirizado para atendimento aos animais do Parque Zoológico e aprovação da Lei nº 11.372, que determina a realização de concurso público e autoriza a contratação emergencial de médico veterinário, tratadores de animais e auxiliares de serviços gerais. Além disso, foi constituída comissão paritária, visando à elaboração de planos de cargos e salários com vistas à ordenação da política de pessoal da Fundação.

Outrossim, no intuito de viabilizar a relocação das famílias que invadiram áreas do Parque Zoológico, foi formado um grupo de trabalho com a Secretaria da Habitação envolvendo diferentes órgãos do Estado e realizado levantamento e cadastramento de todos os moradores/casas situados nesta área. Com base neste material, a FZB assumiu o compromisso de suspender todas as ações de reintegração, ficando estabelecido que os moradores colaborariam no sentido de evitar novas invasões. Estão sendo gestionadas alternativas de relocação para os moradores da Vila Juliano Moreira no Jardim Botânico.

Quanto às ocupações do Parque Delta do Jacuí, foram protocolados 62 processos para análise da Comissão de Implantação e 74 ofícios do Ministério Público, em sua maioria requerendo laudos de impacto ambiental em áreas cuja intervenção contrariava os princípios estabelecidos no decreto que norteia o Parque.

Está em elaboração, também, Projeto de Educação Ambiental e foi instituído um fórum mensal - Verdes Debates, de avaliação e discussão sobre temas atuais que dizem respeito às questões ambientais.

**Participação em Programas Integrados** - Participação como co-executores no Programa Mar de Dentro e Programa PRO-GUAÍBA.

**Parque Zoológico** - Realizada, em conjunto com a UFRGS, pesquisa sobre nutrição animal, visando alimentação balanceada ao plantel e redução de custos no Parque Zoológico e está em elaboração um plano para incremento da produção forrageira. Foi concluído o plano de manejo para a área do Horto Florestal, com vistas à implantação de reserva florestal e biológica do Parque.

Está em elaboração e implantação o Programa para Destinação Adequada dos Resíduos Sólidos, eliminando-se o depósito de lixo irregular existente na área do Parque Zoológico, e projeto, em conjunto com a CORSAN, para a implantação de um sistema de tratamento das águas e dos lagos.

Entre as ações desenvolvidas com a comunidade, o Parque realiza, no primeiro domingo de cada mês, a Feira do Pequeno Produtor Rural e Artesãos, em parceria com as Prefeituras de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo.

**Jardim Botânico** – Visando à conservação de recursos naturais renováveis, foram produzidas mudas de espécies nativas exóticas e ornamentais para comercialização e ajardinamento das áreas do Jardim Botânico, além de produzidos compostos orgânicos para conservação e manutenção paisagística, assim como realizadas excursões de coleta de material botânico (sementes, mudas e excicatas), com ampliação das coletas vivas do arboreto e especiais, e organizadas exposições de orquídeas, bromélias e cactos.

Na área de pesquisa, foram desenvolvidos projetos com sementes florestais nativas e com as coleções existentes e, plano de manejo para a área do Jardim Botânico, a ser financiado pela Fundação Boticário.

Está em desenvolvimento projeto de cadastramento e marcação georreferenciada de matrizes produtoras de sementes florestais no RS, a ser financiada pela FAPERGS.

Para incentivo ao ecoturismo, inserindo o Jardim Botânico no contexto do tema, foram viabilizados cursos, encontros temáticos, e implantado o sistema de coleta seletiva de lixo originado pela visitação pública.

No que diz respeito à educação ambiental, as escolas que visitaram o Jardim Botânico foram 100% monitoradas, a videoteca do Centro de Visitantes foi ampliada, de forma a qualificar o atendimento, e foi realizada a reestruturação e manutenção de ambientes dos prédios, redes hidrossanitárias, sistema viário e abrigo para coleções.

**Museu de Ciências Naturais** – Na área de biodiversidade, estão em andamento 105 projetos de pesquisa que contribuem para o conhecimento da matéria, principalmente do Rio Grande do Sul. Inclusive, foram editados três números de revistas científica Lheringia, com publicação dos resultados obtidos sobre o conhecimento da biodiversidade para a comunidade científica, dois números da série Zoologia e um número da série Botânica.

Os pesquisadores do Museu, através de convênios, foram professores e orientadores em cursos de pós-graduação da UFRGS e PUC, sendo que a orientação e treinamento de pessoal em Ciência e Tecnologia de Recursos Naturais Renováveis contou com 21 estagiários e 19 bolsistas em nível de iniciação científica oriundos do curso de Ciências Biológicas das Universidades PUC, UFRGS, UNISINOS e ULBRA e 11 estudantes de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

De outro lado, o Museu realizou a ampliação de rede instalada de terminais de computador, a atualização do servidor com recursos da FAPERGS e implementou a

informatização das coleções científicas. Houve, ainda, a manutenção de serpentário, com extração de peçonha ofídica, estando em tratativas a comercialização da produção e a regularização do licenciamento do serpentário junto ao IBAMA.

Quanto a exposições, o MCN participou da Exposição Natureza na Praia em fevereiro, em vários municípios do Litoral, em conjunto com o Batalhão Ambiental; Expoágua no Mercado Público, reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Exposição Ciência na Praça, Dia Internacional de Museus; Exposição "Bastidores da Ciência", além de exposições temporárias da SBPC.

Quanto a projetos integrados do Governo Estadual, o Museu teve participação no Programa Pró - Mar de Dentro, através do fornecimento de subsídios sobre estudos já realizados nas Bacias das Lagoas dos Patos e Mirim pelos pesquisadores do MCN.

Do mesmo modo, está em elaboração o diagnóstico florístico da área de implantação da estação de tratamento de esgoto do DMAE na zona sul e o diagnóstico no meio biótico da bacia do rio Gravataí, este em convênio com a METROPLAN e, com a iniciativa privada o MCN tem em andamento o estudo e proposta de plano de manejo para o parque ecológico da área do Complexo Automotivo de Gravataí e estudos da biota no parque COPESUL de Proteção Ambiental.

#### **4.5 – SECRETARIA DA SAÚDE - SES**

A política que vinha sendo desenvolvida na área da saúde agravou a problemática a nível estadual. Dentre os problemas, destacam-se: estrutura verticalizada, fragmentação das áreas técnicas, centralização autoritária do processo decisório e da coordenação das ações e serviços de saúde, municipalização burocrática dos serviços, esvaziamento da autonomia na gestão regional do SUS e, principalmente, falta de critérios técnicos na transferência de recursos aos municípios. Constatados tais problemas a nova gestão administrativa pautou suas ações no sentido de propiciar, à toda população gaúcha, o direito à atenção integral à saúde.

Primeiramente, a estrutura da saúde foi direcionada para o atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, saúde bucal, saúde indígena, saúde mental, dentre outros; assistência farmacêutica; ações e serviços de saúde, controle social; doenças sexualmente transmissíveis; qualificação do trabalhador em saúde; municipalização e descentralização das ações e serviços em saúde.

**Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente** - Na área da Coordenação da Política de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, foram executadas inúmeras ações, cabendo-se destacar dentre elas:

- implantação, em 136 municípios, do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional;
- controle dos desvios nutricionais na escola pública, objetivando reduzir em 20% os casos de desnutrição e 10% os casos de obesidades;
- controle da cárie e da doença periodontal na escola pública - houve um aumento no número de alunos e municípios envolvidos;

➤ controle da qualidade da água consumida nas escolas – atividade desenvolvida em conjunto com os técnicos em saúde escolar e a vigilância sanitária municipal, tendo sido enviadas a todas as Coordenadorias Regionais de Saúde – CRS, as instruções técnicas que foram repassadas as escolas públicas abrangidas pelos CAES;

➤ controle das dificuldades visuais: identificação dos alunos de pré e 1ª série com distúrbios visuais;

➤ reanimação de recém-nascido – atividade desenvolvida através de cursos em parceria com a Sociedade de Pediatria.

**Atenção Integral à Saúde da Mulher** - De outro lado, a Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde da Mulher esteve voltada, no exercício de 1999, para o controle do câncer uterino, assistência pré-natal, transmissão vertical da AIDS e sífilis, assim como medicamentos em toxoplasmose, ações a seguir explicitadas.

➤ Controle do câncer de colo uterino: através do Programa Estadual de Controle do Câncer de Colo Uterino, foram realizados cursos de capacitação gerencial para as 19 Coordenadorias Regionais de Saúde e municípios sem gestão plena à saúde, além de cursos para capacitação dos gestores nas Coordenadorias e municípios de gestão plena que possuem laboratórios de citopatologia e histopatologia;

➤ Assistência pré-natal - elaboração de programa visando à requalificação dos profissionais de saúde, captação precoce da gestante, vinculação com maternidade, garantia de exames básicos e consulta puerperal;

➤ Parceria da DST-AIDS da Secretaria da Saúde com hospitais e instituições que atuam na área de assistência pré-natal, parto e puerpério: maternidades e unidades de saúde vinculados ao SUS e que tenham atendimento para gestantes de forma a permitir a redução da transmissão vertical da AIDS e sífilis;

➤ Assessoria à FEBEM, visando ao desenvolvimento de recursos humanos no atendimento às internas daquela Instituição;

➤ Parceria com a Coordenação de Zoonoses e Vetores, DST/AIDS com o LACEN para regulamentar a lei sobre medicamentos em toxoplasmose.

**Atenção Integral à Saúde Bucal** - Nessa área, foi implementado o Sistema de Vigilância Epidemiológica e Sanitária. As funções do Sistema abrangem a definição de municípios no controle da fluoretação e a organização do sistema de referência e contra-referência para câncer bucal através de unidades sanitárias, universidades e hospitais. Acrescente-se a isso o trabalho desenvolvido na prevenção da cárie, doença periodontal e câncer de boca; e a capacitação permanente dos recursos humanos na rede pública de saúde.

**Saúde Indígena** - A Coordenadoria de Saúde Indígena, no ano de 1999, obteve a garantia de que a Secretaria da Saúde em conjunto com a FUNASA/MS e os municípios que contam com terra indígena, atue na atenção à saúde do índio. A SES, em cumprimento à garantia dada, forneceu a medicação básica a toda a população, leite para crianças de até 5 anos dos acampamentos de Nonoai e Salto do Jacuí; e participou na organização dos distritos sanitários especiais indígenas e nas reuniões do Conselho Estadual do Índio e do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena.

**Atenção Integral à Saúde Mental** - A Coordenadoria, encarregada da política de atenção integral à saúde mental, foi responsável pela execução de importantes ações, quais sejam:

- implantação do Projeto São Pedro Cidadão;
- viabilização de projetos de moradia voltados à geração de renda;
- incremento da qualificação dos profissionais de saúde mental;
- desencadeamento e/ou potencialização da atenção integral à criança, adolescentes, adultos e idosos com problemas de saúde mental;
- suporte de referência e contra-referência da rede de atenção integral em saúde mental, através das CRS;
- criação de grupo de trabalho para elaboração de uma política de atenção integral aos portadores de deficiências;
- formulação da política estadual de prevenção integral dos problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas;
- levantamento junto as CRS das necessidades de capacitação;
- levantamento dos municípios com ações em saúde mental;
- planejamento da redistribuição dos leitos psiquiátricos pelas regiões de Estado.

**Doenças Imunopreviníveis** - No intuito de prevenir o aparecimento de doenças imunopreviníveis, foi promovido, no exercício de 1999, o controle de doenças como a difteria, coqueluche, tétano, caxumba e a rubéola (através da vacinação); a busca da eliminação de doenças, como o tétano neonatal (vacinação de gestantes e mulheres em idade fértil); a busca da erradicação do sarampo até o ano 2000; a manutenção da erradicação da poliomielite, cujo último caso no Estado ocorreu há 10 anos; e a incorporação de novas vacinas contra a hepatite B e a vacina contra o haemophilus influenza e B.

**Doenças Epidêmicas** - Os serviços realizados na área de doenças epidêmicas foram voltados para vigilância epidemiológica das meningites e para os casos de hepatite viral.

A primeira consagrou-se pela busca ativa de casos nos hospitais, realizados pelos profissionais dos municípios, tendo como objetivo garantir quimioprofilaxia precoce. Já no caso da segunda, nos últimos anos, elaborou-se Norma Técnica Operacional para a Vigilância das hepatites virais e capacitaram-se profissionais de regionais e dos municípios para que possam trabalhar, em conjunto com o LACEN, na ampliação da capacidade de investigação laboratorial.

**Zoonoses e Vetores** - A Coordenação de Zoonoses e Vetores dirigiu seus esforços no sentido de controlar o complexo Teníase/cisticercose, mediante a realização de estudo de prevalência em quatro municípios; e controlar a hidatidose, estudo realizado em 18 municípios do Estado, que concluiu pela permanência endêmica da hidatidose humana, necessitando um trabalho efetivo de controle.

Além, dos controles antes referidos, estenderam-se as ações de controle da malária (notificados cerca de 42 casos e confirmados 17, todos de pessoas que contrariam a doença fora do Estado e/ou outros países) e à dengue. Outrossim, de janeiro a setembro/99, foram investigados 47 casos suspeitos de dengue; desses 7 foram confirmados. Todos os casos constatados de dengue foram importados de outros estados.

**Doenças Crônico-Degenerativos e Saúde do Idoso** - A área voltada às doenças crônico-degenerativas e para saúde do idoso desenvolveu e acompanhou a

pesquisa de levantamento de prevalência de fatores de risco para doença coronariana no âmbito do Estado.

**Hospitais** - Na área de hospitais, cabe salientar as ações efetivadas pelos Hospitais Psiquiátrico São Pedro, Sanatório Partenon e Colônia Itapuã.

O Hospital Psiquiátrico São Pedro, de um lado, promoveu cursos de capacitação para Auxiliares de Enfermagem, envolvendo 120 servidores, e inaugurou a casa de passagem para proporcionar espaço onde os moradores do Hospital possam preparar-se para o retorno à sociedade. De outro lado, o Hospital Sanatório Partenon finaliza a elaboração do projeto de unificação dos laboratórios de bioquímica e hematologia, que abrangerá ele próprio, o Hospital Psiquiátrico São Pedro e o Centro de Saúde Murialdo. Não menos importante, o Hospital Colônia Itapuã elaborou programa envolvendo hospedagem para visitantes e familiares de usuários moradores, assim como curso voltado à capacitação ambiental.

Beneficiários:

- Controle dos desvios nutricionais – 15.358 alunos;
- Distúrbios visuais – 49.000 crianças atendidas;
- Saúde bucal: aplicação tópica de flúor – 48.000 crianças de 0 a 14 anos, 47.000 atendimentos da população escolar;
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS): 2.953 agentes comunitários atuando junto a 486.635 famílias;
- Programa de Saúde da Família: 75 equipes atuando em 26 municípios;
- Dermatologia Sanitária: diagnosticados e tratados 164 casos de hanseníase e tratado 64% dos casos de tuberculose notificados; vacinados 92% dos idosos contra gripe;
- Internados 800 pacientes no Hospital Sanatório Partenon com realização de 20.000 exames laboratoriais e radiológicos. Tratamento de 28 pacientes com AIDS no Hospital/ Dia;
- Hospital Itapuã: 12.000 consultas e realização de 5.000 exames laboratoriais;
- Produção de 90.000 litros de leite, duas toneladas de aipim e oito toneladas de carne no Hospital Fazenda Itapuã;
- Cobertura vacinal da população alvo de 97%.

**Assistência Farmacêutica** – Em razão da inexistência, em gestões anteriores, de uma política de assistência farmacêutica organizada, a nova gestão administrativa norteou as suas ações para a busca da estruturação da política, implantação do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica e do Plano de Assistência Farmacêutica Mental, distribuição de medicamentos básicos para populações migrantes e medicamentos especiais e excepcionais.

**Estruturação da Coordenação da Política de Assistência Farmacêutica** - A estruturação, aqui mencionada, está sendo imprescindível à implantação da política estadual de assistência farmacêutica, articulada com as demais políticas de Atenção à Saúde da SES, capaz de interferir em todas as etapas da cadeia de assistência farmacêutica: seleção dos medicamentos, aquisição, produção, armazenamento, controle de qualidade, distribuição, dispensação, bem como orientação sobre o uso racional dos medicamentos.



**Implantação do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica** - A implantação do Plano foi buscada nos 467 municípios do Estado, mediante a organização de ações necessárias e disponibilização de medicamentos para a atenção básica.

**Implantação do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica em Saúde Mental** - O Plano obteve como resultado a disponibilização de um conjunto de medicamentos utilizados pela política de saúde mental.

**Distribuição de Medicamentos Básicos para Populações Migrantes** - À população migrante (índios, assentados, acampados, “afogados das barragens”) foram garantidos os insumos necessários à manutenção da sua saúde e da sua vida.

**Medicamentos Especiais e Excepcionais** – Promovida a aquisição e distribuição regular e contínua de 87 itens de medicamentos especiais/excepcionais, para fornecimento contínuo a pacientes portadores de doenças crônicas e graves, garantindo o controle e o tratamento de seus agravos, diminuindo o risco à saúde e à vida dos mesmos, visando beneficiar 467 municípios (toda população do Estado); pacientes internados no Hospital Sanatório Partenon, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Colônia Itapuã e atendidos no Ambulatório de Dermatologia Sanitária e Centro de Saúde Murialdo; e 13.000 pessoas (população migrante).

**Regulação das Ações e Serviços de Saúde** – As atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Regulação das Ações e Serviços de Saúde eram executadas centralizadamente, com pouca participação das Coordenadorias Regionais de Saúde e a estrutura organizacional não expressava a complexidade e a especificidade das atividades do setor, concentrando decisões em duas pessoas. Havia um grande número de servidores; contudo, a maioria ociosa, e aqueles vinculados à produção de informações, com excesso de demanda.

Para resolver tal problemática, foi promovida a descentralização do processamento e do gerenciamento do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS para as Coordenadorias Regionais de Saúde – CRS; a implantação do sistema de revisão dos atendimentos em Oncologia (APAC Onco); definição das sete macrorregiões do Estado, a partir do Projeto de Urgências e Emergências; elaboração do projeto de descentralização do Programa de Assistência Complementar (concessão de órteses e próteses ambulatoriais), para as 7 macrorregiões; elaboração e implantação do Projeto de Auxílio aos Hospitais Filantrópicos – FUNAFIR; e elaboração de estudos para redimensionamento dos hospitais de pequeno porte (menos de 50 leitos). Toda a população do Estado foi beneficiada com a melhoria do desenvolvimento dessa ação.

Igualmente foram buscadas soluções no sentido de sanar os problemas encontrados na assistência ambulatorial, hospitalar, complementar, doação de órgãos e transplantes, e auxílio a hospitais filantrópicos ( FUNAFIR).

A Assistência Ambulatorial voltou-se para as questões de ordem básica, média e de alta complexidade. Por sua vez, a Assistência Complementar desenvolveu a concessão de órtese e prótese, teste do pezinho, oxigenoterapia domiciliar, tratamento fora de domicílio e implementação de política para atenção a pessoas portadoras de deficiências e altas habilidades.

**Beneficiários:**

- Assistência Ambulatorial / ano: básica – 39.548.393 atendimentos; média complexidade – 15.130.457 atendimentos; alta complexidade – 302.799.066 atendimentos;
- Assistência Hospitalar – 803.502 internações/ano;
- Distribuição de 130.000 bolsas de ostomia, atendimento de 800 pacientes para tratamento fora de domicílio;
- Implantação do cadastro único de receptores;
- Linha de financiamento do Bannisul, destinado ao custeio dos hospitais filantrópicos vinculados do SUS (em número de 95) e hospitais públicos, no valor global de R\$ 47 milhões.

**Controle Social** – Na área de controle social, foram criadas assessorias, com interface direta nos movimentos populares e sindical, buscando agilizar a comunicação com estes setores, no sentido de favorecer sua inserção no SUS e realizadas oito audiências públicas junto à Assembléia Legislativa e Conselho Estadual de Saúde, observando as determinações legais do SUS, ainda não regularmente cumpridas no País, visando à plena transparência da implementação do Sistema Único de Saúde no Estado.

**Doenças Sexualmente Transmissíveis** – Na área da atenção integral à saúde, voltada especialmente para as doenças sexualmente transmissíveis - AIDS, as atividades desenvolvidas vão ao encontro do controle epidemiológico. Com o objetivo de realizar um enfrentamento à epidemia, mostram que o número de casos notificados em 1999 de AIDS foram 2.169; os óbitos acumulados desde o início da epidemia foram 5.133 e o número de casos acumulados são 11.966. Constatado, no ano de 1999, uma melhora significativa no registro das notificações.

Na atividade de assistência ocorreram as aquisições de medicamentos e kits para testagem sorológica e exames de CD4/CD8. Já nas atividades de prevenção priorizou-se a capacitação de recursos humanos, alimentando-se um sistema de referência e atendimento que tem por objetivo o atendimento do paciente em sua região. Foram beneficiados 7.000 pacientes em tratamento de HIV/AIDS no Estado e 198 trabalhadores de saúde capacitados em planejamento gerencial em drogas e AIDS nos municípios das regiões: metropolitana, Passo Fundo e Erechim.

**Escola de Saúde Pública** – Ante a política encontrada de desvalorização do trabalhador da área de saúde, foram realizadas pela Escola de Saúde Pública, no exercício que passou, diversas atividades destinadas à formação e educação permanente, destacando-se (a) curso de Capacitação de Gestores de Saúde, com o objetivo de instrumentalizar gestores e profissionais para o gerenciamento das políticas de saúde do SUS no município; (b) formação de conselheiros municipais, desenvolvido em parceria com o Conselho Estadual de Saúde; (c) atividades de Residência, Aperfeiçoamento e Especialização para os profissionais da área de saúde; (d) implantação, nas Coordenadorias Regionais de Saúde, de Núcleos Regionais de Educação e Saúde Coletiva, e, (e) realização da pesquisa “Erradicação do Trabalho Infantil”.

**Beneficiários:**

- 126 participantes no 1º Curso de Gestores de Saúde, abrangendo todos os municípios da região metropolitana;

- 640 participantes, de todo o Estado, no curso de Conselheiros de Saúde;
- 74 profissionais beneficiados com os programas de residência, aperfeiçoamento e especializações;
- 19 Núcleos Regionais de Educação e Saúde Coletiva implantados;
- crianças de até 14 anos em três setores produtivos do RS.

**Municipalização Solidária da Saúde** – Implantação, de forma inédita no País, da Municipalização Solidária da Saúde, formalizada pelo Decreto Estadual n.º 39.582/99, reorganizando a cooperação técnica e financeira com os municípios, por intermédio do repasse regular e automático de recursos do Orçamento do Estado, alocados no Fundo Estadual de Saúde, diretamente nos Fundos Municipais de Saúde de todos os municípios habilitados a uma das formas de gestão do SUS. Em 1999, os recursos foram transferidos com base no critério populacional e adicionalmente para o atendimento de populações flutuantes (trabalhadores sem terra acampados, populações indígenas, assentados).

A implantação da Municipalização Solidária da Saúde beneficiará toda a população do Estado e, principalmente, aquela população flutuante de 35.000 pessoas (acampados, assentados, indígenas, atingidos por barragens).

**Apoio à Descentralização das Ações e Serviços de Saúde** – Na área de apoio à descentralização das ações e serviços de saúde, foi diagnosticado, no início desta gestão, claramente, a existência de estrutura verticalizada, fragmentação das áreas técnicas; centralização do processo decisório e da coordenação das ações e serviços de saúde.

O Estado não estava habilitado a qualquer das modalidades de gestão do SUS, pois contava com infra-estrutura insuficiente/inadequada às funções de gestão do SUS; papel restrito à mediação administrativa entre nível central e municípios. Além disso, a descentralização do SUS para os municípios (municipalização) era centralizada na Assessoria Técnica e de Planejamento, restrita à análise da documentação para habilitação junto ao Ministério da Saúde e a cessão da rede básica estadual e servidores para os municípios, com repasse de responsabilidades de execução, sem o necessário apoio técnico-financeiro, gerando ações de baixa resolutividade e a busca desordenada, pelos usuários de serviços de qualidade, sobrecarregando os municípios maiores com infra-estrutura mais organizada.

Da mesma maneira, a transferência de recursos financeiros para os municípios era feita, exclusivamente, através da modalidade convencional, sem controle social e critérios técnicos que possibilitassem a hierarquização e regionalização das ações e serviços de saúde.

Para atacar essa situação, primeiramente, a atual gestão administrativa, em maio de 1999, habilitou o Estado à gestão avançada do sistema estadual. O pleito de habilitação do Estado à gestão plena do sistema estadual foi aprovado pela Comissão Intergestores Tripartite, em julho/99, estando em negociação o teto financeiro estadual, com a reafirmação da autonomia na organização do SUS estadual.

Outra iniciativa adotada consiste na reorganização da estrutura gerencial do nível central da Secretaria da Saúde e das Coordenadorias Regionais de Saúde,

horizontalizando e democratizando os níveis de decisão: alterada a denominação de Delegacias Regionais de Saúde para Coordenadorias Regionais de Saúde (Decreto n.º 39.691/99); criada a Coordenação de Apoio à Descentralização das Ações e Serviços de Saúde, composta pela Coordenação de Apoio Técnico às Regionais e pela Coordenação de Apoio Técnico aos Municípios, integrando ações antes fragmentadas entre diversos setores da SES, tendo como resultado o fortalecimento da autonomia da instância regional, que assumiu a coordenação da política regional de saúde, em cooperação técnica, financeira e operacional com os municípios.

Outro aspecto importante foi a mudança na relação com os gestores municipais, com apoio técnico e financeiro, através da Municipalização Solidária da Saúde, para que assumissem a gestão do SUS municipal: habilitação de mais 29 municípios à gestão plena da atenção básica, totalizando 434 municípios municipalizados no Estado (92,93%) do total dos municípios do Estado.

Além disso, foi elaborada proposta de Regionalização da Atenção, com sete regiões-pólo: Metropolitana, Missioneira, Sul, Norte, Serra, Vales e Centro-Oeste, com matriz de investimentos e custeio, de planejamento e acompanhamento, de referência, contra-referência e regulação; criados pólos e 19 núcleos regionais de educação em saúde coletiva para a formação de trabalhadores, gestores e conselheiros de saúde; fortalecidos os consórcios intermunicipais de saúde já existentes e estímulo técnico/financeiro à organização de novos, dentro do fortalecimento da política de regionalização da saúde; e promovida a descentralização do processamento e da regulação dos tetos financeiros para as Coordenadorias Regionais.

O reconhecimento e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social com estímulos à criação de Comissões Bipartites Regionais, tendo sido instituídas em 03 Coordenadorias Regionais (2ª, 5ª e 8ª CRS); a reativação dos conselhos regionais de saúde e estímulo à implantação nas demais coordenadorias regionais de saúde; o fortalecimento dos conselhos municipais de saúde como instância de deliberação para avaliação de projetos, aplicação de recursos e prestação de contas, cumprindo a legislação, com o controle social sobre a gestão do SUS foram ações também priorizadas pela SES.

#### **4.5.1 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS**

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS foi recebida, em janeiro de 1999, com problemas envolvendo a sua estrutura organizacional e funcional; qualidade dos produtos e serviços; ausência de critérios técnicos na distribuição de medicamentos, tanto recebidos pelo Ministério da Saúde, como os produzidos; indicativos de clientelismo político-partidário e favoritismos pessoais na dispensação de medicamentos. Ante a situação encontrada, foram implementadas diversas ações, abaixo descritas.

**Ampliação e Adequação da Estrutura Física da FEPPS** – A ampliação e a adequação da estrutura física da FEPPS, através da construção de prédio novo para o LACEN (abertura das propostas para cumprimento de processo licitatório em 09/12), da construção do prédio do almoxarifado do LAFERGS (em fase de habilitação dos licitantes), beneficia toda a população do Estado, que obteve qualificação dos insumos e serviços produzidos pela FEPPS e disponibilizados aos usuários do SUS.

### **Consolidação da Estrutura Organizacional e Funcional da Fundação –**

Mediante estudos e apresentação de novo organograma, apresentação de proposta de plano de cargos e salários, regularização dos bens patrimoniais (bens móveis – já realizados todos os levantamentos; os imóveis – em fase de levantamento topográfico e dimensionamento das respectivas áreas).

Dentre as atividades desenvolvidas nessa ação, destacam-se, ainda, a instalação e rotinização dos trabalhos do Conselho Deliberativo; elaboração de matriz de capacitação de recursos humanos, realizada em conjunto com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos; elaboração de plano de informatização através de programa conjunto com a PROCERGS; implantação do Sistema de Gestão Integrado - Projeto Saúde/FEPPS-CAGE, com assessoria da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE), e, criação do Grupo de Política de Pesquisa (GPP) da FEPPS.

**Sistema de Toxicovigilância do Estado** - Manutenção das rotinas do Sistema de Toxicovigilância do Estado através de informações toxicológicas prestadas e produzidas, atendimentos a pacientes, análises toxicológicas, disponibilização de ampolas de soros antiveneno e campanhas de prevenção de acidentes tóxicos realizadas, sendo beneficiada toda a população Estado, através da informação, apoio laboratorial, pesquisa, capacitação e prevenção de acidentes tóxicos no Estado.

**Diagnóstico Laboratorial** - Manutenção das rotinas de diagnóstico laboratorial visando proporcionar a cobertura da demanda de análises laboratoriais dando apoio, otimizando e abreviando a elucidação do diagnóstico clínico, promovendo a deflagração de ações resolutivas dos agravos com mais rapidez e exatidão.

Houve, ainda, a implementação da rede de laboratórios de saúde pública em relação a estrutura física, as metodologias e a capacitação de recursos humanos com o aumento das análises oferecidas à população.

Dados comparativos do número de análises faturadas para o Sistema de Informação Ambulatorial/SUS realizadas pelos Laboratórios Regionais de Saúde Pública:

- nº de análises realizadas no 2º semestre/1998 = 4.844
- nº de análises realizadas no 1º semestre/1999 = 5.037
- nº de análises realizadas no 2º semestre/1999 = 7.589\*
- aumento estimado em 50% em relação ao 2º sem/98.

Além disso, promovida a apresentação, ao Projeto VIGISUS/MS, de projeto de financiamento para implementação dos sete laboratórios regionais pertencentes às sete macrorregiões-pólo em saúde, beneficiando os usuários do SUS, através da disponibilização de análises laboratoriais compatíveis com as necessidades das políticas de saúde e do apoio às ações de vigilância epidemiológica e sanitária.

**Produção de Unidades de Medicamentos** – Desenvolvida pela FEPPS a produção de unidades de medicamentos com qualidade garantida para atingimento de 57% da meta prevista para o exercício. Promovida, ainda, a adequação da área física do LAFERGS para atendimento da legislação sanitária vigente.

A área de produção de unidades de medicamentos preocupou-se também com a implantação de um sistema de programação, aquisição, armazenagem, distribuição e dispensação de medicamentos no âmbito do SUS, através de investimentos realizados em armazenamento, veículos para distribuição, padronização de rotinas e capacitação do pessoal da FEPPS e nas coordenadorias e municípios (nas suas atividades de programação, aquisição, armazenamento e dispensação de medicamentos).

Apresentado ao Ministério da Saúde projeto para formação de comissão técnica especializada na seleção de medicamentos, para atendimento da assistência farmacêutica básica. Apresentado o Projeto Política de Assistência Farmacêutica: Estruturação e Organização de um Novo Paradigma, à FAPERGS, em resposta ao edital de políticas públicas, em conjunto com a Faculdade de Farmácia da UFRGS.

A FEPPS teve, também, participação no projeto de orientação e cooperação técnica às unidades de produção de medicamentos regionais e municipais ("Farmácias Municipais de Manipulação"), em conjunto com a Vigilância Sanitária da SES e FAMURS.

Assim sendo, toda essa ação desenvolvida buscava, unicamente, beneficiar os usuários do SUS, através do acesso a medicamentos essenciais, com qualidade e eficácia garantidas.

**Hemonúcleos** - Na área de hemonúcleos houve a aprovação de projeto para construção e aquisição de equipamentos para hemonúcleos de Alegrete (10ª CRS), Cruz Alta (9ª CRS) e Palmeira das Missões (15ª CRS) junto ao COSAH/MS, aguardando liberação de recursos. Outrossim, foi aprovado projeto de ampliação do HEMORGS e aquisição de unidade móvel de hemoterapia para o Estado do Rio Grande do Sul, junto ao COSAH/MS, aguardando liberação de recursos.

A Fundação empenhou-se na realização de campanhas para captação de doadores, atendimento do Programa de Atenção ao Hemofílico, coleta, fracionamento e qualificação de sangue e hemocomponentes, tendo sido beneficiada, nesse projeto de implantação dos três hemonúcleos antes citados, a população de 72 municípios, aproximada em 950.000 habitantes, assegurando-se cobertura hemoterápica e qualidade de serviços hemoterápicos. à população.

A ampliação e a adequação do HEMORGS trará um aumento da capacidade instalada do hemocentro do Rio Grande do Sul e permitirá um melhor atendimento à população da Grande Porto Alegre, com uma população de 3.129.312 habitantes. Estima-se um incremento de cerca de 100% na produção mensal de hemocomponentes. Por sua vez, a aquisição de uma unidade móvel de coleta permitirá ao hemocentro do Estado um incremento estimado de 50% na captação de doadores, beneficiando uma região composta por 67 municípios (1ª e 2ª CRS) e 3.790.315 habitantes.

#### **4.6- SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS**

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS, no exercício de 1999, priorizou suas ações na intenção de resolver a problemática da

assistência social, das políticas estaduais de defesa do consumidor e das relações do trabalho, essa última voltada para o trabalho na virada do milênio.

Desde janeiro de 1999, a nova gestão tem trabalhado no sentido de qualificar o PROGER, pensando alternativas junto aos agentes financeiros operadores, especialmente, buscando constituir uma atuação mais significativa do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Houve, ainda, a composição de grupos de trabalho junto a outros órgãos do Governo do Estado (SEDAI, AD, Banrisul, Agricultura) na busca da construção de instrumentos que viabilizem maior ofensividade no âmbito das alternativas de geração de emprego e renda no Rio Grande do Sul. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

**Cidadania** – Estabelecidos, como objetivos e prioridades de ação do Departamento de Cidadania, da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, na atual gestão: (a) construção de políticas de afirmação e garantia de direitos (setores excluídos, discriminados) e pela defesa dos direitos humanos promovendo a cidadania e assegurando que as mesmas perpassem o conjunto das políticas deste Governo; (b) resgate e valorização dos Conselhos conforme a suas atribuições de deliberação e fiscalização das políticas públicas e programas nas suas áreas de intervenção; (c) qualificação da intervenção na defesa dos direitos do consumidor; (d) estabelecimento de critérios unificados para a emissão dos registros de entidades e de utilidade pública, propiciando o controle e a fiscalização quanto ao cadastramento das instituições; e (e) estabelecimento de interfaces com as outras áreas da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, bem como com outros órgãos do Governo para promover a cidadania, através das outras políticas desenvolvidas em âmbito estadual, saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho, entre outras.

**Gestão da Assistência Social** – Essa ação envolve a prestação de assessoramento técnico, monitoramento, e capacitação a municípios, visando à implementação das estruturas do Sistema de Descentralização de Assistência Social, criação e funcionamento de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social e da Rede de Atendimento e publicações.

O desenvolvimento dessa ação proporcionou a democratização da relação Estado e sociedade civil, transparência das ações, participação de OG e ONGs no processo de construção e definição da política estadual de assistência social. Os gestores, os conselheiros municipais de assistência social dos 467 municípios e os 36 conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado foram os beneficiários dessa ação.

**Atendimento a Crianças e a Adolescentes através de Programas** - Essa ação objetiva prevenir a exclusão social, garantir o acesso aos direitos sociais, fortalecer e/ou resgatar os vínculos familiares e comunitários, prevenir o abandono, combater e prevenir a violência e maus tratos, desenvolver a potencialidade e as relações sociais, retorno à família de origem ou substituta, ingresso e regresso à escola, redução da evasão escolar, bem como acesso a políticas públicas.

O atendimento a crianças e adolescentes, prestado pela STCAS, envolve o apoio técnico e financeiro a municípios do Estado, através da implantação de programas de atenção à criança e ao adolescente, isto é, apoio sócio-educativo em meio aberto, abrigo, serviço de ação continuada e Brasil Criança Cidadã – BCC, tendo

por fim a garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento, socialização, bem como a implementação da rede de atendimento. Foram beneficiadas cerca 33 mil crianças e adolescentes de 07 a 18 anos de 249 municípios – ASEMA; 2.250 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de 48 municípios – Abrigo; 2 mil crianças e adolescentes de 07 a 14 anos em situação de extremo risco social de 09 municípios – BCC, e 15.500 crianças e adolescentes de 0 a 6 anos. Valor aplicado: R\$ 9,7 milhões.

Acrescido a essas ações foi celebrado convênio com o Ministério da Justiça/Departamento da Criança e do Adolescente, com contrapartida do Estado, visando à implantação do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência em 20 municípios-pólo do Rio Grande do Sul através da capacitação de seus conselheiros tutelares e repasse de equipamentos de microinformática para os conselhos tutelares, garantindo a devida operacionalização do Sistema. Valor aplicado: R\$ 440 mil.

**Atendimento a Crianças, Adolescentes e Idosos** - O atendimento a crianças, adolescentes e idosos é prestado através de apoio sócio-educativo em meio aberto, grupo de convivência oriundos da cidade de Porto Alegre, Viamão e Alvorada, assim como execução de medida sócio-educativa e atendimento a portador de HIV. Beneficia aproximadamente 320 idosos - Grupo de Convivência; 560 crianças e adolescentes – ASEMA; 315 portadores de HIV - Bem Viver; e 35 adolescentes - Medida Sócio-Educativa, com um montante aplicado de R\$ 371,8 mil.

**Apoio Financeiro a Entidades para Execução de Programas de Assistência Social** – Nessa ação, a STCAS, repassa recursos a entidades intrinsecamente vinculadas ao atendimento da população socialmente carente. O repasse foi efetivado somente a entidades que prestaram contas dos recursos recebidos em 1998. No exercício de 1999, foi efetuado o repasse de R\$ 1,5 milhão a 524 entidades de todo o Estado, através do Fundo Estadual de Assistência Social, por conveniamento.

**Atenção ao Idoso** - Apoio técnico e financeiro, a municípios do RS para atendimento de idosos, em grupo de convivência, abrigo/asilo, serviço de ação continuada e cesta básica, visando à educação para a cidadania, à defesa de direitos, à satisfação de necessidades básicas, bem como à implementação da rede de atendimento. No ano de 1999, foram beneficiados cerca de 34.000 idosos de 249 municípios do RS - Grupo de Convivência; 3.060 idosos de 71 municípios – Abrigo; 5.116 idosos - Serviço de Ação Continuada; e 11.317 idosos de 45 municípios - Cesta Básica. Foi aplicado nessa ação o montante de R\$ 2,3 milhões.

**Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência** - Apoio técnico e financeiro a municípios do RS para atendimento de pessoas portadoras de deficiência, através de grupo de convivência, abrigo e serviço de ação continuada, propiciando a criação de vínculos, troca de experiências, resgate da auto-estima, defesa de direitos e implementação da rede de atendimento.

Para tanto, foram realizadas atividades voltadas ao atingimento da prevenção da exclusão social, estímulo à participação comunitária e redução do preconceito, convívio e valorização grupal, acesso aos direitos fundamentais, desenvolvimento de aptidões específicas, tratamento e reabilitação das PPDs. Foram gastos mais de R\$ 3,8 milhões para o atendimento de 9.750 pessoas portadoras de



deficiência de 249 municípios - Grupo de Convivência; 562 pessoas de 06 municípios- Abrigo; e 3.069 pessoas - Serviços de Ação Continuada.

**Atenção ao Migrante** – Ação voltada ao apoio técnico e financeiro a municípios do RS que se encontram em gestão municipal para atendimento migrantes, ou seja, pessoas e/ou famílias de baixa renda que se transferem de um município a outro em busca de melhores condições de vida, através de ações de acolhida, orientação e encaminhamento aos recursos da comunidade, além de pequenos auxílios financeiros. Foram beneficiados, nesse ano que passou, com custo de R\$ 146 mil, cerca de 11 mil migrantes de 47 municípios.

**Ações Emergenciais** – A STCAS, objetivando fortalecer o atendimento às necessidades sociais de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e pessoal, presta apoio técnico e financeiro a municípios do RS que se encontram em gestão municipal para atendimento dessas necessidades. O apoio prestado abrange orientação, encaminhamento para recursos institucionais e pequenos auxílios, e implementação da rede de atendimento. A Secretaria atendeu cerca de 40.000 pessoas em 249 municípios. Valor aplicado: R\$ 693 mil.

**Atenção à População de Rua** – Essa ação visa propiciar condições para que a população com história de vida de rua possa, durante o período de inverno, ser acolhida. A STCAS promoveu a transferência financeira de benefício monetário, cerca de R\$ 1 milhão às famílias de crianças e adolescentes com história de vida da rua, tendo beneficiado 6.000 crianças e adolescentes de 13 municípios do Estado.

**Divulgação dos Preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente** - Execução do convênio firmado com a União (Ministério da Justiça/Conselho Nacional da Criança e do Adolescente) com vistas à divulgação dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente mediante ações para multiplicadores, como o seminário estadual voltado para educadores "A Educação Garantindo Direitos" (26/04/99-POA); impressão de 50 mil exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente; 20 mil exemplares do Manual de Perguntas e Respostas sobre Conselhos de Direitos e Tutelares e 10 mil exemplares do subsídio Orçamento e Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. Foram beneficiados os educadores da rede pública, criança e jovens estudantes, conselheiros de direitos e tutelares.

**Implantação da Política de Defesa do Consumidor no Estado** - De forma descentralizada, foi implantada a política de defesa do consumidor, atendendo aos conflitos de consumo, conforme dispõe a Lei 8.078/90 e o Decreto 2.181/97.

**Qualificação da Relação com os Conselhos Estaduais de Direitos** - Qualificada a relação da STCAS com os Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, dos Povos Indígenas, do Idoso e da Comunidade Negra propiciando suporte técnico, administrativo e financeiro para o melhor desempenho das atribuições de formulação, deliberação e execução das políticas públicas de seus segmentos específicos. Acrescida a rearticulação de cada Conselho, foi implantada, como estratégia, a mobilização e a formulação de políticas, ação conjunta desenvolvida pela sociedade civil e poder público, através de atividades como: Seminário "Combate a Violência contra o Idoso" ; "Jogos Integrados da Terceira Idade" (Tramandaí); "II Fórum Estadual da Cidadania dos Povos Indígenas"; Seminário "Repensando o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra"; Seminário "A Educação

Garantindo Direitos" ;e Seminários Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A reestruturação das relações do Governo com os Conselhos de Direito baseia-se no fortalecimento das relações, respeito ao papel e às atribuições dos Conselhos de Direitos.

**Relações do Trabalho** - Na área das Relações do Trabalho, foi promovida a realização de cursos com o tema "O Trabalho na Virada do Milênio", além de apoio técnico e financeiro, na ordem de R\$ 240 mil, a atividades econômicas informais, trabalhadores autônomos, profissionais recém-formados, micro e pequenas empresas, cooperativas e associações, mediante a capacitação técnico gerencial de empreendedores e assistência técnica aos empreendimentos financiados, durante a vigência do crédito. Trabalhadores autônomos, profissionais recém-formados, micro e pequenos empreendimentos formais ou informais, cooperativas e associações foram beneficiados nessas ações voltadas para a regulação das relações de trabalho.

**Primeiro Emprego** - Houve, ainda, a criação de postos de trabalho para jovens em busca do primeiro emprego, beneficiando 2000 jovens entre 16 e 24 anos, em 148 municípios do RS. A implantação do Programa Primeiro Emprego destaca-se como um momento importante na construção de respostas à grave crise social que decorre do acentuado índice de desemprego no Estado.

O Programa reside sua atuação no repasse de recursos às empresas, como estímulo, para que efetuem a contratação de jovens sem experiência profissional. No ano de 1999, foram repassados recursos da ordem de R\$ 631 mil.

**Qualificar/RS** - O Qualificar/RS, por sua vez, é um programa de âmbito estadual, que busca executar ações de qualificação profissional. Esse Programa propiciou que 70.000 pessoas desocupadas, pessoas candidatas ao primeiro emprego, pessoas sob risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de políticas econômicas, pequenos empreendedores (principalmente pessoas beneficiárias do PROGER, PRONAF e outros) e pessoas que trabalham em condição autônoma, obtivessem a qualificação profissional. Outrossim, foi empregado nesse Programa o montante de R\$ 15 milhões.

O Qualificar/RS promoveu ações para também abranger grupos com necessidades específicas de inclusão social, tais como: negros, índios, mulheres e pessoas portadoras de deficiência.

#### **4.6.1- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM**

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, preocupada com a implantação de ações segundo a nova ótica de gestão - assistência e profissionalização da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social e em conflito com a Lei, pautou o desempenho de suas atividades na qualificação profissional e cidadania, formação e capacitação de recursos humanos para o setor público, atendimento na área de proteção especial, atendimento na área de medidas sócio-educativas, e política administrativa.

Desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, vinha

sendo discutida a necessidade da reestruturação jurídica da FEBEM, concretizada neste Governo, dividindo as duas áreas executivas que são a de Proteção Especial e a área de Medidas Sócio Educativas. Esta Lei foi aprovada em 1999, tendo sido criado um Grupo de Trabalho para discussão da implementação de uma nova estrutura que substituirá a atual FEBEM.

**Qualificação Profissional e Cidadania** - Na área de qualificação profissional e cidadania, foram envolvidos todos servidores da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e sua clientela atendida com vistas à promoção de melhorias no atendimento da criança e do adolescente. Assim sendo, foi reestruturado e redimensionado o Núcleo de Acompanhamento e Provisão, tendo como resultados: acompanhamento individual a 1.050 servidores; reavaliação funcional de 122 servidores; encaminhamento de 107 servidores para recursos de atendimento na comunidade e atendimento psicológico grupal para 23 monitores do IJM, onde houveram conflitos em 1999.

Em setembro de 1999, houve a implantação do Serviço de Saúde do Trabalhador, permitindo o retorno da perícia médica para FEBEM, assim como criação do Núcleo de Cidadania e Cultura. De outro lado, a implantação do Programa de Voluntários da FEBEM conta com 221 voluntários no presente momento, sendo que inicialmente contava com 60 voluntários, atendendo aproximadamente 900 crianças e adolescentes em POA e no interior do Estado.

Além disso, foi realizado, em maio de 1999, o primeiro FEBEM FAZ BEM, por iniciativa dos voluntários da FEBEM, com a participação de cerca de 1.000 pessoas entre abrigados, internos e servidores, cujo objetivo consiste em aproximar a comunidade no atendimento da clientela da Fundação.

**Política Administrativa** - Nesta área, foi implantado um programa com o intuito de redesenhar o organograma da Fundação, diagnosticar institucionalmente todas as unidades; criar uma política de captação de recursos, iniciar a regularização fundiária e recuperar estruturas físicas, especialmente dos abrigos residenciais e unidades de privação de liberdade e semiliberdade. A recuperação das estruturas físicas dos abrigos objetiva beneficiar todos os adolescentes que lá se encontram abrigados, inclusive os que se encontram em unidades que executam medidas sócio-educativas.

De outra sorte, foi definida a priorização de investimentos na área de proteção especial, medida deliberada em fórum de diretores destas unidades. Outrossim, o processo de regularização fundiária foi iniciado, em parceria com a Secretaria Estadual da Habitação, através do levantamento topográfico e de reuniões com moradores para definição de estratégias.

**Atendimento à Criança e ao Adolescente** - Priorizados, também, os investimentos em abrigos residenciais, em razão da ocorrência de incêndios, interdições, em 1998, pela Secretaria de Saúde. Foi elaborado projeto para reformar a estrutura física interna e de segurança externa dos institutos de Porto Alegre, incluindo circuito externo de TV e rádios comunicadores e agilizar a comunicação institucional junto ao grande público também foram prioridades nesse primeiro ano da nova gestão, tendo sido aprovados recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão.

O atendimento a criança e ao adolescente, do mesmo modo, buscou a permanente qualificação dos serviços e atendimentos da Fundação, objetivando, ainda, a integração de crianças e adolescentes na comunidade e o retorno dos mesmos ao convívio familiar e social. Além disso houve um esforço no sentido de estreitar as relações com os demais parceiros da Rede de Atendimento à Infância e à Juventude.

Destacamos atividades que foram desenvolvidas na área de Proteção Especial e na de Medidas Sócio Educativas que são: Oficina de Informática com 20 adolescentes do Instituto Juvenil Masculino; Serviço Civil Voluntário com 110 adolescentes; Convênio entre a STCAS/FEBEM, CORAG e SENAI para cursos profissionalizantes para 56 adolescentes. Já, em parceria com a Câmara do Diretor Lojista, com verbas do Qualificar RS/FAT, foi desenvolvido programa envolvendo 30 adolescentes da área de Proteção Especial, nas modalidades de guia turístico, *office-girl* e *office-boy*. E mais 20 adolescentes da área de medidas sócio-educativas na modalidade de reciclagem de papel.

Por sua vez, o Convênio Qualificar/RS/FAT com SENAC, promoveu, aplicando R\$ 465 mil, em 43 cursos de profissionalização em 11 unidades de adolescentes internos na Capital e interior.

Foram, ainda, elaborados projetos como o de Redes Sociais que diz respeito a oficinas junto a agentes comunitários e operadores do sistema de atenção à infância e juventude, bem como campanhas publicitárias sobre adolescentes em conflito com a lei, onde serão aplicados recursos de R\$ 120 mil, provenientes do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Por outro lado, o Projeto Enfrentando o Futuro com Coragem, baseado em experiência africana junto a populações de baixa renda, visa à construção de projeto de vida e está sendo desenvolvido pelo Instituto para o Desenvolvimento de Jovens-Mutação, ONG com sede em São Paulo que, pioneiramente no Brasil, está desenvolvendo o projeto na FEBEM-RS para 30 adolescentes das áreas de proteção especial e medidas sócio-educativas.

O Programa Sócio-Educativo – HIP-HOP, que busca a reinserção social dos adolescentes, funcionou em 4 unidades de privação de liberdade, dois abrigos institucionais, e meio aberto, sendo executado por oficineiros.

Outras ações voltadas à capacitação da criança e do adolescente foram desenvolvidas, tais como, busca da qualificação e mudanças de metodologias nas escolas que atendem adolescentes em conflito com a lei, em convênio com a UNICEF e Secretaria da Educação.

Foram regularizadas, no ano de 1999, 04 escolas nas unidades de execução de medida de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei. Na Capital, foi a Escola Ana Jobim que possui estrutura funcional para atender 180 adolescentes, beneficiando as unidades Instituto Juvenil Masculino, Instituto Educacional Feminino e o Centro da Juventude de Porto Alegre. No interior, estão funcionando 03 escolas nas unidades Centros da juventude Santo Ângelo, Santa Maria e Caxias do Sul.

#### **4.6.2- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS**

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social tem por competência coordenar uma estrutura político-administrativa que engloba os postos do SINE, a formação e o desenvolvimento de mão-de-obra.

Compreendendo a FGTAS como instrumento fundamental na execução de políticas públicas no âmbito do Sistema Público de Emprego, foi buscado o seu fortalecimento político/administrativo através de um conjunto de iniciativas. De um lado, a recomposição e readequação de seus quadros e instâncias, resgatando seus conselhos, deliberativo e curador. De outro, iniciativas na constituição de canais democráticos com os servidores, almejando a coletiva construção das políticas e garantindo, neste processo, a capacitação do conjunto dos agentes executores e uma melhoria no " Fazer Público".

**Assistência** - Na área de assistência, foi desenvolvido programa que inclui atividades de recreação, oficinas de artes plásticas e ocupacionais para 60 crianças por mês entre 7 e 14 anos no espaço social comunitário em Porto Alegre.

Além disso, foi promovida a manutenção do Parque de Recreação do Trabalhador em São Leopoldo, com 87 hectares de área, beneficiou 720 crianças no espaço social comunitário e a população do Vale do Rio do Sinos. Valor aplicado: R\$ 207 mil.

**Relações do Trabalho** - Na área de relações do trabalho, foi efetivada pesquisa sistemática e mensal para se conhecer e acompanhar o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, através do levantamento de dados quantitativos e qualitativos de emprego, desemprego e rendimentos. São pesquisados 2500 domicílios por mês e o resultado publicado mensalmente através do Informe PED/RMPA. A pesquisa, realizada em convênio com MTE, FEE, DIEESE e SEADE, teve um custo aproximado de R\$ 770 mil.

O desemprego também foi objeto de preocupação da FGTAS que promoveu a habilitação do trabalhador desempregado ao recebimento do benefício do seguro desemprego ou seu reencaminhamento ao mercado de trabalho. Foram habilitados cerca de 220.000 trabalhadores desempregados do mercado formal, com valor aplicado de R\$ 1,2 milhão.

Outrossim, a Fundação também priorizou a intermediação de mão-de-obra no mercado formal através das 105 unidades FGTAS/SINE, incluindo adolescentes e portadores de necessidades especiais, onde foram inscritos mais de 300.000 trabalhadores, captadas cerca de 70.000 vagas, encaminhados mais de 140.000 e colocados em torno de 43.000 trabalhadores.

O Centro do Trabalhador Autônomo que atende a necessidade de serviço autônomo para pessoas físicas e jurídicas através de serviço especializado, estando a disposição nas unidades de Porto Alegre (Central) Pelotas e Rio Grande, foi implantado em mais nove municípios. Foram cadastrados cerca de 400 trabalhadores autônomos e executados cerca de 3.800 serviços. Foram, ainda, emitidas mais de 70 mil carteiras de trabalho para trabalhadores desempregados no Estado do Rio Grande do Sul. Nessas

ações foram aplicados R\$ 2,6 milhões.

O cadastramento do artesão gaúcho, o fornecimento de mais de 1.200 carteiras de habilitação profissional e o recadastramento de mais de 3.000 artesãos pautaram o desenvolvimento do artesanato gaúcho. Foram realizados 27 cursos de aperfeiçoamento e promovidos dois eventos. Buscou-se a descentralização destas atividades, repassando as mesmas para a responsabilidade de unidades FGTAS/SINE no interior do Estado, beneficiando 32.000 artesãos no Estado. Valor aplicado R\$ 103,7 mil.

**Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho** - Na área de segurança, higiene e medicina do trabalho, foi promovida e incentivada a adoção de medidas de caráter preventivo com vistas à proteção do trabalhador no seu ambiente de trabalho e à redução de riscos de doenças ocupacionais. Realizados 14 cursos em segurança no trabalho e promovidos cursos para instrutores em prevenção a AIDS em parceria com a Secretaria da Saúde, e assessoria para dez empresas privadas e dois órgãos públicos, beneficiando 269 trabalhadores.

## IV – OS PLANOS PARA 2000





## OS PLANOS PARA O ANO 2000

No ano 2000, já com o Orçamento do Estado elaborado segundo as diretrizes deste Governo, serão encetadas ações que darão continuidade à implementação de um novo projeto de desenvolvimento, caracterizado pela promoção de um desenvolvimento integrado e integrador, com uma profunda inserção da vontade popular nos destinos do Estado. O desenvolvimento, segundo este novo projeto em implantação, objetiva alcançar o crescimento econômico de forma a propiciar distribuição de renda, promover o desenvolvimento social, invertendo as prioridades de modo a elevar os níveis de qualidade de vida dos gaúchos, bem como o desenvolvimento político, fortalecendo a cidadania com a participação popular.

Os Planos para 2000, cujas principais ações são apresentadas nos quadros adiante, estão fundamentados nas diretrizes de Governo estabelecidas no Plano Plurianual 2000-2003, e encontram respaldo no Orçamento do Estado, elaborado em consonância com as prioridades definidas nas assembleias do Orçamento Participativo, que são:

➤ Nas assembleias públicas municipais de base geográfica, nas 22 regiões do Estado, a população apontou que as verbas públicas devem ser destinadas, prioritariamente, para projetos, obras e serviços públicos na Agricultura, na Educação e na Saúde;

➤ Nas assembleias públicas de base temática do Desenvolvimento do RS, realizadas nas 22 regiões, foram definidos como prioritários programas e projetos de desenvolvimento nos temas Agricultura (apoio à agroindústria, crédito rural, agroecologia, reforma agrária); Geração de Trabalho e Renda (fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, apoio a cooperativas e associações produtivas de trabalhadores, Programa Primeiro Emprego) e Programas de Organização, Gestão e Fiscalização do Transporte e Sistema Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário.

Outrossim, mesmo partindo do entendimento de que existem ações a serem realizadas conjuntamente por vários órgãos, por questão didática, serão apresentadas separadamente.

Por fim, este Governo, alicerçado na diretriz de construção de um Estado capaz de desenvolver ações de indução das atividades econômicas prioritárias, visando uma estratégia de desenvolvimento sustentável, norteará suas ações para o crescimento do Rio Grande do Sul com a sua justa distribuição no conjunto da sociedade.



## 1- ÁREA ADMINISTRATIVA

### 1.1- GABINETE DO GOVERNADOR

*Diretrizes:*

- Viabilizar o desempenho das atividades da Governadoria.
- Operacionalizar a representação militar do Governo do Estado.

| AÇÕES   | RESULTADOS ESPERADOS  |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ DPO-GOF - Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Geral do Estado e Plano de Investimento 2001, numa ação conjunta com os órgãos de Governo e Sociedade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar continuidade ao processo já iniciado de reconstrução das finanças públicas gaúchas, através da racionalização do gasto público, da renegociação da dívida, da recuperação da receita e uma gestão pública democrática, transparente, participativa e com controle social sobre o Estado.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Racionalização dos processos operacionais no âmbito interno e externo.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ No âmbito interno: aperfeiçoar o sistema computadorizado, capacitar o quadro de servidores para as múltiplas funções desenvolvidas;</li> <li>➤ No âmbito externo: desenvolver projetos para integrar a totalidade dos funcionários envolvidos, em cada órgão, no planejamento e execução orçamentária, com vistas à racionalização dos gastos; desenvolver ações com a sociedade e os órgãos diretamente envolvidos na elaboração do Orçamento, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos da participação popular e planejamento democrático.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ GRC - Realização da discussão da Política de Desenvolvimento Regional, nas 22 regiões, o acompanhamento da elaboração do Orçamento e Plano de Investimento para 2001.</li> </ul>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Garantir discussão ampla com a participação da população, articulando os órgãos do Governo.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Organização do Fórum de Entidades Sindicais e Populares.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Viabilizar espaços de interferência da sociedade sobre a gestão do Estado.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programa Cidadania Alerta.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atender as demandas da população mais carente, no sentido de melhorar as condições de vida das mesmas.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Projeto de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Confeccionar a documentação das mulheres rurais das regiões Vale do Sinos, Vale do Caí, Paranhana e Central/Vale do Rio Pardo.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Participação na Câmara Técnica-Consultiva e Bioética da Política Estadual de Controle à Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Realizar a prevenção através do diagnóstico precoce de doenças étnico-raciais.</li> </ul>  |

|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Participação na I Conferência Estadual de Mulheres.</p>           | <p>➤ Contar com a participação de Organizações, Conselhos e Instituições de Mulheres de todo o Estado em discussões referentes às questões de gênero e políticas a serem implementadas.</p> |
| <p>➤ Realização da pesquisa: O Serviço Público no Olhar de Gênero.</p> | <p>➤ Diagnosticar o serviço público do Estado, levando em conta questões de gênero e etnia.</p>   |
| <p>➤ Criação do Centro de Referência da Mulher.</p>                    | <p>➤ Constituir um espaço de referência para o conjunto de mulheres, de denúncia de seus problemas e de encaminhamento para os mesmos.</p>  |

### 1.1.1- GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG

| AÇÕES   | RESULTADOS ESPERADOS  |
|---|---|
| <p>➤ Coordenação, assessoramento, supervisão e acompanhamento da execução do Programa de Governo.</p> | <p>➤ Dar andamento à implementação de políticas públicas capazes de viabilizar a reestruturação do Estado e o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, gerando emprego e desconcentrando a economia, e buscando a materialização de ações na área social, de educação, saúde, habitação, assistência social e saneamento.</p> |

### 1.1.2- CASA CIVIL

| AÇÕES  | RESULTADOS ESPERADOS   |
|--|--|
| <p>➤ Assessoramento e colaboração dentro de sua área de competência, com os demais órgãos do Estado, quer do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.</p> | <p>Implementar o programa de governo que, em última análise, é o atendimento à população de serviços públicos competentes e do bom uso da máquina pública.</p> |

### 1.1.3- CASA MILITAR

| AÇÕES   | RESULTADOS ESPERADOS   |
|---|--|
| <p>➤ Prestação de socorro imediato às comunidades atingidas por eventos adversos.</p> <p>➤ Auxílio aos municípios atingidos, na fase recuperativa dos danos causados pelos desastres, a fim de restabelecer as condições mínimas de atendimento básico.</p> <p>Otimização das ações de socorro, assistência e recuperação nos municípios que, por suas limitações econômicas, não tenham condições, por si próprios, de superarem os danos causados por eventos adversos.</p> | <p>➤ Melhorar o atendimento às comunidades vitimadas por eventos adversos.</p> |

|   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fiscalização e pesquisa do transporte rodoviário de produtos perigosos.</li> <li>➤ Coordenação das ações do CODESUL, relativas à Defesa Civil.</li> </ul> <p>Implementação de ações no sentido do reaparelhamento do Grupo de Atendimento a Acidentes com Produtos e Cargas Perigosas do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado.</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhorar a fiscalização e o atendimento das ocorrências envolvendo produtos perigosos.</li> </ul>                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Revisão e aperfeiçoamento do Programa de Prevenção às Enchentes.</li> <li>➤ Orientação e incentivo aos municípios na criação das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC).</li> <li>➤ Reativar completamente o Sistema de Acompanhamento de Dados Hidrológicos.</li> <li>➤ Realização de levantamento de ..... vistorias dos locais críticos para atualização do Programa de Prevenção a Enchentes.</li> <li>➤ Orientação e incentivo aos municípios no sentido de elaboração de projetos preventivos para eliminação ou minimização dos efeitos dos eventos adversos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Antecipar a prevenção, diante da eminência da ocorrência de eventos adversos.</li> </ul>                                |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Orientação sobre assuntos relacionados à Defesa Civil.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Divulgar no âmbito estadual, federal e no MERCOSUL, as atividades implementadas pela Defesa Civil do Estado.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reaparelhamento da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maior agilidade e dinamismo na execução das atividades de Defesa Civil.</li> </ul>                                      |

#### 1.1.4- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DEFPUB

##### Diretrizes:

- Otimizar o atendimento às comunidades carentes.

| AÇÕES  | RESULTADOS ESPERADOS  |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.</li> </ul>         | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.</li> </ul>        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Realização de concurso público para o cargo de Defensor Público.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aumentar o atendimento jurídico e judicial as pessoas necessitadas.</li> </ul> |

**1.1.5- GABINETE DO MERCOSUL**

| <b>AÇÕES</b>                                      | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|---|---|
| ➤ Programa MercoFÁCIL.                            | ➤ Diminuir a documentação necessária à exportação no âmbito do MERCOSUL para a pequena empresa;<br>Viabilizar o projeto-piloto para tratamento de hemodiálise entre as municipalidades de Quaraí (BR) e Artigas (UR), estendendo a outros municípios de fronteira.  |
| ➤ Programa MercoPRÊMIO                            | ➤ Lançamento de edital, divulgação, implementação no âmbito do MERCOSUL, recebimento de monografias, julgamento e premiação;<br>➤ Preparação para a edição 2001.  |
| ➤ Integração RS X Bolívia.                        | ➤ Inaugurar a Casa do Rio Grande em La Paz;<br>➤ Organizar atividades empresariais e culturais;<br>➤ Gestão para a implantação de Consulado boliviano no RS.  |
| ➤ Integração RS x Argentina x Uruguai x Paraguai. | ➤ Ampliar as iniciativas de integração através das universidades, empresários, indústrias e produtores em geral;<br>➤ Fomentar ações de intercâmbio educacional e cultural;<br>➤ Incentivar a "Irmandade" entre cidades gaúchas e argentinas ou uruguaias ou paraguaias com culturas semelhantes, buscando o incremento das relações e desenvolvimento. |
| ➤ Programa UNIMERCO                               | ➤ Desenvolver 31 convênios com instituições de ensino superior do RS.<br>➤ Firmar protocolos de intenções nas regiões do RS.  |

**1.1.6- PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE**

*Diretriz:*

- Representação e defesa do Estado em juízo, representação de seus interesses perante os Tribunais de Contas, prestação de consultoria jurídica aos entes da Administração Pública Estadual e aos Municípios e exercício permanente de auditoria legal.

| <b>AÇÕES</b>  | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|---|---|
| ➤ Representação judicial e extra judicial do Estado, Autarquias e Fundações, bem como a prestação e consultoria à Administração Direta e Indireta, além de pronunciar-se quanto à legalidade dos atos da Administração. | ➤ Aprimorar a defesa do interesse público e ampliar o ingresso de receitas para o erário, bem como, através da advocacia preventiva, evitar a proliferação de demandas. |

**1.1.7- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – SCP**

*Diretrizes:*

- Implantar instrumentos de acompanhamento, de avaliação de desempenho e de qualificação da gestão estatal, maximizando a qualidade dos serviços públicos e adequando-os às demandas populares.
- Qualificar o Transporte Coletivo da Região Metropolitana.
- Coordenar, acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento regional e do Estado, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
- Desenvolver estudos sobre a realidade sócio-econômica gaúcha, operar o sistema de contas regionais, realizar o acompanhamento da conjuntura estadual e nacional, bem como coletar, processar, classificar e divulgar dados estatísticos (FEE).
- Promover o desenvolvimento econômico-social e organização territorial da região metropolitana, das microrregiões e das aglomerações e núcleos urbanos, bem como a integração urbano regional (METROPLAN).

| <b>AÇÕES</b>  | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|---|--|
| ➤ Acompanhamento das ações de governo.                | ➤ Ampliar e consolidar o sistema de acompanhamento de programas e projetos.  |
| ➤ Pesquisa de opinião sobre os serviços públicos.     | ➤ Melhorar a qualidade dos serviços públicos, a partir do conhecimento da opinião da população.  |
| ➤ Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos. | ➤ Ampliação da base de informações para a Coordenação de Governo nas áreas abrangidas pelo Código (Lei nº 11.075/98).  |
| ➤ Acompanhamento financeiro das estatais.             | ➤ Fornecimento de informações do desempenho financeiro das empresas estatais.  |
| ➤ Acompanhamento das atividades dos COREDEs.          | ➤ Fortalecer os COREDEs e suas relações com o Governo.   |
| ➤ Seminários de desenvolvimento regional.             | ➤ Debater o modelo de desenvolvimento estadual, elaborando cenários e planos estratégicos, objetivando um maior envolvimento, integração e articulação do Governo com o OP e os COREDEs; na construção de alternativas de estratégias de desenvolvimento que visem à diminuição das desigualdades regionais e orientem o processo de orçamento. Maior conscientização da população sobre os problemas de sua região e prestação de contas adequada, face aos recursos orçamentários recebidos. |
| ➤ Formulação da política de desenvolvimento regional. | ➤ Traçar as principais diretrizes para as regiões, que serão orientadoras do Orçamento 2001 e nortearão a elaboração dos cenários para cada uma das 22 regiões dos COREDEs, bem como elaborar e/ou atualizar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, objetivando à construção de alternativas e estratégias de desenvolvimento que visem à diminuição das desigualdades regionais.   |

|   |   |
|---|---|
| <p>➤ Planejamento Estratégico.</p>  | <p>➤ Orientar e executar ações voltadas ao planejamento estratégico do Estado, envolvendo os Planos Plurianuais do Estado e da União, Orçamento Geral da União, projetos do CODESUL, Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa e, principalmente, estruturação do planejamento de longo prazo, visando fornecer subsídios para as ações governamentais integradas ao processo de gestão democrática e popular, envolvendo diagnóstico dos aspectos sócio-econômicos e elaboração de subsídios e instrumentos de planejamento.</p> |
| <p>➤ Coordenação, monitoramento e análise das ações do Programa PRORENDA no Estado.</p>     | <p>➤ Aumentar a eficiência e eficácia do Programa que visa à promoção de processos de desenvolvimento local sustentável. O PRORENDA possui três tipos de beneficiários: famílias rurais pobres (Secretaria da Agricultura e Abastecimento), famílias de baixa renda em áreas urbanas (METROPLAN) e pequenos empreendedores/artesãos (SEDAI).</p>  |
| <p>➤ Planejamento estratégico participativo no Poder Executivo.</p>                         | <p>➤ Assessorar as secretarias para viabilizar o planejamento estratégico dos órgãos públicos, com a participação dos servidores no planejamento e gestão; racionalização de custos, melhoria das rotinas administrativas internas, aumento da capacidade de coordenação sobre a prestação de serviços continuados e maior eficácia na execução do Plano de Investimentos do Orçamento do Estado.</p>   |
| <p>➤ Captação de recursos.</p>  | <p>➤ Negociar com agentes financeiros nacionais e internacionais recursos para projetos/programas que o Governo do Estado considerar prioritários;</p> <p>➤ Articular e coordenar ações objetivando o aumento de recursos federais ao Estado.</p>   |
| <p>➤ Plano de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável para a Região do Rio Uruguai.</p> | <p>➤ Desenvolver e implementar o Plano, através da consolidação de um processo de trabalho integrado entre os diversos agentes públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e sociedades organizadas atuantes na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população da região hoje deprimida economicamente.</p>  |
| <p>➤ Linha Rápida.</p>  | <p>➤ Interligar as linhas de transporte coletivo metropolitano por ônibus, com a construção de corredores exclusivos nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, e sete estações de terminais de transporte coletivo.</p>  |



|  |  |
|--|--|
| <p>➤ Programa Pró-Mar de Dentro.</p>                 | <p>➤ Elaborar Plano Diretor de meio ambiente e desenvolver sistemas produtivos sustentáveis nas Bacias da Lagoa dos Patos e Mirim. Serão desenvolvidos projetos-piloto de educação ambiental, de tratamento de resíduos sólidos, de saneamento, de habitação, de horto comunitário, de piscicultura, de preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, de monitoramento ambiental e implementado o plano de comunicação. Será beneficiada a população de 50 municípios da área de abrangência do Programa.</p>   |
| <p>➤ Programa PRÓ-GUAÍBA.</p>                        | <p>➤ Melhorar as condições ambientais da Bacia Hidrográfica do Guaíba, criando as condições necessárias para o desenvolvimento racional dos recursos naturais nas áreas urbanas e rurais e, também, executar o manejo ambiental sustentado da produção agrícola, pecuária, florestal e industrial. Serão desenvolvidos os seguintes projetos: Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental, Fortalecimento Institucional, Sistema de Informações Geográficas, Plano de Comunicação, Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Porto Alegre, Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre, Educação Ambiental, Estudos para Consolidação do Sistema de Parques e Reservas, Aquisição de Terrenos para Parques e Reservas Ambientais, Plano de Ações para o Controle da Poluição Industrial, Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos, Reabertura do Parque de Itapuã, conclusão do Parque do Delta do Jacuí, Jardim Zoológico, Restauração da Casa da Pólvora e da Cerca do Horto Florestal do Jardim Zoológico, Rede de Monitoramento Ambiental, Treinamento de Recursos Humanos, Coleta e Tratamento de Esgotos em Cachoeirinha e Gravataí e Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos, em Porto Alegre. Este Programa beneficiará a população de mais de 250 municípios, aproximadamente 2/3 da população gaúcha.</p> |
| <p>➤ Central de Serviços ao Cidadão – Tudofácil.</p> | <p>➤ Ampliar a área física ocupada e dos serviços, mediante incorporação de órgãos federais e municipais, bem como implantar postos de atendimento no interior do Estado, visando à redução do tempo de deslocamento dos usuários, através do aumento da oferta de serviços.</p>   |

|  |  |
|--|--|
| <p>➤ Programa Integrado de Melhoria Social – PIMES.</p>                                    | <p>➤ Fortalecer a capacidade de investimento das prefeituras gaúchas e o desenvolvimento institucional, social e urbano das comunidades, especialmente as de baixa renda, revertendo em melhoria das condições de vida da população envolvida.</p>   |
| <p>➤ Desenvolvimento da Metade Sul.</p>  | <p>➤ Promover ações articuladas em conjunto com os demais órgãos do Governo e outras entidades, visando à integração da região no processo de desenvolvimento do Estado, bem como estimular e cooperar com a realização de estudos e projetos;</p> <p>➤ Recuperar áreas desertificadas;</p> <p>➤ Implementar a ZPE de Rio Grande, pólos tecnológicos, incubadoras, tecnópoles e extensão industrial em áreas e setores estratégicos; alterar a legislação de fronteira do País;</p> <p>➤ Valorizar os recursos hídricos; identificar as potencialidades da região; ➤ Dar continuidade ao Programa Reconvertsul;</p> <p>➤ Apoiar a propriedade rural familiar com destaque à produção de leite, florestamento, fruticultura e olericultura; ➤ Apoiar a implementação da reforma agrária na região, bem como ao turismo, à pesca e à aquicultura;</p> <p>➤ Acompanhar o desenvolvimento industrial; aperfeiçoar o setor energético, bem como do sistema de transportes e programa de rochas ornamentais.</p> |
| <p>➤ Implantação do Sistema de Informações Geográficas – SIG/RS.</p>                       | <p>➤ Obter informações objetivas e confiáveis, permitindo a tomada de decisões de gerenciamento e planejamento, em diferentes níveis.</p>  |
| <p>➤ Elaboração do sistema de contas regionais.</p>  | <p>➤ Divulgar os dados do PIB anual, PIB trimestral e PIB municipal.</p>   |
| <p>➤ Elaboração da matriz de insumo-produto do RS.</p>                                     | <p>➤ Calcular as relações de compra e venda entre os diversos setores da economia gaúcha para avaliar seus impactos sobre a economia estadual.</p>   |
| <p>➤ Avaliação sócio-econômica do RS Rural (Pró-Rural 2000).</p>                           | <p>➤ Monitorar o Programa através da elaboração de indicadores sócio-econômicos.</p>   |
| <p>➤ Elaboração de indicadores sociais do RS.</p>  | <p>➤ Avaliar a qualidade de vida da população dos municípios gaúchos.</p>  |
| <p>➤ Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA – PED.</p>                     | <p>➤ Obter dados qualitativos e quantitativos sobre o emprego, desemprego e a renda da população.</p>  |
| <p>➤ Assessoramento e capacitação à implantação de programas e projetos de cooperação.</p> | <p>➤ Auxiliar os municípios na busca de recursos e parceiros para desenvolvimento de projetos e/ou programas.</p>  |

|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Assessoramento técnico aos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas.</p>  | <p>➤ Melhorar o gerenciamento dos recursos hídricos qualitativa e quantitativamente e implementar os objetivos de gestão e planejamento da Política Estadual de Recursos Hídricos.</p>  |
| <p>➤ Desenvolvimento das vocações regionais da aglomeração urbana da Região Nordeste do Estado.</p>  | <p>➤ Desenvolver ações articuladas entre o setor público e o privado a fim de desenvolver as principais características regionais dos 10 municípios.</p>  |
| <p>➤ Assessoramento à elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.</p>   | <p>➤ Contribuir para a qualificação de ações para as regiões.</p>   |
| <p>➤ Manutenção do Banco de Dados sobre finanças municipais da RMPA.</p>   | <p>➤ Manter o conjunto de informações e de indicadores para acompanhamento e gerenciamento das finanças municipais.</p>   |
| <p>➤ Realização de estudo sobre as diferenças sócio-espaciais na RMPA.</p>   | <p>➤ Formular e monitorar indicadores para a reestruturação espacial da RMPA.</p>   |
| <p>➤ Implantação de sistema de informações automatizado.</p>   | <p>➤ Coletar informações fundamentais para o planejamento e tomada de decisões.</p>   |
| <p>➤ Conclusão e entrega do projeto: Zoneamento Ecológico Econômico da Região Serramar.</p>  | <p>➤ Implementar o projeto junto às prefeituras e COREDEs para zoneamento ecológico-econômico, disciplinando o crescimento econômico, no que se refere à utilização de recursos naturais da Região.</p>   |
| <p>➤ Caracterização das regiões do Vale do Rio dos Sinos e do Delta do Jacuí.</p>  | <p>➤ Obter informações fundamentais para subsidiar o planejamento e tomada de decisões.</p>   |
| <p>➤ Conclusão da caracterização sócio-econômica do Município de Montenegro para elaboração do Plano Diretor.</p>  | <p>➤ Elaborar diretrizes para o Plano Diretor do Município.</p>   |
| <p>➤ Consolidação, articulação e divulgação de diretrizes de qualificação para o uso e ocupação do solo.</p>   | <p>➤ Estabelecer, de forma articulada e socializada, novas práticas e instrumentos inovadores de gestão de uso e ocupação do solo.</p>  |
| <p>➤ Implantação do Programa Integrado da Bacia Hidrográfica do Arroio Pampa, Bacia Hidrográfica do Arroio Feijó, Bacia Hidrográfica do Arroio Sabão e Ilhas do Delta Jacuí.</p> | <p>➤ Recuperar áreas urbanas degradadas ambientalmente e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades através da articulação e integração dos atores envolvidos, tanto dos diferentes níveis de Governo, como sociedade civil.</p> |
| <p>➤ Implementar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos na RMPA.</p>  | <p>➤ Aplicar o Plano Diretor articulando Governo e prefeituras na realização de consórcios.</p>   |
| <p>➤ Contenção de cheias na RMPA.</p>  | <p>➤ Melhorar as condições de vida dos moradores da RMPA.</p>   |

## 1.2- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SARH

### Diretrizes:

- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela SARH.
- Resgatar a qualidade e eficiência dos serviços de assistência médica dos servidores públicos e demais segurados, pelo IPERGS.

- Manter e expandir os planos de benefícios do IPERGS.
- Proporcionar a recuperação de receitas investidas nos conjuntos habitacionais, pelo IPERGS.
- Desenvolvimento, treinamento e gerenciamento de recursos humanos no Setor Público, pela FDRH.
- Reestruturação organizacional e operacional do processo produtivo da CORAG.
- Modernização da Administração Pública através da tecnologia da informação – PROCERGS.
- Provisão de serviços centrados no cidadão – PROCERGS.
- Integração do Governo e comunidade – PROCERGS.
- Qualidade na gestão – PROCERGS.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento do Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhoria nas rotinas de trabalho;</li> <li>➤ Melhoria nas relações interpessoais do trabalho;</li> <li>➤ Melhoria nos ambientes de trabalho.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação do sistema único gerador de folha de pagamento e dados funcionais.</li> <li>➤ Continuidade da qualificação dos processos/procedimentos de gerenciamento.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhor administração dos recursos humanos do Estado;</li> <li>➤ Racionalização, agilização e transparência nos procedimentos.</li> <li>➤ Melhoria no controle dos gastos da folha de pagamento;</li> <li>➤ Correção de distorções;</li> <li>➤ Aprimoramento da gestão de Recursos Humanos.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento da Política Estadual de Arquivologia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preservar, com maior eficiência, o patrimônio documental do Estado;</li> <li>➤ Cumprir com os objetivos e as atribuições do Sistema de Arquivos do Estado – SIARQ/RS.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gestão dos bens imóveis do Estado.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Otimizar o uso dos imóveis e incremento de receita reduzindo despesas com a utilização dos imóveis do Estado.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação dos procedimentos de licitação.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliar o número de fornecedores;</li> <li>➤ Racionalizar as compras; maior economia;</li> <li>➤ Implementar os princípios norteadores da gestão pública;</li> <li>➤ Obter padrões de qualidade.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar continuidade ao programa de qualificação de processos e de estruturas organizacionais e funcionais da administração pública estadual.</li> </ul>                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adequar estruturas e corpo organizacional às necessidades do Estado e às prioridades do plano de ação do Governo.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação do sistema gerenciador da frota de veículos.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Exercer controle efetivo da frota do Poder Executivo;</li> <li>➤ Criar subsistema de abastecimento e dimensionamento da frota;</li> <li>➤ Definir perfis de veículos para atender as diversas atividades do Estado.</li> </ul>  |

|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Descentralização do atendimento aos beneficiários do Instituto de Previdência do Estado.</p>                | <p>➤ Propiciar aos beneficiários e segurados da IPERGS melhor acesso aos serviços prestados.</p>  |
| <p>➤ Resgatar a qualidade e eficiência dos serviços de Assistência Médica dos Servidores Públicos.</p>           | <p>➤ Ampliar os Planos de Assistência Médica.</p>   |
| <p>➤ Nova regionalização do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.</p>                         | <p>➤ Reestruturar as agências regionais e escritórios.</p>  |
| <p>➤ Desenvolvimento de sistemas de atendimento ao cidadão utilizando-se os recursos da área de informática.</p> | <p>➤ Implantar centrais de atendimento ao cidadão;</p> <p>➤ Disponibilizar mais serviços ao cidadão através da Internet, quiosques públicos de auto-atendimento;</p> <p>➤ Racionalizar os serviços dos órgãos do Poder Executivo.</p>   |
| <p>➤ Desenvolvimento de um Sistema de Informática para apoio ao planejamento e gestão de governo.</p>            | <p>➤ Informações gerenciais para apoio a tomada de decisão;</p> <p>➤ Informações para acompanhamento das ações de governo.</p>  |
| <p>➤ Modernização fazendária mediante o desenvolvimento de sistemas de informática.</p>                          | <p>➤ Aumentar a eficácia da arrecadação;</p> <p>➤ Melhorar o controle das despesas.</p>   |
| <p>➤ Integração, através de uma rede única, de todos os órgãos do Governo.</p>                                   | <p>➤ Diminuição dos custos, maior agilidade, maior segurança e velocidade nas comunicações do Governo do Estado;</p> <p>➤ Integração dos órgãos do Governo.</p>   |
| <p>➤ Formação e capacitação de recursos humanos para o setor público.</p>  | <p>➤ Qualificação crescente dos serviços oferecidos à população;</p> <p>➤ Organização coerente dos órgãos públicos para a devida prestação dos serviços públicos.</p>   |
| <p>➤ Capacitação do servidor público estadual.</p>   | <p>➤ Qualificar o servidor público estadual, para diferentes tipos e níveis de atuação, em técnicas e metodologias adequadas à prestação, monitoramento e desenvolvimento dos serviços públicos prestados à população.</p>  |
| <p>➤ Qualificação dos processos produtivos e tecnológicos da Divulgação Oficial.</p>                             | <p>➤ Aprimoramento e aperfeiçoamento das condições produtivas e de comercialização da CORAG;</p> <p>➤ Constituição e fortalecimento de uma linha editorial qualificada em condições de competitividade no mercado editorial;</p> <p>➤ Maior fluxo de clientela, melhoria das condições de trabalho e criação de um ponto de referência de excelência de livraria pública.</p> |

### 1.3- SECRETARIA DA FAZENDA – SEFA

*Diretrizes:*

- Qualificar o atendimento aos cidadãos pela SEFA.
- Equilibrar as finanças do Estado, com a geração de superávits correntes, que possibilitem a obtenção da sustentabilidade econômico-financeira e a recomposição da sua capacidade de investimentos.
- Prestar serviços financeiros e promover o desenvolvimento econômico e social, através do BANRISUL. Promover a modernização administrativa e operacional do BANRISUL e suas subsidiárias. Desenvolver soluções integradas de informação e serviços junto ao BANRISUL.

| AÇÕES  | RESULTADOS ESPERADOS  |
|--|---|
| ➤ Modernizar a gestão da SEFA, através de investimentos em informatização e capacitação do quadro técnico para o atendimento ao público.   | ➤ Agilizar o atendimento aos contribuintes.   |
| ➤ Aumento da receita via esforço de fiscalização, incremento de ações de cobrança, revisão de benefícios, promoção de educação tributária. | ➤ Recuperar e ampliar a participação do Estado no ICMS nacional e aumentar as demais receitas.  |
| ➤ Racionalização das despesas correntes.   | ➤ Reduzir a despesa corrente.   |
| ➤ Estabelecimento de parâmetros realistas para o dispêndio com a Dívida Pública.   | ➤ Adequar os dispêndios com pagamento da dívida à real capacidade do Tesouro.   |
| ➤ Expansão e racionalização da rede de agências do BANRISUL.   | ➤ Oferecer serviços bancários a municípios desassistidos de agências do BANRISUL ou de outros bancos.   |
| ➤ Programa de atendimento ao cliente pessoa física.  | ➤ Criar e implementar novos produtos destinados a pessoas físicas, especialmente às que recebem folha de pagamento, aposentadoria ou pensão.  |
| ➤ Modernização da matriz tecnológica do BANRISUL.  | ➤ Ampliar a utilização dos sistemas de auto-atendimento, tanto remoto (via telefone ou <i>Internet</i> ) como nas agências. Em consequência, reorientar pessoal e instalações liberadas para novos negócios.  |
| ➤ Fomento ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.  | ➤ Alocar recursos, através das diversas carteiras de empréstimos do BANRISUL, contemplando financiamentos para o recolhimento de ICMS, de capital de giro e de investimentos para micros, pequenas e médias empresas, ao custeio, comercialização e investimentos ao setor agroindustrial e para o setor imobiliário. |

## 2- ÁREA ECONÔMICA

### 2.1- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA

*Diretrizes:*

- Reforma agrária.
- Fortalecimento da pesca e da agricultura familiar.
- Desenvolvimento rural sustentável no RS.
- Qualificar a lavoura arrozeira no RS – IRGA.
- Organizar os equipamento de pesquisa no IRGA.
- Apoiar o pequeno produtor de arroz – IRGA.
- Conservação da biodiversidade pela FZB.
- Manter coleções científica de plantas vivas pela FZB.
- Manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais pela FZB.
- Aperfeiçoar a armazenagem e cilagem de produtos agrícolas, fortalecendo a agricultura familiar – CESA.
- Ampliar e qualificar o atendimento ao público pela CEASA.
- Apoio institucional em políticas de abastecimento, pela CEASA.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reforma Agrária.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar uma política de assentamento de agricultores sem terra e consolidar os assentamentos existentes, pela melhoria das condições sócio-econômicas dos assentados;</li> <li>➤ Melhorar as condições de vida das comunidades indígenas existentes no Estado através da regularização das áreas e da melhoria de infra-estrutura.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Combate à pobreza, ao êxodo rural e à degradação dos recursos naturais, financiado pelo Banco Mundial (BIRD) e Governos Estadual e municipais (PROGRAMA RS-RURAL).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva dos agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas e pescadores artesanais das regiões mais empobrecidas do RS, mediante programa de capacitação e formação, pesquisas e estudos de viabilidade técnica e mercadológica de novos produtos agropecuários, bem como assistência técnica para elaboração de projetos e acompanhamento da execução.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoio às Cadeias Produtivas.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar e fortalecer as principais cadeias produtivas do Estado;</li> <li>➤ Melhorar a sanidade animal e vegetal; garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;</li> <li>➤ Promover a diversificação e o desenvolvimento da produção animal e vegetal, e o aumento auto-sustentado da produtividade agrícola.</li> </ul>   |

|   |  |
|---|--|
| <p>➤ Desenvolvimento da pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, formação de agricultores, atuando como suporte aos programas da SAA, ações de inseminação artificial realizadas pela Central Rio-grandense de Inseminação Artificial (CRIA).</p> | <p>➤ Promover o desenvolvimento genético de plantas e animais do Estado através da pesquisa agropecuária;</p> <p>➤ Ampliar laboratórios e elaborar análises e classificação de produtos de origem vegetal, especialmente os ligados à vitivinicultura;</p> <p>➤ Promover formação de técnicos e agricultores, oferecendo atividades que permitam a compreensão da realidade e visualização de alternativas tanto em termos organizacionais e sociais, como econômicos e tecnológicos.</p>  |
| <p>➤ Apoio às Agroindústrias.</p>   | <p>➤ Agregar valor aos produtos agrícolas, melhorando as condições de vida dos agricultores: 6.000 famílias de agricultores familiares e 36 cooperativas do setor agropecuário.</p>  |
| <p>➤ Apoio à Comercialização</p>  | <p>➤ Garantir a segurança alimentar do Estado e o fortalecimento dos produtores rurais, através de ações de comercialização, estocagem, abastecimento e, de eventos de promoção da agropecuária do Estado.</p>   |
| <p>➤ Apoio aos agricultores familiares, através do financiamento de equipamentos e infra-estrutura, bem como de assessoramento técnico (Crédito Rural).</p>   | <p>➤ Qualificar e aumentar a produção estadual de produtos agrícolas, possibilitando ao pequeno agricultor a aquisição de sementes fiscalizadas e adequadas ao seu sistema de produção; e financiar, de forma subsidiada, pequenos agricultores familiares;</p> <p>➤ Financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocização da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar.</p> |
| <p>➤ Apoio à Pesca Artesanal.</p>   | <p>➤ Melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva dos pescadores artesanais do Estado.</p>  |
| <p>➤ Melhoria da infra-estrutura social no campo.</p>   | <p>➤ Prover água para consumo e irrigação;</p> <p>➤ Viabilizar instalação de piscicultura, nivelar e desobstruir terrenos e estradas;</p> <p>➤ Corrigir níveis de água nas lavouras e açudes;</p> <p>➤ Promover a acessibilidade aos núcleos e pequenas propriedades, construindo e melhorando estradas.</p>   |
| <p>➤ Eletrificação Rural - Próluz II.</p>   | <p>➤ Viabilizar o acesso à energia elétrica ao agricultor familiar, possibilitando melhores condições de vida e de produção.</p>   |



|  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Produção, Agroindustrialização e Comercialização em Agroecologia.</li> <li>➤ Implantação do Programa Manejo Ecológico de Solos, para fortalecer, mediante linha de financiamento da FEAPER, iniciativas de produção agroecológica no RS.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adotar práticas conservacionistas de solo, visando adoção progressiva de sistemas ecológicos integrados e a melhoria dos rendimentos das explorações agropecuárias;</li> <li>➤ Fortalecer iniciativas existentes e incentivar a adoção de sistema de produção agroecológico por parte de agricultores familiares organizados de forma associativa.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Seguro Agrícola.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Propiciar segurança à produção agropecuária no Rio Grande do Sul, especialmente contra riscos de frustração de safras e perdas por fenômenos naturais adversos;</li> <li>➤ Fomentar a utilização de tecnologias que reduzam os riscos da produção agropecuária.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programa Troca-Troca de Sementes.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Possibilitar ao pequeno agricultor a aquisição de sementes fiscalizadas e adequadas ao seu sistema de produção;</li> <li>➤ Financiar, de forma subsidiada, pequenos agricultores familiares.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Realização da EXPOINTER e utilização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliar a participação do pequeno produtor rural na EXPOINTER;</li> <li>➤ Utilizar o Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, ao longo do ano para o mais variado público, de modo a socializar o seu espaço, sobretudo para os agricultores familiares.</li> </ul>  |

## 2.2-SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT

### Diretrizes:

- Qualificação dos serviços públicos do Estado.
- Apoio à modernização tecnológica, através da gestão democrática e participativa, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural, priorizando os pequenos e médios empreendimentos.
- Apoio tecnológico ao desenvolvimento industrial no RS, pela CIENTEC.
- Apoio ao desenvolvimento de tecnologias através do parque tecnológico da RMPA, pela CIENTEC.
- Prestar serviços tecnológicos ao setor produtivo, pela CIENTEC.
- Garantir o nível de excelência nas áreas de energia, meio ambiente, alimentos, recursos minerais e química fina, pela CIENTEC.
- Modernização tecnológica, pela CIENTEC e FEPAGRO.
- Difusão de informações científicas e tecnológicas, pela CIENTEC.
- Modernizar a infra-estrutura em C&T, agindo como facilitador na transferência de resultados obtidos para os vários setores da sociedade, mormente para aqueles sensíveis e necessitados para o seu desenvolvimento e sobrevivência, pela FAPERGS.
- Desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária, pela FEPAGRO.

| <b>AÇÕES</b>  | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|---|---|
| ➤ Programa de Tecnologias Apropriadas.  | Fortalecer as áreas tecnológicas de atuação dos diversos Pólos de Modernização Tecnológica – PMTs e aumentar a eficácia no repasse e transferência de tecnologias.  |
| ➤ Apoio à Criação do Centro de Terapia Gênica.  | ➤ Dominar a tecnologia de terapia gênica, para posterior aplicação no tratamento de doenças diversas;<br>➤ Reduzir o envio de divisas para o exterior com a aquisição de medicamentos e pagamentos de royalties.  |
| ➤ Apoio à Formação de uma Rede de Base Tecnológica de Empresas Fornecedoras para o Setor do Petróleo. | ➤ Capacitar empresas gaúchas como fornecedoras do setor do petróleo.  |
| ➤ Consolidação da Rede Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia.                                | ➤ Estabelecer um modelo de atuação e articulação dos participantes, com definição dos papéis e das relações institucionais, e início da operação do sistema.  |
| ➤ Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas.  | ➤ Cumprimento das metas estabelecidas no convênio a ser firmado entre o Governo do Estado e os Institutos Fraunhofer e também com outros parceiros que prevêem os estudos para elaboração do projeto de criação do Centro.  |
| ➤ Estruturação de programas estaduais temáticos e setoriais.  | ➤ Ampliar e melhorar o aproveitamento dos investimentos realizados, aperfeiçoando as práticas de gestão.  |
| ➤ Apoio a projetos nos Pólos de Modernização Tecnológica.   | ➤ Garantir um fluxo de recursos que permita o trabalho integrado e contínuo dos Pólos de Modernização Tecnológica com resultados compatíveis, considerando as potencialidades das instituições de pesquisas, as vocações regionais e as deliberações dos processos de planejamento realizados pelos COREDEs e instâncias de participação popular, especialmente aquelas do Orçamento Participativo. |
| ➤ Criação de novos Pólos de Modernização Tecnológica.   | ➤ Proporcionar ambiente propício à modernização e desenvolvimento tecnológico nas regiões afetadas.   |
| ➤ Participação em eventos na área de ciência e tecnologia.  | ➤ Promover a atualização permanente dos conhecimentos científicos e tecnológicos.   |
| ➤ Participação no Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia.                              | ➤ Proporcionar maior eficiência e ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.  |
| ➤ Ampliação da rede de cooperação internacional.  | ➤ Realizar encontros bilaterais com representantes dos países, instituições de pesquisa e ONGs; promover a assinatura de instrumentos de cooperação.  |

|  |   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ação intersecretarial para difusão de ciência e tecnologia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar programa, através de convênios, que possibilite acesso aos equipamentos e laboratórios e a seleção do público a ser contemplado, bem como a definição de agendas e calendários com conteúdos e eventos.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoio a projetos conveniados.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar projetos de pesquisa.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Regionalização da pesquisa.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Promover a regionalização da pesquisa em C&amp;T.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bolsas de estudos.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conceder bolsas de estudo de iniciação científica e bolsas de estudo de especialização.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Interação entre centro de pesquisa e setor produtivo.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar projetos de pesquisa voltados ao emprego de tecnologia nos setores empresarial, industrial ou agrícola.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recuperação dos centros de pesquisa.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar projetos de recuperação de centros de pesquisa da Administração Estadual.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Projetos em áreas estratégicas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Prestar apoio e auxílio a: projetos de pesquisa, organizações de eventos no Estado, eventos nacionais e internacionais, recém-doutor e Professor Visitante.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ações mitigadoras de impactos ambientais, através da qualificação da pesquisa na área da agroecologia.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elevar o tema da agroecologia ao status de programa de pesquisa: expansão do movimento de transição agroecológica no Estado.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estabelecimento de fluxos e critérios claros e compartilhados para a aprovação e execução de projetos de pesquisa.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estabelecer uma estrutura de procedimentos técnicos e éticos que permita uma priorização orçamentária dos projetos de pesquisa e a orientação das temáticas à agricultura familiar e à sustentabilidade agrícola.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação das unidades de pesquisa.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar maior eficiência ao trabalho de pesquisa, resultados mais concretos e rapidez de resposta às demandas sociais.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração da proposta de revitalização institucional da FEPAGRO, definindo a sua inserção na sociedade.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Revitalizar e redirecionar a pesquisa agropecuária no Rio Grande do Sul.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Certificação de Qualidade.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dotar a CIENTEC de serviços tecnológicos de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente, credenciar 04 laboratórios para atestar a qualidade dos produtos industrializados e comercializados no RS.</li> </ul>         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Operacionalizar a Incubadora da Sede, em POA, concluir a Incubadora do Campus e elaborar o projeto de engenharia da área industrial do parque, no município de Cachoeirinha.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gerar unidades econômicas, empregos e desenvolvimento de tecnologias;</li> <li>➤ Divulgar, no meio empresarial e acadêmico, a infra-estrutura e os serviços disponibilizados através das incubadoras.</li> </ul>               |

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| ➤ Pesquisa e capacitação tecnológica. | ➤ Identificar oportunidades de inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e criação de empregos, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa. |
| ➤ Prestação de serviços tecnológicos. | ➤ Atender necessidades existentes no mercado e na sociedade;<br>➤ Aumentar a qualidade e produtividade dos produtos gaúchos.                              |

### 2.3- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI

*Diretrizes:*

- Reforço da capacidade produtiva dos segmentos industriais existentes e articulação dos agentes econômicos.
- Fomentar setores estratégicos e articulação dos agentes produtivos.
- Concessão de financiamento para geração de emprego e renda, especialmente em micro, pequenas e médias empresas.
- Apoiar e incentivar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais.
- Ampliação dos negócios internacionais e captação de recursos financeiros às micro, pequenas e médias empresas.
- Ampliação das relações diplomáticas e de cooperação internacional do Estado.
- Extensão empresarial e articulação de serviços técnicos disponíveis.
- Criação e consolidação de empresas.
- Fomento de formas associativas de produção.
- Reforço da capacidade produtiva de pequenos empreendimentos através do fomento e divulgação de oportunidades.
- Fomento à atividade industrial exportadora pela ZOPERG.

| AÇÕES   | RESULTADOS ESPERADOS   |
|---|--|
| ➤ Implantação do Programa Estadual de Incubadoras Industriais e de Desenvolvimento de Setores Estratégicos, através da reconversão de condomínios industriais em incubadoras industriais e da implantação de novas Incubadoras Industriais. | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Despertar a vocação industrial dos municípios através da promoção e do apoio ao empreendedorismo e ao surgimento e fortalecimento de micros e pequenas empresas industriais, propiciando uma maior interiorização do desenvolvimento econômico e a conseqüente fixação de mão-de-obra em seus locais de origem;</li> <li>➤ Implementar o Fórum da Informática Gaúcha como canal permanente de discussão e propostas de soluções para as demandas do setor;</li> <li>➤ Consolidar o Pólo de Informática de São Leopoldo como elemento catalisador de empresas de base tecnológica, com vistas à modernização dos complexos industriais existentes – COREDE Vale do Sinos;</li> <li>➤ Implantar fábrica de <i>software</i> no RS como ferramenta de cooperação entre empresas, visando ao crescimento e ganho de mercados regional, nacional e internacional – COREDES</li> </ul> |

|  |  |
|--|--|
|  | Região Metropolitana e Serra (concentração de empresas do setor).  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programa Estadual de Extensão Empresarial.</li> <li>➤ Elaboração das propostas dos núcleos de extensão empresarial a serem implantados.</li> <li>➤ Implantação das 30 equipes de extensão empresarial.</li> </ul>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantar equipes de extensão industrial nas 22 regiões dos COREDEs, cujos objetivos são estabelecer sistemas regionais de resolução de problemas de gestão técnica, a partir de inovações em produtos e processos de produção.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Cooperação técnica internacional.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capacitar técnicos gaúchos a partir de acordos de capacitação a serem firmados com a região do Vêneto (Itália) e com o Estado de Baden-Wurtemberg (Alemanha).</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fomento à constituição de canais e mecanismos de comercialização, o que inclui o aprimoramento de legislações compatíveis com demandas específicas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantar entrepostos de comercialização;</li> <li>➤ Implantar <i>show-room</i> para o setor coureiro-calçadista;</li> <li>➤ Apoiar e fomentar feiras locais, regionais, estaduais e nacionais, de economia popular solidária.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capacitação de grupos autogestionários de produção e/ou serviços através de assessorias, assistência técnica e tecnológica, mediante parcerias com centros de pesquisa, universidades, sindicatos, prefeituras e ONGs.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Constituir e acompanhar empreendimentos de autogestão, vinculados à ANTEAG;</li> <li>➤ Realizar cursos de capacitação de monitores para acompanhamento de empreendimentos solidários;</li> <li>➤ Realizar cursos de capacitação gerencial para empreendimentos do setor coureiro-calçadista;</li> <li>➤ Consolidar incubadora do setor coureiro-calçadista;</li> <li>➤ Acompanhar e/ou fomentar grupos autogestionários de produção e/ou serviços.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Disponibilização de crédito especial subsidiado a empreendimentos econômicos autogestionários, através de parceria entre a SEDAI, Bannisul e Agência de Fomento.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Viabilizar espaço de comercialização para os grupos de economia popular e solidária e formação de associação e cooperativas nas áreas de produção e gestão.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoio ao desenvolvimento empresarial.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar suporte técnico aos micro, médios e pequenos empresários;</li> <li>➤ Implantar o Projeto Pro-renda (GTZ), visando ao desenvolvimento local e oportunidades de investimento, incluindo redes de cooperação interempresarial.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Contribuição ao FUNAMEP.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar o desenvolvimento de micros, pequenas e médias empresas, e de microprodutores rurais, com vistas principalmente à geração de emprego e renda, através do FUNAMEP, criado pela Lei 10.045/93, alterada pela Lei 10.548/95 e regulamentada pelo Dec. 36.495/96.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Participação com estande institucional em 10 feiras no Brasil e 12 no exterior, bem como organização de 12 missões ao exterior, além</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliar a participação efetiva do micro, pequeno e médio empresário gaúcho em feiras e missões comerciais no Brasil e no</li> </ul>   |

|  |  |
|--|--|
| de apoio a eventos que venham a beneficiar os relacionamentos comerciais das empresas gaúchas.   | exterior, melhorando os relacionamentos comerciais, apresentando seus produtos, contatando com clientes e parceiros potenciais, conhecendo inovações tecnológicas, realizando negócios e divulgando o Estado do RS em outros países.   |
| ➤ Democratização das informações a respeito das oportunidades de negócios no exterior, como forma de aumentar o volume das exportações gaúchas, gerando, assim, novos empregos e difusão das empresas gaúchas no exterior. | ➤ Instalar subsidiárias do Escritório <i>Trade Point</i> Porto Alegre em municípios do interior do Estado, nos núcleos de desenvolvimento regional, como forma de assessorar e incentivar as empresas na busca de oportunidades no comércio internacional, através das redes de informações;<br>➤ Desenvolver nova versão do Sistema ( <i>software</i> ) para a Bolsa de Negócios, a ser disponibilizado em inglês, espanhol e português pela Internet, participar de feiras e eventos para divulgar os serviços prestados, cadastrar novas empresas na Bolsa de Negócios e oferecer oportunidades de ingresso no comércio exterior, principalmente no que tange às exportações. |
| ➤ Incentivo ao desenvolvimento do setor industrial através dos programas administrados (FUNDOPEM).   | ➤ Atrair investimento, geração de empregos e incremento de ICMS, previstos nos projetos acompanhados.  |
| ➤ Terraplanagem da área de serviços - 19 ha, da Zona de Processamento de Exportação – ZPE.   | ➤ Oferecer condições adequadas para instalação de empreendimentos de prestação de serviços na área da ZPE do Rio Grande destinada a este fim.  |
| ➤ Dar continuidade à implantação da infraestrutura nos distritos industriais de propriedade do Estado.   | ➤ Implantar obras de infra-estrutura nos Distritos Industriais de Alvorada, Viamão, Montenegro e Rio Grande;<br>➤ Elaborar estudos para a utilização da área de Guaíba.  |
| ➤ Apoio às iniciativas municipais para a implantação de áreas industriais.   | ➤ Atender municípios no que se refere à escolha da área industrial, elaboração do plano diretor e projeto de loteamento;<br>➤ Apoiar a implantação de infra-estrutura em áreas industriais segundo prioridades estabelecidas pela participação popular.  |
| ➤ Implementação de um novo programa de promoção da ZPE do Rio Grande.  | ➤ Atrair investidores para empreendimentos industriais e de serviços para se instalarem na ZPE do Rio Grande.  |
| ➤ Operacionalização do alfandegamento da Zona de Processamento de Exportação do Rio Grande.  | ➤ Oferecer condições de operação à Receita Federal para início de suas atividades de alfandegamento da ZPE do Rio Grande.  |

|   |  |
|---|--|
| ➤ Pavimentação das vias internas da área industrial da ZPE. | ➤ Oferecer condições de tráfego aos veículos que venham a circular na área industrial da ZPE do Rio Grande, quando da instalação de empreendimentos industriais. |
|---|--|

## 2.4- SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

### Diretrizes:

- Desenvolver econômica e socialmente o setor turístico no Estado.
- Incrementar a renda dos trabalhadores através do setor turístico, de forma equitativa.
- Divulgar e difundir no Brasil e exterior a imagem turística do RS.
- Estimular multiplicadores/formadores de opinião do potencial turístico do RS.
- Preservação do patrimônio turístico para as próximas gerações.
- Melhoria das condições dos produtos e serviços turísticos oferecidos.
- Criar um sistema de informações sobre o turismo.

| AÇÕES   | RESULTADOS ESPERADOS  |
|---|---|
| ➤ Informações turísticas.   | ➤ Disponibilizar ao público interno e externo informações do setor turístico, de modo a promover a atividade turística no RS. |
| ➤ Implantação e viabilização do PRODETUR-SUL.   | ➤ Buscar investidores para empreendimentos no Estado.   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capacitação de recursos humanos na área do turismo.</li> <li>➤ Participar em eventos para promoção do setor turístico gaúcho.</li> </ul> | ➤ Aumentar o fluxo turístico receptivo no Estado do Rio Grande do Sul.  |





### 3- ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

#### 3.1- SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC

*Diretrizes:*

- Promover o planejamento estratégico do setor de infra-estrutura nas áreas de energia elétrica, mineração, gás natural e telecomunicações.
- Melhoria e expansão do abastecimento de energia elétrica ao RS – CEEE.
- Consolidar e ampliar a participação do carvão mineral na matriz energética do RS – CRM.
- Fomentar as ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado – CRM.
- Resgatar o passivo ambiental da CRM.
- Introduzir o gás natural na matriz energética do Estado – SULGÁS.

| AÇÕES  | RESULTADOS ESPERADOS   |
|--|--|
| ➤ Atualização e edição do Balanço Energético do Estado.  | ➤ Possibilitar a execução do diagnóstico, dos cenários e da matriz otimizada de energia.   |
| ➤ Inserção do gás natural na matriz energética do Estado, distribuindo através da SULGÁS o gás boliviano e o argentino.  | ➤ Permitir a oferta aos consumidores industriais, comerciais e residenciais, o aproveitamento de uma nova fonte de energia de baixo custo e em grande quantidade. O gás natural será decisivo também para os investimentos na área de geração termelétrica, cujas usinas utilizarão esse combustível.  |
| ➤ Participação nos Comitês de Gerenciamento dos Gasodutos Cruz del Sur (Jaguarão-Porto Alegre) e Transportadora Sul-Brasileira de Gás (Uruguiana-Porto Alegre).  | ➤ Participar do sistema de gestão da distribuição de gás.  |
| ➤ Coordenação, no Estado, do Programa Nacional de Eletrificação Rural do Ministério de Minas e Energia - Luz no Campo.   | ➤ Atender as necessidades das comunidades rurais sem energia elétrica.   |
| ➤ Geração de energia não convencional, dando continuidade à execução do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios-PRODEEM, em convênio com o Ministério de Minas e Energia, que objetiva a utilização de energia solar fotovoltaica em comunidades isoladas localizadas na zona rural. | ➤ Energizar 150 unidades de sistema solares fotovoltaicos em comunidades isoladas, instalados basicamente em escolas, centros comunitários, postos de saúde, proporcionando iluminação ambiente e alimentação para aparelhos eletro-eletrônicos de baixo consumo. Além disso, está prevista a instalação de mais quatro microcentrais hidráulicas. |
| ➤ Promoção de estudos e continuação dos convênios para análise de viabilidade técnico-econômica de projetos para instalação de sistemas de geração com fontes renováveis de energia, principalmente eólica e biomassa, objetivando atender as crescentes demandas e preservar o meio ambiente.               | ➤ Identificar o aproveitamento de outras fontes de energia renováveis e ecologicamente adequadas, de modo a proporcionar a instalação de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Estado, principalmente em regiões que apresentam restrições no abastecimento convencional de energia elétrica.                                     |

|   |  |
|---|--|
| <p>➤ Coordenação da política de exploração mineral.</p>   | <p>➤ Incrementar a produção dos principais bens minerais e diversificar a indústria extrativa mineral no Estado;</p> <p>➤ Permitir um aumento no número de empreendimentos mineiros;</p> <p>➤ Qualificar os trabalhadores e ampliar a renda das comunidades.</p>   |
| <p>➤ Coordenação e implementação da política de telecomunicações.</p>   | <p>➤ Reinsere o Estado na prestação de serviços de telecomunicações.</p>   |
| <p>➤ Coordenação do Programa de Eficiência Energética.</p>  | <p>➤ Otimizar o uso das fontes energéticas disponíveis, alocando as diferentes formas de energia aos seus usos mais eficientes e adequados, eliminando desperdícios nos processos produtivos;</p> <p>➤ Conscientização sobre a importância da eficiência energética, além da promoção do desenvolvimento econômico sustentável, preservando o meio ambiente.</p> |
| <p>➤ Coordenação das obras emergenciais.</p>  | <p>➤ Garantir um aumento de 18% na capacidade total do consumo de energia elétrica do Rio Grande do Sul, que hoje atinge 3500 megawatts.</p>   |
| <p>➤ Investimentos em linhas de transmissão e distribuição, serviços auxiliares e serviços de medição de consumo de energia.</p>  | <p>➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.</p>  |
| <p>➤ Investimentos em conservação de energia.</p>   | <p>➤ Racionalizar o uso de energia e, em consequência, do uso dos recursos naturais.</p>   |
| <p>➤ Investimentos em subestações.</p>  | <p>➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.</p>  |
| <p>➤ Investimentos em redes aéreas de baixa tensão.</p>   | <p>➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.</p>  |
| <p>➤ Investimentos em alimentadores (redes aéreas de alta tensão).</p>  | <p>➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.</p>  |
| <p>➤ Investimentos na construção da UHE Campos Novos - 880 MW em parceria com a iniciativa privada.</p>   | <p>➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Participação em diversas usinas hidrelétricas em parceria com a iniciativa privada - UHE Passo do Meio - 36 MW, UHE Cazuza Ferreira - 12 MW, UHE Furnas do Segredo - 10 MW, UHE Monte Cuco - 19 MW).</p> | <p>➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na repotenciação da UHE Jacuí - 30 MW.</p>   | <p>➤ Aumentar a capacidade instalada da CEEE.</p>  |
| <p>➤ Investimentos na participação na UHE Machadinho 1140 MW em parceria com a iniciativa privada.</p>  | <p>➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Melhoria e automação de usinas nos Sistemas Jacuí e Salto.</p>   | <p>➤ Melhorar a confiabilidade e ampliar a disponibilidade de geração de energia elétrica no RS.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na implantação dos programas sócio ambientais da UHE Dona Francisca.</p>   | <p>➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE, atender à legislação ambiental e garantir a efetiva preservação do meio ambiente.</p>   |

|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Investimentos na implantação de usinas nas bacia do rio das Antas e na bacia do rio Ijuí, em parceria com a iniciativa privada.</p>   | <p>➤ Dimensionar a possibilidade de aumento na capacidade de geração de energia elétrica.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na ampliação da UHE Bugres.</p>   | <p>➤ Aumento de 7,4 MW na potência instalada.</p>   |
| <p>➤ Geração termelétrica de energia na implantação de Usina a Gás Natural 500 MW.</p>   | <p>➤ Aumentar a capacidade instalada da CEEE e alavancagem de importante empreendimento de geração para o Estado, buscando sua autonomia energética.</p>                    |
| <p>➤ Investimentos em telecomando, teleprocessamento e telecontrole do sistema de transmissão da CEEE.</p>   | <p>➤ Melhorar a confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na implantação de linhas de transmissão (LT Santo Ângelo – São Borja 2, LT Santo Ângelo – Santa Rosa, LT Gravataí 2 – Porto Alegre 6, LT Ramal Dona Francisca, LT Camaquã – Cidade Industrial – Porto Alegre 9, LT Ramal Tapera 2, LT Gravataí 2 – Porto Alegre 8).</p> | <p>➤ Aumentar a capacidade do sistema de transmissão de energia elétrica da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na manutenção e ampliação de subestações (SE's Porto Alegre 4, Santa Rosa, São Borja 2, Maçambará, Garibaldi, Guarita, Porto Alegre 9, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13, Tapera 2, Canastra, Gravataí 2, Porto Alegre 8).</p>   | <p>➤ Aumentar a capacidade do sistema de transmissão da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na conservação de linhas de transmissão.</p>  | <p>➤ Aumentar a confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.</p>   |
| <p>➤ Implementação de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado.</p>   | <p>➤ Alavancar e desenvolver este segmento de mercado no Estado do Rio Grande do Sul, com a abertura de novas minas.</p>  |
| <p>➤ Manutenção da infra-estrutura da Mina do Leão I visando ao aspecto segurança dos empregados e do ambiente.</p>  | <p>➤ Evitar a exposição dos empregados a riscos de acidentes</p>  |
| <p>➤ Promoção de estudo técnico para viabilizar o beneficiamento a seco do carvão de Candiota.</p>   | <p>➤ Vislumbrar a possibilidade e os custos operacionais necessários para melhorar a qualidade do produto da Mina de Candiota.</p>  |
| <p>➤ Desenvolvimento da pesquisa mineral para definir as potencialidades das concessões minerais da CRM, bem como, atender a legislação mineral vigente.</p>   | <p>➤ Manter as concessões minerais da CRM e aumentar o conhecimento detalhado das jazidas que serão alvos da mineração.</p>   |
| <p>➤ Construção dos novos paióis de explosivos a serem instalados nas proximidades da atual frente de mineração, pavimentação do pátio central da Mina de Candiota e outras pequenas obras, que completam a infra-estrutura da Mina.</p>   | <p>➤ Reduzir o fator de risco na Mina de Candiota, bem como os custos operacionais.</p>   |
| <p>➤ Conclusão e implantação do Plano Diretor de Informática da CRM.</p>   | <p>➤ Dar maior velocidade e confiabilidade para os processos de compras, administrativo-financeiros, contabilidade, recursos humanos e gerenciamento industrial da CRM.</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p>➤ Instalação de sistema de barragens na Malha II, como parte da regeneração de antigas áreas mineradas, denominadas de passivo ambiental.</p>   | <p>➤ Recuperação ambiental do setor B da Malha II, propiciando o tratamento físico-químico dos efluentes líquidos, daquele passivo ambiental.</p>                                    |
| <p>➤ Aquisição de novos equipamentos e meios necessários para aumentar a capacidade operacional da Mina de Candiota, a fim de atender a expansão do mercado, que está sendo sinalizada pela CGTEE.</p> | <p>➤ Aumentar gradualmente a produção de carvão vendável da unidade.</p>   |
| <p>➤ Investimentos na aquisição, substituição, reformas e reativação de equipamentos da Mina de Candiota, para a manutenção da capacidade produtiva nominal da unidade.</p>                            | <p>➤ Atingir a capacidade nominal do projeto que é de 2.800.000 toneladas/ano de carvão vendável.</p>  |
| <p>➤ Investimentos nos projetos de distribuição de gás natural, Projeto Termelétrica de Uruguaiana, Projeto Termelétrica Gaúcha e no Projeto Cogeração.</p>  | <p>➤ Distribuir 3.520 mil m<sup>3</sup> de gás natural por dia, em junho/2000 (dos quais 720 mil referem-se ao gás boliviano e 2.800 mil deverão abastecer a UTE de Uruguaiana).</p> |

### 3.2- SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS

*Diretrizes:*

- Promoção da melhoria da qualidade de vida da população de comunidades rurais e núcleos suburbanos, através da implementação de infra-estrutura básica, programas habitacionais e do desenvolvimento local.
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN.
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Tratamento de Esgotos, pela CORSAN.
- Melhorias operacionais nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN.
- Contribuir para a produção de água potável de boa qualidade, pela CIEL.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|--|---|
| <p>➤ Perfuração de poços artesianos.</p>   | <p>➤ Ampliar a meta de perfuração para 750 poços nas localidades rurais carentes de abastecimento de água potável, beneficiando 23.000 famílias em 230 municípios.</p>  |
| <p>➤ Repasse de recursos para implantação ou melhoria de sistemas simplificados de abastecimento de água - Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades 2000.</p> | <p>➤ Beneficiar 125 comunidades, implantando sistemas simplificados de abastecimento de água, com a redução das doenças de veiculação hídrica, fixação do homem no campo e redução da mortalidade infantil.</p> |

|  |  |
|--|--|
| ➤ Implantação de comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica.   | ➤ Atender integralmente ao disposto na Lei nº 10.350/94, que implementa o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, implantando os comitês do Alto Jacuí, Mirim-São Gonçalo, Ibicuí, Butuí-Piratinim-Icamaquã, Ijuí, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, Passo Fundo-Várzea, Apuaê-Inhandava, Quaraí, Negro e Mampituba. |
| ➤ Drenagem urbana e proteção de cheias.  | ➤ Beneficiar população carente de regiões ribeirinhas prioritárias.  |
| ➤ Implantação do programa de recuperação e desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio Santa Maria.   | ➤ Melhorar condições ambientais da área.   |
| ➤ Acumulação de água para irrigação de pequenas comunidades.   | ➤ Beneficiar pequenas propriedades rurais.   |
| ➤ Conclusão de estudos de alternativas técnicas para regularização da vazão do rio Gravataí.   | ➤ Regularizar a vazão do rio Gravataí.   |
| ➤ Implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.  | ➤ Planejar a utilização dos recursos hídricos de diferentes sistemas, considerando as demandas dos diversos setores usuários da água.  |
| ➤ Elaboração de estudos de bacias hidrográficas.   | ➤ Avaliar qualitativa e quantitativamente as disponibilidades e demandas de água nas diversas bacias hidrográficas.  |
| ➤ Aprimoramento dos canais de interlocução com os municípios e sociedade da Aglomeração Urbana da Região Nordeste do RS e com as Microrregiões do Estado, visando responder pelas ações da Pasta nestas regiões. | ➤ Cooperar para o desenvolvimento regional do Estado.  |
| ➤ Infra-estrutura urbana.  | ➤ Conceder financiamento para obras de infra-estrutura urbana, tais como, iluminação pública, esgoto pluvial, calçamento, drenagem, canalização de riachos, construção de pontes, creches, postos de saúde para aproximadamente 300 municípios.  |
| ➤ Repasse de recursos para implantação ou melhoria de sistemas simplificados de saneamento para o Programa de Ação Social em Saneamento 98 e 99.   | ➤ Beneficiar 3.990 famílias em 133 comunidades, implantando sistemas simplificados de saneamento em 80 municípios com a redução das doenças de veiculação hídrica, fixação do homem no campo e redução da mortalidade infantil.  |
| ➤ Expansão do Sistema de Abastecimento de Água e Escoamento Sanitário  | ➤ Realizar obras para melhorar e universalizar o nível de atendimento de água e esgoto, a fim de viabilizar a oferta essencial desses serviços.  |
| ➤ Saneamento financeiro da CORSAN.   | ➤ Buscar o equilíbrio econômico-financeiro, aumentando a receita em 10%, transformando o orçamento em ferramenta gerencial, reduzindo o déficit financeiro para 15% das despesas operacionais, reduzindo as despesas de operação e expansão em 20%.  |

|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Desenvolvimento de técnicas gerenciais na CORSAN.</p> | <p>➤ Promover a gestão participativa com o poder concedente, com os cidadãos-usuários e trabalhadores; e em saneamento (água, esgoto e gestão ambiental) com qualidade e eficiência;</p> <p>➤ Melhorar a eficiência dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;</p> <p>➤ Aumentar o nível de atendimento à população;</p> <p>➤ Desenvolver ações operacionais visando à racionalização, à otimização e ao controle e redução de perdas.</p> |
|--|---|

### 3.3- SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

*Diretrizes:*

- Fiscalizar e monitorar técnica e administrativamente os setores ferroviário e metroviário no Estado.
- Formular e coordenar a política de transporte rodoviário do Estado do RS.
- Fiscalização, controle, monitoramento e gestão dos serviços de transportes concedidos.
- Coordenação e planejamento das políticas de trânsito no Estado.
- Coordenar programas de corredores de exportação e abastecimento no Estado.
- Incrementação do transporte hidroviário de passageiros.
- Coordenação e planejamento dos modais coletivos de transporte de passageiros no Estado.
- Planejamento, coordenação e integração dos vários modais de transporte no Estado.
- Planejar, coordenar, melhorar e ampliar a capacidade de transporte de carga e passageiros da rede aeroportuária.
- Promover os serviços aéreos do Estado, visando à utilidade pública.
- Coordenação geral e integração dos serviços aeroviários do Estado.
- Desenvolvimento, manutenção e adequação ao meio ambiente da infra-estrutura de transporte rodoviário – DAER.
- Desenvolvimento do transporte coletivo intermunicipal – DAER.
- Fortalecimento da gerência do Estado sobre as concessões rodoviárias – DAER.
- Melhoramento das condições de operação das rodovias do SRE (Sistema Rodoviário Estadual) – DAER .
- Manter e ampliar as condições de segurança à navegação, através da dragagem e do balizamento das vias fluviais e lacustres – SPH.
- Adotar e implementar medidas objetivando a modernização da infra-estrutura operacional portuária – SPH.
- Modernização da estrutura administrativa da SPH, prestando um melhor serviço.
- Administrar e explorar o Porto do Rio Grande na qualidade de executor da delegação da União ao Estado – SUPRG.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|--|---|
| ➤ Convênios de administração de aeroportos.                  | ➤ Assinar com os municípios, acordos de gestão para administração dos aeroportos de Rio Grande, Passo Fundo e Ijuí, objetivando à melhoria dos serviços prestados.                |
| ➤ Execução da política de transportes.                       | ➤ Coordenar e orientar a política de transportes rodoviários, hidroviários e aeroportuários, incentivando a intermodalidade de cargas e passageiros.                              |
| ➤ Desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária.          | ➤ Melhorar as condições operacionais da rede de aeroportos.   |
| ➤ Plano aeroviário.  | ➤ Revisar o mapa aeroviário do Estado, detectando as necessidades e potencialidades do setor.   |
| ➤ Conservação de rodovias.                                   | ➤ Manter a malha rodoviária pavimentada e revestida em condições de segurança e trafegabilidade.  |
| ➤ Acesso ao Aeroporto Salgado Filho.                         | ➤ Construir o acesso ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, com extensão de 2 km, compreendendo três viadutos e trechos de acesso, melhorando as condições de trafegabilidade. |
| ➤ Anel viário da UFRGS.                                      | ➤ Ampliar o sistema viário de acesso ao Campus do Vale da UFRGS, com 2,91 km de extensão, melhorando as condições de trafegabilidade.   |
| ➤ Complementação da rede estadual.                           | ➤ Construir 250 km de rodovias, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.  |
| ➤ Ampliação da malha rodoviária pavimentada.                 | ➤ Construir 175 km de rodovias, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.  |
| ➤ Restauração de pavimento e obras de arte de rodovias.      | ➤ Concluir 138 km, contratar e iniciar a restauração de 637 km, diminuindo os custos de transportes, em virtude da melhoria das condições de circulação.                          |
| ➤ Programa Estadual de Concessão Rodoviária.                 | ➤ Fiscalizar os pólos rodoviários concedidos à iniciativa privada.  |
| ➤ Sistemas eletrônicos de operação rodoviária do DAER/RS.    | ➤ Reduzir os acidentes e disciplinar os deslocamentos dos veículos.   |
| ➤ Fiscalização e gerenciamento do transporte intermunicipal. | ➤ Qualificar o transporte intermunicipal de passageiros oferecidos aos usuários.  |
| ➤ Dragagem do porto de Rio Grande.                           | ➤ Dragar 3.000.000 m <sup>3</sup> dos canais de acesso e da bacia de evolução do porto de Rio Grande.   |
| ➤ Terminal de Cargas Perigosas.                              | ➤ Licitar o projeto, execução e exploração do Terminal de Cargas Perigosas.   |
| ➤ Terminal Automotivo.                                       | ➤ Pavimentar a área de 100.000 m <sup>2</sup> do terminal automotivo, proporcionando melhores condições operacionais para importação e exportação de veículos.                    |
| ➤ Recuperação de equipamentos do porto de Rio Grande.        | ➤ Melhorar as condições operacionais do porto de Rio Grande.  |

|  |   |
|--|---|
| ➤ Recuperação da infra-estrutura de acostagem e terrestre do Porto Novo. | ➤ Recuperar o cais, aumentando o calado, e pavimentar áreas de movimentação de cargas, tornando as operações no Porto Novo mais ágeis e seguras.  |
| ➤ Balizamento e sinalização do porto de Rio Grande.                      | ➤ Recuperar os rebocadores Manaus e São Luiz, adaptando-os para apoio aos serviços de balizamento e sinalização náutica.  |
| ➤ Recuperação de armazéns.   | ➤ Recuperar os armazéns, dotando o Porto Novo de melhores condições físicas para operacionalização.   |
| ➤ Dragagem e balizamento de hidrovias e portos interiores.               | ➤ Dragar e sinalizar as hidrovias e portos interiores, dotando as vias navegáveis de condições de utilização, desafogando as vias rodoviárias, diminuindo os custos dos produtos e incrementando a economia gaúcha. |

### 3.4- SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

*Diretriz:*

- Fornecer apoio às ações governamentais na área da habitação.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| ➤ Fomento ao cooperativismo habitacional, autogestionário e popular.                   | ➤ Realizar o cadastro de todas as cooperativas habitacionais já constituídas ou em processo de constituição, prestando assessoramento técnico e jurídico, tanto na área de legislação, quanto no desenvolvimento de estudos e projetos dos empreendimentos habitacionais, bem como na obtenção de financiamentos, proporcionando condições de acesso à habitação a famílias que possuam renda familiar de 1 a 15 salários mínimos.   |
| ➤ Projeto Piloto de Fomento ao Cooperativismo Habitacional, Autogestionário e Popular. | ➤ Construir 100 unidades habitacionais sob forma de cooperativa, proporcionando condições de acesso a habitação a famílias que possuam renda familiar de 1 a 15 salários mínimos.  |
| ➤ Habitações para assentamentos da Reforma Agrária.                                    | ➤ Coordenar o Programa Habitacional de Assentamentos da Reforma Agrária, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, proporcionando condições dignas de moradia aos agricultores assentados. Este Programa prevê a construção de unidades habitacionais com área construída compatível com as necessidades das famílias, com material de boa qualidade e dotadas de toda a infra-estrutura necessária, como água, energia elétrica e esgotamento sanitário. |
| ➤ Melhoria das condições habitacionais.  | ➤ Coordenar a execução de obras e serviços de infra-estrutura, construção e melhorias de habitações destinadas a populações de baixa renda, através de convênios com os municípios, utilizando recursos do Orçamento Geral da União, proporcionando condições de habitabilidade às populações de baixa renda residentes em áreas de risco, zonas de alagamentos e favelas.   |



|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Regularização fundiária.</p>  | <p>➤ Concluir as ações de regularização fundiária em 40 vilas, iniciadas em 1999, bem como desenvolver ações em 8 municípios, beneficiando 600 famílias, que vivem de forma irregular e sem as mínimas condições de higiene e salubridade.</p>  |
| <p>➤ Produção de habitações e lotes urbanizados.</p>                                 | <p>➤ Concluir as obras iniciadas em 1999 relativas ao Programa Moradia Popular, resultante da Consulta Popular, beneficiando 6.440 famílias em 123 municípios. Concluir as obras iniciadas em 1999, relativa ao Programa Especial do FDS, beneficiando 3.682 famílias em 17 municípios. Dentro do Programa de Moradia Popular também está prevista a construção de habitações e lotes urbanizados beneficiando 1.210 famílias, em 42 municípios, resultante das Assembléias do Orçamento Participativo.</p> |
| <p>➤ Entrega de escrituras aos mutuários da COHAB/RS, que quitaram seus imóveis.</p> | <p>➤ Entregar as escrituras aos mutuários da COHAB/RS – “em liquidação”, para aqueles que quitaram seus imóveis, onde os conjuntos estejam regularizados, bem como aos que aguardam ao longo do tempo.</p>  |
| <p>➤ Processo de regularização fundiária de imóveis da COHAB/RS.</p>                 | <p>➤ Regularizar áreas ocupadas como, por exemplo, os loteamentos Santa Corona, São Vitor e COESP em Caxias do Sul, o loteamento da Fazenda Santa Marta em Santa Maria, os 5 loteamentos da COHAB/RS em Bagé, o Conjunto Rubem Berta em Porto Alegre.</p>   |



## 4- ÁREA SOCIAL

### 4.1- SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

*Diretrizes:*

- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais – SEDAC, FOSPA, FTSP.
- Desenvolvimento e incentivo à produção e difusão da cultura – SEDAC.
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural – SEDAC, FOSPA.
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico-cultural – SEDAC, FIGTF.
- Ampliação e recuperação do patrimônio cultural.
- Promoção da pesquisa e divulgação do conhecimento.
- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais, pela FOSPA e FTSP.
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural, pela FOSPA.
- Disponibilizar maior acesso à cultura, pela FCP-RTV.
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico cultural.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliação e recuperação do patrimônio cultural do Estado.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Valorizar a produção cultural gaúcha através da difusão de bens culturais, do apoio às áreas de produção, reconhecimento, enriquecimento e proteção dos patrimônios cultural e simbólico dos gaúchos, da promoção de espaços públicos heterogêneos onde sejam respeitadas as diferenças étnicas, estéticas, ideológicas e políticas, sensibilizando a população para o reconhecimento e valorização de sua própria diversidade, bem como da produção sistemática de informações sobre o desenvolvimento cultural gaúcho e sua incidência sobre a sociedade e a economia, visando à avaliação e aperfeiçoamento de políticas e ferramentas públicas de cultura.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar continuidade ao programa de difusão da Orquestra Sinfônica.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliar, cada vez mais, o público apreciador de música erudita, principalmente nas camadas menos favorecidas da população, que normalmente não têm acesso a concertos;</li> <li>➤ Levar educação musical a mais crianças de vilas populares, democratizando este segmento da educação que é elitizado devido ao seu alto custo;</li> <li>➤ Valorização da produção de compositores gaúchos, que normalmente não aparecem em concertos.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Descentralização da venda de ingressos do Theatro São Pedro com a criação de outros pontos de venda.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aproximar o público em geral, com o fácil acesso, dos espetáculos e suas programações.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Disponibilização à sociedade gaúcha dos programas elaborados pelo sistema de televisões e rádios educativas e pela Fundação Cultural Piratini.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificar a captação e transmissão do sinal da TVE;</li> <li>➤ Aumentar a potência do sinal da Rádio FM Cultura dentro do Rio Grande do Sul.</li> </ul>  |

|   |   |
|---|---|
| ➤ Promoção das manifestações folclóricas e tradicionalistas do Rio Grande do Sul. | ➤ Proporcionar o conhecimento e a integração dos gaúchos mediante a realização de atividades de lazer, folclore, tradicionalismo, pesquisa e produção artística do Rio Grande do Sul. |
|---|---|

#### 4.2-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

##### *Diretrizes:*

- Exercício pleno da democracia em todas as instâncias do sistema estadual de ensino.
- Potencialização das condições de acesso ao ensino superior.
- Potencialização da interação com Organizações/Instituições Nacionais e Internacionais para troca de experiências e circulação de idéias.
- Redimensionamento do Sistema Estadual de Ensino.
- Estabelecimento de uma efetiva parceria com os Municípios, buscando superar os problemas na área da Educação Básica.
- Apoio ao Educando.
- Resgate da dignidade profissional dos trabalhadores em educação, através de uma política de formação permanente e de valorização profissional.
- Construção coletiva da escola democrático-popular em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Formação de nível médio e técnico nas áreas de química, mecânica, eletrônica, eletrotécnica e segurança do trabalho – FETLSVC.
- Implantar e implementar cursos de nível superior na área tecnológica – FETLSVC.
- Desenvolver e fomentar a pesquisa aplicada, ampliar a prestação de serviço à comunidade nas áreas do conhecimento institucional e afins – FETLSVC.
- Incentivar o exercício da cidadania, fomentando a compreensão dos direitos, deveres e a participação comunitária na gestão institucional – FETLSVC.
- Articulação e instituição de políticas públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiências e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, construindo um paradigma voltado à cidadania – FADERS.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>   |
|--|---|
| ➤ Construção de uma política de atendimento à educação infantil, em parceria com os municípios.                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificar a infra-estrutura das classes de educação infantil da rede estadual, em parceria com os Municípios;</li> <li>➤ Construir alternativas de atendimento à faixa etária de 0 a 6 anos.</li> </ul>   |
| ➤ Democratização do acesso à escola pública de qualidade social, no ensino fundamental, em todas as modalidades. | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construir/ampliar/reformar 353 escolas para o ensino fundamental elencadas no orçamento;</li> <li>➤ Implantar 8 Salas de Integração de Recursos (SIRS) através do orçamento, contemplando alunos portadores de deficiência das regiões.</li> <li>➤ Qualificação dos espaços administrativo-pedagógicos, laboratórios de ciências e de informática, e bibliotecas de 261 escolas (orçamento).</li> <li>➤ Maior equidade no repasse de verbas às 2.939 escolas do ensino fundamental;</li> </ul> |

|   |   |
|---|---|
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construção coletiva e participativa da proposta político-pedagógica da escola democrática e popular, a partir do processo constituinte escolar;</li> <li>➤ Formação continuada dos trabalhadores em educação ao longo do ano 2000;</li> <li>➤ Triplicar as turmas do MOVA/2000;</li> <li>➤ Construir a proposta pedagógica para a escola do campo, para a escola indígena e dos assentamentos.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Democratização do acesso à escola pública de qualidade social: expansão e qualificação do ensino médio - formação geral e tecnológica.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construir/ampliar e/ou reformar 93 escolas de ensino médio e tecnológico demandas no orçamento;</li> <li>➤ Qualificar os espaços pedagógicos: mobiliário escolar, biblioteca, laboratório de ciências e informática em 59 escolas, segundo demandas do orçamento;</li> <li>➤ Qualificar o repasse trimestral em 648 escolas do ensino médio e tecnológico;</li> <li>➤ Construção coletiva da proposta político-pedagógica e administrativa e do novo regimento escolar, a partir dos princípios e diretrizes da 1ª Conferência Estadual;</li> <li>➤ Formação continuada dos trabalhadores em educação das Escolas do Ensino Médio e Tecnológico;</li> <li>➤ Articulação do Ensino Médio e Tecnológico com a proposta de desenvolvimento sustentável, que está sendo construída regionalmente pelo Governo estadual;</li> <li>➤ Manutenção e conservação da rede pública;</li> <li>➤ Ampliação do atendimento ao ensino médio, através da implementação deste nível de ensino em 73 escolas estaduais.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Potencializar a interação com secretarias estaduais, municipais, universidades, instituições, ONGS, movimentos sindicais, populares e organizações internacionais para troca de experiências, assessorias e formação dos trabalhadores em educação.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Integração com as entidades tecnológicas e Secretaria de Educação, visando buscar parcerias na efetivação de atividades, projetos e pesquisas.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estabelecer uma efetiva parceria com os municípios, buscando superar os problemas na área da educação básica.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação e universalização do ensino fundamental;</li> <li>➤ Subsidiar o transporte escolar e demais programas de apoio escolar;</li> <li>➤ Gradativa universalização do ensino médio;</li> <li>➤ Viabilizar ações conjuntas que impliquem um maior aporte de recursos do Governo federal para o Estado e municípios.</li> </ul>   |

|   |   |
|---|---|
| <p>➤ Implementação da constituinte escolar em todas as instâncias da rede estadual de ensino.</p>   | <p>➤ Engajamento da comunidade escolar da rede estadual de ensino, movimento popular, instituições e organizações da sociedade civil, sendo sujeitos históricos do processo de construção da escola democrática e popular;</p> <p>➤ Construção coletiva dos princípios e diretrizes que embasarão a proposta político-pedagógica das escolas da rede estadual de ensino;</p> <p>➤ Construção, pela comunidade escolar, do novo regimento escolar.</p> |
| <p>➤ Resgate da dignidade dos trabalhadores em educação, através da formação continuada e da valorização profissional, em todas as instâncias do sistema educacional.</p>   | <p>➤ Construir, coletivamente, os princípios e diretrizes educacionais do Sistema Estadual de Ensino, a partir da 1ª Conferência Estadual;</p> <p>➤ Formação continuada dos trabalhadores em educação das escolas, DEs e SE;</p> <p>➤ Qualificar espaços e condições de trabalho;</p> <p>➤ Modernizar processos de trabalho.</p>  |
| <p>➤ Aprofundar e qualificar a nova relação de poder entre a Secretaria da Educação, a comunidade escolar, movimento social, sindical e sociedade civil, através da constituinte escolar em interação com o Orçamento.</p>  | <p>➤ Construção de uma educação pública de qualidade social, através de um intenso processo de participação coletiva, concebida a educação como um processo de formação de indivíduos críticos, sujeitos históricos autônomos, cidadãos plenos, éticos e transformadores;</p> <p>➤ Planejamento participativo nas escolas em interação com o Orçamento, nas 22 regiões do Estado.</p>   |
| <p>➤ Estimulo à realização de práticas esportivas, recreativas e de lazer, em especial às comunidades escolares, às periferias urbanas e rurais, valorizando o interior e considerando condições sócio-econômicas, situação de risco social e biológica porte de deficiências e superdotes.</p> | <p>➤ Construção de uma nova concepção do lazer e esporte, enquanto fenômenos culturais significativos dos cidadãos e cidadãs;</p> <p>➤ Democratização dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer;</p> <p>➤ Construção de diretrizes e políticas de esporte e lazer com a participação popular, comunidade escolar e sociedade civil;</p> <p>➤ Integração do esporte e lazer com todas as áreas que compõem as políticas sociais.</p>            |
| <p>➤ Viabilização das condições de acesso ao ensino superior.</p>   | <p>➤ Construir, junto com a Sociedade Civil, a proposta de uma Universidade Pública Estadual.</p>   |
| <p>➤ Ministar o ensino médio e técnico nas áreas de Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica e Segurança do Trabalho, implantar e implementar cursos de tecnólogos, oferecer cursos de extensão e curta duração, realizar a MOSTRATEC, SIET e atender a alunos de baixa renda.</p>          | <p>➤ Manter os cursos técnicos diurnos e noturnos, implantar cursos superiores, manter a matrícula de 2.700 alunos, formar, no mínimo, 450 técnicos ao ano, realizar a 15ª MOSTRATEC e o 7º SIET, atender a alunos de baixa renda, com isenção ou redução das mensalidades, oferta de vale-transporte, vale-refeição e outros, beneficiando a comunidade escolar, Vale do Sinos, Vale do Caí e Grande Porto Alegre.</p>                               |

|   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Expansão da pesquisa, da prestação de serviço, implantação da incubadora tecnológica, aquisição de materiais e insumos para o desenvolvimento da pesquisa, consultoria e assessoria técnica a empresas.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento da pesquisa junto a alunos e professores, prestação de serviços a empresas da região, implantação da incubadora tecnológica, convênio com empresas para empreendimentos técnicos entre comunidade escolar e parque industrial da região.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reaparelhamento das oficinas, laboratórios e área administrativa, bem como construção de incubadora tecnológica e ampliação do espaço físico.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aumentar o número de vagas no ensino médio profissionalizante e superior.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação e articulação das políticas públicas para PPDs e PPAHs, construindo um novo paradigma voltado à cidadania.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instrumentalizar o papel do Estado para garantir às PPDs e PPAHs seus direitos de equiparação de oportunidades necessárias à afirmação da cidadania e à inserção/integração social deste setor da sociedade.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Manutenção e desenvolvimento da educação especial.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolver, qualificadamente, o atendimento das demandas;</li> <li>➤ Propiciar a conscientização da cidadania e dar visibilidade às questões relativas às PPDs e PPAHs.</li> </ul>   |

#### 4.3-SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS

*Diretriz:*

- Prestar a comunidade rio-grandense um atendimento de Segurança Pública que tenha por base a busca da Justiça, na qual as forças policiais e penitenciárias sejam garantidoras dos direitos humanos e da cidadania.
- Descentralizar o atendimento do DETRAN para o interior do Estado.
- Reduzir a acidentalidade de trânsito no Estado.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instalação no Palácio da Polícia de uma nova Área Judiciária II.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dinamizar e qualificar o atendimento ao cidadão, melhorando o atendimento com a expansão do serviço.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação de rede informatizada, através da PROCERGS, que possibilitará o controle total sobre todas as perícias encaminhadas ao Departamento de Criminalística, desde a requisição pela autoridade competente até a entrega do laudo.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maior rapidez no atendimento as solicitações de perícias;</li> <li>➤ Controle, por parte da direção, do fluxo de trabalho, com a possibilidade de correção imediata de distorções e melhor distribuição de tarefas aos peritos, evitando o acúmulo de laudos para um profissional.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação, através de convênio com a UFRGS, de laboratório para identificação de impressões digitais em estruturas rugosas (não lisas) .</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Possibilitar a identificação de criminosos através da impressão digital deixada em locais onde a técnica habitual não consegue obter resultado satisfatório.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Disponibilização de dados referentes a índices de criminalidade.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Divulgação de dados técnicos sobre índices de criminalidade.</li> </ul>   |

|   |  |
|---|--|
| <p>➤ Unificação física dos órgãos da SJS, concentrando o Órgão Central, Instituto Geral de Perícias, Superintendência de Serviços Penitenciários, Gabinete Comando Brigada Militar e Gabinete Chefia Polícia Civil.</p> | <p>➤ Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria da Justiça e da Segurança.</p>  |
| <p>➤ Nova divisão territorial para os órgãos executivos da Secretaria da Justiça e da Segurança, diminuindo o número de regionais existentes.</p>   | <p>➤ O direcionamento das funções e lotações dos servidores policiais para as atividades-fim será um fator decisivo para que sejam estabelecidas as dimensões cidadãs de protagonização policial, invertendo-se prioridades e reforçando o policiamento nas zonas periféricas, priorizando as ações integrativas com a sociedade.</p>  |
| <p>➤ Projeto Academia Única da Segurança Pública.</p>   | <p>➤ Objetiva realizar a formação básica dos servidores da Justiça e da Segurança, de maneira integrada, colaborando na criação da cultura propícia para a reformulação das polícias existentes.</p>   |
| <p>➤ Capacitação de servidores.</p>   | <p>➤ Atender a demanda de regiões do Estado que recebem grande afluxo de turistas oriundos do Mercosul, como fronteira, litoral, serra.</p>  |
| <p>➤ Implementação das CIPAS - Comissão de Controle Interno de Prevenção de Acidentes, com a participação horizontal de servidores de todos os cargos, postos e patentes.</p>   | <p>➤ Proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores da Secretaria da Justiça e da Segurança.</p>   |
| <p>➤ Combate à violência contra a mulher.</p>   | <p>➤ Possibilitar melhores condições para as mulheres realizarem denúncias das agressões sofridas, seja por abuso ou discriminação.</p>  |
| <p>➤ Regulamentação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas.</p>   | <p>➤ Garantir a segurança de vítimas e testemunhas.</p>  |
| <p>➤ Articulação dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança em todas as cidades do Estado.</p>   | <p>➤ Participação de diversos segmentos, principalmente os setores organizados da sociedade civil, objetivando que as comunidades sejam agentes propositores e fiscalizadores das políticas de segurança.</p>  |
| <p>➤ Desenvolvimento de estudos sobre emancipação do Corpo de Bombeiros.</p>  | <p>➤ Elevar o moral da tropa;<br/>                 ➤ Qualificar o atendimento;<br/>                 ➤ Expandir as atividades, com a instalação de novas unidades;<br/>                 ➤ Implementar serviços previstos em lei, com o envolvimento das comunidades através dos serviços auxiliares de bombeiros, em benefício da população;<br/>                 ➤ Aplicar os recursos arrecadados com prevenção em equipamentos de bombeiros;<br/>                 ➤ Melhorar o relacionamento entre os órgãos institucionais e entidades comunitárias.</p> |



|   |   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Intensificação e qualificação da supervisão e fiscalização de serviços terceirizados na área de trânsito.</li> </ul>                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos terceirizados.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Intensificação e modernização administrativa e funcional do DETRAN.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dotar o DETRAN de estrutura organizacional com um sistema gerencial capaz de responder com níveis maiores de eficácia e eficiência.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação de CFCs e CRVAs em regiões que ainda não dispõem destes serviços.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Cobrir o Estado com uma rede de serviços terceirizados que atendam os cidadãos nos assuntos de habilitação e registro de veículos.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação de serviços de remoção e depósito nos municípios para atender as demandas oriundas das medidas administrativas das infrações.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Disciplinar a remoção e o depósito de veículos, dando maior confiabilidade e segurança aos proprietários de veículos e ao Estado.</li> </ul>   |

#### 4.4-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA

##### *Diretrizes:*

- Desenvolver programas e projetos para o planejamento, preservação, recuperação, monitoramento e controle da qualidade ambiental contribuindo para o desenvolvimento autosustentado – FEPAM.
- Descentralização da gestão ambiental – FEPAM.
- Conservação da Biodiversidade – FZB.
- Manter coleções científicas de plantas vivas – FZB.
- Manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais – FZB.

| <b>AÇÕES</b>  | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Manejo da Flora Nativa - Formatar, coordenar e executar as ações da política florestal estadual.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ampliar o número de empresas cadastradas junto ao órgão florestal com vistas a atingir o universo de empresas existentes no RS e conseqüentemente reduzir a inadimplência;</li> <li>➤ Reestruturar o banco de dados do Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR;</li> <li>➤ Padronizar os procedimentos referentes ao cadastro, licenciamento e fiscalização florestal;</li> <li>➤ Descentralizar as ações da política florestal.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preservação e Controle da Fauna e da Flora - Coordenar , executar e avaliar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, implantar e reestruturar as unidades de conservação.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento Florestal - Financiar através do Fundo de Desenvolvimento Florestal a execução das ações da política florestal estadual, definidas no Plano de Desenvolvimento Florestal.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificar os serviços prestados pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR e financiar os projetos prioritários para o setor florestal, envolvendo ações de fomento à produção florestal, e proteção e conservação da fauna e da flora.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Formulação e implementação da Política Ambiental.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantar e fortalecer o Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA.</li> </ul>   |

|   |  |
|---|--|
| <p>➤ Municipalização da Gestão Ambiental - Promover a capacitação dos municípios para a gestão ambiental com vistas a implantação e fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção Ambiental.</p> | <p>➤ Capacitar os municípios para a gestão ambiental.</p>  |
| <p>➤ Regionalização e descentralização da SEMA – Estruturar postos regionais da SEMA no interior do Estado.</p>   | <p>➤ Implantar 10 postos regionais que respondam as demandas que dizem respeito à SEMA.</p>  |
| <p>➤ Recuperação ambiental de áreas de risco ocupadas e apoio às comunidades tradicionais.</p>  | <p>➤ Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda ocupante de áreas de risco e valorizar as comunidades tradicionais.</p>  |
| <p>➤ Programa de Desenvolvimento e Capacitação Institucional.</p>   | <p>➤ Implantar planejamento integrado dos recursos costeiros; capacitação técnica das regionais; conclusão do SINPLI – Sistema de Informação de Processos de Licenciamento; aquisição de material bibliográfico; e construção do novo prédio para instalações dos laboratórios.</p>                        |
| <p>➤ Programa de Estruturação do Sistema de Monitoramento Sócio-Ambiental.</p>  | <p>➤ Monitorar a qualidade do ar, água e solo.</p>   |
| <p>➤ Programa de Melhorias nos Procedimentos de Licenciamento Ambiental.</p>  | <p>➤ Agilizar os procedimentos de rotina para o licenciamento ambiental.</p>   |
| <p>➤ Programa de Descentralização e Capacitação dos Municípios para Gestão Ambiental</p>  | <p>➤ Capacitar os municípios para a gestão ambiental, conforme Resolução 237 do CONAMA e 05/98 do CONSEMA;<br/>➤ Implementar os sistemas municipais e regionais de gerenciamento de resíduos sólidos.</p>  |
| <p>➤ Programa de Apoio à Participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Sistema Estadual de Proteção Ambiental.</p>   | <p>➤ Oportunizar a participação das Organizações Não Governamentais – ONGs no Sistema Estadual de Proteção Ambiental.</p>  |
| <p>➤ Programa de Educação Ambiental e de Comunicação Social.</p>  | <p>➤ Socializar as informações e os estudos elaborados pelos técnicos da FEPAM, a fim de que a população em geral seja informada e contribua para o processo de gestão ambiental.</p>  |
| <p>➤ Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores na Indústria e na Agricultura.</p>  | <p>➤ Agilizar os procedimentos de licenciamento para os pequenos e médios empreendimentos, cadastramento e mapeamento da suinocultura e avicultura.</p>  |
| <p>➤ Programa de Apoio à Estruturação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.</p>   | <p>➤ Racionalizar o uso da água em caráter quantitativo e qualitativo.</p>   |
| <p>➤ Programa de Promoção ao Desenvolvimento de Agendas 21 no Estado.</p>   | <p>➤ Implantar o desenvolvimento sustentável local.</p>  |
| <p>➤ Reorganização administrativa e gerenciamento da Fundação Zoobotânica.</p>  | <p>➤ Implantar plano de cargos e salários e realizar concurso público;<br/>➤ Desenvolver campanha publicitária, para angariar fundos para a Fundação;<br/>➤ Intensificar os trabalhos junto à Secretaria da Habitação no sentido promover as relocações dos moradores que invadiram áreas da Fundação.</p> |
| <p>➤ Desenvolvimento do Programa Pró – Guaíba no âmbito da FZB.</p>   | <p>➤ Realizar obras, instalar e equipar a sede administrativa do Parque Estadual Delta do Jacuí; concluir as obras da Ilha da Casa da Pólvora e elaborar o rezonamento do Parque.</p>  |

|   |   |
|---|---|
| <p>➤ Melhorias no Parque Zoológico.</p>   | <p>➤ Implantar plano de manejo para implantação da reserva florestal e biológica;</p> <p>➤ Tratar as águas dos lagos;</p> <p>➤ Incrementar a produção forrageira;</p> <p>➤ Recuperar e qualificar o Parque Zoológico (recinto dos animais, segurança, infra-estrutura, prédios administrativos e operacionais);</p> <p>➤ Estabelecer programa de promoção e conservação da biodiversidade;</p> <p>➤ Implantar o Centro de Triagem de animais apreendidos ou rejeitados colocando-os em ambiente apropriado;</p> <p>➤ Abrir o Centro de Educação Ambiental aos sábados, domingos e feriados, tornando acessível as informações ao público visitante que se concentra nos finais de semana;</p> <p>➤ Elaborar projeto artesanato no ZOO, juntamente com artesãos da região, visando ao aproveitamento dos subprodutos do parque (penas, cascas de ovos, chifres, dentes, etc.).</p> |
| <p>➤ Conservação de Recursos Naturais Renováveis do Jardim Botânico.</p>                              | <p>➤ Realizar expedições a todas as regiões fitoecológicas do Estado, implementando levantamentos florísticos e coleta de material botânico, com vistas à conservação "in situ" e "ex situ" de germoplasmas importantes;</p> <p>➤ Organizar e manter coleções de plantas vivas científico-educacionais, objetivando difusão de conhecimentos e preservação das espécies nativas em seus ambientes naturais;</p> <p>➤ Fomentar e promover a conservação da biodiversidade.</p>   |
| <p>➤ Implementação de atividades de educação ambiental, cultural e lazer do Jardim Botânico.</p>      | <p>➤ Oferecer atividades educacionais, culturais e de lazer, despertando e fortalecendo, nas comunidades, o respeito pela natureza.</p>   |
| <p>➤ Melhorias no Jardim Botânico.</p>  | <p>➤ Implantar sistema de irrigação automático por aspersões, no arboreto;</p> <p>➤ Implantar uma via perimetral junto à Vila Juliano Moreira e acessos secundários;</p> <p>➤ Complementar e manter a cerca de vedação da área do Jardim Botânico;</p> <p>➤ Dotar o Jardim Botânico de condições necessárias ao uso público, com qualidade, bem como, complementar e manter as estruturas destinadas à pesquisa científica e produção.</p>  |
| <p>➤ Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia em Recursos Renováveis – Museu de Ciências Naturais.</p> | <p>➤ Qualificar e manter coleções específicas de referências;</p> <p>➤ Realizar pesquisas de campo e laboratório, taxonômicas e ecológicas, de caráter básico e aplicado, sobre a biodiversidade;</p> <p>➤ Implantar e manter base de dados informatizada sobre biodiversidade com interface em geoprocessamento;</p> <p>➤ Promover a integração entre instituições de pesquisas e investigadores;</p>  |

|  |  |
|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Editar publicações científicas;</li> <li>➤ Capacitar técnicos através de cursos, estágios e participação em congressos;</li> <li>➤ Qualificar a infra-estrutura de pesquisa do MCN (biblioteca atualizada, laboratórios, obras, manutenção, equipamentos, veículos, material de consumo).</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conservação de Recursos Renováveis – Museu de Ciências Naturais.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaborar e executar programas de pesquisa e monitoramento de flora e fauna com fins de uso sustentado;</li> <li>➤ Elaborar projetos de planejamento e implantação de unidades de conservação;</li> <li>➤ Elaborar e executar projetos de recuperação ambiental;</li> <li>➤ Implantar serviço de atendimento ao cliente para execução de laudos, perícias, análises, identificação taxonômica e orientação sobre manejo de fauna e educação ambiental;</li> <li>➤ Implantar programas de capacitação em biologia da conservação e economia ecológica;</li> <li>➤ Implantar serviço de planejamento e diagnóstico da conservação da biodiversidade, integrado com outros órgãos da Administração estadual.</li> </ul> |

#### 4.5-SECRETARIA DA SAÚDE – SES

*Diretrizes:*

- Consolidar a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da gestão plena do sistema estadual de saúde propiciando atenção integral à saúde da população.
- Desenvolvimento de política de gestão, qualificação e valorização dos recursos humanos do SUS e adequação das condições de trabalho da Secretaria Estadual de Saúde.
- Ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de Informação em Saúde visando à qualificação do processo decisório e da participação social.
- Implementar e interiorizar a HEMOREDE – FEPPS.
- Contribuir para o atendimento da demanda de medicamentos essenciais da população do Estado do Rio Grande do Sul – FEPPS.
- Implementação e ampliação da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.
- Apoio laboratorial às ações de saúde – FEPPS.
- Implementação do sistema estadual de toxicovigilância – FEPPS.
- Implementar a pesquisa científica em saúde pública – FEPPS.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação das políticas de saúde visando à integralidade da atenção.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar a reforma psiquiátrica;</li> <li>➤ Reduzir a mortalidade infantil e materna;</li> <li>➤ Implantar e implementar Centros de Atendimento ao Câncer, visando entre outros, à diminuição da mortalidade feminina por câncer de colo uterino e de mama;</li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Garantir a atenção integral em todas as faixas etárias;</li> <li>➤ Ampliar a atuação do PACS/PSF;</li> <li>➤ Ampliar o atendimento das doenças crônicas degenerativas e transmissíveis;</li> <li>➤ Ampliar a participação da SES na atenção da saúde indígena;</li> <li>➤ Implantar o Sistema de Vigilância Sanitária e Ambiental no Rio Grande do Sul;</li> <li>➤ Implantar Centros de Saúde do Trabalhador.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoiar à recuperação financeira e à melhoria da qualidade dos serviços dos hospitais privados sem fins lucrativos, conveniados ao Sistema Único de Saúde e dos hospitais públicos no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.</li> </ul>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recuperação financeira, atualização tecnológica, formação da rede regional de referência e contra-referência e reorganização da assistência hospitalar para os usuários do SUS no Estado.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação da aquisição e da distribuição de medicamentos especiais e excepcionais (Assistência Farmacêutica).</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar a Assistência Farmacêutica, reorientando, interferindo e qualificando todas as etapas da cadeia farmacêutica, especificadamente àquelas relacionadas ao estabelecimento de critérios para a seleção, inclusão ou exclusão dos medicamentos disponibilizados.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Assistência complementar mediante a concessão de órtese e prótese ambulatorial, de material de ostomia, oxigenoterapia domiciliar, realização do teste do pézinho, tratamento fora do domicílio e prevenção de deficiência mental.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reduzir a incidência de deficiência, contribuição para melhorar as condições de vida, integração social, minorando a dependência e ampliando as potencialidades laborativas e as atividades de vida diária.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementação da Assistência Hospitalar Própria.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementar e qualificar o atendimento em saúde mental, tuberculose/AIDS e pacientes hansenianos nas áreas ambulatorial e hospitalar, através dos Projetos São Pedro Cidadão, Hospital-Dia Pediátrico e Adulto em AIDS.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação da Política Estadual de Educação em Saúde Coletiva tendo em vista a regionalização das ações em saúde.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fortalecer 19 núcleos de educação em saúde coletiva, regionalizando as ações de educação e produção de conhecimento por meio da atividades de ensino, pesquisa e extensão em saúde;</li> <li>➤ Ampliar e qualificar da residência médica e de outros profissionais de saúde na área de saúde mental e coletiva.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementação da Assistência Hospitalar Pública através da garantia da prestação da assistência nos hospitais mantidos por meio de convênios com outras instituições.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação e ampliação hospitalar e ambulatorial nos hospitais de Alvorada e Cachoeirinha, com um aumento na oferta de serviços à população.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Municipalização solidária e participativa por intermédio da cooperação técnica e financeira da Secretaria Estadual da Saúde, com todas as administrações que tenham</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Regionalização e descentralização da saúde através da transferência trimestral de recursos financeiros, de forma regular e automática do Fundo Estadual de Saúde (FES) aos Fundos</li> </ul>   |

|  |  |
|--|--|
| <p>municipalizados os seus serviços de saúde.</p>  | <p>Municipais de Saúde (FMS) de todos os municípios habilitados em uma das formas de gestão do SUS para o financiamento de ações e serviços de saúde locais e de referência regional.</p>  |
| <p>➤ Implementação da rede de referência microrregional e regional, com apoio e diagnóstico e especialidades através de consórcios microrregionais e regionais e de assistência hospitalar com base territorial e com população referida.</p> <p>➤ Qualificar os serviços e as ações do Sistema Único de Saúde – SUS e garantir o acesso e a resolubilidade loco-regional.</p> | <p>➤ Descentralização e regionalização do atendimento hospitalar especializado com ênfase na urgência/emergência e gestação de alto risco;</p> <p>➤ Redução da mortalidade nas áreas de urgência e emergência, na área de gestante de alto risco e mortalidade de neonatal;</p> <p>➤ Reorganização da assistência ambulatorial, hospitalar e de apoio diagnóstico.</p>   |
| <p>➤ Complementação da política de saneamento básico destinada à população carente de periferias urbanas ou aglomerados rurais.</p>  | <p>➤ Melhorar a qualidade de vida e do nível de saúde da população buscando o controle e/ou redução de doenças transmissíveis, toxinfecções e verminoses, através da instalação de equipamentos comunitários e/ou domiciliares de saneamento e atividades educativas que motivem e conscientizem a população a modificar suas atitudes em relação à saúde e seus hábitos de higiene, e desenvolver na comunidade a busca de melhoria das condições ambientais.</p> |
| <p>➤ Implantação da Rede Gaúcha de Informações em Saúde - RGIS.</p>  | <p>➤ Interligar todas as secretarias municipais e coordenadorias estaduais de saúde à <i>internet</i>;</p> <p>➤ Possibilitar, progressivamente, o acesso às informações a respeito do conjunto das unidades e serviços de saúde, bem como dos sistemas de informação de saúde, diretamente de qualquer ponto da rede do SUS.</p>   |
| <p>➤ Ampliação e melhoria da estrutura da informação, apoio laboratorial, capacitação e prevenção de acidentes tóxicos no Estado;</p> <p>➤ Consolidar o papel de referência em toxicovigilância no cenário nacional e internacional.</p>   | <p>➤ Implementar o Sistema de Toxicovigilância do Estado.</p>  |
| <p>➤ Reestruturação da FEPPS</p>   | <p>➤ Consolidar e efetivar a lei de criação da FEPPS, mediante a maximização de recursos e otimização de resultados nas áreas de atuação da instituição; aprovação da nova estrutura; criação de quadro funcional próprio e plano de cargos e salários, efetivação do repasse de patrimônio pela SES; realização de compromisso de gestão entre a FEPPS e a Secretaria Estadual de Saúde.</p>  |
| <p>➤ Implantação efetiva do Departamento de Pesquisa na nova organização proposta para a FEPPS.</p>  | <p>➤ Desenvolver pesquisa em todas as áreas de conhecimento e atuação da FEPPS, contribuindo para a ampliação da oferta tecnológica e melhoria da qualidade de seus produtos e serviços e promovendo a geração de conhecimentos na instituição.</p>  |

|   |   |
|---|---|
| <p>➤ Certificação do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) junto ao Ministério da Saúde quanto às Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade (BPFC); registros dos medicamentos produzidos pelo LAFERGS na Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS; produção de 240 milhões de unidades de medicamentos essenciais, selecionados como elenco de produtos LAFERGS, em conformidade com a Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (REME); consolidar a Assistência Farmacêutica no Estado do RS.</p> | <p>➤ Produzir e disponibilizar medicamentos essenciais estabelecidos conforme perfil epidemiológico do Estado, com garantia de qualidade, eficácia e segurança, em conformidade com a legislação sanitária vigente.</p>                       |
| <p>➤ Incremento das ações dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública das Regiões Pólo (em Saúde) com recursos do Projeto VIGISUS do Ministério da Saúde; implantação da automação dos serviços de diagnóstico nos laboratórios e realização de diagnóstico do Sistema de Laboratórios do SUS objetivando a efetiva implantação do sistema.</p>   | <p>➤ Contribuir para a consolidação do SUS/RS através da descentralização dos serviços de análises diagnósticas e ações de apoio à vigilância epidemiológica;</p> <p>➤ Assegurar cobertura laboratorial de qualidade aos usuários do SUS.</p> |
| <p>➤ Construção e equipagem dos Hemonúcleos.</p>  | <p>➤ Implementar a hemorrede e operacionalizar a política estadual de sangue e hemoderivados.</p>   |

#### 4.6-SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS

##### *Diretrizes:*

- Promoção de Educação para o Trabalho.
- Consolidar a Política Estadual de Assistência Social.
- Combate a todas às formas de discriminação no trabalho.
- Democratização das relações de trabalho.
- Combate ao desemprego.
- Promoção da economia popular, solidária e autogestionária.
- Constituição do sistema democrático de relações de trabalho.
- Ampliar o processo de democratização e participação popular na Política de Assistência Social.
- Estimular a construção de um sistema permanente de documentação e informação sobre o trabalho.
- Promoção de educação e qualificação para o trabalho.
- Fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade civil através do apoio às organizações não governamentais, movimentos sociais organizados.
- Incremento da política de proteção integral a crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.
- Mobilização da opinião pública, através de campanhas sobre a necessidade de destinação de recursos, visando à proteção integral à criança e ao adolescente.
- Promover políticas públicas visando ao pleno exercício da cidadania.
- Promoção da defesa e proteção dos direitos do consumidor.
- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela STCAS

- Atenção a crianças e adolescentes abrigados, pela FEBEM.
- Atenção a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais abrigados, pela FEBEM.
- Atenção a adolescentes autores de ato infracional, pela FEBEM.
- Qualificação Profissional, pela FEBEM.
- Fortalecimento e qualificação dos serviços prestados pela FEBEM.
- Planejamento, execução e divulgação das ações referentes à criança e ao adolescente, pela FEBEM.
- Geração de emprego e renda, bem como melhoria nas relações de trabalho, pela FGTAS.
- Modernização administrativa, pela FGTAS.
- Reestruturação e qualificação do Sistema Público de Emprego - SPE, pela FGTAS.
- Municipalização dos Centros Sociais Urbanos e Centro Humanístico Vida, pela FGTAS.

| <b>AÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS ESPERADOS</b>  |
|--|--|
| ➤ Garantia de renda mínima familiar, mediante ações de apoio e orientação social à família.  | ➤ Melhorar as condições de vida, garantindo o acesso aos direitos sociais, a proteção à criança e ao adolescente, e a convivência familiar e comunitária.                            |
| ➤ Apoio técnico e financeiro aos municípios do RS, que se encontram em gestão municipal para a implementação da rede de proteção social à população adulta que se encontra em situação de indigência, exclusão social, através de benefícios eventuais, atendimento social de rua, abrigagem, apoio às iniciativas que lhes garantam meios para melhoria das condições de subsistência e de inserção social de famílias de baixa renda, migrante, população de rua e população indígena. | ➤ Atendimento às necessidades básicas, promoção e proteção social, integração na família e comunidade.   |
| ➤ Gestão da Assistência Social – capacitar, assessorar, monitorar e avaliar as estruturas previstas no Sistema de Descentralizado da Política de Assistência Social (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social).   | ➤ Descentralizar a política de assistência social através da criação de conselhos, fundos e planos municipais de assistência social.   |
| ➤ Promoção da Economia Popular e Solidária.  | ➤ Desenvolver ações de assessoria e capacitação junto a grupos organizados, autogestionariamente buscando formas economicamente solidárias com vistas à geração de trabalho e renda. |
| ➤ Estruturação de ações regionais através das Coordenações Regionais de Trabalho e Renda, com vistas a descentralizar a ação do Gestor Público na área do trabalho.  | ➤ Descentralizar todas as ações da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.   |



|  |   |
|--|---|
| <p>➤ Apoio técnico ao Programa de Geração de Emprego e Renda, abrangendo ações de capacitação técnico-gerencial e de assistência técnica que contribuam para a geração de novos postos de trabalho.</p>  | <p>➤ Geração de trabalho e renda.</p>   |
| <p>➤ Criação de Frentes de Trabalho.</p>   | <p>➤ Gerar, em caráter emergencial e temporário, postos de trabalho, priorizando atividades ligadas a bens e serviços públicos.</p>   |
| <p>➤ Programa Primeiro Emprego.</p>  | <p>➤ Inserção sócio-econômica de jovens de 16 a 24 anos no mercado formal de trabalho.</p>  |
| <p>➤ Implantação de Centros Públicos de Formação Profissional.</p>   | <p>➤ Estabelecer uma política de qualificação e requalificação articulada com o sistema público de emprego.</p>   |
| <p>➤ Reativação da Universidade do Trabalhador.</p>  | <p>➤ Viabilizar o acesso de trabalhadores a espaços de debate com vistas a sua qualificação.</p>  |
| <p>➤ Qualificar-RS,</p>  | <p>➤ Executar ações de qualificação e requalificação profissional, com vistas a criar condições de inserção ou reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, principalmente, pessoas desocupadas, desempregadas, em risco de perda de emprego, micro e pequenos empreendedores, população em risco social, mulheres chefes de família com baixa renda, jovens em busca do primeiro emprego, segurados do Seguro Desemprego.</p>  |
| <p>➤ Apoio técnico e financeiro aos municípios do RS, que se encontram em gestão municipal para implementar a rede de proteção à pessoa portadora de deficiência, mediante programas de integração social, abrigo, casa-lar e consórcio municipal.</p> | <p>➤ Desenvolvimento de potencialidades, defesa e garantia de direitos, integração na família e comunidade, possibilitando espaço de convivência para as pessoas portadoras de deficiência.</p>   |
| <p>➤ Apoio técnico e financeiro aos municípios do RS, que se encontram em gestão municipal, para implementação da rede de proteção do idoso.</p>   | <p>➤ Atendimento de necessidades básicas, defesa e garantia de direitos e integração do idoso na família e na comunidade.</p>   |
| <p>➤ Proteção social à criança e ao adolescente.</p>   | <p>➤ Garantir condições de pleno desenvolvimento, proteção social, manutenção do vínculo familiar e comunitário, acesso e permanência na escola, defesa e garantia dos direitos, proteção integral da criança e do adolescente de 0 a 18 anos, bem como implantação da rede de atendimento;</p> <p>➤ Garantir um sistema de proteção social e de defesa de direitos para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos;</p> <p>➤ Articular políticas sociais nas áreas da proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em benefício de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em situação de risco ou vulnerabilidade social.</p> |

|   |   |
|---|---|
| <p>➤ Atendimento à área de Proteção Especial.</p>   | <p>➤ Melhorar a qualidade de vida e a participação comunitária de crianças e adolescentes atendidos pela FEBEM na Capital e no interior do Estado.</p>  |
| <p>➤ Atendimento às crianças e adolescentes que encontram-se na área de Medidas Sócio Educativas.</p> | <p>➤ A construção das novas unidades atenderá ao caráter da política de regionalização do atendimento;</p> <p>➤ Oferecer ensino qualificado e adequado ao público alvo, isto é, adolescentes em conflito com a lei;</p> <p>➤ Oferecer aos egressos da FEBEM condições de garantir autonomia pessoal e restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários;</p> <p>➤ Oportunizar aos internos da Fundação, drogaditos e usuários, tratamento para resgate da saúde física e mental;</p> <p>➤ Criar nova metodologia e proposta pedagógica que atenda a especificidade da medida de semiliberdade;</p> <p>➤ Promover a inserção dos adolescentes internos na FEBEM no mundo do trabalho, sendo extensivo a todas as unidades, qualificando-os profissionalmente e no exercício da cidadania;</p> <p>➤ Articulação da FEBEM com as 10 Comarcas da Infância e Juventude, bem como com os demais parceiros atuantes na área;</p> <p>➤ Oferecer ao conjunto das unidades que executam privação de liberdade uma metodologia adequada e pertinente ao perfil dos adolescentes atendidos, compreendendo também nova base curricular;</p> <p>➤ A construção do novo sistema de informações permitirá uma melhor avaliação e planejamento do atendimento prestado pela FEBEM, contando com informações das unidades, do conjunto dos adolescentes, como também de cada um individualmente;</p> <p>➤ Construir proposta de trabalho adequada a especificidade da medida, de até 45 dias de internação.</p> |
| <p>➤ Reordenamento da FEBEM.</p>  | <p>➤ Construir alternativas de gerenciamento da FEBEM, na área sócio educativa, de modo a permitir maior agilidade e eficácia nos procedimentos e resultados, tanto na área meio como na área fim, beneficiando o conjunto da Fundação, que compreende servidores, voluntários, crianças e adolescentes, como também os demais parceiros e interfaces que compõem a rede de atendimento.</p> <p>➤</p>   |

|   |  |
|---|--|
| <p>➤ Formação e capacitação dos recursos humanos comprometidos, no setor público, com o atendimento da criança e adolescente vinculado à FEBEM.</p> | <p>➤ Qualificar o corpo funcional da FEBEM para o pleno desenvolvimento de suas atividades institucionais, incluindo aspectos relacionados à formação profissional, integração e consolidação das equipes de trabalho, promoção da qualidade de vida no trabalho, bem como a capacitação para atuar em situações específicas, como uso de substâncias psicoativas e DST/ AIDS.</p>   |
| <p>➤ Projeto ano 2000 - cidadania e cultura de paz.</p>   | <p>➤ Promover a conscientização e reflexão do conjunto de trabalhadores e voluntários da FGTAS sobre a importância da construção de uma sociedade mais eqüitativa e solidária, através do exercício pleno da cidadania.</p>  |
| <p>➤ Reordenamento das ações de natureza assistencial que se encontram sob a coordenação e execução da FGTAS e que devem ser municipalizados.</p>   | <p>➤ Municipalizar o Espaço Social Comunitário e o Vida Centro Humanístico, localizados na Zona Norte de Porto Alegre;<br/>➤ Aumentar a população usuária do Parque de Recreação do Trabalhador.</p>   |
| <p>➤ Inserção dos artesãos no Programa de Geração de Emprego e Renda</p>  | <p>➤ Ampliar o número de artesãos cadastrados;<br/>➤ Ampliar e qualificar a participação dos artesãos nos eventos promovidos no Estado;<br/>➤ Qualificar o trabalho desenvolvido pelo artesãos.</p>  |
| <p>➤ Acompanhamento da situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre.</p>   | <p>➤ Conhecimento quantitativo e qualitativo dos dados referentes a emprego, desemprego e rendimentos.</p>   |
| <p>➤ Intermediação de emprego.</p>  | <p>➤ Ampliar a colocação de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho formal e informal.</p>  |
| <p>➤ Prevenção de acidente do trabalho.</p>   | <p>➤ Promover a mudança dos paradigmas, alterando a visão em relação aos acidentes de trabalho;<br/>➤ Intensificar a relação entre Governo e empresas na construção cultural e social das políticas estaduais na relação emprego e segurança no trabalho;<br/>➤ Fortalecer os direitos dos trabalhadores, como cidadãos, de desfrutar de ambientes saudáveis e seguros;<br/>➤ Contribuir para a redução dos acidentes de trabalho.</p> |